

Milton Alves Júnior

Continência a um comunista

Wellington
Mangueira,
a história de
um sergipano
na luta pela
redemocratização
do Brasil.



EDISE



GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE

Governador

Belivaldo Chagas Silva

Secretário de Estado do Governo

Benedito de Figueiredo



SEGRASE - SERVIÇOS GRÁFICOS DE SERGIPE

Diretor-Presidente

Ricardo José Roriz Silva Cruz

Diretor Administrativo-Financeiro

Marcos Antonio Moura Sales

Diretor Industrial

Milton Alves



EDISE

Gerente Editorial

Jeferson Pinto Melo

Conselho Editorial

Antônio Amaral Cavalcante

Cristiano de Jesus Ferronato

Ezio Christian Déda Araújo

Irineu Silva Fontes

João Augusto Gama da Silva

Jorge Carvalho do Nascimento

José Anselmo de Oliveira

Ricardo Oliveira Lacerda de Melo

MILTON ALVES JÚNIOR

CONTINÊNCIA A UM COMUNISTA



EDISE

Aracaju

2018

Copyright©2018 by Milton Alves Júnior

CAPA

Marcélio Couto

DIAGRAMAÇÃO

Cícero Guimarães Neto

REVISÃO

Yuri Gagarin Andrade Nascimento

PRÉ-IMPRESSÃO

Marcos Nascimento

Dalmo Macedo

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
Associação Brasileira das Editoras Universitárias (ABEU)

A474c Alves Júnior, Milton
Continência a um comunista [recurso eletrônico] / Milton Alves
Júnior. – Aracaju : Editora Diário Oficial do Estado de Sergipe -
Edise, 2018. E'book PDF.
316 p.; il.: 21 cm.

Modo de acesso: world wide
web: <https://segrase.se.gov.br/>

ISBN 978-85-53178-19-3

1. Ditadura. 2. Resistência. 3. Exílio. 4. Tortura. I. Título.

CDU: 981.088

Elaborado por Neide Maria J. Zaninelli - CRB-9/ 884

Editora filiada



Editora Diário Oficial do Estado de Sergipe - EDISE

Rua Propriá, 227 · Centro
49010-020 · Aracaju · Sergipe
Tel. +55 (79) 3205 7421 / 3205 7420
edise@segrase.se.gov.br

WM – CONTINÊNCIA A UM COMUNISTA

O relato real do sergipano que bateu de frente com as ignorâncias e intolerâncias protagonizadas durante a ditadura militar. Um ser humano íntegro que necessitou multiplicar a dose de controle psicológico em busca de um Brasil mais democrático e igualitário.

Milton Alves Júnior

SIGLAS E EXPRESSÕES	
WM	Wellington Mangueira
CEC	Cotinguiba Esporte Clube
CSS	Club Sportivo Sergipe
ADC	Associação Desportiva Confiança
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PT	Partido dos Trabalhadores
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PP	Partido Progressista
AI-5	Ato Institucional Número Cinco / o mais duro de todos os Atos Institucionais durante a ditadura militar
MST	Movimento dos Trabalhadores Sem Terra
Sejuc	Secretaria de Estado da Justiça
DAGV	Delegacia de Apoio aos Grupos Vulneráveis
TJ/SE	Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe
TCE/SE	Tribunal de Contas do Estado de Sergipe
SSP	Secretaria de Estado da Segurança Pública
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
Sinase	Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo
PF	Polícia Federal
PM/SE	Polícia Militar do Estado de Sergipe
Boquinha	Apelido de Wellington Mangueira
UNE	União Nacional dos Estudantes
USES	União Sergipana dos Estudantes Secundários
Cenam	Centro de Atendimento ao Menor
Usip	Unidade Socioeducativa de Internação Provisória
FR	Fundação Renascer
PCdoB	Partido Comunista do Brasil

Alese	Assembleia Legislativa do Estado de Sergipe
DOPS	Departamento de Ordem Pública e Social
UEE livre	União dos Estudantes do Estado do Rio Grande do Sul
PUA	Pacto da Unidade e Ação
PCC	Partido Comunista Chileno
CODI	Centro de Operações de Defesa Interna
GPS	Global Positioning System
ARENA	Aliança Renovadora Nacional
CNM	Corte Nacional Militar
CNH	Carteira Nacional de Habilitação
TSE	Tribunal Superior Eleitoral
PPS	Partido Populista Socialista
PDT	Partido Democrático Trabalhista
Sepuma	Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Aracaju
Sintese	Sindicato dos Trabalhadores em Educação Básica do Estado de Sergipe
CUT	Central Única dos Trabalhadores
MPE	Ministério Público Estadual
TCE/SE	Tribunal de Contas do Estado de Sergipe

SUMÁRIO

Prefácio -----	15
Introdução -----	21
Nascimento -----	27
As pazes com o catolicismo -----	35
Primeiro porre de cerveja -----	39
Força do olhar X Rigorosidade materna -----	43
Laurinha, filhos e sogra -----	47
Acesso ao Atheneu Sergipense -----	51
Expulsão do Atheneu -----	59
Eleição do grêmio gestão 1963/1964 -----	63
Congresso em Lagarto -----	69
Assistência emergencial hospitalar -----	75
Uma facada não tirou o militante das ruas -----	79
Editorial do Globo declara apoio à intervenção militar -----	85
Calabouço no Calabouço/RJ -----	97

Primeira tortura sofrida -----	103
Revolta quando tentam calar a cultura -----	107
A falsa absolvição de 73 -----	111
Tentativa de exílio no Chile -----	115
O Cotinguiba: o reestabelecimento psíquico -----	123
Wellington como referência popular -----	135
Convite para lecionar no CCPA -----	143
Convite do Grupo Votorantim -----	147
Processo de Legalização do PCB -----	153
Eleição de 1986 -----	167
PCB e a ocupação de cargos estaduais -----	177
Impeachment de Fernando Collor -----	181
Combate ao grupo ‘A Missão’ -----	189
Delegacia para grupos vulneráveis -----	201
Sensacionalismo em desfavor da comunicação -----	207
Novo milênio e missões de WM -----	213
Rigor fiscalizatório -----	221
Convite para a Secretaria de Educação -----	225

Fundação Renascer -----	235
Militares prestam continência ao comunista -----	239
Unidade socioeducativa em Socorro -----	245
Considerações Finais -----	249
Depoimentos -----	253





Ousar lutar, Ousar vencer!

Carlos Lamarca

PREFÁCIO



Merece todos os encômios o fato de um jovem jornalista, Milton Alves Júnior, interessar-se em escrever sobre um personagem intrigante da vida sergipana, ainda vivo, Wellington Dantas Manguiera Marques. Esta sua obra “Wellington Manguiera – Continência a um comunista” traça um vasto panorama da vida desse líder estudantil na juventude, militante histórico do Partido Comunista Brasileiro, preso político e torturado nos porões da ditadura militar que assombrou o país de 1964 a 1985. As sequelas psicológicas e traumatizantes produzidas pela tortura sofrida em si e em sua mulher, Laurinha, não foram capazes de destruir as suas vidas, mas serviram de bálsamo para justificar a necessidade de resistir. Aos poucos, mesmo diante de uma sociedade amorfa, incapaz de entender a dor do torturado, soube compreender esse abismo e, para tanto, partiu para recompor a sua existência como professor, desportista, advogado e gestor público. A sua infância,

a família, o amor de sua vida - companheira Laurinha - os estudos no velho Atheneu Sergipense, os acontecimentos políticos que antecederam o golpe militar de 1964, a queda do governo Jango, as prisões e as torturas sofridas, o exílio na antiga União Soviética e na tentativa de ir para o Chile, tudo isso é contado para nos revelar a figura de um homem fraterno, que sonhava com um mundo mais justo e igualitário.

Todos sabem que durante o período ditatorial as maiores atrocidades foram cometidas contra os que se opunham ao regime. Estudantes, intelectuais, políticos, sindicalistas, profissionais liberais engajados, eram perseguidos e tidos como comunistas e terroristas. Era preciso combatê-los. Muitos foram torturados, desaparecidos e mortos sem qualquer tipo de constrangimento dos donos do poder. Muitas famílias não tiveram sequer o direito de dar um enterro digno a seus parentes, uma vez que os corpos nunca foram achados. Inúmeros presos políticos não resistiram e acabaram mortos após sessões de tortura física ou psicológica, com utilização dos métodos mais diversos, dentre os quais se destacam o Pau de Arara, onde uma barra de ferro era atravessada entre os punhos amarrados e a dobra do joelho, ficando o corpo pendurado; o Choque Elétrico, no qual dois fios longos eram ligados nas partes sexuais, nos dentes, língua e ouvidos; o Afogamento, que consistia em mergulhar a cabeça do torturado num balde cheio de água ou de fezes, empurrando sua nuca até o limite do afogamento; a Cadeira do Dragão, parecida com a cadeira elétrica, mas revestida de zinco e ligada a fios elétricos que, quando ligados, transmitia choques por todo o corpo do acusado; a Palmatória, utilizada para agredir várias partes do corpo, inclusive nos órgãos genitais; e as Agressões Físicas, aplicadas no corpo do preso.

Mas Mangueira, apesar de todo sofrimento e humilhações, como ser transcendental, sabia que era preciso resistir e transformar-se. Era preciso reconstruir novos sentidos

e horizontes para a continuidade da vida. O livro, então, passa a narrar a sua reintegração à vida aracajuana. Primeiro no Cotinguiba, um clube de futebol, onde ele passou a dar exemplo de administração. Em seguida, ocupando vários cargos públicos e privados como professor e advogado. Depois, passou a Secretário de Estado da Justiça, da Segurança Pública, da Cultura, Secretário Municipal da Educação em Nossa Senhora do Socorro, de Obras, Assuntos Jurídicos e Cultura e, finalmente, a Fundação Renascer, órgão que administra as unidades socioeducativas Centro de Atendimento ao Menor (CENAM), a de Internação Provisória (USIP), a Unidade Feminina (UNIFEM) e a Casa São Francisco de Assis (CASE/Semiliberdade). Em cada passagem por esses órgãos, Mangueira deixou registrada a sua atuação como gestor eficiente, denodado, ético e, sobretudo, revolucionário, procurando sempre transformar a realidade encontrada. Na Segurança Pública, aproximou a polícia da população através da criação da Polícia Comunitária e de uma delegacia destinada a grupos vulneráveis. O lado humanista sempre andou de mãos dadas com a sua prática no exercício dos cargos.

Enganaram-se, entretanto, aqueles que achavam que Mangueira havia perdido o elo com os seus ideais e com o sonho de um mundo melhor para todos. Mesmo ocupado com os vários afazeres profissionais, trabalhou no processo de legalização do Partido Comunista Brasileiro logo após a redemocratização do país, sempre participando da vida política sergipana. Foi um grande defensor dos direitos humanos e soube muito bem trilhar o caminho do reencontro com a vida. Apesar da perseguição nos albores da ditadura militar, não vendeu sua alma, não tergiversou nos seus princípios. Aliás, é um homem intransigente em relação aos seus ideais, esconde no peito uma mina riquíssima de compreensão humana. Mesmo com tudo o que aconteceu com ele e sua mulher, não deixou que o seu coração fosse povoado pelo ódio. Todos podemos olhar para ele com orgulho do seu

passado de lutas em prol do social, como defensor inflexível da cidadania e das liberdades ameaçadas. De Wellington Manguiera pode-se dizer que combateu o bom combate, dando tudo de si por um humanismo de base democrática, que tem como norte uma sociedade livre, justa e solidária, lapidada pela consciência. Compreendeu cedo o seu papel de não conformista, de agente de transformação social dentro daquilo que o destino construiu para ele.

Alguns acontecimentos ligaram a minha vida à de Wellington: o primeiro quando fui convocado pelo Reitor da Universidade Federal de Sergipe e pelo Arcebispo Dom Luciano Duarte para um ato de “beija-mão” ao Presidente Garrastazu Médici, que visitava Sergipe. Essa história eu já contei em artigo publicado na revista CUMBUCA, décima edição. Faço um resumo: Diante da minha recusa em comparecer ao ato com o ditador, fui premido por argumentos que me deixaram entre a cruz e a espada. Ao tempo em que a minha ida ao encontro seria bastante desconfortável, já que combatia a ditadura, por outro lado não podia deixar de me solidarizar com a aflição do Reitor e do próprio Arcebispo. Pela parte do Reitor João Cardoso, em razão da série de pressões que ele sofreu e estava sofrendo para punir estudantes. Em relação a Dom Luciano, uma ponderação fulminante fez com que eu revisse a minha posição: Tá bom! Quando o Senhor precisou de mim para salvar o seu amiguinho Wellington Manguiera eu prestei. Agora o Senhor me dá as costas! Ele lembrava uma reunião que tivemos na Cúria Metropolitana no período que Manguiera estava preso. Temíamos pela vida dele e de sua mulher, Laurinha, por conta das notícias que recebíamos sobre as torturas que vinham sofrendo em um quartel do exército fora de Sergipe.

Lembro-me, também, quando fui indicado pelo Partidão para recolher junto a algumas pessoas ligadas à Universidade Federal de Sergipe - professores, alunos e servidores - determinadas

quantias que seriam destinadas ao pagamento dos seus advogados. Na época, ele se encontrava preso com sua mulher. Outro fato significativo foi recente, ele como diretor da Fundação Renascer e eu como presidente do Tribunal de Contas. Diante da penúria das finanças do Estado, ele me fez uma série de solicitações de mobiliário, equipamentos de informática e materiais de construção usados, além de um scanner corporal que tinha como meta evitar o constrangimento das revistas íntimas aos visitantes dos menores infratores da unidade socioeducativa. Fizemos a doação de aproximadamente 460 itens, sendo 201 entre mesas e cadeiras, 142 equipamentos de informática e 112 de materiais de construção usados, desde divisórias a estrutura de banheiros. Ao receber o material ele me disse: Muitas mães ao visitarem seus filhos tinham que ficar de pé ou sentadas na quadra. Isto era constrangedor para mim e para todos que defendem os direitos humanos. Os recursos para aquisição do scanner foram deixados pela nossa administração no caixa do Estado. Mangueira é um homem que, como dito num provérbio chinês, não perdeu a candura de sua infância.

Mas o que mais me empolgava nele era a forma como discursava dialeticamente. Num debate com uma pessoa de diferente ponto de vista, não tentava vencer ou persuadir o seu opositor de forma impositiva ou deselegante. Ele fazia questão que não subsistisse qualquer dúvida a respeito dos seus argumentos. Aprendeu naturalmente com Sócrates, que encontrou na procura da verdade, através da razão e da lógica, o maior valor durante um processo de discussão, deixando de lado a retórica, porque nunca visou agradar o seu interlocutor, e a oratória, pois jamais pretendeu vencer uma conversa através da emoção. Como o Menestrel das Alagoas, imortalizado na música de Milton Nascimento e Fernando Brandt, era um saltimbanco falando em rebelião, como quem fala de amores para a moça do portão. Giovanni Pico Della Mirandola, na sua obra Discurso sobre a dignidade

do homem, diz que o homem é colocado no centro do mundo para poder contemplar as mais diferentes angulaturas do próprio mundo, sendo capaz de realizar plenamente suas virtualidades. Este homem, no centro do mundo, é o homem digno, aquele que direciona sua curiosidade para escolhas humanistas. Num mundo de tanta desigualdade, de exploração do homem pelo homem, de falta de fraternidade, é virtuoso construir para si e para todos a dignidade.

Wellington Manguera é este homem! Por ser solidário, o respeito pela dignidade humana criou raízes em sua alma. Viveu e vive como um cavaleiro lendário, resgatando valores adormecidos pela sociedade para construção de um mundo livre, digno e justo. “Wellington Manguera – Continência a um comunista” resgata uma bela história de vida.

Clóvis Barbosa de Melo

Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado de Sergipe

WM – INTRODUÇÃO

Até qual nível de sã consciência vale suportar a dor da crueldade em troca do silêncio? Delatar companheiros, missões comunistas e abertamente bater de frente com os ideais nada democráticos do governo, jamais! Em um dos períodos mais obscuros da História brasileira, sergipanos se uniram em uma corrente nacional a favor de o livre expor na certeza que apenas a união das forças estudantis e operárias seria possível vencer a Ditadura Militar que oprimia os Direitos Humanos da população e torturava sangrentamente aqueles que optavam por seguir na contramão dos interesses militaristas. Entre os dias 31 de março de 1964 e 15 de março de 1985 – período em que o Governo Federal foi comandado pelas Forças Armadas, brasileiros residentes em uma das 27 unidades federativas se sentiram acuados quando porventura tentavam pôr em prática o direito à liberdade de expressão.

Em Sergipe, a queda do governo de João Belchior Marques Goulart (PTB), retirado às forças pela Intervenção Militar, resultou na mudança drástica de postura adotada por inúmeros administradores públicos e professores atuantes em várias instituições de ensino. O fato é: nem todas as obras literárias poderiam ser lidas, bem como músicas e peças teatrais passaram a ser fiscalizadas e censuradas pelo novo governo. A mudança na metodologia de ensino foi inevitável; o comportamento social também. Como forma de retaliação, jovens, ainda inconscientes da bravura militar, deram início a uma série de mobilizações e atos públicos a fim de resgatar o direito de participar ativamente do progresso administrativo nacional. Com a chegada da repressão

militar, o número de manifestantes seguia despencando, e assim deu início à luta sangrenta que durou 21 anos e herdou marcas vivas até o Brasil contemporâneo. Uma pena para os anticomunistas; um alívio para a História democrática do Brasil.

Retratar a fase opressora imposta pelo Governo Militar trata-se de uma ação cautelosa em virtude da carga psíquica carregada por centenas de brasileiros, que até a atualidade sofrem pesadelos com as tribulações aplicadas por agentes do Exército Brasileiro. Mexer no assunto requer paciência e necessidade de caçar fontes essenciais, as quais possam se sentir à vontade para forçar a memória, segurar as angústias carregadas na alma, e contribuir bibliograficamente para que as próximas gerações no Brasil possam entender como foi difícil reconquistar o direito social que resultou na criação da Constituição Federal de 1988. Neste livro será possível viajar ao tempo e observar dentre cada depoimento o quanto a dor e as lembranças nada agradáveis seguem massacrando aqueles que lutaram para a conquista da democracia. O aracajuano Wellington Dantas Mangueira Marques não deve ser apresentado apenas como uma singela peça da reconstrução do país; mais do que isso, ele se tornou protagonista deste processo.

Jovem, no auge dos 18 anos de idade, Wellington Mangueira percebeu que a forma antidemocrática adotada pelas Forças Armadas não poderia permanecer prejudicando milhões de brasileiros que pleiteavam avanços significativos, participação popular nos gastos governistas, e inclusão da sociedade nos debates os quais resultariam mais tarde em leis beneficentes ao país. Visivelmente insatisfeito com todo aquele cenário golpista, o colegial matriculado no Colégio Estadual Atheneu Sergipense optou por enfrentar a repressão e decidiu, com ética e respeito paralelo, enfrentar as decisões governistas.

Para isso foi possível contar primeiramente com o apoio dos familiares, unir-se a companheiros do velho Partido Comunista Brasileiro (PCB), debater estratégias, se esquivar de perseguições militares e sofrer imputações determinadas por generais à favor do Estado Brasileiro. Apesar da pressão psicológica sofrida, seguida de ações torturantes, a certeza de estar atuando em prol do Brasil o fez seguir no sentido inverso dos projetos impostos pela ditadura.

Hoje, sem receio de sofrer novas perseguições, apesar da instabilidade política vivenciada no Brasil, Wellington Manguiera se sente parcialmente à vontade para relatar fatos históricos que, caso fossem publicados entre as décadas de 1960 e 1980, certamente tornariam ainda mais crucial para a integridade física e mental do acusado. Informações intrigantes e indiscutivelmente dolorosas para o estado de espírito, as quais foram expostas em maior representatividade popular durante entrevista concedida à Comissão Estadual da Verdade, no Museu da Gente Sergipana, em Aracaju, no dia 29 de janeiro de 2017. Mesmo depois de 31 anos após a queda democrática sofrida pela Ditadura Militar, o ilustre aracajuano homenageado neste livro se mostrou ansioso diante da forma adotada por governantes, classes trabalhadoras e movimentos estudantis ao acompanhar o processo que resultou no impeachment da presidente Dilma Vana Rousseff (PT), em 31 de agosto de 2016. Em meio às insatisfações com a forma governamental adotada pela então presidente petista, centenas de brasileiros foram às ruas pedir o retorno das Forças Armadas para o comando administrativo do país. O grupo era pequeno, porém suficiente para reacender o medo de o Brasil vivenciar o reinício de um novo golpe, ou governo extremista defendido, por exemplo, pelo deputado federal pelo Estado do Rio de Janeiro, Jair Bolsonaro (PSL).

Na força, no golpe, não foi possível. Em contraponto, democraticamente o líder do Partido Social Liberal foi eleito presidente da República no dia 28 de outubro de 2018, com 55,13% dos votos válidos. Chama a atenção a mudança de discurso por parte dos brasileiros que minutos antes de iniciar a contagem dos votos insistiam em garantir que o sistema de votação em urnas eletrônicas é fraudulento. Confirmada a vitória do deputado sobre Fernando Haddad, do Partido dos Trabalhadores, os rumores cessaram.



WM durante discurso na Comissão Estadual da Verdade Paulo Barbosa de Araújo / Governo de Sergipe

Esta obra trata de uma biografia rica em depoimentos, imagens inéditas e relatos de companheiros os quais sofreram atrocidades semelhantes as vivenciadas por Wellington Manguiera e familiares. Em um contexto geral, será possível conhecer em detalhes a figura pública humanista, nascida em 21 de agosto de 1945, a qual contabiliza em seu histórico, por exemplo, o reconhecimento da Anistia Internacional e do Congresso Nacional, em Brasília, devido às ações proporcionadas à favor

dos Direitos Humanos. Aqui estão contidos fatos vivenciados na infância durante as incansáveis idas ao Cotinguiaba Esporte Clube – seu clube do coração, as diversões em família e o acesso ao ensino público, referência disciplinar até o final dos anos 1970. Detalhes de como fez brotar ainda no período colegial a paixão por Laura Marques, sua companheira de sempre com a qual teve a felicidade em educar para a vida seus três filhos.

Nesta introdução foi possível identificar o que virá a partir deste momento. Sinta-se a vontade para recordar fatos memoráveis. Para os leitores nascidos após o fim da Ditadura Militar, aproveitem a leitura para consumir informação e abranger o conhecimento geral sobre militância estudantil e política, suas raízes fundamentais para o fortalecimento contínuo da democracia brasileira, bem como as ponderações expostas pelo homenageado quanto ao futuro das novas gerações de brasileiros. A sugestão é: reserve uma boa dose de café expresso, permita-se a viajar no tempo, segure os sentimentos e conheça, a partir de agora, a vida e a importância de Wellington Dantas Manguiera Marques para o progresso de Sergipe, do Brasil e do mundo.

NASCIMENTO

Os ponteiros apontavam para as 8h40 do dia 21 de agosto de 1945, quando ouviu-se, em Aracaju, os primeiros choros ecoados por Wellington Dantas Mangueira Marques, filho de Alvarim Mangueira Marques e Iracy Dantas Marques. Depois de 38 semanas marcadas por expectativas e ansiedade, eis que a parteira Maria Edildes – primeira parteira sergipana formada pela Faculdade de Anna Nery, no Estado do Rio de Janeiro, anuncia a chegada do sétimo filho do casal. Sem dispor de estruturas modernas, Wellington nasceu no berço familiar, na Avenida Augusto Maynard, número 262, bairro São José, zona Sul da capital sergipana. Forte e esbanjando saúde, não demoraria muito para que o recém-nascido deixasse de forma escondida o colo materno e se deparasse pela primeira vez com aquela que se tornaria sua segunda residência até os dias de hoje: o Cotinguiba Esporte Clube.

O fato histórico ocorreu pouco mais de 72 horas após ter nascido, quando o seu irmão Wilton Mangueira, decidiu, evidentemente sem o consentimento de Dona Iracy, levá-lo para o Cotinguiba a fim de presenciar a vitória do seu pai no Campeonato Sergipano de Remo. É bem verdade que a distância entre os dois imóveis não ultrapassa a fronteira de 500 metros, porém a atitude vulnerável protagonizada pelo irmão mais velho lhe rendeu mais um fato que nos impulsiona a entender a grandiosidade do amor que Wellington possui ao desporto do clube mais antigo de Sergipe. Ao se deparar com o filho caçula em meio à festa da vitória sob o arquirrival Club Sportivo Sergipe (CSS), Alvarim Marques repreendeu o filho diante dos companheiros em virtude da ação arriscada, porém, com o aval do então presidente cotinguibense, Francisco Martins, decidiu batizar Wellington Mangueira com a água salgada que ainda

restava na parte interna nas canoas. Sem muita cerimônia, mas com requinte fraterno, o ato ocorreu em meio às dependências internas do clube, e não em uma paróquia como de costume e tradição. Naquele momento, a Família Mangueira vivenciava certa empatia com membros e ações promovidas pela religião Católica. Sem pressão, no mais natural das surpresas da vida, aos poucos os laços voltaram a ser firmados ao ponto de exatos três anos, três meses e 17 dias de nascido, Wellington foi batizado na Paróquia São José, no dia 08 de Dezembro, Dia da Imaculada Conceição de Maria Santíssima para os católicos, e de Oxum, orixá feminino das águas doces, comemorado pelo Candomblé.



Aos dois anos e meio de idade, WM sendo fotografado pelos pais na sala residencial.

Chegado o momento de ter acesso à rede escolar, WM, já com cinco anos de idade, começou a apresentar problemas

de saúde os quais não conseguiam ser decifrados pela medicina da época; entre consultas e exames realizados em várias clínicas e demais unidades de saúde, foram dois anos de batalha pela melhoria no respectivo quadro clínico. Atrasado no âmbito escolar, mas com sede de consumir informações e qualificar o conhecimento de mundo, Wellington enfim conseguiu no turno da manhã ingressar na Escola Santa Joana D'Arc, instituição particular administrada por associados do Cotinguiba. Antes porém teve como professora Alba Moreira, onde iniciou os seus estudos. Vítima de uma virose foi obrigado a deixar seus estudos. Dona Dezinha Ludovice, jovem educadora, a qual se tornou sua segunda, e inesquecível professora. Paralelo à inscrição no Joana Darque, o Sr. Alvarim e D. Iracy - na tentativa de garantir a WM o progresso pedagógico das demais crianças, decidiram matriculá-lo, no período da tarde, junto ao Grupo de Estudos Rodrigues Dória que funcionava dependências próximas ao Cotinguiba e tinha como professora a pedagoga Dona Nilza Rodrigues, esposa do reverenciado jogador Charuto, dono de um chute forte, capaz de tirar o sossego dos goleiros, ídolo de várias gerações.

Durante toda a sua passagem pelo ensino infantil foi possível constatar a postura pacífica apresentada dentro das salas de aula, e a forma respeitosa a qual costumava tratar os mestres superiores. A regularidade na presença, bem como as notas geralmente acima da média, constatadas nos diários e boletins escolares, ajuda a entender o período em que Wellington necessitou vencer problemas de saúde, alcançar o nível escolar dos demais colegas de turno e ainda ser apresentado como um estudante promissor para o Ensino Fundamental. Disciplinado na escola, essa característica naturalmente foi herdada dos pais e irmãos mais velhos que sempre tiveram dentro de casa uma educação básica, sinônimo de obediência junto aos mais experientes. Conflitos? Sim, existiram assim como ocorre com qualquer cidadão seja lá qual for a fase da vida, mas é necessário ressaltar que raros foram os relatos de

atitudes rudes protagonizada por WM perante a um professor, vizinho, parente ou administrador escolar. Desde criança, o bom palavreado e a maneira de se expressar com gestos simples, sem sinais de agressividade ou obscenidade, sempre foram seus pontos fortes. Hostilidade? Pra quê? O raciocínio lógico desenvolvido por Mangueira o fez entender que a promoção de um bom diálogo, atrelado ao seu jeito humanista, poderia lhe render conquistas, por mais que elas estivessem aparentemente apenas presentes no mundo imaginário.

Caseiro - e isso inclui o tempo livre em que seguia frequentando o Cotinguiba, WM sempre se mostrou interessado em dividir momentos de diversão junto aos familiares. Cientes que aqueles momentos poderiam lhe render novas experiências de vida e compartilhamento de emoções, o período de férias sob a supervisão dos pais e/ou tios, era comum encontrá-lo em quadras de futebol dividindo atividades físicas com os irmãos e primos. Apesar da proximidade com o esporte, a leitura também o fazia separar horas diárias para aprofundar o conhecimento. O lazer de Wellington não se resumia a correr atrás de uma bola, ou mesmo manusear canoas de remo; estudar livros e parábolas sobre filosofia mexia com o seu princípio de aproximação com a filosofia. Aos dez anos de idade, prestes a conquistar uma vaga no tradicional Colégio Estadual Atheneu Sergipense, em 1956, ele já entendia que somente aprofundando os estudos em História o poderia trazer algum ensinamento de vida. Esta prática de compartilhar informações com os pais e buscar resgatar o máximo de conteúdo repassado pelos professores, apesar de ocupar a faixa etária da pré-adolescência, o fez se tornar uma criança produtiva. Não pensem que por este motivo as notas haviam disparado em busca da excelência: WM seguia promissor, mas dentro da média, o suficiente para deixar o boletim azulado. Rivalidade sadia à parte, era importante deixar o boletim mais positivo do que negativo; notas baixas representariam o vermelho subscrito em folha branca.

A união dessas duas tonalidades lembrariam as cores predominantes no escudo do CSS, e isso não o era de bom grado.



Em casa, ao lado do pai e da tia Acirema Mangueira Marques / após os primeiros atos de tortura sofrido.

No período de férias escolar, feriados e finais de semana, era de costume seguir para o clube do coração com os sete irmãos e permanecer por horas degustando lanches apetitivos preparados geralmente por D. Iracy. Sem leque de opções – até porque o lazer dos anos 1940 e 1950 se resumia à música e prática de esportes, Wellington tinha como roteiro assistir a treinos de voleibol e futebol das seleções do Cotinguiba; ao lado dos irmãos Wedmo, Wilson, Wedna, Wilda, Wélia e Wilna – todos de sobrenome Dantas Mangueira Marques, estar diante de atletas lendários como Charuto, Carlos Ouro, Galdino, Gicélio, Lourão, Carmelo e Nicinho, este último também irmão, significava aprender táticas esportivas e posicionamentos essenciais para pôr em prática quando fosse disputar partidas com atletas da sua idade. Depois de anos figurando o papel de observador, foi então que o CEC, no

ano de 1959, decidiu fundar o primeiro time oficial de Futebol de Salão e disputar partidas nas categorias juvenil e adulto. Com a presença de WM nas quatro linhas, o ‘Tubarão da Praia’, como ficou conhecido o Cotinguiba, se tornou o primeiro clube a vencer uma competição oficial desta modalidade no Estado de Sergipe. Esta conquista lhe rendeu o primeiro marco oficial de colaborador; ato rigorosamente emocionante vivenciado por Wellington Manguiera, o qual carrega até hoje o troféu erguido naquela vitória.



Wellington Manguiera enquanto atleta da categoria de base do Cotinguiba

“Eu nunca fui esse jogador nato, peça fundamental e goleador dos times que fazia parte, porém, o meu forte era o passe; eu tinha classe e habilidade. Fundamentos necessários para ao menos conseguir prender um ou dois marcadores comigo. Essa técnica eu consegui apurar quando seguia para o Cotinguiba e ficava assistindo com meu pai e irmãos, os atletas profissionais brincando de dois toques, muitas vezes até com bolas que não eram de futebol, mas sim de voleibol, ou basquetebol, por exemplo. Deu certo por um tempo, mas depois eu percebi que talvez não tivesse

muito sucesso no âmbito esportivo; era amador; gostava mesmo do esporte para brincar e praticar atividade física, mas não para competição profissional. Optei por abrir espaço para companheiros que também amavam o Cotinguiba e poderiam lhe trazer mais conquistas do que eu. Sem sombra de dúvidas, quando volto às quadras para assistir meu neto Hugo Mangueira jogando futebol, percebo que ele tem mais habilidade do que eu quando tinha a sua idade. Diria que meu forte era mais assistir as nossas seleções de bases desportistas e o bom carnaval. Modéstia à parte, nós (família Cotinguiba) possuíamos a melhor festividade momesca”.



Wellington e Laurinha durante o tradicional baile de carnaval realizado pelo Cotinguiba



WM e a artista Elke Maravilha durante baile de carnaval do Cotinguiba

AS PAZES COM O CATOLICISMO

Não só por desportistas o Cotinguiba costumava ser frequentado. Depois do ano de 1949, após o Sr. Alvarim Marques ter se reconciliado com a Igreja Católica, ou mesmo se aproximado pela primeira vez com a religião mais popular do mundo, o patriarca da Família Mangureira se tornou um dos associados a defender a abertura do clube para a realização de eventos culturais e religiosos, semelhantes às quermesses, com o propósito de arrecadar dinheiro e ajudar na reforma e manutenção da Paróquia São José. É bem verdade que o coração de pai foi amolecido com pedidos partidos das filhas, da nora Ivete, e vizinhos de sua alta estima, a exemplo de Dona Iône, Dona Corina e Marta Ouro. Com um time de respeito como esse ficou difícil para o Sr. Alvarim bater o pé, não concordar com a promoção das atividades, e posteriormente defender em reunião a tese junto aos demais associados e gestores da época. Aprovado no conselho, talvez a mais otimista das devotas de São José - o padroeiro dos carpinteiros, pudesse imaginar tamanha satisfação e rendimento financeiro para a paróquia. Rivalidade é rivalidade, sempre! Observando o sucesso das quermesses promovidas pelo Cotinguiba, o Clube Sportivo Sergipe também decidiu se articular a fim de organizar eventos semelhantes. Estava formado o Cordão Azul, integrado por torcedores do CEC, versus o Cordão Encarnado, constituído por torcedores do CSS. Em meio à batalha pacífica, a agregação de operários, metalúrgicos e pescadores contribuía em maior escala para que a renda obtida fosse mais lucrativa para as paróquias beneficiadas.



Paróquia São José na década de 60 / Acervo: Rosa Faria

Já batizado na São José, mesmo com a pouca idade Wellington buscava se unir aos familiares, amigos e vizinhos para contribuir de alguma maneira na organização da festa católica. Era mais um momento de compartilhar aquelas boas histórias de vida vivenciadas pelos mais experientes. Esses sucessivos apoios às quermesses contribuíram para que ele elevasse a sua admiração perante a sociedade no contexto geral. Educado, inteligente e prestativo, conseguia constituir a figura exata de criança excepcional e símbolo para as demais. Dentro de casa essa postura cristã só rendiam elogios e admiração junto às irmãs Wedna, Wilda, Wélia e Wilna. O filho caçula já demonstrava ali o desejo de ajudar ao próximo e buscar a integridade fraterna entre os povos. Ao contrário do que muitos conseguiam imaginar, WM nunca foi muito fiel, seguidor e adepto do catolicismo; a verdade é que o respeito por todas as religiões e demais correntes espirituais sempre falou mais alto, e esse, até hoje, é o seu diferencial. Idas às missas com sua mãe e tias se

tornavam constantes a cada semana. Wellington desde o princípio da leitura básica estudantil apresentava interesses em desvendar o misticismo religioso. A inclinação para acreditar também em forças e entes sobrenaturais o fazia consumir livros, ou mesmo pequenos folhetos que retratavam histórias milenares de cada religião com abrangência no Brasil. Quem conversa com Wellington logo percebe o seu conhecimento religioso. Saibam, esse conjunto de informações baseado em estudos mundiais o acompanha desde os primeiros anos de vida. Não se diz religioso defensor célebre desse ou daquele seguimento, ele apenas busca atualizar as histórias e entender que cada ser humano possui o livre arbítrio em querer, ou não, acreditar em um Deus.

PRIMEIRO PORRE DE CERVEJA

Em meio ao modo simpático de ser com o próximo, lhe sobravam peripécias que contradiziam com a maioria das crianças e adolescentes dos anos 1940, início dos 1950. Em uma das comemorações de campeonato desportivo, Wellington, no auge dos seus sete anos de idade conheceu cedo demais o sabor amargo de uma cerveja, o primeiro gole ele não gostou. Foi uma degustação rápida, determinada pelo seu próprio pai para comemorar o título conquistado pelo Cotinguiba, de campeão de futebol-primeira divisão, no 1952. Passaram-se os anos, em janeiro de 1955 – período de férias escolar, Wilton Mangueira propôs um passeio de bicicleta entre as ruas da cidade com destino à Praia de Atalaia. O início da aventura começou por volta das 9h, partindo de sua casa. Sem a estrutura arquitetônica da atualidade, Wilton necessitou pedalar com o irmão mais novo na garupa por horas passando pela Avenida Zaqueu Brandão, Rua Urquiza Leal, saiu na Rua Franklin Sobral onde tem o Colégio Gonçalo Rollemberg, passou por trás do Parque da Sementeira, contornou a rotatória para, enfim, ter acesso à ponte que fica nas intermediações do Parque dos Cajueiros. Percurso longo, mas com amplas probabilidades de lhes render fatos inesquecíveis. Foi o que aconteceu. Chegando na Atalaia, a dupla de irmãos se deparou com o Sr. Estrela, famoso proprietário do bar construído dentro de um vagão de trem. Naquela época não existiam bares de alvenaria; eram quiosques pacatos, e com estrutura precária. Em meio às conversas, Sr. Estrela – torcedor assíduo do Sergipe, propôs realizar uma aposta em qualquer que fosse a modalidade na tentativa de provar que mesmo no amadorismo das torcidas, o CSS conseguia vencer o Cotinguiba. Entre as regras ficava estipulado que paralelo à

aposta em dinheiro, a competição seria de quem conseguia beber mais cerveja. Aquele que vomitasse primeiro seria o derrotado. Ciente da responsabilidade em retornar para casa no final da manhã, pegando o mesmo sacrificante roteiro de volta, Wilton rejeitou o confronto, mas optou por escalar Wellington para a competição versus o filho de Sr. Estrela, presente no diálogo e consumidor do líquido amarelo com experiência, apesar também da pouca idade. O resultado disso tudo foi um baita de um porre; o primeiro de sua vida:

“Eu topei o desafio! Afinal de contas respeitava as decisões dos mais velhos e acima de tudo estava em jogo a imponência do Cotinguiba. Passaram-se as disputas, goles e mais goles de cerveja quente e amarga que só ela, sei que eu acabei ganhando, meu irmão, esperto todo, ficou com o dinheiro da aposta e optamos por ficar por mais alguns instantes no bar do Sr. Estrela – que morava na Rua Duque de Caxias. Na hora de retornar, ciente que a gente tinha ido de bicicleta, ele nos ofereceu uma carona e nós aceitamos. Botamos a bicicleta na carroceria de caminhão e seguimos com destino ao Cotinguiba. Chegando lá, perguntamos a ele se não poderia seguir em frente mais um pouco e nos deixar na porta de casa; ele aceitou e assim ocorreu. O problema estava feito. De longe a gente já conseguia observar nossa mãe na porta de casa se mostrando inquieta com o nosso sumiço. Eu ainda estava tonto de tanta cerveja. Assim que descemos do caminhão meu irmão me botou logo pra dentro do banheiro dizendo que eu precisava tomar banho e mandou eu ficar lá o máximo de tempo possível para que Dona Iracy não percebesse o que havíamos aprontado. Essa estratégia de nada adiantou. Minha mãe percebendo a demora e o gasto excessivo de água, ordenou que eu fechasse o chuveiro, me arrumasse e fosse de imediato para a mesa para jantar. Fiz isso! Assim que sentei e ela botou o prato na mesa, de cara ela percebeu minha fisionomia diferente e cheirou minha boca; coisa de mãe cuidadosa e que se preocupa com o futuro do filho. Depois de descobrir o que havia ocorrido, ela deu uma surra no meu irmão e disse que apenas não iria sobrar pra mim naquele momento porque

o irresponsável maior do porre tinha sido Wilton, mais uma vez. Na realidade ele acabou ficando de couro quente por três motivos: 1º - Não havia dito que iria para a praia e me levaria; 2º - Tínhamos chegado após a hora sagrada do almoço e isso era um pecado para a nossa família; 3º, e não menos grave, a cachaça que o filho homem mais novo dela acabara de beber”.



O Valoroso primeiro time de futebol do Cotinguiba Esporte Clube, que no dia 03 de março de 1918, após confronto rico em emoção contra o então destemido – e arquirrival Club Sportivo Sergipe, pelo placar de 3X1.

FORÇA DO OLHAR X RIGOROSIDADE MATERNA

Para Wilton e Wellington, mesmo com toda essa repreensão da mãe, talvez tenha sobrado uma raspa de sorte; A Família Dantas Mangueira Marques, assim como algumas outras no Brasil, possuía uma característica natural: o pai tem fama e forma que exige pleno respeito, impõe autoridade sublime, ordena apenas com o olhar, mas o coração é mole, capaz de se acovardar na hora de tascar qualquer que seja uma bofetada na palma das mãos de seus filhos. A mãe não! No palavreado popular: Desce o cacete mesmo. É carinhosa, cuida bem da casa, mas não pisa fora da linha que a punição é imediata e não tem volta. Assim aconteceu nesse episódio. Sem a presença de Sr. Alvarim Mangueira dentro de casa, Iracy não deixou para depois e fez Wilton ir dormir com a pele "assando" das palmadas; sinal de alerta para tomar prumo de adolescente e deixar as aventuras mirabolantes de lado. A medida respingou também para Wellington; caso repetisse qualquer tipo de aposta insana, a surra sobriaria para ele também. Fato semelhante nunca mais ocorreu, e até hoje WM curte uma boa cerveja, mas sempre moderadamente. Outros porres já aconteceram ao longo dos 73 anos de vida, mas nada se compara à sua primeira indigestão alcóolica, em 1955.



Iracy Dantas Marques e Alvarim Mangueira Marques

Mesmo diante da pressão materna, a vontade em desvendar as curiosidades do mundo acabava sempre falando mais alto e resultando, nem sempre, em castigos ou punições arbitrárias comandadas por Dona Iracy. Em meados de 1954, antes mesmo de protagonizar o consumo excessivo de cerveja, Wilton e Wellington, durante uma manhã de domingo, dia de sol e típica de férias, decidiram se empossar de uma canoa de patrimônio do Cotinguiba, e seguir pelo Rio Sergipe com destino à Croa da Atalaia Nova, município de Barra dos Coqueiros, região metropolitana de Aracaju; isso, mais uma vez, e para variar, sem o aval dos pais. A meta da dupla era seguir navegando pelas águas calmas do rio em busca de siris e pescadas, até então típicas da região. Por mais de cinco horas longe da vista dos responsáveis, os irmãos seguiram mesclando o lazer pela pescaria com os riscos enfrentados por qualquer pescador. Felizmente nada de anormal aconteceu. Anormal no que se refere a sinistros ou algo parecido; para os

irmãos, aquele dia foi memorável diante da quantidade de siris capturados. Para se ter uma noção básica do ocorrido, mesmo em fúria com o sumiço dos herdeiros, ao avistar Wilton e Wellington retornando com o montante do alimento, os pais optaram apenas por repreendê-los verbalmente. No melhor estilo morde e assopra, enquanto enalteciam a periculosidade da ação, logo pediam ajuda dos filhos para contabilizar a quantidade de siris. Sem condições estruturais para armazenar tamanha aglomeração do crustáceo, o jeito foi dividi-los em sacolas de pano e compartilhar com os vizinhos e membros administrativos da Paróquia São José.



Ilustração rica em detalhes apresentada pelas mãos e mente brilhante do artista / comunicador ilustrador sergipano Edilson Silva.

A curiosidade desse registro fica por conta da maneira como as dúzias de siris foram armazenadas e transportadas desde o momento da captura, até serem distribuídos com a comunidade. Com o apoio de linhas de cordão os irmãos conseguiam aos poucos, e com o mais alto primor da paciência, ir atraindo o crustáceo com carne, muito apreciada em várias regiões do

Nordeste brasileiro. Em seguida eles eram recolhidos com o apoio dos famosos jererés e depositados na parte interna e rasa da canoa. Finalizado esse procedimento, já com o barco superlotado, chegava a hora de navegar de volta para o litoral aracajuano e o problema estava justamente aí: como dividir o espaço com os alvoroçados siris? Sem equipamentos de segurança, o jeito foi se arriscar na beirada da canoa e erguer os pés a fim de evitar possíveis ataques. Diz a mitologia regional que, de acordo com a fase do ano, a pressão atribuída pelas patas do siri consegue ser mais firme se comparado com a do caranguejo. Biólogos optam por analisar a tese como crença, ou superstição popular já que todo siri é, na verdade, também um caranguejo. A mesma família; membros da Portunidae. Explicações técnicas à parte, o que se pode garantir é que durante o trajeto alguns tripulantes da canoa cotinguibense conseguiram fugir e nem Wilton, tampouco Wellington, se tornaram vítimas das patas temerosas dos siris.

LAURINHA, FILHOS, SOGRA

Independentemente de quantas tenham sido as aventuras vivenciadas no período infantil e na pré-adolescência, a base educacional filtrada por Wellington Mangueira se faz alto suficiente para que perpetuasse os ensinamentos inseridos por Alvarim Mangueira Marques e Iracy Dantas Marques. Após o acesso na Colégio Estadual Atheneu Sergipense em 1956, WM em meio às atividades disciplinares, teve a gratidão de conhecer Laura Maria Ribeiro Marques. Filha de família humilde, a jovem estudante conquistaria com o seu jeito de agir e pensar, o coração do menino que sonhava com dias melhores para todos. Antes mesmo de oficializar o início do relacionamento, isso em dezembro de 1965, o casal já apresentava indícios da parceria humanista a qual se formava e resultaria mais tarde em benefícios para todos os brasileiros. Casados no dia 16 de abril de 1971, dessa união renderam como furtos o nascimento dos filhos Iracy Mangueira Marques e Igor Mangueira Marques, e o acolhimento de Shirley Fernanda – a ‘Nandinha’, para a família. Formada em Direito, hoje juíza, Iracy é casada com Alessandro Santana, e mãe de Sofia Mangueira Santana, e Isadora Mangueira Santana; já Igor, é formado em Comunicação Social/Jornalismo, hoje concursado pela Universidade Federal de Sergipe (UFS), e pai de Hugo Barros Mangueira; Fernanda é bacharela em Direito. Para entender a fundo a cumplicidade que transborda do casal não precisa analisar fotos e publicações históricas; basta separar uma boa xícara de café e dialogar por alguns instantes com Dona Helena Tourinho Ribeiro, sogra de WM. Há mais de 50 anos, ela, hoje com 93 anos de idade, é a principal fonte de informação capaz de revelar não apenas o amor o qual envolve WM e Laurinha, mas também, momentos de instabilidade democrática vivenciados na luta contra a ditadura militar. Helena consegue desde os idos de 1960

dividir a missão de ser mãe, sogra e cúmplice de todas as decisões determinadas pelo casal.

Com riqueza de detalhes, Dona Helena relembra os primeiros dias em que WM começou a frequentar a futura casa da sogra com a perspectiva participar de grupos de estudos, realizar tarefas escolares e debater as demais ações disciplinares ligadas à metodologia educacional do Atheneu Sergipense. Até então apenas figurando a imagem de colega de escola de Laurinha, a presença de Wellington entre os seus familiares se tornava constante e de bom grado. Aquela mesma simpatia e educação admirada pelos vizinhos da Avenida Augusto Maynard se tornava seu portfólio principal na busca pela aprovação do romance. Em depoimento emocionante concedido no dia 12 de janeiro de 2017, reconheceu a importância do genro para a vida de sua família. Com os olhos repletos de lágrima, Dona Helena lamentou a falta de genros com o mesmo perfil de WM; por muitos anos ela disse ter orado diariamente para que as demais filhas pudessem ter a oportunidade em encontrar maridos com atitudes semelhantes ao marido de Laurinha. Definitivamente com todo esse prestígio, Wellington deixou de ser tratado como um genro de luxo, e passou a ser apresentado como um filho. Esse título familiar ele carrega até hoje. Em 2014, cientes dos problemas de saúde enfrentados por Dona Helena, WM e Laurinha, com a promessa de prestar ampla assistência de saúde, decidiram convidá-la para morar junto a eles por tempo indeterminado. O convite prontamente foi aceito e desde então ela segue desenvolvendo atividades rotineiras as quais a ajudam na promoção da qualidade de vida.

“No início eu achei um tanto confuso, acreditei que poderia atrapalhar a vida deles porque eu tenho essa idade e não consigo fazer muita coisa sem o auxílio de uma pessoa ao meu lado. Até receber esse convite eu morava em uma casa, e, talvez por causa da solidão na maior parte do tempo, estava ficando angustiada e doente. Tudo mudou para melhor depois que Wellington e

Laurinha perguntaram se eu não toparia morar com eles. Foi uma surpresa e ao mesmo tempo mais uma prova de que Wellington não se trata de um genro, mas sim um filho querido e muito atencioso. Eu tenho muito orgulho dele, e da forma como minha filha trata as pessoas. Aqui eu sou cuidada de forma diferenciada, tenho acompanhamento direto de Rosilene Costa (secretária doméstica da família carinhosamente chamada de ‘Silene’), e posso garantir uma coisa: nesta casa eu não me sinto uma idosa, na realidade o cuidado que recebo fica parecendo que sou criança, assim como os meus bisnetos. Há décadas eu falo que essa família é abençoada por ser reflexo da educação trazida de berço por Wellington; uma base exemplar que envolve cultura, esporte e principalmente amor e respeito ao próximo. Espero que as futuras gerações possam seguir este exemplo. O mundo parece que está andando na contramão e somente seguindo esses modelos de vida, apresentado tão bem por Wellington, o futuro pode melhorar”.



Helena Tourinho: uma sogra/mãe para Wellington Mangueira

Essa relação entre Dona Helena e o casal se arrasta desde os anos 60 quando Wellington e Laurinha também faziam

parte do Grêmio Estudantil Clodomir Silva e resistiam contra as imposições antidemocráticas promovidas pelo regime militar. Na busca pelo conhecimento – mesmo diante de tantas obras literárias censuradas pelo governo, a única forma encontrada para consumir os conteúdos ilegais da época era se reunindo em locais considerados neutros pelos estudantes e militares; o problema disso tudo era o trajeto. Como transportar os livros, panfletos sindicais e apostilas contendo conteúdos proibidos sem correr o risco de ser abordado e duramente revistado pelos soldados do Exército Brasileiro? Eis que entra Helena no jogo. Simples como sempre, e com uma aparência dócil e respeitadora das ordens, ela então percebeu a agonia do genro e decidiu assumir a figura de colaborativa do grupo. Na tentativa de passar despercebida pelo olhar criterioso dos agentes, o jeito foi adquirir sacolas grandes forradas com chita, e, todas as vezes em que necessitava transportar os livros, as enchia de retalhos de tecido, depositava as obras, e em seguida as cobria novamente com os tecidos. A medida foi promovida até o início dos anos 1970 e ela teve a sorte de nunca ter sido apontada como suspeita. Certamente a parceria do passado contribuiu para que o presente entre sogra e genro permaneça incrementando de harmonia este laço familiar. Por questões naturais da humanidade, fica evidente que Dona Helena não substitui, ou ocupa integralmente a lacuna deixada por Dona Iracy Dantas; a saudade é grande, dói no peito e martiriza, porém, chega a ser impossível não ressaltar a importância dela para a formação da Família Mangueira Marques. Os seus ensinamentos foram, e são, de extrema magnitude. Dona Helena definitivamente segue firme assumindo o cargo mais alto e respeitado do clã.

ACESSO AO ATHENEU SERGIPENSE

Janeiro de 1956. Um mês comum e rotineiro para centenas de instituições de ensino espalhadas pelos 75 municípios sergipanos. Período de matrículas, rematrículas e transferências externas. Com idade apta para pleitear o acesso junto ao histórico Colégio Atheneu Sergipense, Wellington Mangueira - após enfrentar sabatinas as quais selecionavam categoricamente os futuros estudantes da unidade pública mais disputada do estado até hoje -, enfim, foi comunicado através dos seus pais, Alvarim Mangueira Marques e Iracy Dantas Marques, que havia conquistado êxito nas avaliações e poderia confirmar a inscrição. Agora, só bastava aguardar o início das atividades previstas para março daquele ano. Começava ali uma das fases mais importantes para o futuro de Sergipe. O Atheneu foi fundado ainda no século XIX, mais precisamente no dia 24 de Outubro de 1870, no então governo de Francisco Cardoso Júnior, presidente da Província de Sergipe. Por toda a imponência na educação pública do estado, o desejo em conquistar uma das vagas era presente na fase ainda criança de milhares de sergipanos. Os professores eram considerados nobres; ser estudante do Atheneu – em especial entre as décadas de 1930 e 1980, mostrava perante a sociedade que o jovem possuía condições éticas e conhecimento de mundo suficiente para acessar com louvor instituições de ensino superior, uma espécie de estágio excepcional para quem desejava progredir profissionalmente. De origem socialista, Mangueira sonhava mais alto. No auge dos seus 11 anos de idade ele já pensava em se unir aos veteranos do Atheneu, e, aos poucos, contribuir com o desenvolvimento social da nação e valorização de todas as classes trabalhadoras. Tão novo, ainda na pré-adolescência,

a sua postura progressista intrigava familiares e vizinhos da lendária casa de número 262, no bairro São José. A paixão pela História mundial contribuiu diretamente para que a doce criança se transformasse em um promissor militante estudantil. O seu cajado para se manter firme nas convicções, muitas vezes inaceitável por mestres educadores, se chamava professora Ofenísia Soares Freire.



Escola Estadual Atheneu Sergipense / final da década de 50 / período de acesso de WM

Neste princípio de vida marcada por lutas diante do Grêmio Estudantil, ao contrário da raiz paterna, WM ainda não se considerava um comunista, ou mesmo um singelo simpatizante do comunismo forte na antiga União Soviética. Talvez devido a pouca idade e estudar em escolas do ensino infantil que pregavam a parcialidade das ações sociais, Mangueira visivelmente não possuía ideologia política e socioeconômica com a perspectiva de promover o estabelecimento de uma sociedade igualitária, sem classes sociais e apátrida, baseada na propriedade comum dos meios de produção, assim como prega a base do comunismo

mundial. Essa particularidade foi se construindo paulatinamente no decorrer dos sete anos consecutivos em que passou no Atheneu. Em meados de 1960, após contabilizar aprovações a cada final de ano e notas de cor azul celeste, o cotinguibense decidiu se inscrever para adesão ao Grêmio Estudantil Clodomir Silva; É preciso destacar que antes mesmo do início e fim da ditadura militar, para participar de grêmios estudantis em qualquer que fosse a instituição de ensino era necessário ser estudante com características admiráveis pelos demais colegas de instituição. Apresentar notas boas, bom comportamento e respeito aos professores e demais integrantes do corpo funcional da escola eram pré-requisitos essenciais. Naquela época não havia baderna, coligações de interesse particular junto a partidos políticos, ou mesmo desordens públicas e depredação em larga escala do patrimônio público. A única arma letal utilizada pelos membros do grêmio era a ideologia democrática. Postura essa que no Atheneu, no período entre 1950 e 1964 - dias antes da deflagração do Golpe Militar, contava com o apoio de educadores a exemplo de Silvério Leite Fontes, Franco Freire, Ofenísia Freire, e o professor José Antônio Costa Melo, este último, apresentado como um docente imparcial, o qual buscava ouvir as partes e provocar bons diálogos; o típico democrata liberal que buscava ser justo com todos e aceitar a múltipla diversidade de pensamentos.

Não é exagerado afirmar que o Atheneu Sergipense configurou por décadas o topo das escolas mais democráticas do Estado de Sergipe. A História contada por ex-alunos confirma essa afirmação. Ao contrário da situação contemporânea - para se ter ideia da força social desenvolvida pela escola naquele período, a mesma classe ocupada por Wellington também era frequentada por estudantes das mais diversas etnias e classes sociais; filhos de lavadeiras como é o caso do ex-colega Geudo Santos, dividindo o mesmo ambiente de Eduardo Garcia, progênito do médico Antônio Garcia Filho e sobrinho de Luís Garcia, advogado,

promotor de Justiça, jornalista, professor e governador de Sergipe eleito em 1958. Ocupar salas de aula e desenvolver atividades em oficinas de ciência e química com tamanha diferença de status financeiro perante os colegiais era comum, nada que gerasse piadas com humor pejorativo, ou mesmo agressões raivosas. A situação era outra; a postura era mais sociável. O que o próximo era, ou tinha, não passava da entrada principal que até hoje está situada em frente à Praça Graccho Cardoso. Do portão para dentro todos eram tratados de forma igualitária. Para a direção escolar, a única diferença entre os discentes era o registro de nota contido nas antigas cadernetas. Ainda entre os exemplos de personalidades públicas que cursaram o ensino fundamental e médio no Atheneu estão os ex-governadores Albano do Prado Pimentel Franco, João Alves Filho, Marcelo Déda Chagas, Jackson Barreto de Lima, além do prefeito Edvaldo Nogueira, Augusto Franco Sobrinho, o ex-ministro do Supremo Tribunal Federal de 2003 a 2012, Carlos Augusto Ayres de Freitas Britto, o jornalista Joel Silveira e a cientista Maria da Glória Monteiro. Se de um lado os estudantes lutavam para aprimorar os conhecimentos e se manter na instituição, no lado oposto da moeda os professores trabalhavam diariamente para seguir com a postura de excelente educador, capaz de se manter como membro da unidade. A figura do professor do Atheneu, naquele período, se entrelaçava com profissionais de áreas historicamente firmes na construção do país.

“Entre negros e brancos, ricos e pobres, filhos de domésticas e de governadores, o Atheneu era uma escola polarizada de diversidade. Lá não existia essa coisa de ‘papai pagou, filhinho passou’; isso ocorria em algumas conhecidas escolas particulares da época. Recordo-me que antes da sabatina ocorrida em janeiro de 1956, eu busquei estudar muito e conversar com meus familiares a fim de adquirir informações e me sair bem na prova. Felizmente isso ocorreu e já no mês de março eu estava me dirigindo para a minha primeira aula.

Naquele momento eu enfrentava sensações de ansiedade e receio ao mesmo tempo. Receio, pelo fato do Atheneu impor prestígio em todo o Estado de Sergipe. Eu não podia fracassar nos estudos e obter notas abaixo da média; ansiedade, em querer desfrutar de todas as estruturas disponíveis e qualificar meu conhecimento. Ninguém que passou pelo Atheneu Sergipense - em especial antes de 1964, pode ter a audácia de desclassificá-la como instituição símbolo de educação primorosa. Até hoje sinto saudades de todos os momentos vivenciados naquela instituição. Todas as vezes que passo pelas mediações surgem fatos imperdíveis na memória, me emociono. Entrar no Atheneu me faz viajar no tempo, como se estivesse novamente com os meus 11 anos, no primeiro dia de aula. A saudade do Atheneu é constante em minha vida, e certamente na vida de outros grandes camaradas que esta escola me fez o belo favor de apresentar”.

Não só de estudos ficou marcada a passagem de WM pelo Atheneu. O amor incandescente entre jovens colegiais fogueou o seu coração. Em meio aos intervalos das aulas e atividades extracurriculares, a aproximação com Laurinha, aos poucos, fez aproximá-los de forma diferenciada. As idas à casa da amada se tornaram mais frequentes, a presença de Wellington entre os familiares de Laurinha se tornava comum, uma espécie de fato consumado para o anúncio de namoro entre os dois. Com ideologias semelhantes e vontade de consumir cada vez mais o conhecimento de mundo, grande parte das tarefas metodológicas da escola gradativamente passou a ser realizadas em dupla. Em meados de 1963, período pré-golpe militar, a relação entre Wellington e Laurinha caminhava firme para a consolidação, porém não esplandecida perante a sociedade, o adiamento na oficialização se fez diante da proposta de seguir cada passo do relacionamento sem uma possível interferência de terceiros – pessoas as quais pudessem, de uma forma ou de outra, interferir na união. Era tudo muito recente, verde, apesar da intensidade dos

dois. Acima de tudo, paralelo ao princípio de romance, Mangueira seguia pressionado pela família para que continuasse, ao menos, obtendo notas regulares. Notas altas nunca fizeram parte dos seus pontos fortes. No geral, assim como ocorreu nas unidades que antecederam o seu acesso ao Atheneu Sergipense, eram resultados suficientes para não levá-lo às recuperações, tampouco, perder o ano. O namorico te fez bem. O boletim periódico permanecia com as cores do Cotinguiba e isso já o lhe era suficiente. Em contraponto, no invés dos anos áureos sucedidos ao primeiro dia de aula, a pressão militarista junto ao Governo Federal acabou respingando na forma de agir de muitos professores. A visão de mundo mudava. Mesmo sem ser comunista declarado na época, docentes tendenciosos aos ideais dos futuros generais comandantes do país começaram a perseguir Wellington e repassar informações privilegiadas para o Exército Brasileiro.

Inevitavelmente, essa mudança de postura demonstrava que a repressão imposta pela ditadura militar começava a invadir as salas de aula e demais ambientes que deveriam ser exclusivamente educacionais, democráticos e que buscassem colaborar de alguma forma com o progresso da nação. A violência contra estudantes e professores está presente em centenas de depoimentos feitos por aqueles que vivenciaram o momento. No Atheneu e demais instituições de ensino do país, todos, sem exceção, começavam a ser vigiados, reprimidos e censurados. Ainda que de forma indireta, leve; até a deflagração oficial do golpe. Ciente do que vivenciava, WM buscou intensificar a ligação junto aos professores, diretores pedagógicos e demais funcionários, com a promoção de diálogos cada vez mais imparciais e sempre buscando o esporte e a cultura sergipana como forma de minimizar a probabilidade de situações indigestíveis. Os acertos foram muitos, mas a negatividade de alguns gestores também se fez presente. No contexto funcional adotado pela então diretora Maria Augusta Lobão, ficou claro que para ficar de bem com a nova gestão nacional era preciso

expulsar todos os servidores e estudantes que fossem apontados como pervertidos. Já entre os meses de dezembro de 1963 e primeira quinzena de março de 1964, o Grêmio Estudantil Clodomir Silva evidentemente estava na mira dos golpistas. Debater assuntos contrários à nova ideologia governamental passou a ser ação de risco; independente da presença de jovens promissores dentro dos grêmios, a aglomeração de pessoas com pensamentos declinados ao comunismo já se tornava motivo de monitoramento, pressão, abordagens, agressões psicológicas... A fase era outra. O tradicional respeito às opiniões opostas e a passividade comum entre os povos começavam a não existir mais no dialeto dos brasileiros. Uma ferida que começava a se abrir na História do Brasil.



Com os camaradas: Leó Filho, Eduardo e Vitória Nunes / Grêmio Estudantil Clodomir Silva

Não era comum seguir até as salas de aula ou laboratórios do Atheneu e se deparar com professores incapazes de entender

e respeitar o ponto de vista oposto entre os jovens. Dentre os mestres respeitosos é possível citar Darcy Ribeiro, Anísio Teixeira e Paulo Freire, símbolos de postura democrática perante a sociedade estudantil. Como toda regra sempre existe uma exceção, o corpo docente da escola apresentava figuras com tendências revolucionárias, as quais fugiam do modelo aplicado no Brasil desde a Proclamação da República em 15 de novembro de 1889. O professor Severino Uchoa – que não possui nenhuma ligação familiar com o reitor da Universidade Tiradentes (Unit), professor Jouberto Uchoa de Mendonça -, costumava apresentar pontos de vista favoráveis ao regime da força. Tentava ser neutro nos respectivos discursos, mas o desejo de vivenciar uma intervenção estava mais que evidente em seus olhos. Com a deflagração do Golpe Militar, e paralelo ao desligamento de Augusto Cesar Lobão Moreira, filho da diretora Maria Augusta Lobão, da Escola do Exército, ficou explícita a conversão de dezenas de educadores às regras impostas pelo governo do presidente Castelo Branco (1964-1967).

EXPULSÃO DO ATHENEU

Disposta a caçar aqueles que tendiam a se indispor com o novo modelo de gestão federal, no mês de maio de 1964, Maria Augusta convidou uma comissão do Exército, em Sergipe, para ministrar palestra no auditório da escola, onde a proposta dos militares era apresentar a organização de direita a qual acabara de se formar no país. Cerca de 50 minutos após o início dos discursos, a diretora reivindicou o uso da palavra e sugeriu que todos os estudantes interessados em apoiar o movimento ficassem de pé, os contrários à postura militar deveriam permanecer sentados. Assim ocorreu: Alceu Monteiro, Abelardo Silva Souza, Jackson Figueiredo, Mario Jorge Vieira, Anderson Nascimento, Silvio Santana Filho e o próprio Wellington Manguiera. A não adesão ao regime lhes rendeu expulsão do Atheneu sob a acusação de que este grupo poderia causar desordem social. O desligamento coagido ocorreu dias depois, já no mês de agosto.

Naquele momento dezenas de estudantes lamentaram a decisão da direção escolar em codireção do Exército, mas quem iria se voltar a favor do pequeno grupo de colegas e correr o risco de serem expulsos e perseguidos também? Ninguém. Os próprios pais, ou responsáveis os impediam de publicitar o descontentamento com a expulsão mesmo que sem nenhum registro real de subversão causada pelos ex-colegas de Atheneu. Para Maria Augusta, pensar diferente dos interesses dela e do presidente Castelo Branco já era o suficiente para ordenar o desligamento estudantil. A forma ideal encontrada pelos jovens para protestar foi utilizando a ainda derradeira cultura popular. Eles ecoaram:

“Eu vou cantar para todos a história do estadual que

*tinha uma diretora que era muito mau.
Seu nome era Lobão. Gostava de suspender,
mas um dia, porém, veio a tal da revolução e
muitos alunos foram expulsos por Lobão;
Mario Jorge, Aberlardo e Anderson; Wellington,
Jackson e Alceu tiveram as suas matrículas
cassadas do Atheneu. Eles foram à justiça e
ganharam a questão, então a professora pediu demissão”.*

Evidentemente a música simples, composta por arranjos e cifras improvisadas acabou sendo censurada, mas conseguiu traduzir bem aquela fase que marcou o início do Governo Militar na maior instituição pública do Estado de Sergipe. Após as expulsões, os pais dos estudantes buscaram o Tribunal de Justiça (TJ/SE) à reintegração de posse, concedendo imediato direito a estudo no Atheneu. Até então ainda imponente e com pouca interferência do governo, a Corte Judiciária atendeu ao pedido protocolado já em primeira instância. Com o parecer em mãos, os estudantes retornaram à escola para seguir com o cronograma disciplinar, mas surpreendentemente foram barrados já na entrada principal. Ciente da medida antidemocrática da diretora, o TJ determinou que guarnições da Polícia Militar acompanhassem os sentenciados, e os garantissem o regresso. Frisa-se que esta intervenção militar a favor dos alunos foi protocolada pelo Dr. Juiz de Direito Osman Buarque, o qual exigiu, também, que um oficial de Justiça acompanhasse os agentes com a proposta de garantir a decisão da Corte. Assim ocorreu. Impactada com o desdobramento dos fatos e visivelmente intrigada com a presença dos estudantes, a diretora sentiu-se mal, precisou ser atendida por profissionais do serviço emergencial de saúde, e, com o emocional reestabelecido, optou por pedir desligamento do cargo. Se estivéssemos falando de esporte, poderíamos dizer: ‘ponto, ou gol, dos estudantes. Alunos

1 X 0 Regime Militar'. Dias depois se pôde perceber que aquela simples vitória não passava de uma significativa amarga ilusão. A pressão e força desleal do militarismo federal era mais forte. Não era esse tal de morde e assopra como podemos vivenciar no Brasil contemporâneo. As sanguessugas dos direitos de ir e vir, e do livre direito de se expressar eram sarcásticos na hora de refutar. O troco, armado com ordens de prisão, veio em poucos dias após o retorno ao Atheneu. Enquanto a reviravolta não ocorria em prol da gestão governista federal, o Major Damasceno, cercado por oficiais, comandou a operação. O mandado de segurança, o qual reivindicava a regresso dos estudantes, possuía termos poéticos, e assim dizia:

“Pois bem, Meritíssimo julgador, com a Espada de Dâmocles, ou outra qualquer que não a da Lei, ou da Justiça, a Mestra (ou mestre), fez cortar o mal pela raiz, natimorto. Na lógica dessa conjugação, como os vivos podem morrer, que se lhes encomendem o caixão e, assim, foram os estudantes expulsos de sua escola sua casa, tirados de sua escola com a falsa alegação que podem subverter, causando desarmonia e agitação social. Eles só têm o desejo e o direito de estudar de novo”.

ELEIÇÃO DO GRÊMIO / GESTÃO 1963-1964

Prestes a completar 17 anos de idade, Wellington Mangueira – naquele momento apontado como líder estudantil e referência entre os colegas do Atheneu, foi convidado internamente para compor a chapa majoritária da eleição do Grêmio Estudantil Clodomir Silva. Com o lema: ‘Esporte, Cultura, Turismo e Politização – Tudo na maior gestão 63/64’, o grupo, formado também por camaradas como: Leó Filho (vice-presidente), Clara Acioli (secretária geral), Benedito Figueiredo (tesoureiro), Aberlado Silva (conselho fiscal), José Augusto Franco e José Ernestino (conselho de esporte), deu início ao processo democrático de eleição buscando o apoio dos estudantes matriculados na instituição, bem como a adesão de professores junto a chapa liderada por WM. Poucos eram os professores que se mostravam interessados em defender grupo ‘A’, ‘B’, ou ‘C’. A imparcialidade dos docentes era marca do Atheneu, mesmo nos instantes que antecederiam a deflagração do golpe. A tática era: estudante vota em estudante; não há motivos cabíveis para intervenção eleitoreira por parte de professores, coordenadores, diretores e demais servidores da escola ligada à Secretaria de Estado da Educação (SEED). Com Mangueira na liderança da Chapa Ginásio foi diferente. Em decorrência do histórico cordial vivenciado desde março de 1956, a presença de WM diante do maior e mais representativo grêmio estudantil do Estado de Sergipe representava, ao menos naquela circunstância, a promessa de desenvolvimento gradual perante aos diálogos entre jovens e gestores escolares. A forma ímpar de lidar com os mestres acabou contribuindo para que os servidores do Atheneu acreditassem em dias mais célebres e positivo para todos. Com o apoio parcial dos funcionários e com uma massa estudantil ao

seu lado, a expectativa estava para o resultado da eleição. Antes de comemorar a vitória – a primeira pública e democrática da sua vida, WM precisava derrotar nas urnas as chapas organizadas por alunos do período noturno e do científico vespertino. Sem registrar nenhuma reviravolta no andamento da eleição e nas pesquisas internas de voto, a Chapa Ginásio conseguiu impulsão histórica nos votos e contabilizou 107 cédulas eleitorais a mais que o segundo colocado.



Na sede da União Sergipana dos Estudantes Secundaristas, em Aracaju, durante reunião deliberativa para a promoção de atos estudantis

Fim da primeira etapa do processo, era de extrema importância reduzir o tempo gasto nas comemorações e já começar a defender a chapa da União Sergipana dos Estudantes Secundaristas (USES), liderada por Pedro Souza - militante cristão sem vínculo direto com a esquerda; WM era tesoureiro geral e Bené Figueiredo, 1º tesoureiro. A meta era intensificar as forças e defender os interesses dos jovens alunos sergipanos.

Vencer a eleição interna do Atheneu e se deparar com grupos opositores dentro da maior congregação estadual de estudantes não se tratava de uma lógica inteligente. Cientes da nova missão, delegados de vários grêmios arrecadaram doações e seguiram para o interior sergipano a fim de conquistar o apoio de outros estudantes aptos para participar da eleição regional. Essa ação ocorreu mesmo diante da precária condição financeira a qual impossibilitava os militantes a alugar micro-ônibus para esta missão. Neste período, reuniões estratégicas também ocorreram em pontos históricos de Aracaju a exemplo do lendário Bar e Restaurante Cacique Chá, na Ponte do Imperador e no Cotinguiba – que funcionava nesta fase como uma espécie de anexo dos debates articulados pela direção do Grêmio Clodomir Silva. Em uma dessas reuniões, o grupo de apoio à USES 63/64, decidiu buscar a parceria incondicional das escolas e colégios administrados pela Igreja Católica. Dias após pleitear a aliança, a Juventude Universitária Católica e o Colégio das Freiras de Sergipe oficializaram o suporte. A conquista dessa adesão imprescindível se fez possível diante da colaboração liderada por progressistas a exemplo de Terezinha Lemos; a então estudante Maria do Carmo Alves – hoje senadora da República por Sergipe, também contribuiu para que a base estudantil a qual participava WM fosse reforçada para a eleição estadual. A base estava firme. As duas maiores agremiações estudantis da capital estavam unidas e fortalecidas. Atheneu Sergipense e Tobias Barreto juntos, significava um passo a frente na eleição da USES. Mesmo com esse consentimento a luta precisava seguir até o último instante eleitoral.



Atlética de Sergipe / o concurso tinha como proposta arrecadar fundos para a o Grêmio Estudantil / ao lado direito de Wellington, o fiel camarada Mário Jorge.

A defesa por reforma de base e ações públicas que prezassem pela igualdade era mais que evidente. Combater censura e reforçar o direito de livre expressão, também. Trocando em miúdos, João Belchior Marques Goulart, ‘Jango’, era a grande referência de WM e coligados. O advogado e político brasileiro, 24º presidente do país, de 1961 a 1964, representava o progresso do Brasil. Um país que até então permitia ao seu povo participar democraticamente das discussões nacionais. O problema é que esta linha de atuação estudantil não era seguida por todos. Opositor à Pedro Souza, o grupo liderado por Volney Melo optava pela truculência e inclusão de palavras de baixo calão quando por ventura se deparava com estudantes e delegados contrários ao respectivo modo de pensar. Um desses episódios ocorreu na entrada principal da antiga Escola Técnica de Comércio do Estado de Sergipe, Avenida Ivo do Prado, nº 398, onde hoje funciona o Museu da Gente Sergipana. A batalha pela presidência da USES estava aberta. Ao avistar a comissão liderada por Pedro se aproximando da instituição de

ensino, João Ferreira Lima – braço direito de Volney e ex-amigo de Wellington Mangueira, deu início a uma série de provocações e xingamentos desprovidos de quaisquer motivos. Aliás, somente por ser adversário ideológico já era pretexto para gerar atitudes repletas de farpas.

“Começou uma onda de conflitos banal, eles nos ofendendo sem a gente ter feito nada contra eles. Estávamos chegando à Escola Técnica para debater os eventos eleitorais quando fomos surpreendidos com essa situação lamentável. Logo na entrada ouvimos insultos como: ‘vagabundos’, ‘viados’, ‘filhos das putas’... Não tenho nada contra a opção sexual de ninguém, mas imaginem que naquela época essas palavras tratavam-se de palavras pesadas. Tentando entender o que ocorria, eles informaram que toda essa agressão verbal era direcionada ao estudante que vestia camisa preta; todos se olharam e percebemos que eu era a figura alvo das provocações. Mesmo triste com a postura adotada por um cidadão filho de amigo do meu pai, e uma pessoa com quem eu vivi parte da infância e ajudei a incluí-lo na militância estudantil, confesso que, por impulso, me dirigi até João Ferreira Lima para tirar satisfações. Nessa divergência, devido ao fervor do momento, acabei atribuindo um tapa no rosto dele, que, alvoroçado e surpreso com o que acabara de ocorrer, buscou o tripé de um microfone com o intuito de me retribuir o ato de violência física. A turma do ‘deixa disso’ o conteve e depois de muita conversa conseguimos, em partes, normalizar o clima. A sorte nossa é que a Polícia Militar ainda não estava atizada pelo futuro governo golpista. Se esse episódio ocorresse dois anos depois, por exemplo, certamente eles seriam colocados de lado – por pensar igual a Castelo Branco e companhia, e nós, pobre de nós! Correríamos o sério risco de sermos torturados no meio da rua, humilhados perante aos colegas estudantes, ou levados para um local reservado e torturados de forma mais intensa”. Este capítulo da história de Sergipe trata-se apenas de um

‘aperitivo amargo’. Um conjunto de ações formadas por boicote, articulações entre prefeito e estudantes radicais de direita, prisões sem escrúpulo, chumbo grosso e sangue estavam por vir. Até o final do processo, a USES enfrentava o mais crítico e vulnerável período eleitoral. Desde o final da década de 1960, até o cenário contemporâneo, a União Sergipana dos Estudantes não mais enfrentou situação, sequer, minimamente semelhante.

CONGRESSO EM LAGARTO

Superado o conflito vivenciado na antiga Escola Técnica de Comércio, os estudantes seguiram em caravanas para o município de Lagarto, região Agreste de Sergipe, onde seria realizado o Congresso Estadual dos Estudantes na sede da Escola Estadual Lauderino Freire. Na programação estava prevista a realização da eleição definitiva para a nova chapa da USES. Apesar do receio humano não se sabia o que poderia acontecer nas próximas frações de segundo, tudo seguia dentro do planejado, ainda na BR 101, já nas proximidades da rodovia SE 170 – que dá acesso ao Povoado Colônia Treze, os discentes foram comunicados que a administração municipal havia cancelado o fornecimento de alimentação para os jovens participantes do encontro. A decisão foi do prefeito Rosendo Ribeiro de Souza – Ribeirinho, conservador nato, ter sido informado que os deputados progressistas de esquerda Viana de Assis e Cleto Maia participariam do encontro estadual. O problema - ao menos na fértil ilusão do então chefe do executivo municipal, é que esses parlamentares defensores das famílias, reforma agrária, fortalecimento estudantil e livre arbítrio perante a já fragilizada democracia brasileira, poderiam de alguma forma incentivar atos de subversão. Em terra de coronelismo público, as imposições eram feitas de acordo com as ideologias do seu gestor maior, nesse caso, Rosendo Ribeiro era impiedoso quanto a possibilidade de receber militantes comunistas em seu território. Feita a imposição do prefeito, estava ali a oportunidade do grupo opositor – liderada pelo até então presidente da USES, Francisco Teles, intensificar os ataques contra o grupo de Wellington Manguiera e companheiros correligionários. Como se não bastasse o corte desleal da alimentação, assim que desembarcaram em Lagarto os

estudantes do Atheneu e Tobias Barreto foram informados que não poderiam permanecer na cidade. O fato ocorreu diante da acusação fictícia, em partes - a verdade seja dita, de que a excursão estava repleta de comunistas e, ali, naquele território do povo, eles não deveriam continuar como forma de manutenção da ordem pública. Todo esse teatro demagogo e antidemocrático sofrido pelos delegados aptos a participar da eleição não passava de um plano estratégico previamente firmado entre Ribeirinho, seus assessores capangas e Francisco Teles.

Diante da tentativa de censura e golpe contra o direito de ir e vir, Pedro Souza, líder da bancada pró-reforma, defensor de propostas progressistas, um cristão sem ligação direta com o movimento de esquerda, deu início aos atos de contestação contra a decisão do prefeito, e defendeu a essência nacional do regime democrático de direito. Em seu argumento, o militante estudantil garantiu que era preciso ser contra o pecado, mas deveria acolher o pecador. Uma forma leve de exigir que os opositores, apesar da explosão de fúria ao perceber a probabilidade real de perder o comando da USES, deveriam respeitar a ordem civil e, sobretudo, garantir a continuidade do congresso sem interferências orquestradas por grupos extremistas. Se para bom entendedor a meia palavra ainda não havia servido, Pedro Souza deixou claro que Francisco Teles havia recebido dinheiro de Rosendo Ribeiro para tentar abafar e suspender o congresso em Lagarto. A proposta era simples: para haver o encontro era essencial que os deputados Viana de Assis, Cleton Maia e os estudantes do Atheneu e Tobias Barreto não comparecessem à plenária. Independente das manobras desleais, a garra progressista falou mais alto. Naquele momento o discurso estava fixado no idealismo de centenas de alunos sergipanos. Ser comunista é defender a alfabetização e terra para todos; lutar por progressos nos serviços básicos; sobretudo empenhar-se na batalha por melhorias sociais e direitos igualitários para os povos, independente da sua etnia. Por se tratar de um

orador exemplar, o líder conseguiu inflamar a plateia, empolgar a massa que havia enfrentado 75 quilômetros de estrada até Lagarto. Com o efervescer da circunstância, um aliado do prefeito arremessou, por motivos até hoje não revelados, sal no público. O ato causou tumulto e por mais de 30 minutos, até reestabelecer a ordem, os debates foram suspensos. De nada adiantou a pausa; ao reabrir o congresso, o presidente da USES informou que, por decisão da direção estudantil, apenas os presidentes de grêmios estariam autorizados a discursar.

“O presidente tinha plena convicção que os diretores e demais simpatizantes dos grêmios possuíam maior versatilidade nas palavras se comparado a mim, por exemplo, que iniciava o primeiro posto de líder estudantil. O plano ‘B’, ‘C’, ‘D’, ‘E’... deles era justamente impor que apenas os presidentes falassem. Consequentemente a fala seria menos repleta de espinhos e isso contribuiria para que a situação favorecesse a chapa apoiada por Francisco e companhia. Eu e Mário Jorge éramos verdes ainda, lá tínhamos Alceu Monteiro que poderia nos representar com maestria; se tratava do cérebro, orador indiscutível e referência de empolgação perante as multidões. Lembro-me perfeitamente que não conseguimos reverter a arbitrariedade da comissão organizadora, mas felizmente o resultado acabou sendo favorável a nós. No fundo, posso garantir que deixei o nervosismo de lado e falei com o coração”.

Com um discurso formado e com uma voz firme, sem mesmo apresentar o mínimo soar de trepidações, Wellington assumiu a tribuna para seguir com as mudanças impostas, e não deixou de criticar veementemente a organização do congresso por destruir todas as articulações previamente elaboradas em comum acordo com os grêmios dos mais diversos municípios sergipanos. Romper com a programação, além de configurar uma atitude sem o mínimo de decência e escrúpulos, feria a ordem democrática e histórica do congresso estudantil.

Certo que o grupo progressista necessitava emplacar ações que pudessem reverter o cenário conflitante, WM defendeu a suspensão do encontro no município de Lagarto, sendo ele transferido posteriormente, em uma nova data a ser agendada, para o município de Aracaju ou Propriá. Por trás desta proposta aparentemente ingênua, porém essencial para manter a ordem entre as chapas que disputavam o cume da Uses, existiam razões ideológicas. Em Propriá, por exemplo, naquele instante quem administrava o executivo da cidade era o então irmão de Cleton Maia; tratava-se de um prefeito esquerdista, o qual defendia teses que iam de acordo com os ideais dos estudantes do Atheneu e Tobias Barreto. A cartada apresentada por Wellington estava prestes a reverter todas as manobras encabeçadas por Rosendo Ribeiro e Francisco Teles, sem que eles, ou qualquer outro militante do respectivo seguimento, sequer, pudesse perceber. Por questão de ordem, os membros que formavam a mesa se depararam com a obrigatoriedade em levar o pedido de WM à votação. O pleito foi atendido, e, com mais de 70% dos votos válidos, o congresso foi cancelado com a promessa de ser transferido no mês seguinte para Propriá. Finalizados os trabalhos, estudantes seguiram em direção a Wellington Mangueira dispostos a agradecer pela maneira em que buscou fazer tramitar as propostas progressistas, defendidas pelos movimentos estudantis e sociais. Em meio à festa, cerca de quatro camaradas ergueram o principiante, ainda não comunista nos braços e seguiram pelos corredores da Escola Lauderino Freire. Contrapondo à alegria de alguns, aquela atitude serviu para instigar ainda mais a fúria dos rebeldes conservadores.

Semelhante ao conflito verbal vivenciado na antiga Escola Técnica de Comércio, enquanto o grupo seguia em direção à saída principal, onde estavam estacionados os ônibus que conduziriam os estudantes de volta a Aracaju, as ofensas raciais

e ataques relacionados à índole cidadã voltaram a gerar embates nada pacíficos. Desta vez sem se preocupar com os xingamentos, WM seguiu nos braços sem olhar para trás quando sentiu estranho formigamento nas costas, uma espécie de leve choque – semelhante ao que costumava sentir dentro de casa com os experimentos elétricos do pai Alvarim Mangueira Marques. Até então nada que aparentasse gravidade. Independente de estar sendo carregado nas costas de amigos, em todos os novos passos dados, novos incômodos faziam-lhe estremecer por dentro. A lembrança de criança já fazia parte do passado. Aquela dor começava a fugir de qualquer semelhança vivenciada quando possuía seis ou sete anos. Incomodado, Mangueira solicitou que os companheiros botasse-o no chão – quem sabe o sangue estivesse preso e nada melhor que andar alguns metros para reestabelecer a circulação. Nada disso. Ao ficar de pé, a primeira imagem nítida a sua frente foi do velho camarada, amigo de infância, o qual agora havia se tornado extremo conservador de direita e há horas insistia em lhe chamar de: ‘preto’, ‘negro safado’, ‘vagabundo’ e demais acusações, no mínimo, lamentáveis e de cunho preconceituoso. Registrado a imagem na memória, João Ferreira sumiu em meio à escuridão dos olhos. Sem forças, WM caiu ainda nas instalações da instituição estudantil e foi acolhido imediatamente por Beraldo Simonete e César Nascimento, ambos estudantes do Atheneu Sergipense. Naquele momento os companheiros acreditavam que Wellington havia desmaiado devido ao calor e pela alimentação sem nutrientes consumida antes de o congresso ser iniciado. O sangue na camisa ainda passava despercebido. Realizando respirações artificiais como auxílio de professores que acompanhavam o evento, César observou que a sua mão ficou úmida e ao observar, finalmente percebeu que o jovem líder estudantil havia sofrido uma tentativa clara de homicídio.

ASSISTÊNCIA EMERGENCIAL HOSPITALAR

De imediato, um grupo de estudantes conduziu o corpo de WM para o Hospital de Lagarto, o mais próximo e adequado para proporcionar os primeiros socorros à vítima. O problema é que naquele momento, à beira do Golpe Militar, o sofrimento de um comunista já servia de banquete que engordava de satisfação e prazer a fome do coronelismo fascista. Chegando à unidade hospitalar, os congressistas foram comunicados que o prefeito havia proibido todos os profissionais atuantes naquele espaço a atender qualquer cidadão com ligação aos grupos e partidos de esquerda. Sem meias palavras a ordem do prefeito era uma só: comunista tinha que morrer e, ao menos em Lagarto, WM, nem ninguém do grupo deveria ser atendido. Ao se deparar com a postura negligente do hospital, o jeito foi tentar assistência na maternidade regional. Ribeirinho não imaginava que o grupo opositor teria a capacidade de pensar em levar Wellington para uma maternidade. Foi sorte, podem ter certeza que essa foi. Ironia do destino, ou não, ao chegar na unidade WM ainda desacordado foi atendido pelo médico Humberto Mourão que imediatamente promoveu o estancamento do sangue e solicitou uma ambulância em caráter de urgência. A prefeitura, como já era de se esperar, alegou que o município não disponibilizava naquele momento de ambulância. Com o fato rapidamente compartilhado na cidade, um parlamentar, Pedrito Batalha, componente do grupo de oposição ao prefeito se solidarizou com a ocorrência e forneceu o transporte para conduzir o estudante ferido até o Hospital de Cirurgia, zona central da capital sergipana. Era necessário promover de imediato a transferência; com a inadequação operacional do Sistema de Saúde no interior, permanecer por mais alguns instantes em Lagarto poderia resultar em óbito. Uma

perda indiscutível para a história democrática de Sergipe Del Rey, mas, do outro lado da moeda, um instrumento até de desejo e ambição por parte dos anticomunistas que gradativamente apoiavam o maior golpe sofrido pelo povo brasileiro.

Debilitado, e sem apresentar reações que pudessem tranquilizar a equipe de urgência que o acompanhava até o HC, Wellington conseguiu apenas passar o contato do pai e do irmão Wedno. Preocupados com a reação da família, os profissionais optaram por informa-los que WM havia sofrido uma queda e quebrado o braço, precisando, assim, enfrentar um procedimento cirúrgico. Minutos após o contato, ao estacionar na entrada principal da unidade, o médico Fernando Sampaio, juntamente com os familiares da vítima, já aguardavam para seguir com o processo emergencial. Devido à grande quantidade de sangue perdida, o Sr. Alvarim Manguiera necessitou doar sangue para seu filho; essa doação foi acima do limite e o patriarca precisou ser atendido por outra equipe. O problema é que a facada sofrida perfurou vasos sanguíneos e o intestino; evidentemente a perda de sangue foi em larga escala desde a saída da escola até a chegada ao Hospital de Cirurgia. Um período de pelo menos duas horas. Com o pai enfraquecido, Wedno – que possuía tipo sanguíneo universal, também precisou contribuir para reestabelecer parcialmente a saúde do irmão. Devido à profundidade alcançada pela penetração da faca, Wellington perdeu 20 centímetros do intestino e enfrentou 31 dias de internação no leito hospitalar. Durante todo este período ele foi acompanhado pelos médicos: Dr. Antônio Garcia Filho e Dr^a Josefina Maranhão, Dr. Fernando Sampaio além da enfermeira Edla – a qual respondia na época pela chefia de enfermagem do HC.

“Foram momentos que nunca me saíram da memória e que, não sei se é por questões psicológicas, ou não, sempre que me aprofundo nessa história eu sinto doer na carne a pontada que levei naquele dia. A crueldade contra a democracia naquele momento já demonstrava indícios do que iríamos sofrer dali pra

frente. Enquanto uns companheiros me levavam até o hospital de Lagarto, outros camaradas tentavam identificar quem teria sido o autor da agressão. Depois que recebi alta fiquei sabendo que João, então estudante do Pio Décimo, havia sido flagrado lavando uma faca que escorria líquido vermelho, e depois seguiu para a casa do prefeito. Colegas do Atheneu e Tobias seguiram em seu encalço e, ao se aproximar do paradeiro, infelizmente foram recebidos com armas apontadas por capangas dos Ribeiros e Jagunços. O Brasil começava ali a mostrar que a caça a todos os cidadãos que defendiam a liberdade de expressão estava visivelmente deflagrada. Para nos incriminar, prender, torturar e matar, os golpistas "revolucionários" da extrema direita eram capazes de tudo, inclusive forjar indícios de subversão os quais, na maioria das vezes, sequer haviam passados pela cabeça dos democratas. Eles queriam subtrair o Brasil do poder popular a todo e qualquer custo, mesmo que fosse necessário haver o derramamento de sangue. O pior disso tudo é que meses depois conseguiram”.

UMA FACADA NÃO TIROU O MILITANTE DAS RUAS

Superado parcialmente o trauma da tentativa de homicídio sofrida no XVI Congresso Estadual dos Estudantes – e já eleito tesoureiro geral na direção estadual da Uses, Wellington Mangueira enfim recebeu alta médica do repouso domiciliar e foi autorizado a retornar à sala de aula do Atheneu. Diante das insanas informações as quais o apontavam como um comunista nato e líder popular no Estado de Sergipe –, apesar de até então não ter ligação direta e integral com nenhum partido de esquerda, era comum sentir certo receio em ser reintegrado na escola onde era presidente do Grêmio. O medo, atrelado ao sentimento de perseguição que poderia sofrer por parte dos professores reacionários e defensores de um governo autoritário, visivelmente seguia estampado no semblante do adolescente, que, mais tarde, seria enquadrado e torturado friamente pelo Exército Brasileiro por se tratar de um suposto membro revolucionário subversivo que na avaliação do poder executivo federal, ameaçava a honra do governo golpista. Para felicidade própria, e da sua família, ainda não havia chegado o momento de recuar a guarda e ‘aceitar’, mesmo sem concordar, as arbitrariedades praticadas pelo governo comandado por Ranieri Mazzilli e Humberto de Alencar Castelo Branco. O retorno ao Atheneu foi marcado por muitas homenagens, acolhimento da grande maioria dos professores que defendia o livre direito de expressão. A professora Ofenísia Freire mais uma vez se destacou perante os docentes que o acolheram. Firme e forte na luta, enquanto devorava os livros escolares para não perder o ano letivo devido ao período em que necessitou ficar afastado das atividades escolares, Wellington assistia impacientemente a congregação antidemocrática contra Jango. Um movimento direitista que, pouco ou muito, se fortalecia mesmo depois de duas sucessivas derrotas democráticas sofridas em 1961 – com a tentativa frustrada

de retirada à força de João Goulart, e em 1963 com a votação expressiva dos brasileiros que participaram de um plebiscito defendendo a permanência do sistema presidencialista e concessão integral do poder administrativo federal ao chefe de Estado.

Por parte da oposição o discurso era praticamente um só: ‘promoveremos uma "revolução" que salvará o país dos comunistas’. Na prática, Wellington ainda não era comunista. Até tinha traços e jeitos, tanto por conviver frequentemente com pessoas idealistas como Marcélio Bomfim e Felix Rodrigues Mendes, bem como por ser filho de um sindicalista, filiado à ANL o qual também foi preso em 1935 por militares opressores que batalhavam para censurar artigos e artes culturais que tivessem qualquer ligação com alguma corrente deste sentido. Ele (Alvarim Mangueira) buscava se mostrar neutro na tentativa de evitar que outros parentes, em especial os filhos, enfrentassem atos de tortura provocados por militares. O patriarca da Família Mangueira era um militante democrático inteiramente compromissado com as causas sociais e defensor das reformas de base que resultassem única e exclusivamente em melhorias para a classe trabalhadora. Como se não bastasse a raiz paterna, Edla, enfermeira que o atendeu e cuidou durante a passagem pelo Hospital de Cirurgia, o recomendou ler livros como: O Manifesto Comunista, de 1848; e três partes e três fontes integrantes do marxismo. Até hoje WM opta por não se apegar a suposições espiritualistas. Ele não acredita que a chefe de enfermagem do HC estivesse ali de forma divina; em sua modesta concepção, Edla possuía laços afetivos literários com as obras de Karl Marx, Vladimir Ilyich Ulyanov – mais conhecido pelo pseudônimo Lenin, e Geórgi Mikhaïlov Dimitrov, e, por este motivo, se solidarizou com a história de um colegial, na flor da adolescência, com postura firme, democrática e fiel ao Governo João Goulart. Mesmo respeitando as leis republicanas, em total respeito às leis, foi agredido covardemente ao ponto de correr risco de morte ao ser diagnosticado com suspeita de peritonite.

Os últimos quatro meses e meio de 1963 para

Wellington foram destinados ao trabalho de fortalecimento de bases estudantis e para organizar greves gerais que seguiam em debate unificado promovido nacionalmente por centrais sindicais e movimentos estudantis e sociais. Antes mesmo do dia primeiro de janeiro de 1964 era perceptível que o país possuía um novo esquema militar que, apenas em tese, trabalhava para defender o presidente de um possível golpe orquestrado pelos próprios colegas de farda. Na prática, o cenário era outro. O problema da época – talvez bastante semelhante ao o cenário contemporâneo da política brasileira, é que, ao lado de Jango estava Amaury Kruez, homem até então membro da mais alta confiança do presidente, mas que, naquele ano, o primeiro a traí-lo. Fascistas! A discórdia começou quando os militares sugeriram a Jango promover a extinção integral dos movimentos estudantis, centrais sindicais, associações de trabalhadores e a União Brasileira dos Estudantes Secundaristas e a UNE. Tudo isso com a alegação de que todos esses agrupamentos ameaçavam o poder soberano do gestor em presidir a federação. Amaury Kruez defendia a prisão dos líderes – incluindo o sergipano Osvaldo Pacheco, presidente do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), irmão de Agonalto Pacheco. A proposta não foi aceita e assim começou a sessão de traições sofridas por Jango. Em Sergipe, o clima de instabilidade nacional logo foi sentido. Ao perceber que o dispositivo militar de João Goulart havia parado de funcionar com firmeza, chegou o momento de ir às ruas entre os meses de fevereiro e março daquele ano diante da missão de tentar salvar o governo democrático. Fragilizado, o governo acabou proliferando brechas para, enfim, sofrer a intervenção militar. Rejeitando a proposta de luta armada – até porque era impossível vencer a força do Exército, WM optou por defender a linha política apresentada por Luís Carlos Prestes e defender a democracia com a integração popular. Em meio aos sinais do suspiro derradeiro, milhões de brasileiros realizaram

uma macha em defesa da democracia e do presidente Goulart, mesmo consciente que a notícia da consolidação do golpe não demoraria a chegar.

O Brasil parou. A economia oscilava perante o mercado internacional, enquanto parlamentares com atuação na capital brasileira, componentes do fragilizado quadro de situação no relutante Governo Jango, percebiam que manter o governo firme, longe das garras do golpe, estava cada vez mais difícil e insustentável. Como a militância estudantil naquela época era forte, líderes do movimento estudantil foram convocados às pressas pela governadoria do Estado de Sergipe para participar de uma reunião em caráter extraordinário com o vice-governador Celso Carvalho, que, naquela circunstância representava o governador Seixas Dória -, fora do território sergipano por motivos administrativos. Entre os convidados estiveram: Gilberto Burguesia, Alceu Monteiro, Wellington Manguiera, Felix Rodrigues, Acioli, Mario Jorge Viera, Abelardo Silva Souza que representava a Ubes. WM, inclusive, foi orientado pelo governador interino a segurar os ânimos e evitar o confronto direto com o poder federal já que, caso o golpe de fato fosse deflagrado, o jovem líder do Atheneu Sergipense poderia sofrer graves consequências. O recado estava dado. A profecia foi feita e a intervenção militar já estava com o esquema preparado para dar o bote no principiante comunista.

“O que tirava a nossa paciência era saber que, ao menos com Jango, a gente recebia todas as informações sobre o andamento dos projetos administrativos federais. Não era apenas pelo fato do governo defender as reformas de base e o fortalecimento da nossa democracia, mas também por se tratar de uma gestão altamente transparente, se bem que naquela época sequer existia a lei da transparência pública. Não entrava na aceitação popular a retirada inconstitucional de um gestor escolhido pelo povo, e dar espaço para um militar sem nenhum vínculo social. A sensação era de

que o povo brasileiro realmente passava a ser apunhalado pelas costas. Lembro perfeitamente que no dia 31 de março de 1964 estava eu e milhares de sergipanos seguindo em caminhada pelas ruas e avenidas do centro de Aracaju quando decidimos entrar nas galerias da Assembleia Legislativa de Sergipe (Alese) e acompanhar os discursos dos deputados. Nesse momento, o parlamentar Gilton Garcia, filho do ex-governador Luiz Garcia e sobrinho do líder do PCB, Robério Garcia, fez um discurso defendendo a liberdade de expressão e a permanência da democracia no país. Satisfeitos com aquelas palavras repletas de farpas, nos levantamos e começamos a aplaudi-lo. O então presidente da Alese, não satisfeito com a nossa atitude, determinou que os guardas nos retirassem. Olhe que no dia 31 ainda não estava explicitado o golpe, mas mesmo assim fomos expulsos por policiais que nos agrediram com socos, pontapés e cassetetes. Apesar da brutalidade em Lagarto, posso garantir que aquela expulsão da Alese foi o primeiro ato sofrido por mim e demais colegas no princípio do regime militar. Saímos por pressão: eu, Mario Jorge, Luciano Moraes e Abelardo, fomos uns dos agredidos. No dia seguinte - dia primeiro de abril -, fomos informados da oficialização do golpe. Hoje eu ainda tento sorrir sobre o fato, por se tratar do Dia Mundial da Mentira, achávamos que se tratava de uma pegadinha de mau gosto. Infelizmente não foi. Depois de duas tentativas frustradas, o nó na garganta foi desatado e o povo brasileiro acabara de presenciar o início da pior fase registrada na História deste país”.

02 de abril de 1964

EDITORIAL DO GLOBO APOIA
A INTERVENÇÃO MILITAR

“Vive a Nação dias gloriosos. Porque souberam unir-se todos os patriotas, independentemente de vinculações políticas, simpatias ou opinião sobre problemas isolados, para salvar o que é essencial: a democracia, a lei e a ordem. Graças à decisão e ao heroísmo das Forças Armadas, que obedientes a seus chefes demonstraram a falta de visão dos que tentavam destruir a hierarquia e a disciplina, o Brasil livrou-se do Governo irresponsável, que insistia em arrastá-lo para rumos contrários à sua vocação e tradições.

Como dizíamos, no editorial de anteontem, a legalidade não poderia ser a garantia da subversão, a escora dos agitadores, o anteparo da desordem. Em nome da legalidade, não seria legítimo admitir o

assassínio das instituições, como se vinha fazendo, diante da Nação horrorizada. Atendendo aos anseios nacionais, de paz, tranquilidade e progresso, impossibilitados, nos últimos tempos, pela ação subversiva orientada pelo Palácio do Planalto, as Forças Armadas chamaram a si a tarefa de restaurar a Nação na integridade de seus direitos, livrando-os do amargo fim que lhe estava reservado pelos vermelhos que haviam envolvido o Executivo Federal.

Este não foi um movimento partidário. Dele participaram todos os setores conscientes da vida política brasileira, pois a ninguém escapava o significado das manobras presidenciais. Aliaram-se os mais ilustres líderes políticos, os mais respeitados Governadores, com o mesmo intuito redentor que animou as Forças Armadas. Era a sorte da democracia no Brasil que estava em jogo. A esses líderes civis devemos, igualmente, externar a gratidão de nosso povo. Mas, por isto que nacional, na mais ampla acepção da palavra, o movimento vitorioso não pertence a ninguém. É da Pátria, do Povo e do Regime. Não foi contra qualquer reivindicação popular, contra qualquer ideia que, enquadrada dentro dos princípios constitucionais, objetive o bem do povo e o progresso do País”.



Imagem histórica que traduz a realidade do apoio concedido pelo Jornal O Globo à intervenção militar

Ao perceber que a articulação das Forças Armadas havia conquistado êxito, o jeito foi tentar criar novas mobilizações nacionais que pudessem, quem sabe, contribuir para que a queda de Jango definitivamente não fosse oficializada. A ideia era pertinente, natural para a circunstância, mas ao se aproximar da Praça Fausto Cardoso foi possível perceber que, ao menos naquele momento, não havia jeito, a não ser amargar o golpe. Cientes da tentativa de retomada democrática do poder, militares armados com fuzis e metralhadoras estavam posicionados estrategicamente no ponto de encontro dos manifestantes a fim de minimizar qualquer tentativa de protesto. Os dias eram outros; a nova realidade exigia dos brasileiros uma espécie de: ‘ordem dada, é ordem cumprida’. Era ‘sim senhor’, e acabou. Discurso de direito de expressão e livre arbítrio eram considerados frases de comunistas que queriam independentemente de qualquer cenário transformar o Brasil em Cuba. Sem redes sociais ou demais meios de comunicações modernos que facilitassem o compartilhamento de informações, apenas entre os meses de junho e agosto foi possível perceber que toda a manobra antidemocrática comandada pelo Exército, e com o apoio de alguns parlamentares – estes, crentes que teriam vez e melhores benefícios no comando nacional - foi patrocinada pelos Estados Unidos da América que financiaram o golpe. Americanos capitalistas, mestres na dramaturgia e produções cinematográficas, não encontraram dificuldades para conquistar naquele momento o apoio de milhares de brasileiros, inclusive com graduação acadêmica. A colaboração parcial chegou, mas não por muito tempo. Com o passar dos dias, cada cidadão brasileiro em sã consciência começou a perceber que o foco do presidente Castelo Branco não era bem ‘defender o país dos comunistas’. Comunistas podem até ser revolucionários ao ponto de defender a pátria no confronto físico, mas a essência da militância está na luta labial por direitos igualitários e benefícios para todas as etnias. O país começou a perceber que líderes sindicais e estudantis não eram meliantes;

eles eram, e são, defensores da ordem e do progresso. Como em todo seguimento governista, trabalhista ou estudantil, por exemplo, lamentavelmente existem integrantes os quais não seguem de forma fiel à linha ética administrativa / operacional. Nas centrais sindicais não é diferente. Existem oportunistas, integrantes que ferem a missão coletiva, mas que compõem uma insignificante minoria. Sindicalista é defensor das causas multipolarizadas; representante dos interesses trabalhistas diante dos contrapontos empresariais e governistas. O Governo tentou inverter essa imagem, mas não conseguiu o êxito desejado.

O que dói no peito de Wellington Manguiera, e de tantos companheiros de luta e resistência, é que ícones da política pública democrática do país nas décadas de 1950 e início de 1960 acabaram traindo a Nação e mudando de base. A lista de fascistas brasileiros lamentavelmente consta os nomes de Carlos Lacerda, Ademar de Barros, Magalhães Pinto e do próprio ex-presidente eleito pelo voto popular democrático, Juscelino Kubitschek. O contexto histórico mostra que o golpe havia se infiltrado em todas as bases de esquerda no país. Ativamente presente nos seguimentos sociais e partidários – fossem eles legalizados ou clandestinos, a derrubada de ícones da militância foi inevitável. Em Sergipe, por exemplo, o antigo Partido Comunista Brasileiro (PCB) registrou a saída de Carlos Marighella e Agonalto Pacheco (que foram para a ALN), Mário Alves, Apolônio Carvalho e Jacob Gorender, partiram para o PCBR. No cenário nacional, Apolônio de Carvalho – que havia participado das lutas em 1935 pelo partido comunista brasileiro, em 1936 em Madri, Espanha, contra o grupo dos Franco, e em seguida em Paris, na França, batendo de frente com o Hitler, optou por deixar o PCB e partiu para a base dos que viam a luta armada como única forma da luta para derrubar a ditadura. Com exceção da militância mais que fragilizada - apontada como vândala, no real sentido da palavra, a nação, em sua avassaladora maioria, acreditava que o Brasil definitivamente

caminhava no rumo do crescimento unilateral. Era difícil acreditar que, com tantas obras e conquistas gerais nos últimos cinco anos fosse possível retroceder de forma brusca. Faz-nos remeter a contemporaneidade quando o então candidato a deputado federal pelo Estado de São Paulo, Tiririca, em 2010, chegou a afirmar que pior do que o Brasil estava não poderia ficar. Situações diferentes, mas que o resultado foi semelhante; tudo ficou pior. Durante os três anos que antecederam o golpe, o brasileiro vivenciava momentos de êxtase diante do sucesso cultural e esportivo com o bicampeonato mundial de futebol; com as construções de barragens e usinas hidrelétricas; a construção de Brasília; o sucesso arquitetônico de Oscar Niemeyer e o destaque internacional de Mário Schenberg – principal cientista da América do Sul. Esse conjunto de fatores fazia com que muitos tivessem a certeza que a chegada do militarismo ao poder iria render somente em benefícios. Intrigante ilusão. O golpe frustrou a esperança dos mais entusiasmados e murchou o coração do brasileiro. A cultura musical de tabela foi golpeada assim como o cidadão trabalhador que buscava pressionar o Estado por melhorias salariais e melhores condições de trabalho.



Agonalto Pacheco e companheiros do velho PCB

Se antepondo à ditadura e já relutando às imposições antiéticas de alguns professores que apoiavam o golpe, Wellington Mangueira, afastado em definitivo do Atheneu Sergipense, foi transferido para o Colégio Arquidiocesano Sagrado Coração de Jesus, em Aracaju, onde conseguiu se formar no ensino médio e conquistar acesso ao ensino superior onde começou a graduar-se no curso de Ciências Jurídicas e Sociais/Direito. Paralelamente às inúmeras aulas e cansativa rotina estudantil na tradicionalíssima Faculdade de Direito – dirigida pela Universidade Federal de Sergipe (UFS), Wellington Mangueira, apaixonado pelo que reserva a memória do mundo, ingressou ainda na Universidade Federal de Alagoas no curso de História. Essa inclusão ocorreu justamente no ano de 1967 quando no mês de dezembro foi realizado o VI Congresso do PCB. Durante os três dias de palestras e debates em mesas redondas, promovidas clandestinamente em uma fazenda localizada no interior de São Paulo, foi debatida a necessidade de envolver a sociedade brasileira dentro de um projeto de reintegração do sistema presidencialista democrático. Depois de três anos de um único poder, estava mais que escancarado na cara do povo o desejo de retornar às urnas e escolher os respectivos representantes nos Poderes Executivos. A sua participação se fez em maior representatividade durante as ações preliminares, defendendo a produção de atividades culturais e esportivas que porventura acabassem estimulando a adesão da igreja Católica, escolas de samba, grupos de teatros, times de futebol, além de toda classe estudantil e trabalhadora. Pelo colegiado sergipano ainda foram apresentados pleitos criados pelo movimento estudantil. Desde a organização, até a declaração de encerramento do encontro, ficou evidente que reconquistar o país e tirá-lo das mãos opressoras do militarismo era o principal objetivo. Se de um lado o deputado da época Juracy Magalhães afirmava que: todas as medidas consideradas boas para os Estados Unidos também eram boas para o Brasil – mostrando total integração entre políticos brasileiros e caciques norte-americanos,

os opositores tentavam a todo custo divulgar clandestinamente os primeiros registros de perseguições e torturas comandadas por generais, delegados e empresários do primeiro escalão. Para ser preso e violentado não precisava muita coisa, bastava a força do Estado achar que você era suspeito de subversão. Estivesse portando obras literárias permitidas, ou não, o cidadão era enquadrado em celas e lá passavam até 30 dias. Além da escassez de água e alimentação, este período se tornava mais que suficiente para torturar homens e mulheres.

Ao final do encontro, durante a realização de um show da sambista Nara Leão, o alagoano Anivaldo Miranda – que participara ativamente do congresso, se aproximou de Wellington Mangueira com uma mochila tipo de viagem e solicitou que ele retornasse às pressas para Sergipe a fim de promoverem o repasse do material para os estados de Alagoas e Pernambuco. A sacola de pano, até então misteriosa para WM, carregava a resolução contextualizada do que ocorreu, e do que havia ficado definido no encontro. Ainda em dezembro daquele ano, Mangueira desembarcou de volta a Aracaju e convocou os jovens companheiros Jackson Barreto de Lima e Júlio Regis para promoverem o repasse do material. Com uma atuação exemplar – mesmo diante das incertezas e dos perigos que rondavam os dois, o conteúdo proibido enfim chegou ao paradeiro sem nenhum tipo de contratempo ou perseguição policial. Para Wellington, as brincadeiras de Chico Varela – ao afirmar que Jackson se tratava de um regular tarefeiro, não passavam de gozações a fim de testar a capacidade operacional e intelectual do jovem que não possuía nem seis meses de adesão ao partido. Jackson Barreto foi integrado à sigla juntamente com Laurinha, por coincidência, ou não, no dia do aniversário de WM, em 21 de setembro de 1967. Entre inseguranças e gozações integralmente saudáveis, nada além do limite da respeitabilidade, JB se enquadrou perfeitamente na linha política e mostrou, na prática, que primava pelo ideário marxista. Um exemplo de militante disposto a lutar pelo fortalecimento

da democracia. Ao contrário dos sergipanos que optavam por seguir a linha da conduta pacífica, militantes extremistas do partido, residentes em outros estados, optaram por reforçar a ideia do armamento e optaram por deixar a sigla; entre eles, o hoje conhecido nacionalmente José Dirceu.



Em companhia da esposa Laura Marques e do camarada Jackson Barreto na tradicional quadra poliesportiva do Cotinguiba

Em contraponto, mesmo os ativistas do PCB sem quererem se qualificar para um possível confronto direto e armado contra a força ditatorial, o clima de instabilidade chegou ao limite máximo da cordialidade e dezenas de nordestinos seguiram para o município baiano de Serrinha, com a proposta de participar de treinamentos com tiros. Hoje é possível relatar isso; se essa confissão fosse feita por WM entre 1964 e 1985, talvez ele não estivesse vivo para abrir o baú da memória e relatar cada fato neste livro. Indiscutivelmente os brasileiros ligados ao velho PCB eram considerados pelo setor de inteligência do Exército como íntegros e perigosos inimigos, apesar de não terem se definido pela luta armada. Isso ocorria justamente diante da intensa capacidade intelectual em produzir instrumentos artísticos que pudessem confrontar o idealismo do Governo Militar

sem que o próprio comando golpista pudesse identificar as frases subtendidas. Foi exatamente neste período que começou a série de censuras a músicos como: Chico Buarque de Holanda e Elis Regina. Os mestres da Bossa Nova e Música Popular Brasileira começaram a deixar o país em busca de exílio; a elite musical e poética sentia a perda de nomes mais que importantes para a cultura nacional. A fé – independente da raiz religiosa, começou a ser vistoriada por espões do Governo Federal. A igreja Católica, mesmo diante de sua vasta importância nacional desde 1500, passou a ser vista como inimiga do Exército. Neste momento, já comunista oficializado, o maior receio de Wellington era ser preso e passar por situações semelhantes a enfrentada pelo seu pai em 1935. Esse, indiscutivelmente, também era o maior pânico da Família Mangueira. Um membro da família vítima de crueldade, de trato antidemocrático, já era mais que demais para o sofrimento familiar e dos amigos mais próximos; um segundo caso seria uma extensão da tortura para os pais e irmãos.



Ato público durante o tradicional trote da Faculdade de Direito onde os estudantes se mostraram à favor da Igreja Católica, mas com sátira contra Dom Luciano Duarte / na placa o termo: '**LUCI** o dedo duro do **ANO**' / criado por WM e Chico Varela.

Mesmo com toda a fé envolvida e emanada por Iracy

Dantas Marques, pelas irmãs e por fiéis do São José – berço religioso da Família Mangueira, nos anos de 1964 e 1965 Wellington foi conduzido coercitivamente para depor em delegacias, onde, por duas ou três oportunidades, ficou detido em celas medindo menos de seis metros quadrados. Nesta fase, a plena escuridão era a sua única companhia; a tortura não existia. Durante os dois primeiros anos de Governo Militar, as torturas até poderiam sobrevoar o interesse dos militares, porém a punição física não existia e a pressão psicológica era a única forma de tentar conquistar informações consideradas essenciais pelos investigadores. Se permanecesse nesse sentido, certamente dezenas de companheiros que lutavam bravamente pela democracia não teriam sido mortos ou torturados ao ponto de perder a visão, assim como ocorreu com o sergipano Milton Coelho. Os primeiros casos de tortura começaram a surgir em escala moderada; fatos isolados que sequer foram investigados. Em território sergipano – até que se prove o contrário, raros ou nenhum cidadão chegou ao ponto de sofrer as atrocidades covardes comandadas sem o mínimo de escrúpulos pelos militares comandados por Castelo Branco. Apesar de poucas, as denúncias de tortura começaram a envolver fiéis franciscanos, agostinianos e frades que aboliam terminantemente qualquer tipo de ação que desrespeitassem as normas internacionais dos Direitos Humanos. O que vale abrir parênteses nessa fase histórica do país é que muitos sergipanos foram às ruas apoiar a Igreja Católica que passava a implicar contra o regime militar, porém, aproveitar a oportunidade para criticar Dom Luciano Duarte (o dedo duro), até então ícone da comunidade religiosa, mas que apresentava reais indícios de apoio às práticas desumanas impostas pelo Exército. A Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), que no primeiro momento se iludiu em sua maioria dos membros com as propostas do governo ilegítimo, começou a se voltar contra os relatos e a criticar a nova forma de governar a Nação. Depois da sentida baixa no índice de defensores do marxismo no Brasil, deu-se a entender que o

próprio povo começava a sentir, na pele e na alma, os prejuízos causados pelo golpe. O cenário criado pelos oportunistas alegando defesa do país começava a sair pela culatra. Toda essa virada de jogo contribuiu diretamente para que centenas de trabalhadores, estudantes e integrantes do ainda promissor Movimento dos Sem Terra (MST), comessem a buscar os partidos de esquerda. Sem demonstrar receio perante as ações desumanas as quais os generais golpistas começaram a promover na calada da noite, - fossem elas nos camburões ou nos acústicos porões das delegacias, o novo grupo se prontificou a defender a pátria tendo como anseio livrar os mais de 50 milhões de brasileiros das mãos opressoras.



Wellington e amigos de classe na solenidade da formatura em Ciências Jurídicas e Sociais/Direito realizada no ano de 1970.

“Eu me filiei ao PCB – modo de falar, porque naquela época não existia filiação com carteirinha; a gente não podia criar provas contra nós mesmos -, no dia 03 de janeiro de 1966. Os livros doados e lidos por Edla e pelo ex-remador do Cotinguiba, Paulo Espinheira, além, claro, da minha ligação de sangue

sindicalista, com meu pai, fizeram com que eu decidisse, de uma vez, ingressar no movimento partidário. Ao anunciar para os meus irmãos muitos me abraçaram forte, mas Wilson, que chegou a visitar meu pai na prisão, logo rejeitou. Meu pai, por sua vez, me puxou no canto e disse que nunca pensou em incentivar filho nenhum a enfrentar embates que pudessem resultar em injustiças semelhantes a sofrida por ele, mas que sempre estaria comigo, ao meu lado, defendendo os interesses coletivos ensinados por seu ídolo Luís Carlos Prestes. Minha mãe assistiu tudo aquilo e depois me confidenciou que meu irmão mais velho, mesmo diante do primeiro impulso reprovador, estaria me apoiando em cada decisão. Apesar do medo sobre o que o futuro pudesse me reservar, respirei fundo e segui para a luta. Eu não estava só, comigo estavam milhões de brasileiros ligados aos mais variados setores trabalhistas, estudantis, religiosos e culturais. Entre 1966 e 1968 foi o período em que botei a cara pra bater em defesa da democracia vivenciada desde 1985 no Brasil. Literalmente eu botei a cara pra bater e assim os covardes militares da fase mais triste e sangrenta do Brasil o fizeram”.

CALABOUÇO NO CALABOUÇO/RJ

As imagens tratam-se de Edson Luís de Lima Souto, um estudante secundarista brasileiro que foi brutalmente assassinado por policiais militares que invadiram o restaurante Calabouço, no centro do Rio de Janeiro, no dia 28 de março de 1968, durante uma manifestação estudantil. Edson tinha 18 anos e era um dos 300 estudantes que jantavam no local. Outro deles, Benedito Frazão Dutra, também ferido a bala, foi levado para o hospital, mas não resistiu ao ferimento e morreu. Os estudantes conseguiram resgatar o corpo de Edson Luís e o carregaram em passeata pelo centro do Rio até as escadarias da Assembleia Legislativa, na Cinelândia, onde foi velado.



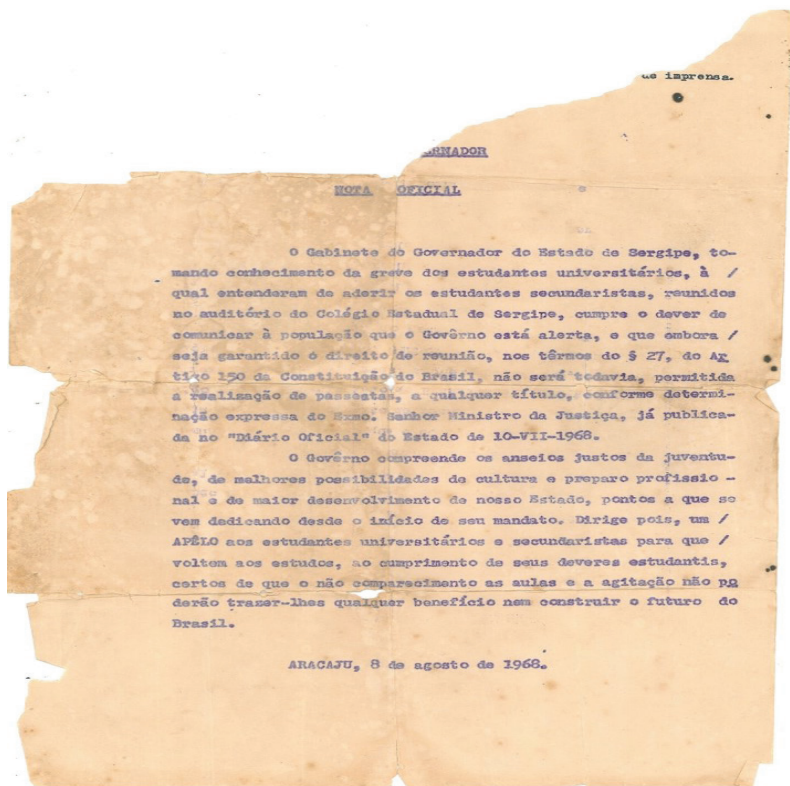
A autópsia foi feita no próprio local, sob o cerco da Polícia Militar e de agentes do Dops. Do velório até a missa, realizada na Igreja da Candelária, em 2 de abril, foram mobilizados protestos em todo o país. Em São Paulo, quatro mil estudantes fizeram uma manifestação na Faculdade de Medicina da Universidade

de São Paulo (USP). Também foram realizadas manifestações no Centro Acadêmico XI de Agosto, da Faculdade de Direito do Largo São Francisco, na Escola Politécnica da USP, e na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). A morte de Edson virou um marco nacional na luta estudantil contra a ditadura militar em Sergipe a mobilização foi grande. Os estudantes saíram em passeata pelas ruas de Aracaju, finalizando o ato aos pés da estátua de Fausto Cardoso, herói sergipano, governador do estado, assassinado nas escadarias do palácio do governador. Autor da frase: "A liberdade de um povo só se constrói na história com o cimento do tempo e o sangue dos homens".

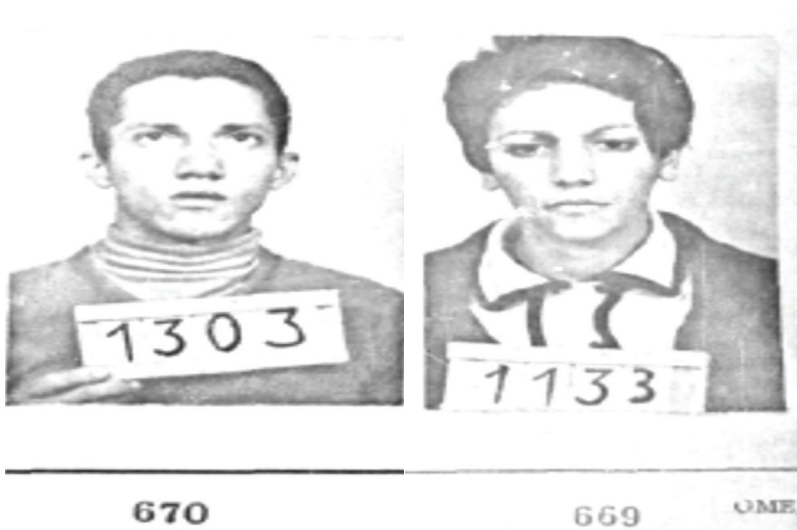


Os últimos suspiros da década de 1960, mais precisamente no mês de outubro de 1968, o Estado conseguiu arrancar mais sofrimento para aproximadamente mil jovens estudantes, militantes e defensores da igualdade social, que participavam do 30º Congresso da União Nacional dos Estudantes (UNE), realizado – em um sítio situado na cidade de Ibiúna, região Sul do Estado de São Paulo. Naquele episódio, dezenas de agentes da Força Pública e policiais do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), participaram da operação. Surpreendidos com o cerco militar, muitos integrantes ensaiaram uma evasão coletiva do espaço, inclusive diante da proposta de partir para o confronto violento caso se fizesse necessário. A resistência foi controlada, os

ânimos acalmados e o extenso grupo optou por se entregar. Além de WM, outras lideranças do movimento universitário nacional também acabaram detidos e posteriormente torturados. Esse foi o caso de José Dirceu, então presidente da União Estadual dos Estudantes de São Paulo (UEE Livre), Luís Travassos, presidente da UNE, Vladimir Palmeira, presidente da União Metropolitana de Estudantes do Rio de Janeiro, e Antônio Guilherme Ribeiro Ribas, presidente da União Paulista de Estudantes Secundários.



Nota oficial do Governo do Estado de Sergipe reconhecendo e compreendendo a mobilização unificada entre estudantes secundaristas e universitários em busca de qualificação nas condições de estudo e valorização dos professores.



Fichas policiais de Wellington Manguiera e Laura Tourinho protocolada após a prisão no XXX Congresso da UNE, em São Paulo

Com o apoio de caminhões e ônibus do Exército, centenas de participantes do congresso foram posicionados em fila indiana, passaram pelo processo de triagem e posteriormente encaminhados ao presídio Tiradentes sob ameaças de agressões e morte para aqueles que, porventura, pensassem em fugir. Apesar de todos os cuidados previamente elaborados pela alta cúpula estudantil, o setor de inteligência do Governo Militar foi informado da aglomeração estudantil por intermédio de denúncias protocoladas pelos moradores de Ibiúna. Talvez sem maldade, se configurando apenas em uma ação respingada de cautela, populares começaram a notar a presença de jovens desconhecidos. Essa desconfiança começou a partir do momento em que contribuintes antimilitaristas começaram a transitar pelas ruas e avenidas da cidade, comprar pão, carne, escovas e pastas de dentes. Essas

compras em grande escala acabaram despertando suspeitas ao adquirir, por exemplo, mais de NCr\$ 200 de pães. Para o micro empreendedor acostumado a vender não mais que NCr\$ 150 para a cidade toda no dia, vender esse montante de 200 pilas para um seletto grupo era, de fato, de se estranhar. Investigadores foram imediatamente encaminhados para o local, onde comprovaram a veracidade das informações. Depois de povoar a cidade com militares à paisana, os 215 policiais escalados para a missão chegaram ao local por volta das 7h15, organizaram o cerco aos estudantes e dispararam rajadas de metralhadora para o ar na tentativa opressora de intimidá-los. Nesta época, São Paulo era governado por Abreu Sodré, político golpista, defensor do Governo Federal, que colaborou diretamente na intervenção repressiva que resultou na prisão de centenas de estudantes participantes do congresso da UNE. O Governo do Estado concedeu ônibus, armamento e espaço na unidade prisional. Em posse de um discurso repleto de farpas, o governo estadual relatava o fato da prisão junto à sociedade apresentando informações inverídicas. Essas publicações contaram com o apoio de jornais de grande circulação como ocorreu por mais de dez anos com a Folha de S. Paulo. Estampado nas manchetes, segundo Abreu Sodré, os congressistas apresentavam postura inconstitucional, semelhantes a atos promovidos por marginais, e, por este motivo, foi preciso unificar as organizações da Secretaria de Estado da Segurança Pública a fim de promover a abordagem dos jovens.

PRIMEIRA TORTURA SOFRIDA

NOME: WELLINGTON DANTAS MANGUEIRA MARQUES

FOTOGRAFIA



670

FILIAÇÃO: PAI - ALVARIS MANGUEIRA MARQUES
MÃE - IRACY DANTAS MARQUES

DATA DO NASCIMENTO: 21 de agosto de 1945. IDADE: 23 anos.

NACIONALIDADE: Brasileira. ESTADO CÍVIL: Solteiro.

NATURALIDADE: Aracaju - Sergipe.

RESIDÊNCIA: Avenida Augusto Moinard nº 262 - Aracaju - Sergipe.

PROFISSÃO: Estudante do 3º ano da Faculdade de Direito da Fundação Universidade de Sergipe.

OCCORRÊNCIA: Prêso em 12/10/1968 em IBIUNA (SP).

MOTIVO: Participante do XXXº CONGRESSO DA UNIÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES.

C E N S U A R

Ficha completa emitida pelo Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) apresentando a prisão de WM durante o 30º Congresso da União Nacional dos Estudantes

Apesar do início das detenções, os sergipanos Wellington Mangueira, Laurinha, Jackson Barreto de Lima, Chico Varella, Val Carvalho, Milton Alves, Marcélio Bomfim, Felix Mendes, João Augusto Gama, Benedito de Figueiredo, Agamenon, Wellington Paixão, Moacir Soares da Mota, Tina, Ancelmo Gois, Clodoaldo Oliveira e tantos outros companheiros de luta decidiram erguer as mangas e entrar na luta. A proposta era continuar trabalhando para desmistificar a imagem negativa elaborada pelo Governo Militar, e mostrar para todos que os partidos de esquerda possuíam como base organizacional, promover a defesa dos anseios da população nacional. Independentemente do tempo a ser trabalhado, era preciso destruir a imagem criada pelo governo golpista que apontava para os comunistas e demais opositores ao executivo federal, unicamente como subversivos que estavam ali para ameaçar a hegemonia militar, social e administrativa do país. Que fique claro uma coisa: não estamos falando de manifestantes estagiários; os caras já eram PHD no movimento democrático de esquerda. WM e todos os outros foram para cima com sabedoria. A década de 1970 começou com luta inteligente e estratégica. O resultado de toda essa fase poderia ser ainda mais trágico caso os militantes partissem para o confronto sem o mínimo de sensatez e visão de perigo. A falta de consciência quanto aos erros operacionais durante o Congresso de Ibiúna serviram de experiências para os anos seguintes. Uma nova fase de luta pela redemocratização do país, estava na ordem do dia.



WM na luta pela multiplicação de militantes contrários à metodologia golpista do governo militar.

* O DOPS foi criado em 30 de Dezembro de 1924. Foi o órgão do governo brasileiro utilizado principalmente durante o Estado Novo e mais tarde no Governo Militar. Tinha a função de assegurar e disciplinar a ordem militar no país; foi instituído em 17 de abril de 1928 pela lei nº 2304 que tratava de reorganizar a Polícia do Estado.

REVOLTA QUANDO TENTAM CALAR A CULTURA

Se de um lado da moeda estavam, por exemplo, os militantes da União Nacional dos Estudantes (UNE), do Comando Geral dos Trabalhadores, e do Pacto da Unidade e Ação (PUA), do outro estavam gestores públicos dispostos a dificultar a livre circulação de ideias democráticas no Brasil e promover veementemente a censura. Nos últimos instantes da década de 1960, assim como os casos de tortura, medidas antedemocráticas sentidas por artistas começavam a chamar a atenção daqueles que sempre lutaram por liberdade de expressão. A certeza de impunidade contra os opressores fizeram com que o Governo Militar ficasse marcado na História do Brasil, como o algoz do cinema, das artes, do jornalismo ético, da literatura, do teatro e qualquer outra manifestação cultural ou científica. Sem se preocupar com consultas de opiniões públicas, o militar e político Emílio Garrastazu Médici, 28º Presidente do Brasil, o terceiro do período da Ditadura Militar, entre 30 de outubro de 1969 e 15 de março de 1974, começava definitivamente a mexer na ferida do brasileiro. É aquela tal situação: o Brasil enfrenta crise financeira e administrativa, mas, apesar das dificuldades o brasileiro continua remando sua caravela até o momento em que não interfiram na sua paixão pelo futebol, cerveja e arte – seja ela musical, dança, poesia ou teatro. É algo considerado primário. Censurar artistas como Chico Buarque de Holanda, Gilberto Gil, Caetano Veloso, Milton Nascimento, Geraldo Vandré e Elis Regina, paralelamente ao desrespeito contra os direitos humanos, a censura cultural foi um dos primeiros grandes erros do novo presidente.

Toda essa situação começou quando o então presidente Artur da Costa e Silva, em 13 de dezembro de 1968 decidiu

criar o Ato Institucional Nº 5, ou AI-5, que, sobrepondo-se à Constituição de 24 de janeiro de 1967, bem como às constituições estaduais, dava poderes extraordinários ao Presidente da República e suspendia várias garantias constitucionais. Esse poder ilegítimo, sob olhar dos democratas, interferiu no coração fervente de movimentos extremamente populistas como foi o caso da Tropicália. Com a sua irreverência mais de teor social-cultural do que político-engajado, os integrantes passaram a incomodar os militares. Já Vandrê – que vale o parêntese nessa fase da História, tornou-se o inimigo número um do regime militar após a sua canção “Caminhando (Pra Não Dizer Que Não Falei das Flores)”, - que, inclusive, ficou com o polêmico segundo lugar no Festival Internacional da Canção, em 1968 -, emplacou um hino contra a ditadura militar, cantado por toda a juventude engajada do Brasil de 1968. Esta canção, afirmam analistas de História, foi uma das responsáveis pela promulgação do AI-5.

Já no primeiro semestre de 1971, o governo, após ouvir canções inéditas lançadas por Milton Nascimento, ordenou que o artista anulasse toda e qualquer publicação daquela obra. Sem o mínimo de interesse em sofrer perseguições, ser preso e torturado, mesmo sem concordar com as determinações, o artista optou por atender às ordens do governo. Um respeito parcial, já que menos de dois meses após a imposição do Estado, o cantor e compositor acabou lançando o mesmo material, porém, sem as letras que popularmente já estavam afiadas na língua dos brasileiros. O disco foi lançado apenas contendo as melodias. Em Sergipe a situação não era diferente. O jornalista, compositor e historiador Luiz Antônio Barreto teve uma música censurada. O texto dizia:

*“vou fazer uma oração para o nosso bom Jesus
que morreu por todos nós crucificado na cruz.
Pedi a ele o céu, juro que não peço não; peço que*

tenha o direito de um pedaço de chão. Se ele não quiser dar, peço a ele pelo menos permissão para que eu consiga o meu pedaço de chão. Já cansei de ser cativo do senhor dono da terra; se puder por paz que seja, se não quer que seja por guerra”.

Os comandados de Emílio Garrastazu Médici entenderam o produto como uma forma intelectual de incentivar os brasileiros, sobretudo os sergipanos, ligados ou não ao Partido Comunista, a se armar e partir para o conflito. Na visão retrógrada do Governo Militar, este tipo de movimento cultural poderia fragilizar sua base administrativa, gerar mobilizações em vários estados da federação, e, assim, causar uma desordem pública indesejada pelas Forças Armadas. Em meio a essa perseguição sobrou até para o Cotinguiba. O clube mais antigo do estado passou a ser vigiado dia e noite devido aos supostos indícios de promover reuniões comunistas. O clube possuía em sua lista de nobres associados, Alvarim Mangueira, José Rosa de Oliveira Neto, Artemísio Cardoso, Milton Pedro, José Emílio do Nascimento, Jackson Sá Figueiredo, Mário Jorge Menezes, Abelardo Silva Souza, Paulo Espinheira e WM – o mais novo e ameaçador comunista do estado. O movimento era inteligente; se reunir na sede ou qualquer departamento externo do Cotinguiba seria um erro infantil. Se bem que o prédio, onde até hoje funciona o clube, escondia em meio às centenas de troféus e medalhas pequenos textos escritos em papéis de seda, os quais continham assuntos variados que seguiam na contramão da ideologia militar. Esse material era bem dividido e escondido; troféus ocultos serviam para armazenar parte destes textos. Caso houvesse uma fiscalização minuciosa e o material fosse encontrado, gestores seriam presos e o Cotinguiba interditado – mesmo sendo, há décadas, ligado

amigavelmente à Marinha do Brasil, por se tratar de um clube náutico em sua essência.

Diante da ameaça de sofrer nova prisão, Wellington Mangueira e Laurinha decidiram no início de 1971 partir para a cidade de Moscou, então capital da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas. Local onde ficaram exilados, cursando Economia Política, Estudos Sociais e Língua Russa, enquanto aguardavam dias melhores no Brasil. Durante pouco mais de dois anos, enquanto seguiam distantes dos olhos e dentes do Regime Militar, o casal sequer sofreu pressões internacionais ou foram informados que a casa dos seus pais e/ou demais familiares foram invadidas por militares em busca de documentos, fotos ou áudios que pudessem incriminá-los em novas ações judiciais. Muito pelo contrário, só chegavam notícias progressistas. Paralelamente à esta rotina pacífica, centenas de quilômetros distante das perseguições arbitrárias impostas pelo governo antidemocrático, ilegal e sarcástico, Wellington concluiu ainda o curso de mestrado na área de Ciências Sociais na Universidade Patrice Lumumba, em 1973, meses antes de retornar ao Brasil.



Mar Negro / ano de 1972 na antiga União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

A FALSA ABSOLVIÇÃO DE 1973

Após essa conclusão pós-universidade, mesmo com uma saudade imensa dos amigos e familiares que por aqui permaneceram, sequer passava pela ideologia do casal retornar brevemente ao país de origem. Fora dos planos, isso ocorreu após WM e Laurinha terem sido informados por correspondência que a Suprema Corte Militar havia decretado absolvição perante aos atos, até então tidos como ilícitos, provocados na década anterior. Satisfeitos com a notícia, agora com 28 anos de idade, o casal decidiu retornar ao Brasil e tentar levar uma vida com novas lutas, com o passado ‘perdoado’ pelo governo e sem novos riscos de torturas, ao menos naquele primeiro momento de regresso ao país - atitude semelhante à adotada por Caetano Veloso, Geraldo Vandré e Gilberto Gil, que também optaram por retornar do exílio sem saber que sofreriam perseguições. Enquanto os militantes esbanjavam inteligência e criatividade para protestar contra o Governo Federal, os gestores nacionais marcavam época diante das ações impiedosas e sarcásticas. A absolvição dos processos não passava de manobras judiciais para identificar o paradeiro real de Wellington e seus companheiros que optaram pelo exílio. Uma falsa anistia. A arapuca estava formada para, assim que avistado nas ruas de Aracaju, ser preso e conduzido para alguma delegacia coordenada pelo Exército. Dito e feito.

Enquanto se confraternizava na sala de estar da casa de Maria do Carmo – sua cunhada, Mangueira foi comunicado pela sogra que agentes da Polícia Federal e do próprio Exército estavam à sua procura. Certo que nada demais o poderia lhe render, o réu seguiu para a casa dos pais, onde avistou a residência de fato cercada por militares. Já em posse do alvará e sentença que supostamente o livrava de possíveis prisões, ele foi informado que

aquele pedaço de papel não possuía poder soberano. Ele estava preso, e aí foi iniciada a serie de sofrimentos.

Se as detenções entre 1964 e 1969 ficaram marcadas apenas pela pressão psicológica, 1973 lhe reservava a dor. Estudos realizados pelas universidades federais de São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília e Bahia mostram que entre as dez principais formas de tortura estão: inicialmente a psicológica, seguida de agressões físicas, injeção de produtos químicos que visavam forçar o acusado entregar companheiros ou confessar crimes que muitas vezes não cometeu, palmatória, geladeira – onde os presos ficavam pelados numa cela baixa e pequena, que os impedia de ficar de pé. Depois, os torturadores alternavam um sistema de refrigeração superfrio e um sistema de aquecimento que produzia calor insuportável, enquanto alto-falantes emitiam sons irritantes; cadeira do dragão, afogamento, pimentinha, choque elétrico e o temido pau-de-arara. Este último, talvez, o que sacrifica impiedosamente até os dias de hoje a lembrança de Wellington Manguiera. O pau-de-arara consistia numa barra de ferro que era atravessada entre os punhos amarrados e a dobra do joelho, sendo o conjunto colocado entre duas mesas, ficando o corpo do torturado pendurado a cerca de 20 ou 30 centímetros do solo.

Este método quase nunca era utilizado isoladamente, seus complementos normais eram eletrochoques, a palmatória e o afogamento; uma espécie de tortura tripla onde somente os resistentes físicos e com psicológico avançado conseguiram se livrar. Por alguns meses – WM não se recorda ao certo o tempo exato de duração –, ele ficou detido em uma unidade penitenciária em Salvador, onde a sua capacidade humanista e lembranças de conversas feitas com o companheiro João Augusto Gama e Jackson da Silva Lima, o fizeram driblar o setor de inteligência do próprio Exército. Dias antes da prisão, os comunistas firmaram pacto garantindo não entrar em desespero, por pior que fosse o cenário enfrentado. A ideia era resistir em todos os graus de

dor e pressões impostas pelo governo, a fim de reconquistar a liberdade roubada; subtraída dos brasileiros em 1964. Preso, WM buscou aflorar sintomas de autoloucura, ensinados pelo professor Jackson da Silva Lima, que de forma brincalhona, citando o depois deputado Guido Azevedo, discorria sobre o método de "bloqueio psíquico".



Divulgação inédita em jornais impressos do Brasil, na década de 80, demonstrando a tortura imposta pelo regime militar durante sessões do pau-de-arara.

"Quando me prenderam eu possuía na casa de minha cunhada, Maria do Carmo Tourinho, mais de 500 cartilhas "O ABC do PCB" do movimento comunista. Minha prisão foi arbitrária aos olhos da Suprema Corte Militar, mas possível diante do Ato Institucional Nº 5. Fui interrogado e em seguida encaminhado com os olhos vendados para um local, onde tempos mais tarde fui saber que estava no Estado da Bahia, no Forte Barbalho. Apesar da minha força espiritual

– mesmo não sendo apegado à risca a nenhuma religião, foi difícil suportar. Confesso que não me sinto à vontade para falar exatamente dessa fase em que fui violentado das mais diversas formas. A brutalidade irracional dos opressores da época vitimaram de forma fatal centenas de companheiros; por pouco eu não faço parte dessa estatística. Digo isso porque busquei não me desesperar; conforme ficou acordado com Gama e outros amigos, botei em prática os ensinamentos do professor Jackson da Silva Lima. Eu passei a não falar coisa com coisa; mexer a cabeça demais para os lados; dar voltas e mais voltas na cela como se estivesse mesmo ficando louco. Os agentes perceberam meu estado e chamaram os delegados e subdelegados responsáveis por meu caso. Eles me injetaram drogas no sangue para me fazer voltar ao normal e abrir o jogo. Até hoje não sei explicar porque cargas d’água a química não fez efeito e na realidade fiquei foi doente, empolado e vomitando muito, sempre dando uma de doido. Essas técnicas deram certo e conseguiram fazer com que os atos de tortura fossem suspensos gradativamente e eles me liberassem. Eu saí da prisão mais forte do que nunca; a minha loucura não passava de uma farsa, fundamental para seguir com o único foco: reconquistar a independência do povo brasileiro”. O alvará de soltura determinava que Wellington Mangueira deveria, em um prazo máximo de dez dias, se apresentar em um hotel escolhido pelos militares. Receoso quanto a possibilidade de ser reencaminhado para trás das grades, ele optou por pegar um ônibus de volta para Aracaju e não comparecer ao encontro. A ideia de novo exílio voltou a atizar os interesses do casal ao ponto de desenvolver um novo plano de fuga.

TENTATIVA DE EXÍLIO NO CHILE

No início de 1973, no mês de abril, a irmã de WM, Wedna, havia comprado um fusca que mais tarde foi incluído na rota de evasão de Sergipe. A meta era seguir para Santiago do Chile, onde por lá o Partido Comunista era legalizado e não gerava o risco de detenção por supostos atos de subversões como aqui no Brasil. Enfim, o Chile, então no governo do socialista Allende. Sob o comando de Marcélio Bonfim, Faustino Menezes e major João Teles – um militar comunista, WM e Laurinha saíram escondidos de casa no banco de trás do táxi de propriedade do companheiro Faustino Menezes em direção à Avenida Contorno – hoje Avenida Tancredo Neves que interliga as zonas Norte e Sul da capital sergipana; no trajeto o casal passou do táxi para a caminhonete dirigida pela filha do major, de nome Etodéia. Por se tratar de uma noite de 1973, em Aracaju, era difícil o Major se deparar com militares com patente superior a sua. Em caso de abordagens era só se identificar, receber as continências dos subpatenteados e seguir com o plano. Nem precisou; nada de blitz até a saída do território sergipano. Entre os municípios de São Cristóvão e Itaporanga, WM e Laurinha passaram para o fusca dirigido pelo jovem camarada Jorge Maia, acompanhado de Wilda Mangueira. Ao chegarem ao Estado do Rio de Janeiro eles foram informados que, para deixar o Brasil necessitaram optar pela clandestinidade, ou por meios legais. Dispostos a evitar problemas, em comum acordo foi definido que o caminho da legalidade seria o escolhido. Para isso era essencial se direcionar até um posto de saúde, se apresentar e tomar vacinas, para embarcarem com destino ao Uruguai e de lá seguir para o Chile.

A obrigatoriedade foi respeitada, porém, Laurinha se apresentou como cidadã casada, com o sobrenome Marques, mesmo porque estava com a certidão de casamento. No primeiro momento não houve problemas; o impasse chegaria mais tarde. No mesmo dia da viagem, por volta das 23h30 quando, ainda na rodoviária de Porto Alegre, prestes a subirem no ônibus, foi interceptado por agentes da Polícia Federal. Sabe-se lá se por ironia do destino, ou não, os agentes se direcionaram à Laurinha. Após rápida consulta, ela foi informada que os respectivos documentos constavam com incompatibilidade de dados. Sem conceder o direito instantâneo de explicações, os militares deram voz de prisão. Se mostrando angustiado com a situação, WM ergueu o dedo pedindo licença para se pronunciar, e se apresentou como esposo; os dois acabaram sendo conduzidos para uma base da corporação federal em território da capital gaúcha, Porto Alegre. Para a infelicidade dos jovens, a segunda prisão justamente no mesmo ano em que voltaram da Rússia acreditando que o Brasil começava a reconquistar o esplendido direito democrático à livre expressão. Ledo engano.



Foto registrada quando o casal residia em um apartamento destinado a estudantes, muitos deles brasileiros em busca de exílio em virtude da perseguição protagonizada pelo Governo Federal

“Toda essa nova tentativa de exílio se fez possível graças ao apoio mais que integral do camarada Faustino Menezes. Impossível tratar dessa época e deixar de falar desses grandes companheiros. Cidadãos nobres que sempre nos trataram com fidelidade. Quando eu me pronuncio sobre essa situação, Laurinha fica insinuando que ela foi a responsável por aquela prisão, ou que eu a julgo como autora da pista fornecida ao poder militar; na realidade não foi isso. Tenho plena convicção que ele (Governo Federal) já vinha nos espionando e aproveitou a oportunidade para deflagrar nova prisão. Certamente eles deram a voz de prisão a Laurinha na expectativa que eu ficasse calado, a deixasse só, e me livrasse de uma possível nova sessão de tortura. Eu tinha poucos dias que tinha reconquistado a liberdade, o sangue ainda estava fervendo e a memória mais fresca que nunca. Em outras palavras, as dores seguiam presente em meu corpo e na minha alma, mas garanto publicamente que nunca, em hipótese alguma deixaria companheiros sozinhos, principalmente da menina a qual eu havia conquistado o coração ainda no período escolar e que mais tarde se tornaria mãe dos meus filhos”.

Já na base da PF/RS, os dois foram encaminhados para salas diferentes onde Wellington, algemado, voltava a ser torturado sob as ordens de abertura de informações sigilosas as quais não poderia relatar. Assim o fez e seguiu alegando que não estava envolvido com nenhum grupo comunista, muito menos filiado ao então todo poderoso PCB. Evidentemente que ele sustentava uma mentira. O histórico gigantesco de prisões e conduções coercitivas entre os anos de 1964 e meados de 1973 eram mais que suficiente para o Exército mostrar que na prática WM cultivava um discurso nada coerente ao passado recente. Na esperança de se salvar das consecutivas arbitrariedades patrocinadas pelo governo golpista, WM engoliu – paralelamente como forma de destruir provas contra ele mesmo, a oração contra todos os perigos e ciladas – em alusão à São Jorge. O conteúdo

cristão concedido pela tia Alvina, dizia:

“Jesus adiante, paz e guia, encomendo-me a Deus e a Virgem Maria, minha mãe, aos doze apóstolos e meus irmãos, andarei este dia e noite, eu e meu corpo, cercado pelas armas de São Jorge. O meu corpo não será preso nem ferido, nem meu sangue derramado, andarei tão livre como andou Jesus Cristo durante nove meses no ventre da Virgem Maria. Meus inimigos terão olhos e não me hão de ver, terão boca e não falarão, terão pés e não me alcançarão, terão mãos e não me ofenderão. Assim Seja, Amém!”

Não muito distante do local onde WM seguia sendo pressionado psicologicamente pressionado e violentado com brutalidade -, uma distância que possuía aproximadamente 40 metros, em outro complexo individual de tortura -, Laurinha também seguia amargando a irracionalidade imposta por agentes do Exército. Dentre as ações consideradas de característica animal, a jovem comunista que defendia o direito igualitário sofreu sessões de toque e foi ameaçada de ser vítima de atos sexuais com soldados sob os olhos atentos do marido. Felizmente, para que o final deste episódio não apresentasse o fato consumado, um coronel, assim da própria Polícia Federal decidiu reunir os dois e liberá-los diante da convicção inicial de que, naquele instante, ambos não estavam em sã consciência para relatar novos fatos. A liberação se deu com a obrigatoriedade de no dia seguinte se dirigir a um hotel situado em Porto Alegre. A verdade é que aquela libertação acabava resultando na falsa impressão que ambos

seriam novamente liberados no dia seguinte. O casal respeitou a ordem, e percebeu que a liberação de 24 horas serviria para que os investigadores buscassem detalhes mais aprimorados do casal.

Se todos os seres mortais desse campo espiritual acreditam em premonição, a ciência não sabe explicar, mas aquela noite que antecedeu a apresentação não foi das mais gostosas de curtir. A insônia tomava conta da sua consciência ao lembrar que há menos de cinco meses o próprio Exército havia produzido uma liberação semelhante e WM não cumpriu em Salvador. Era uma espécie de certeza de nova prisão; se apenas acusado de subversão o cidadão brasileiro poderia passar até 30 dias detido, imagina um comunista com currículo desrespeitando ordens superiores. Assim que chegaram no hotel esbanjando símbolos do poder público federal, eles foram de imediato informados que permaneceriam presos por tempo indeterminado, sem direito a entrar em contato com os amigos e familiares. Decisão que o deixou ainda mais angustiado já que minutos antes de seguir para o hotel, teria discado por mais de cinco vezes o número: '3237', o qual correspondia ao contato residencial da Família Mangueira. Para a sua infelicidade, todas as tentativas não foram completadas. Novamente diante dos coronéis, Laurinha foi encaminhada para uma nova sala reservada onde voltava a sofrer atos violentos, enquanto WM foi conduzido ao terraço do hotel e aconselhado a cometer suicídio como forma de encerrar o caso como protagonista de um ato heróico. Apesar da pressão, os agentes feitos de marionete pelo governo do presidente Emílio Garrastazu Médici optaram por suspender o suicídio manipulado e encaminharam os dois para a base militar da Aeronáutica Brasileira. Lá foram embarcados em uma aeronave da Força Aérea Brasileira (FAB), com destino ao Nordeste. Antes de subir as escadas do avião, Wellington se deparou com Alberto Figueiredo – um sergipano, naquele momento coronel da Aeronáutica, mas que, diante da origem

familiar, o levava a entender que, supostamente, o casal estaria seguro. Essa percepção imediata deu-se em conta em virtude do agente ser irmão de Adalberto Figueiredo, amigo de WM, e torcedor assíduo do Cotinguiba Esporte Club. Nada feito; amigos – amigos, situações funcionais à parte. Durante todo o trajeto, um major implantou pressão psicológica ao enaltecer que os jovens comunistas haviam optado pela adesão ao movimento opositor ao governo e, que, para solucionar aquele caso, já que Wellington havia rejeitado pular do terraço, a única forma prática seria arremessando-o do avião. Evidentemente a ameaça não passava de mais um blefe, já que, em casos de despressurização, todos os passageiros e tripulantes correm risco de morte. Essa descompressão repentina poderia resultar em um cenário como o que estamos acostumados a assistir no cinema ou em séries da Netflix, quando um acidente rompe parte da aeronave. O caos estaria instaurado, as pessoas próximas à porta seriam ejetadas pelo ar, a temperatura da cabine despencaria rapidamente a níveis de indução de congelamento e o avião poderia até começar a se quebrar. Não precisa ser engenheiro técnico da aviação para imaginar o pior. O problema é que, mesmo diante dos riscos coletivos, daquele governo e dos seus fantoches não se tratava de uma postura inteligente se duvidar de nada.

“Quando a gente achou que estaríamos livres de novas torturas, até porque não aguentávamos mais, chega o sergipano, irmão de um grande companheiro e torcedor do nosso Cotinguiba, e se mostra totalmente adepto ao Regime Militar. Ele perguntava o porquê de eu ter me tornado um comunista, subversivo e guerrilheiro. Sempre procurava ficar calado durante a fala dos militares, mas desta vez ele havia passado dos limites. Logo eu e Laurinha, que juntamente protestamos contra a busca pelo conflito armado, não aceitaria ser acusado de guerrilha. Eu o interrompi, causando espanto por sua parte, e disse que nós

não poderíamos nunca ser apontados como guerrilheiros já que sempre buscamos defender os direitos igualitários para todos, bem como harmonizar o planeta. Lembro que destaquei em alto e bom som que éramos – e somos até hoje, românticos. Não sei se minhas palavras foram carregadas de poder, mas logo após a minha intervenção da fala, ele, e os demais agentes, deram uma rápida gargalhada, mas depois pararam com as ameaças de nos jogar do alto daquele avião. Eles eram animais; não se agride uma mulher nem com uma flor, mas para eles não havia distinção de gêneros. Se era opositor a resposta deveria ser uma só: tortura e/ou morte. Se bem que em alguns casos de tortura chegam a ser mais dolorosos que o próprio homicídio”.

Ao desembarcarem, como o próprio WM ressalta: “a burrice”, fez com que o coronel Alberto Figueiredo entrasse em contato com Janete Figueiredo, irmã de Jackson Figueiredo – amigo da família de WM, e comunicasse os fatos recém vivenciados com o comunista. Sensibilizada com a história, o fato confidencial logo foi compartilhado com os companheiros mais próximos de Wellington, os quais desconfiaram da verossimilidade das informações. Isso ocorreu em virtude do camarada Chico Varella, que possuía contato direto com um militante comunista do Estado de Minas Gerais, ter sido informado que o casal já estava em solo chileno, que dava assistência. Enquanto os familiares e amigos seguiam desconfiando do comunicado, WM e Laurinha seguiam detidos no Quartel Barão de Mesquita, sofrendo outras séries de torturas. O local ficou popularmente conhecido por ser “propriedade” dos coronéis Teixeira e Teodoro, considerados líderes torturadores da região do Rio de Janeiro. O amor pelo regime fez com que eles construíssem esta base com o exclusivo desejo de massacrar a carne e a alma dos opositores da ditadura. Depois de meses confinados, o Comando Geral do Exército liberou o casal. No trajeto de volta para casa, uma freira, sentada à frente dos jovens, percebeu a vulnerabilidade física e ofereceu

ajuda. Independentemente da forma que fosse, a ideia era acolher e proteger. Com voz embargada e imaginando estar sendo fiscalizado dentro do próprio veículo, Wellington pediu apenas que a cristã entrasse em contato com os familiares – em especial com a tia Acirema, moradora da Rua Cedro, nº 09, em Aracaju, e a comunicasse que os dois estavam bem, porém longe do Chile.

“São fatos que eu mesmo não gosto de falar. Na realidade ao longo das últimas décadas eu optei por guardar fatos como esses, mas de uns anos pra cá percebi que precisava abrir o baú e relatar os momentos de tortura. Somente depois que a freira entrou em contato com minha tia, todos perceberam que a informação repassada por Janeto Figueiredo realmente era verdadeira. Um mix de lamentação pela nova etapa de agressões, porém felicidade ao saber que não estávamos encarcerados no Chile, assim como muitos amigos. Digo isso porque em setembro de 1973 o povo chileno também sofreu um golpe”. O golpe militar chileno foi um dos acontecimentos políticos mais importantes da História chilena e latino-americana da segunda metade do século XX. O golpe, liderado pelo general de extrema-direita Augusto Pinochet, teve aprovação da burguesia e apoio financeiro dos Estados Unidos – assim como ocorreu há menos de dez anos no Brasil. A derrubada da democracia popular e decreto de clandestinidade do Partido Comunista Chileno (PCC) ocorreram na manhã do dia 11 de setembro de 1973, quando o presidente socialista Salvador Allende foi destituído violentamente do poder, sendo assassinado.

COTINGUIBA: O REESTABELECIMENTO PSÍQUICO

Abalado psicologicamente diante da tentativa frustrada de seguir para o Chile e conquistar o tão desejado refúgio, Wellington começou a sofrer conflitos emocionais os quais os deixaram atordoado aos olhos daqueles familiares que o cercavam diariamente. A mudança de postura, atos e pensamentos, começaram a despertar o lado obscuro da cabeça humana e gerar um turbilhão de incertezas e preocupações aos pais. Depois de tanto criar no subconsciente ‘muro, muro, muro’ desenvolvido na estratégia de autoloucura diante dos militares do Exército, o jovem, no auge dos seus 29 anos, começava a sentir os efeitos do labirinto inconsciente. No mais popular do folclore brasileiro: ‘a caça, mesmo com toda a sua força natural de resistência nos momentos mais épicos da batalha pelo direito de vida harmoniosa, começava a mostrar fraqueza diante da perseguição implacável do caçador’. Seria ingênuo e antiquadro afirmar que todos esses sintomas surgiram apenas devido ao seu próprio distúrbio mental; ao contrário do que diz o apotegma. A cabeça começou a pagar antes mesmo do corpo. Esta parte mais alta e única pensante do corpo humano fervilhava em busca de um mundo melhor e igualitário para todos; a ideia sempre foi exemplar aos olhos de quem defendia a democracia, mas não a visão retrógrada do Governo Federal. Depois de anos sendo sacrificado com as mais diversas atrocidades militares, enfim WM dava sinais de cansaço e não suportava mais aquela vida levada desde o ensino médio no Colégio Atheneu Sergipense: no mínimo, ele precisava relaxar por tempo indeterminado. Imediatamente descansar caso desejasse permanecer vivo, com a consciência dentro do nível básico de normalidade. Felizmente, ou não – pouco muda no contexto vivenciado no período, 1973

se aproximava do fim com o sentimento de prosperidade para o ano em que o país completaria dez anos do golpe. Como se não bastasse a necessidade de qualificar a respectiva qualidade de vida, o líder comunista se preparava para se tornar pai pela primeira vez. Grávida de ‘Iracyzinha’ – como costuma ser chamada carinhosamente pelos entes que o cercam, Laurinha precisava da companhia do marido; a vida corrida e conflitante junto ao setor de inteligência do Governo Federal poderia causar mais aspectos negativos para a família. Chegou o momento de se manter confinado em casa, longe dos atos clandestinos e em busca de atividades que gerasse progresso à família. Não era bem isso que ele desejava, mas foi necessário e assim o fez.



Direção do Cotinguiba: Petrúcio, Augusto Azevedo, Fátima Góis, Gildo Belém, Rosânia Gonçalves e Wellington Manguiera

Enquanto Wellington buscava se reequilibrar psicologicamente, os centros de tortura seguiam retirando da alma brasileira o simples desejo de participar de forma democrática das ações governistas do país. Todos aqueles que se configuravam na

postura subversiva, contrários às ordens ditatoriais, continuavam sofrendo nos calabouços muitas vezes improvisados por militares em becos de delegacias e presídios sem nenhum tipo de assistência social. Assistência o quê? Esse apoio humanista não existia. De nada adiantava buscar a mídia para denunciar os atos de tortura. Parte da grande mídia brasileira estava dividida em três grupos: os que apoiavam o governo em troca de publicidade; aqueles que buscavam se mostrar imparciais, mesmo não apoiando a metodologia administrativa adotada pelos generais; e aqueles que resistiam, eram perseguidos e censurados. “Quando perdemos a capacidade de nos indignar com as atrocidades praticadas contra outros, perdemos também o direito de nos considerar seres humanos civilizados”. Esta frase impactante é de autoria do jornalista Vladimir Herzog. Comunicador que optou por denunciar os atos de tortura protagonizados pelo militarismo golpista, e que pagou com a vida todas as reportagens publicadas entre o ano de 1964 até a primeira metade dos anos 1970. Vlado, como era chamado pelos amigos e admiradores, ocupava a função de diretor de jornalismo na TV Cultura quando agentes foram até sua casa e o levaram para prestar depoimento no Destacamento de Operações de Informação - Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI), em São Paulo (SP).

A justificativa era que eles iriam investigar suas possíveis ligações com o Partido Comunista. Chegando lá ele foi submetido a sessões de tortura que o levaram à morte, algo que até então não estava presente nos planos dos torturadores – fato confirmado apenas no ano de 2003, quando a viúva do jornalista, Clarice Herzog, recebeu uma nova documentação de óbito, desta vez constando o verdadeiro motivo de morte. Em Sergipe, jornalistas e artistas plásticos a exemplo de Milton Alves e seu xará, Milton Coelho seguiam observados com rigorosidade pelo Exército. No caso mais extremo, Coelho, em depoimento à Comissão da Verdade, realizada no dia 26 de janeiro de 2016, informou que

foi conduzido para as dependências laterais do 28º Batalhão de Caçadores, em Aracaju, quando foi: “estupidamente torturado. Tenho marcas no pulso, pois fui algemado, tomei choques elétricos, pontapés nas costelas, enfim, foi uma barbaridade inconfessável. Após 50 dias preso e depois de passar uma semana sendo torturado, perdi a visão imediatamente quando saí de lá”. Essas barbaridades ocorreram entre os anos de 1975 e 1976, durante as atividades da Operação Cajueiro e paralelamente ao abandono da Folha de São Paulo e da Rede Globo ao apoio concedido à administração militar.

É preciso destacar que, décadas depois, quando o país debatia os 50 anos do Golpe Militar, a Rede Globo pronunciou oficialmente através de editorial que o apoio ao golpe de 64 foi um erro:

“Diante de qualquer reportagem ou editorial que lhes desagrade, é frequente que aqueles que se sintam contrariados lembrem que O GLOBO apoiou editorialmente o golpe militar de 1964. A lembrança é sempre um incômodo para o jornal, mas não há como refutá-la. É História. O GLOBO, de fato, à época, concordou com a intervenção dos militares, ao lado de outros grandes jornais, como “O Estado de S. Paulo”, “Folha de S. Paulo”, “Jornal do Brasil” e o “Correio da Manhã”, para citar apenas alguns. Um apoio expresso em manifestações e passeatas organizadas em Rio, São Paulo e outras capitais.

Naqueles instantes, justificavam a intervenção dos militares pelo temor de um outro golpe, a ser desfechado pelo presidente João Goulart, com amplo apoio de sindicatos — Jango era criticado por tentar instalar uma “república sindical” — e de alguns segmentos das Forças Armadas. Na noite de 31 de março de 1964, por sinal, O GLOBO foi invadido por fuzileiros navais comandados pelo Almirante Cândido Aragão, do “dispositivo militar” de Jango, como

se dizia na época. O jornal não pôde circular em 1º de abril. Sairia no dia seguinte, 2, quinta-feira, com o editorial impedido de ser impresso pelo almirante, “A decisão da Pátria”. Na primeira página, um novo editorial: “Ressurge a Democracia”.

A divisão ideológica do mundo na Guerra Fria, entre Leste e Oeste, comunistas e capitalistas, se reproduzia, em maior ou menor medida, em cada país. No Brasil, ela era aguçada e aprofundada pela radicalização de João Goulart, iniciada tão logo conseguiu, em janeiro de 1963, por meio de plebiscito, revogar o parlamentarismo, a saída negociada para que ele, vice, pudesse assumir na renúncia do presidente Jânio Quadros. Obteve, então, os poderes plenos do presidencialismo. Transferir parcela substancial do poder do Executivo ao Congresso havia sido condição exigida pelos militares para a posse de Jango, um dos herdeiros do trabalhismo varguista. Naquele tempo, votava-se no vice-presidente separadamente. Daí o resultado de uma combinação ideológica contraditória e fonte permanente de tensões: o presidente da UDN e o vice do PTB. A renúncia de Jânio acendeu o rastilho da crise institucional.

A situação política da época se radicalizou, principalmente quando Jango e os militares mais próximos a ele ameaçavam atropelar Congresso e Justiça para fazer reformas de “base” “na lei ou na marra”. Os quartéis ficaram intoxicados com a luta política, à esquerda e à direita. Veio, então, o movimento dos sargentos, liderado por marinheiros — Cabo Ancelmo à frente —, a hierarquia militar começou a ser quebrada e o oficialato reagiu. Naquele contexto, o golpe, chamado de “Revolução”, termo adotado pelo GLOBO durante muito tempo, era visto pelo jornal como a única alternativa para manter no Brasil uma democracia. Os militares prometiam uma intervenção passageira, cirúrgica. Na justificativa das Forças Armadas para a sua intervenção, ultrapassado o perigo de um golpe à esquerda, o poder voltaria aos civis. Tanto que, como prometido,

foram mantidas, num primeiro momento, as eleições presidenciais de 1966.

O desenrolar da “revolução” é conhecido. Não houve as eleições. Os militares ficaram no poder 21 anos, até saírem em 1985, com a posse de José Sarney, vice do presidente Tancredo Neves, eleito ainda pelo voto indireto, falecido antes de receber a faixa. No ano em que o movimento dos militares completou duas décadas, em 1984, Roberto Marinho publicou editorial assinado na primeira página. Trata-se de um documento revelador. Nele, ressaltava a atitude de Geisel, em 13 de outubro de 1978, que extinguiu todos os atos institucionais, o principal deles o AI5, restabeleceu o habeas corpus e a independência da magistratura e revogou o Decreto-Lei 477, base das intervenções do regime no meio universitário.

Destacava também os avanços econômicos obtidos naqueles vinte anos, mas, ao justificar sua adesão aos militares em 1964, deixava clara a sua crença de que a intervenção fora imprescindível para a manutenção da democracia e, depois, para conter a irrupção da guerrilha urbana. E, ainda, revelava que a relação de apoio editorial ao regime, embora duradoura, não fora todo o tempo tranquila. Nas palavras dele: “Temos permanecido fiéis aos seus objetivos [da revolução], embora conflitando em várias oportunidades com aqueles que pretenderam assumir a autoria do processo revolucionário, esquecendo-se de que os acontecimentos se iniciaram, como reconheceu o marechal Costa e Silva, ‘por exigência inelutável do povo brasileiro’. Sem povo, não haveria revolução, mas apenas um ‘pronunciamento’ ou ‘golpe’, com o qual não estaríamos solidários.”

Não eram palavras vazias. Em todas as encruzilhadas institucionais por que passou o país no período em que esteve à frente do jornal, Roberto Marinho sempre esteve ao lado da legalidade. Cobrou de Getúlio uma constituinte que institucionalizasse a

Revolução de 30, foi contra o Estado Novo, apoiou com vigor a Constituição de 1946 e defendeu a posse de Juscelino Kubistchek em 1955, quando esta fora questionada por setores civis e militares.

Durante a ditadura de 1964, sempre se posicionou com firmeza contra a perseguição a jornalistas de esquerda: como é notório, fez questão de abrigar muitos deles na redação do GLOBO. São muitos e conhecidos os depoimentos que dão conta de que ele fazia questão de acompanhar funcionários de O GLOBO chamados a depor: acompanhava-os pessoalmente para evitar que desaparecessem. Instado algumas vezes a dar a lista dos “comunistas” que trabalhavam no jornal, sempre se negou, de maneira desafiadora.

Ficou famosa a sua frase ao general Juracy Magalhães, ministro da Justiça do presidente Castello Branco: “Cuide de seus comunistas, que eu cuido dos meus”. Nos vinte anos durante os quais a ditadura perdurou, O GLOBO, nos períodos agudos de crise, mesmo sem retirar o apoio aos militares, sempre cobrou deles o restabelecimento, no menor prazo possível, da normalidade democrática.

Contextos históricos são necessários na análise do posicionamento de pessoas e instituições, mais ainda em rupturas institucionais. A História não é apenas uma descrição de fatos, que se sucedem uns aos outros. Ela é o mais poderoso instrumento de que o homem dispõe para seguir com segurança rumo ao futuro: aprende-se com os erros cometidos e se enriquece ao reconhecê-los.

Os homens e as instituições que viveram 1964 são, há muito, História, e devem ser entendidos nessa perspectiva. O GLOBO não tem dúvidas de que o apoio a 1964 pareceu aos que dirigiam o jornal e viveram aquele momento a atitude certa, visando ao bem do país. À luz da História, contudo, não há por que não reconhecer, hoje, explicitamente, que o apoio foi um erro, assim como equivocadas

foram outras decisões editoriais do período que decorreram desse desacerto original. A democracia é um valor absoluto. E, quando em risco, ela só pode ser salva por si mesma”.

Afastado da militância, Wellington seguia sendo informado desses atos, mas buscava apenas conceder orientações breves, com durações de no máximo vinte ou trinta minutos. Os próprios companheiros de luta o poupavam, sabiam ou entendiam, o sofrimento sentido pelo líder camarada. Nada mais prazeroso seria desfrutar do direito de ir e vir nas instalações internas do amado Cotinguiba. Ao menos dentro do clube ele conseguiu aos poucos reafirmar a capacidade intelectual de administrar a nova fase da vida. Enquanto trabalhava nos afazeres administrativos e operacionais do mais antigo clube de desporto do Estado de Sergipe, WM tentava reparar as marcas deixadas no corpo e na alma pelos torturadores. Naquele instante haviam pessoas próximas que chegaram a acreditar na evolução do comunista; doce ilusão. Sem querer dar um salto nessa história, - porém aproveitando o gancho para proporcionar um ar de concretude neste período vivenciado por Wellington Manguiera, quem conhece, dialoga com frequência, ou mesmo troca rápidos minutos de conversa na atual conjuntura, consegue perceber que aquelas tentativas de reenquadramento dos fenômenos psíquicos foram realmente conquistadas, mas não na máxima desejada. O fato é que a incerteza de estar realmente livre de investigações do setor de inteligência golpista do Exército Brasileiro ainda lhe perseguem, e isso, claramente o incomodam. Enquanto Gama's, Bené's, Chico's e Jackson's seguiam tentando resistir e lutar por eleições diretas – as quais demoraram anos para ser conquistadas, Manguiera acreditava que os militares teriam instalados escutas em seu próprio corpo. Ele acreditava que a tecnologia do Global Positioning System (GPS), estaria identificando todos os passos dados e registrado todas as conversas promovidas. O tique involuntário de olhar para os lados

como se estivesse procurando câmeras escondidas e microfones se tornava frequente. Hoje essa ação de desconfiança reduziu significativamente, mas não por completo. Uma situação aceitável aos olhos daqueles que dividiram com Wellington esses momentos de crueldade praticada contra os Direitos Humanos.

Na visão perceptiva de João Augusto Gama: “difícil, ou quase impossível pessoas como Wellington Mangueira e Laurinha, que sofreram o que sofreram nas mãos dos agentes do Exército, saírem totalmente ilesos das agressões físicas e psicológicas. Assim como eles, outros milhares de cidadãos brasileiros ainda sofrem com o medo e as lembranças cruéis daquela fase negativa do nosso país. É mais que compreensivo observar este tipo de postura sempre precavida em todas as pessoas que chegaram a ser perseguidos, presos e agredidos com frieza durante anos. A força que este nobre cidadão sergipano possui é de se vangloriar por toda a história do nosso estado, e acho até que as escolas deveriam convidar mais todos os camaradas que enfrentaram a imponência militar entre os anos de 1964 e 1985. Se Sergipe possui há décadas uma gestão democrática – independentemente de alguns governantes fascistas ainda tentarem retirar do povo o direito de atuar no orçamento participativo, seja ele na esfera municipal, estadual ou federal, os quais estes lamentavelmente foram inspirados em Benito Mussolini que estabeleceu esse regime na Itália, lá atrás em 1922, - pode ter certeza que Wellington foi um dos ícones desta conquista. Impossível falar sobre a reconstrução democrática de Sergipe e do Brasil sem citar o nome de Wellington. Ele sempre foi o nosso guru. Resistir como ele conseguiu sob muito sofrimento e suor, definitivamente não é para qualquer um; é preciso ter controle espiritual muito bem definido e trilhar com precisão o alvo a ser atingido em cheio. Esse alvo foi a devolução do poder ao povo; a decência de um mundo cada vez melhor para todos, e isso nós conseguimos com a gerência comunista do companheiro Wellington Mangueira”.



Quarteto do PCB/Sergipe: Wellington Manguiera, Augusto Gama, Benedito Figueiredo e Wellington Paixão

Sobre a linha psíquica apresentada por João Augusto Gama quanto aos possíveis abalos mentais sofridos por Wellington Manguiera e Laura Marques durante o período pré, durante e pós Governo Militar, a psicóloga Priscila Daniela Raimundo apresenta a seguinte avaliação técnica:

“A violência psicológica – sofrida, por exemplo, durante o período da ditadura militar, está ligada a atos que podem levar o indivíduo a uma desestrutura mental, e que muitas vezes não é inicialmente visível, mas em longo prazo pode desencadear desequilíbrio e ruptura emocional. Um dos aspectos centrais da violência é que ela constitui uma experiência extrema, que produz marcas e transformações, com a perda do suporte necessário ao funcionamento psíquico equilibrado. As vítimas atingem um nível de dor e sofrimento que, possivelmente, levará a uma desestruturação psicológica, podendo deixar cicatrizes psicológicas permanentes.”

As vítimas da violência podem percorrer um processo de destruição de si mesmo, dos seus valores e convicções; de desorganização da relação consigo mesmo e com o mundo, usurpando sua identidade e história; e de “resolução” das situações, usando estratégias de sobrevivência, que nem sempre são funcionais para sua saúde mental do indivíduo. Vítimas de violência, usualmente, apresentam o delírio. Segundo o Manual de Diagnóstico e Estatística dos Transtornos Mentais 5ª edição (DSM-5, 1994), os delírios são crenças fixas, não passíveis de mudança à luz de evidências conflitantes. Seu conteúdo pode incluir uma variedade de temas (por exemplo, persecutório, de referência, somático, religioso, de grandeza).

Os delírios persecutórios se caracterizam por uma crença do sujeito de estar sendo vítima de perseguição, conspiração. Ele acredita e possui explicações “coerentes” para o fato de que há alguém conspirando para seu mal. Segundo o DSM-IV, o delírio é persecutório quando seu tema central envolve a crença de que o sujeito é objeto de uma conspiração, podendo estar relacionada com fraude, espionagem, perseguição, envenenamento, calúnia, assédio ou obstrução nos seus objetivos em longo prazo. Para sustentar o delírio, o sujeito pode transformar pequenos acontecimentos, foco do delírio, de maneira exagerada. Diante disso, observa-se que as vítimas da violência podem desenvolver abalos psíquicos que provocam sequelas no seu funcionamento emocional. Diagnosticar e tratar são fundamentais para a saúde mental dessas vítimas”. Foi justamente isso que ele fez ao se dedicar com exclusividade aos afazeres do Cotinguiba Esporte Clube. As dores físicas e mentais sofridas durante as perseguições e torturas foram tratadas inteligentemente com aplicações de doses mais constantes de cultura, esporte e lazer dentro dos quatro cantos do clube mais antigo do Estado.

WELLINGTON COMO REFERÊNCIA POPULAR

Na mais absoluta modéstia, Wellington Manguiera prefere não se autointitular referência dentro do hall de ícones militantes que, sob a mais absoluta pressão, conseguiram retirar do Governo Militar o poder até então supremo estabelecido no executivo nacional. Por ser um líder estudantil durante mais de dez anos seguidos, a concepção democrática avaliada por WM é que ele fez um bom, ou excelente, papel de interlocutor entre as bases que seguiam resistentes às atrocidades militaristas. Buscar a devolução do poder público para o povo brasileiro nunca foi algo ilegal; ser subversivo, na sua concepção, era atuar de forma contrária e obsoleta às vontades da grande massa. Milhões de brasileiros já na segunda metade da década de 1970 não apoiavam mais a postura ditatorial gerida pelos grandes generais que coordenavam milhares de soldados, agentes da Polícia Militar e delegados que aos golpistas optaram por se unir. A união das forças sindicais, movimentos sociais, religiosos e estudantis fez com que o Brasil caminhasse novamente de olho em um país democrático de direito. O problema é que enquanto os militantes comunitários seguiam recebendo socos e tiros, morrendo e tendo as suas vozes caladas na busca por votos diretos, a grande maioria dos parlamentares federais seguia ocupando a Câmara dos Deputados, em Brasília, votando de acordo com os interesses do Exército.

De nada adiantava protocolar denúncias de desrespeito aos Direitos Humanos. Na realidade, essa história de DH na concepção retrograda dos gestores servia apenas defender marginal. Dificilmente uma acusação contra delegados e demais torturadores conseguia alcançar um patamar mais alto dentro do colegiado jurista brasileiro. Mesmo distante dos atos públicos,

isso doía no coração daqueles que relutavam para a recomposição psíquica. Enquanto seguia buscando a estabilidade emotiva, dividindo as atenções entre o Cotinguiba e o desenvolvimento de Iraci, Wellington, nos poucos instantes que tinha livre para debater política do Estado, trabalhava para identificar novos militantes sergipanos que pudessem injetar fontes de gás na mobilização comunista. A esquerda, defensora dos interesses do povo, passava a contar com um apoio incondicional em território sergipano. Diante da ausência de WM e com o país fervilhando há menos de dois anos para o Governo Militar amargar a primeira derrota no Legislativo Nacional, o Engenheiro Agrônomo por formação, Rosalvo Alexandre, surgia como nome forte dentro da resistência socialista.

Bocão – como sempre foi carinhosamente apelidado pelos companheiros, iniciou a militância política ainda no Colégio Estadual Atheneu Sergipense, quando integrou a base estudantil do ainda clandestino Partido Comunista Brasileiro. Durante todo o período da ditadura militar, foi preso na Operação Cajueiro e torturado. Filou-se ao Movimento Democrático Brasileiro, o qual deu origem ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), - hoje MDB, onde, juntamente com o ex-governador Jackson Barreto de Lima, ajudou a fundar a sigla partidária em Sergipe. Depois de enfrentar o período mais duro da repressão, sob vigência do Ato Institucional nº 5, o novo líder comunista pressionava o governo militar para atender aos conclames do país e promovesse a construção de uma abertura política lenta, porém gradativa no Brasil. Naquele instante a nação começava a sentir mudanças éticas na administração pública. Pela primeira vez depois da intervenção de 1964 a Suprema Corte começava a investigar as denúncias de tortura e mortes instituídas por militares. Com o apoio Ordem dos Advogados do Brasil e da Conferência

Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), Bocão, Gama, Jackson, Anselmo Góis, Bené e tantos outros militantes sergipanos contribuíram diretamente para que ainda em 1978 fosse criado no Estado do Rio de Janeiro o Comitê Brasileiro pela Anistia (CBA). A meta era intensificar a pressão contra o governo para que concedesse o perdão a pessoas acusadas de crimes políticos, de modo a permitir que presos fossem soltos. Parcialmente com o estado de espírito recuperado e pronto para retornar às atividades, Wellington Mangueira pôde comemorar a aprovação do projeto que ocorreu em 22 de agosto de 1979 durante uma sessão tumultuada na Câmara dos Deputados. Enquanto o PCB seguia na clandestinidade e perseguido pelo Governo Militar, apenas dois partidos legitimados pelo governo: a Aliança Renovadora Nacional (Arena), que apoiava a ditadura e tinha maioria no Legislativo, e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), que fazia oposição. É de fundamental importância destacar que ao contrário dos interesses governistas, e bem longe da insignificância que aquele ato poderia proporcionar – isso aos olhos dos militares, o Brasil dava início aos anos 1980 com a perspectiva de avanços significativos para a Nação. Um período de novas perdas na primeira metade da década, mas de reconquista democrática a partir de 1985; exatamente 21 anos após o maior golpe de estado presente na História do país.

“Eu precisava me manter afastado não por temer novas arbitrariedades dos militares sem alma que nos levavam ao ápice da dor física e mental, sim por amor à minha família e por desejar desfrutar de alguns meses de momentos com o mínimo de sentimento pacífico. Depois de retornar da Rússia e passar cerca de três anos dividindo as atenções à minha primeira filha e ao Cotinguiba, percebi o quanto esta pausa foi essencial para que todos nós conhecêssemos pessoas tão ricas em energia e vontade esplêndida de reforçar a militância

comunista. Rosalvo foi uma grata surpresa a quem Sergipe deve grandes homenagens ontem, hoje e sempre. Foi preso e torturado na Operação Cajueiro, mas nunca deixou de atuar nas causas democráticas. Em especial entre os anos de 1975 e 2010 não se pode falar em política brasileira sem falar em Rosalvo Alexandre. Ele sempre foi um grande articulador. Um amigo sincero, honesto e de caráter ilibado. A partir do momento em que os velhos companheiros de luta não armada deixaram a administração dos movimentos em busca de repouso, e os novos companheiros assumiram os cargos com maestria, conseguimos mostrar aos militares e ao mundo que a força popular iria vencer as atuações antidemocráticas daquele governo. A péssima educação argumentativa dos generais, atrelado às torturas proporcionadas no mais alto patamar de crueldade, contribuíram para que milhares de brasileiros comesçassem a se interessar nas ideias de nós comunistas. O Brasil – depois de apontar o dedo para os movimentos trabalhistas e estudantis como vândalos, marginais e subversivos, começou a entender que não estávamos levando tapa na cara porque queríamos, mas sim, por desejar um mundo mais harmonioso e igualitário para todos, independente da etnia, crença, gosto musical ou time de futebol. 1980 finalmente começou com o povo em maior número ocupando as ruas, praças e pontos históricos a fim de derrotar o governo militar que naquele instante era comandado pelo último presidente deste regime, o general João Baptista Figueiredo que assumiu em 1979 e foi removido do cargo em 1985. Se hoje temos a oportunidade de irmos às urnas eleger nossos representantes, pode ter certeza que companheiros como Rosalvo Alexandre foram essenciais para isso”.



Registro feito pelo Jornal Gazeta de Sergipe durante a luta pela Anistia e redemocratização do Brasil

A operação de guerra e caça fugaz aos comunistas continuavam. A ideia maluca de que ‘comunistas são matadores de criancinhas’ permanecia viva na ideologia daqueles que optaram por defender a intervenção militar, e, mesmo depois de inúmeras denúncias de atos covardes, ainda permaneciam defendendo o militarismo opressor no poder federal. A máxima da frase historicamente carregada pela ditadura militar: “Brasil, ame-o ou deixe-o”, permanecia viva nas atitudes dos agora sussurrados governistas. Apesar dos avanços, brasileiros que possuíam envolvimento com grupos de esquerda ou com a luta

armada continuavam sendo presos e conduzidos a interrogatório regados a espancamentos. Apaixonado por literatura e cultura em geral, sem medo de errar Wellington seguia o mesmo rumo adotado ainda na adolescência. A possibilidade de novas prisões poderia até te provocar maior cautela, mas não mais o retirava as noites de sono profundo. Com Laurinha e os pais sempre o apoiando, ele tinha a plena concepção que a luta estava prestes a ser vencida e para isso não poderia abandonar os objetivos traçados em 1963.

Para se ter noção básica de um dos motivos os quais geravam antipatia por parte de WM ao governo golpista, em apenas dez anos de regime o país assistiu a proibição de mais de 500 filmes, 400 peças de teatro, 200 livros e milhares de músicas. Times de futebol também foram censurados; jogadores apontados como adeptos ao comunismo, por exemplo, também eram monitorados nos momentos de comemoração por gols marcados ou vitórias obtidas. Nem sempre esses atletas eram liberados para conceder entrevista. O governo mandava e desmandava em tudo, menos no livre arbítrio do brasileiro. O que o Exército e as correntes norte-americanas aqui instaladas não sabiam era que a nossa população sempre se mostrou persistente; não abandonam suas raízes. Entre amar e deixar o país, conforme os generais determinavam, Wellington Manguiera optou por amar e permanecer em busca da democracia.

MANDADO DE PRISÃO

EU, OSCAR DA SILVA - Ten Cel, encarregado do IPM para a vigi-
 (nome e posto)
 rligação de crimes previstos na LEI DE SEGURANÇA NACIONAL, em ARACAJU/SE
 e com base no Art.59 do Decreto-Lei 898/69 e Art.225 do Código /
 de Processo Penal Militar, MANDO a GUTENBERG RAMOS COSTA
 e FLORISVALDO SILVA que, em cumprimento ao presente,
 se dirijam onde se encontre WELLINGTON DANTAS MANGUEIRA MARQUES
 residente em, Rua Augusto Maynard, 262 e o prendam,
 em virtude da necessidade de prestar esclarecimentos nas investigações /
 policiais em curso, conduzindo-o imediatamente ao Quartel do 28º B C
 , devendo empregar os meios indispensáveis, como sejam: busca
 domiciliar, força ou arrombamento, conforme os Artigos 232 e 234, do Có-
 digo de Processo Penal Militar, caso haja resistência ou tentativa de fu-
 ga do Capturando, ou desobediência, ou resistência de terceiros. De tudo
 será lavrado, por um dos encarregados da diligência, o competente auto,
 que será por mim, na forma da Lei, autenticado e assinado por 02 (duas)
 testemunhas que tenham assistido a diligência desde o seu início. O que
 se cumpra.

Dado e passado nesta Cidade de ARACAJU/SE aos vinte (20)
 dias do mes de fevereiro do ano de 1976. Eu, EDVALDO
SILVA ANDRADE - 1º Sgt servindo de Escrivão, o escrevi.


 OSCAR DA SILVA-Ten Cel
 Encarregado do I P M

Neste mesmo período um novo mandado de prisão contra Wellington Mangueira foi protocolado pelo poder judiciário, à pedidos do Governo Militar. O despacho foi assinado em 20 de fevereiro de 1976 pelo tenente-coronel Oscar da Silva, responsável pelo Inquérito Policial Militar do Estado de Sergipe (IPM/SE). O que o regime militar sequer conseguia decifrar é que a imagem de Wellington - ao contrário dos interesses do Governo Federal, era positiva ao ponto de ser reverenciado por instituições de ensino públicas e particulares nos quatro cantos do Nordeste.

CONVITE PARA LECIONAR NO CCPA

Ao decidir aqui ficar, ainda aos 48 minutos do segundo tempo da década de 1970, Wellington recebeu o nobre convite para, pela primeira vez, retornar às salas de aula e laboratórios estudantis para lecionar disciplinas como História e Ciências Sociais para crianças e adolescentes matriculados no ensino fundamental do tradicional, - e até hoje existente, Colégio de Ciências Pura e Aplicada (CCPA). O que chamou a atenção do comunista foi o fato de que, mesmo com a ficha policial manchada por ter sido apontado, preso e torturado com um nato subversivo, a instituição de ensino da rede particular optou por esquecer, ou minimizar o histórico incoerente na visão do Governo Federal, e contratá-lo para dividir conhecimento de mundo com as crianças. Alguns pais com visão retrograda ensaiaram solicitar a retirada de WM do quadro de professores, mas o bom desempenho em sala de aula, paralelo ao convívio mais que harmonioso com todos aqueles pertencentes à Família CCPA, contribuiu para que a meta da ala conservadora fosse de imediato abortada.

Não é nada incomum estar ao lado do biografado em eventos públicos, ou mesmo compartilhando informações regados de um bom café, e se deparar com ex-alunos o elogiando. Definitivamente pode-se perceber no olhar de Wellington que ele fica de alma lavada; é como se esse tipo de situação o fizesse expor aos generais e delegados da época que ele sempre foi um comunista que lutava por dias melhores para a Nação. Um educador que apesar de não concordar com as imposições do Golpe, nunca se atreveu a posicionar uma arma de fogo na cintura e se mandar pra cima dos militares em confronto onde o resultado seria apenas um: sangue – seja para o lado dos manifestantes, ou mesmo para os soldados, muitas

vezes utilizados de escudos para os grandes gestores das Forças Armadas. A sua arma sempre foi o livro; seus calibres eram o dicionário, dezenas de lápis, borracha e caneta. A metodologia de vida sempre foi buscar um futuro melhor para os brasileiros e para o mundo; quisessem os golpistas, ou não.

Falando-se em golpistas, quer atingir e arrepiar a alma de algum? Basta falar em Comissão da Verdade ou ir mais a fundo e citar a Lei da Anistia Política. Ela foi promulgada em 1979, no governo do presidente João Baptista Figueiredo, para reverter punições aos cidadãos brasileiros que, entre os anos de 1961 e 1979, foram considerados criminosos políticos pelo regime militar. A lei garantia, entre outros direitos, o retorno dos exilados ao país, o restabelecimento dos direitos políticos e a volta ao serviço de militares e funcionários da administração pública, excluídos de suas funções durante a ditadura. Em 2002, uma nova lei foi promulgada para ampliar os direitos dos anistiados. Ela vale para pessoas que, no período de 18 de setembro de 1946 até 5 de outubro de 1988, foram punidas e impedidas de exercerem atividades políticas. Além de receber indenizações, em prestação única ou mensal, que varia de acordo com cada caso, os beneficiados passaram a ter como garantia:

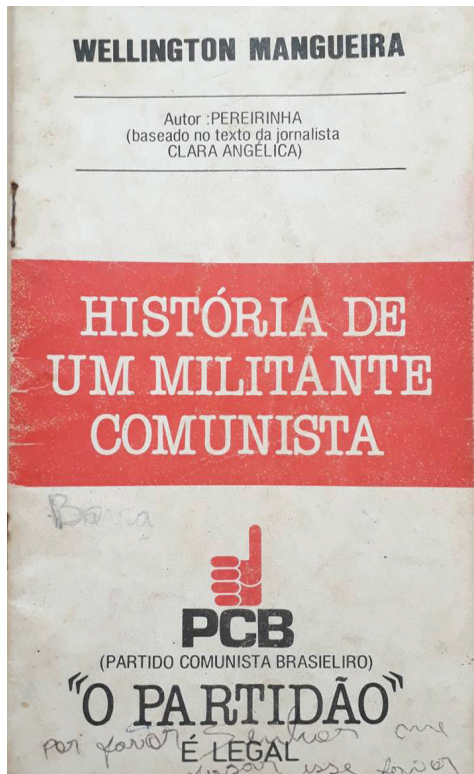
1. A contagem do tempo em que o anistiado esteve forçado ao afastamento de suas atividades profissionais (ameaçado de punição, por exemplo) sem que se exija o recolhimento de nenhuma contribuição previdenciária;

2. A conclusão de curso, em escola pública ou com prioridade para bolsa de estudo em escola particular, a partir do período letivo que foi interrompido ou o registro de diploma no caso de cidadão que concluiu curso em instituição de ensino no exterior;

3. A reintegração de servidores públicos civis e de

empregados públicos punidos, por interrupção de atividade profissional em decorrência de decisão dos trabalhadores, por adesão à greve em serviço público e em atividades essenciais de interesse da segurança nacional por motivo político.

Apaixonada pela história de vida até então traçada pelo líder estudantil Wellington Mangueira, durante o processo de luta e conquista pela anistia a jornalista e professora Clara Angélica minimizou o medo em ser pressionada pelos militares ainda centralizados à metodologia ofegante de se administrar o Brasil, e lançou uma cartilha em que, em uma de suas poéticas páginas transmitia:



*“Deus, abençoou Wellington
que sempre foi otimista
a Câmara, fez uma Lei
zelando sua conquista
pra seu primeiro contato
com o Partido Comunista.*

*Wellington, ainda hoje sente
uma das pernas, cansada
passou trinta dias, interno
com a matéria abalada
tudo isso ainda é
consequência da facada.*

*Lutando pela saúde
muito sangue ainda perdia
mas na luta que ele vinha
quando mais enfraquecia
crescia sua revolta
contra tanta tirania.*

*A política ideológica
o seu crescimento vem
com diversos companheiros
lutando muito também
que seu pensamento era
a de todos fazer o bem.*

*Eram Jackson Figueiredo
e Mário Jorge Vieira
Cláudio e Chico Varella
tudo gente de primeira
Leó Filho, Manoel Diniz
seguiram a mesma (carreira)”.*

CONVITE DO GRUPO VOTORANTIM

“Nesse período de pleito e conquista real da anistia, eu estava dentro da sala de aula no CCPA com o apoio fundamental do Dr. Marcos Pinheiro. Na realidade ele quis dar um caráter inovador nas aulas de sua escola. Isso tudo me espantava e ao mesmo tempo me deixava feliz, porque o convite ocorreu mesmo com as minhas articulações políticas e sociais criadas com um objetivo de progresso unificado na Nação. Sobre a minha contratação ele deixava claro que apenas queria que a verdade histórica do país estivesse presente e viva aos seus estudantes. Ele destacava que era de fundamental importância apresentar os fatos como eles realmente ocorreram, justamente para que hoje aquelas crianças não percebessem que acabaram sendo prejudicadas com conteúdos educacionais falsos e tendenciosos aos desejos daqueles que ainda comandavam o país. Eu inaugurei lá no CCPA essa forma inovadora de ensinar – o qual eu me entusiasmo, porque aquele convite foi extremamente fundamental para que eu criasse energias interiores para voltar às ruas ainda de forma discreta com Jackson Barreto, Rosalvo Alexandre e Moacir Soares da Mota – meu grande parceiro de luta desde o tempo do Atheneu e da universidade, e que naquele momento já como Promotor de Justiça, se dispôs a ir comigo até o Bairro Coroa do Meio para que desse apoio ao movimento em que outros tantos companheiros desenvolviam lá pela posse da terra naquela região. Esse momento me marca muito porque além de estar com centenas de crianças com fome de conteúdo nas salas do CCPA, também recebi o convite para fazer parte da equipe de profissionais do Grupo de Cimento Votorantim. Esse convite ocorreu graças a intervenção de David Menezes Prudente, um homem de ideias progressistas cujo irmão era simpatizante do velho PCB, e que graças a ele eu pude me integrar ao Votorantim,

mesmo com a minha forma de pensar”.

O seu modo de pensar e agir sempre o transformou em um homem promissor, perseguido pelo setor de inteligência federal, e, ao mesmo tempo, tão vangloriado por tantas centenas de jovens estudantes, na grande maioria, secundaristas da rede pública de ensino. Grêmios estudantis seguiam seus ensinamentos. O fato é que mesmo depois de inúmeras ações de torturas sofridas, turbulência psíquica e incertezas diárias de quando sofreria a mais nova sessão de crueldade, fechar o ano de 1979 com a Lei da Anistia consagrada, ensinando no CCPA e compondo o quadro de advogados do Votorantim, davam a entender que o futuro seria tão promissor quanto o desejava. Não se pode dar ao luxo de dizer que foi fácil; isso definitivamente não foi, mas quando se tem o povo, as comunidades religiosas, a OAB, movimentos sociais e estudantis ao lado, dificilmente seria possível perder novamente a luta de braço para um governo que apenas chegou ao poder por meio da intervenção antidemocrática patrocinada com custos planetários impostos pelo governo norte-americano. Essa história de que o Exército salvou o país de uma nação semelhante à Cuba, e outros países com regime socialista, estava caindo. Definitivamente os defensores da redemocratização do país eram muitos, capazes de superlotar centenas de milhares de kombis; ao contrário do que a extrema direita seguia enaltecendo que os comunistas democráticos não passavam de um grupo pequeno, capaz apenas de preencher as 12 vagas de uma kombi. Falácia desinibida para um povo que estava visivelmente saturado das imposições e articulações secretas – muitas delas nunca reveladas. Não se existia governo transparente naquele período; ninguém ousava investigar as tramitações do Governo.

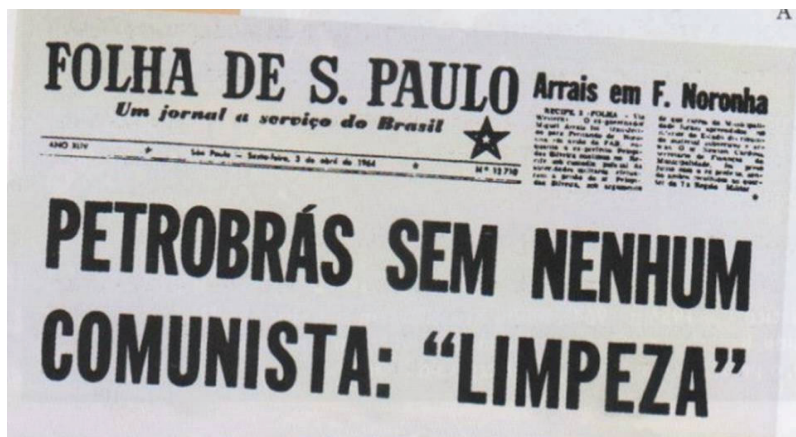
Agestão era blindada de qualquer desejo de esclarecimentos sobre o destino do dinheiro público. Wellington não levava a crer que os gestores praticavam atos de corrupção, mas também não negava a insatisfação em se deparar com uma gestão com

atitudes ímpares. No popular: “era isso e acabou”; orçamento participativo e debates com classes trabalhadoras nunca existiram. O que talvez muitos generais sequer imaginavam era que, em contrapartida, esta forma de governar acabaria esfacelando as estruturas administrativas, provocando a fúria do povo, e, finalmente apenas na década de 1980, com o mundo pedindo o fim do regime militar no Brasil, resultando no fim do golpe. Isso aconteceu, e o fato é que até hoje tem muitos militantes da extrema direita que insistem em se retorcer ao observar o país livre das mãos de ditadores, golpistas fantasiados de salvadores da pátria. Se bem que o atual presidente desta nação chamada Brasil... enfim, falaremos disso mais a diante. Garantimos que em poucas linhas porque quem atua contra os direitos trabalhistas e apoia uma intervenção militar no Estado do Rio de Janeiro não merece destaque. Uma intervenção fracassada que não conseguiu render os objetivos manobrados pelos fascistas.

“Quem apoia o retorno de um regime militar afirma que naquela época havia segurança. Bem, isso é um grande erro de interpretação. Na verdade, antes deste período, a segurança pública também não era um problema. Ou seja, não foi nada que o regime tenha ‘solucionado’. Aliás, os problemas com a criminalidade começam a se agravar nas cidades brasileiras justamente durante a ditadura, nas décadas de 1970 e 1980. Foi aí que houve um período de crescimento desordenado das cidades, com favelas se expandindo para receber a população miserável que migrava do campo em busca de oportunidades. Os retirantes, lembram dos livros de história?

O país deixa de ter uma população majoritariamente rural, que passa a buscar os grandes centros urbanos. Esse pode ser inclusive um dos motivos que levou ao crescimento desordenado das cidades e à explosão da violência: a não-fixação da população rural, ao contrário do que aconteceu nos Estados Unidos e Europa. Sem terra para trabalhar, explorados, sem

incentivo e assolados por um ciclo de grandes secas, muitos mudaram para as cidades, em busca de oportunidades, de olho num período de industrialização. Locais sem infraestrutura, com famílias desamparadas pelo estado, sem escolas, sem saúde, os morros presenciaram o nascimento de uma criminalidade profissional, que ganha espaço e cresce em meio à miséria e à falta de oportunidades. Ainda sobre a questão da violência e criminalidade no período do regime militar, vale lembrar: todos que estudaram um pouquinho de História sabem que o governo foi duro, brutal, com aqueles que discordavam dele. Mas não havia uma polícia 'dura' com ladrões, traficantes e outros criminosos. Toda essa falta de piedade era dirigida aos que faziam oposição política ao regime, e não aos bandidos". (Texto de autoria do jornalista sergipano Max Augusto).



Capa da Folha de São Paulo no dia 03 de abril de 1964

Assim como ocorreu com o Grupo Globo, nos 50 anos alusivos ao golpe militar, sob a direção do jornalista Otavio Frias Filho diretor de redação da "Folha de S. Paulo", o maior grupo de jornal impresso do país reconheceu, em editorial especial que:

“As vezes se cobra, desta FOLHA, ter apoiado a ditadura durante a primeira metade de sua vigência, tornando-se um dos veículos mais críticos na metade seguinte. Não há dúvidas de que, aos olhos de hoje, aquele apoio foi um erro”.



Dos 21 anos de administração militar (entre 1º de abril de 1964 e 15 de março de 1985), a Folha de S. Paulo apoiou por dez anos a intervenção das forças federais.

PROCESSO DE LEGALIZAÇÃO DO PCB

Com a virada do ano 1979/1980, e com a Lei da Anistia em pleno vigor, comunistas situados no Marco Zero e nos quatro cantos do país começaram a perceber que aquele se mostrava o melhor momento desde 1963 para tentar legalizar um partido político considerado pelo Governo Federal como aglomeração de subversivos dispostos a destruir a Nação. Com todos os demais partidos transitando normalmente pelos extensos corredores e departamentos do Congresso Nacional, em Brasília, chegou a vez de vestir a camisa estampada com a foice e o martelo, e seguir para as ruas sem medo de represálias. Enquanto o debate fervilhava nas grandes metrópoles do Brasil, na menor unidade federativa Wellington Mangueira se reunia com Rosalvo Alexandre, Marcélio Bomfim, João Augusto Gama, Benedito Figueiredo, Jackson Barreto de Lima, Cerivaldo Pereira e Gilberto Teles de Menezes para definir o rumo democrático a ser adotado. Com encontros marcados sempre no salão nobre do Cotinguiba, ou mesmo nas demais áreas de lazer do clube, o grupo contava ainda com o apoio intelectual de Jackson Sá Figueiredo, Chico Varella, Francisco Inácio Almeida, Agonalto Pacheco, Faustino Menezes e Laurinha; todos pertencentes à tradicional velha guarda do PCB em Sergipe. Reunir todos esses nomes em um só local até os 48 minutos do segundo tempo nos anos 1970 tratava-se de um desejo ímpar por parte dos militares das Forças Armadas. O popular ‘matar vários coelhos com uma cajadada só’. Sorte dos comunistas que os dias começavam a ser outros; a liberdade de expressão estava paulatinamente sendo renovada repleta de fôlego democrático, e, sobretudo, humanista. Durante os debates sobre a refundação oficial do PCB, o Cotinguiba poderia até estar na mira de militares, mas nada eles poderiam fazer. A Ditadura

Militar estava viva, mas agonizava. Uma prova disso é que já entre os anos de 1981 e 1982, a cúpula militante do Partidão decidiu realizar encontros da ‘Voz da Unidade’. Os primeiros debates surpreendentemente ocorreram. Possivelmente por descuido do próprio governo. Apesar deste avanço, os minicongressos realizados na casa do arquiteto de Sergipe William Campos Santana e no escritório de advocacia de Jackson Sá Figueiredo estavam com os dias contados, pois o que se buscava era a legalidade para o PCB.

Por determinação da Polícia, o grande encontro de ‘refundação’ do PCB, que seria realizado em um ginásio poliesportivo, apto para recepcionar dezenas de militantes, necessitou ser cancelado. Visivelmente abalados com a negativa militar, WM, Laurinha, Lessa, Jorge Santana e Alberto Nascimento – irmão do jornalista Eugênio Nascimento, deram início ao ‘Plano B’, e buscaram arrecadações financeiras para seguirem até o Congresso Nacional do PCB, realizado mais uma vez de forma clandestina no Estado de São Paulo. Motorizado, proprietário de automóvel com quase todas as exigências do Departamento Estadual de Trânsito de Sergipe (Detran/SE) em dias, Wellington seguiu viagem com os companheiros até a capital paulista onde enfrentaria uma rotina de dias debatendo medidas emergenciais para a promoção do partido em nível nacional. O problema disso tudo é que, por ter sido investigado, preso e torturado pela ditadura, WM estava impossibilitado de adquirir a Carteira Nacional de Habilitação (CNH) até segunda ordem do próprio poder Executivo Federal. Sem enfrentar maiores empecilhos durante o congresso, a pedidos de Jorge Santana, o grupo decidiu retornar a Aracaju pelo litoral do Rio de Janeiro como forma de apresentar ao próprio Jorge, as belezas naturais da ‘Cidade Maravilhosa’.

Recebidos pelos sergipanos e velhos companheiros de lutas Ancelmo Góis e Tina, todos ficaram de forma breve

hospedados no apartamento do casal enquanto levaram Jorge para conhecer os principais pontos turísticos da cidade. Fim de passeio, se aproximava o momento de arrumar as malas, reabastecer o carro e pegar estrada. Despedidas feitas, o grupo retornava ao território sergipano quando poucas horas depois, já dentro do município de Duque de Caxias, o carro conduzido por WM foi parado em uma blitz. Sem CNH e com a mala repleta de revistas e cartilhas comunistas recém adquiridas no congresso, o quinteto estava diante do risco de nova detenção. Não que o simples fato de estar dirigindo sem carteira resultasse em prisão; a grande questão é que o governo minava ódio em virtude de os comunistas terem conquistado avanços importantes para a redemocratização do país. Prender os cinco não se trataria de uma medida minimamente desconfortável para os policiais, muito menos difícil de manipular qualquer outro ato infracional que pudesse complicar ainda mais a vida dos militantes.

Jorge Santana possuía CNH, mas não a tinha levado; de nada mudaria o cenário. Naquela ocasião era o mesmo que não ter. Os demais passageiros sequer haviam pisado no Detran para solicitar o documento. O jeito foi Mangueira utilizar da boa base de envolvimento cultural, alegar ser advogado do Votorantim e docente do CCPA, e apelar para a informação que possuía carteira, mas tinha esquecido em Aracaju. Sem as tecnologias atuais, até que os policiais fossem investigar se realmente WM possuía habilitação, dias já teriam passado. A estratégia deu jabur; os policiais não caíram na lábia do comunista. Minutos subsequentes das tratativas, começava a ficar evidente o real desejo da guarnição. “Não sei como nós não havíamos compreendido naquele momento que os guardas queriam mesmo era dinheiro. Eles não estavam coisíssima nenhuma interessados em saber quem a gente era, muito menos se mostraram impulsionados a vistoriar o carro. O desejo era dinheiro e nada mais que isso! Como sabem, somos contra qualquer ato ilícito, inconstitucional. Sendo assim

disse que não tinha outro jeito a não ser aplicar a autuação de trânsito para quando chegasse em casa pudesse pagar. Foi aí que ele começou a tentar nos corromper e declarar que só seguiríamos mediante viagem com o pagamento em dinheiro, naquela época, relativo a um salário mínimo.

Como estávamos com medo de que o caldo pudesse engrossar para o nosso lado, mas ao mesmo tempo sem querer compactuar com aquela audácia desleal proposta por um servidor que deveria zelar pelo caminho do que é certo, tive a ideia de relançar a responsabilidade para os policiais. Juntamos o dinheiro pedido e disse a ele que por gentileza pagasse a multa por nós. Demos o dinheiro da multa para que ele pagasse, ou seja, deixo claro que fizemos a nossa parte como cidadão de bem; o que ele faria com aquela quantia aí já não era mais da nossa responsabilidade. O fato é que ele nos liberou, seguimos viagem, fomos parados novamente em rodovia federal, explicamos que já havíamos recebido uma multa no Rio de Janeiro, e desta vez não, o policial se mostrou compreensivo e não ensaiou pedir propina. O resultado de toda essa sinuca de bico enfrentada é que a multa pode até ter sido gerada pela polícia do Rio, mas nunca constou no documento do carro, tampouco chegou a notificação em minha residência”. De volta à capital sergipana, o trabalho de legalização do Partido Comunista foi reiniciado com base única aos pontos definidos em São Paulo.

Nesse instante, enquanto Luís Carlos Prestes se negava a permanecer no comitê central, Agonalto Pacheco assumiu a responsabilidade pelo contato com a Direção Nacional enquanto em Sergipe WM continuava responsável por copiar e compartilhar todos os documentos impressos do PCB bem como ser um dos diretores do *Jornal PortaVoz*. Desta forma, em 1983, a pedidos de Lourival Carvalho, companheiro também residente no Estado do Rio de Janeiro, Mangueira ficou na incumbência de rodar em uma gráfica de sua extrema confiança

o livro *Carta Aberta aos Comunistas*, que tinha como autor Luiz Carlos Prestes. Um material censurado e que deveria ser confeccionado com o máximo de profissionalismo semelhante às grandes indústrias de editorias de livros antes polarizadas apenas na região Sudeste do país. Disposto a seguir com a demanda, Wellington se reuniu com Stênio, simpatizante da esquerda e filho do dono de uma representativa gráfica em atuação até os dias atuais, e pediu permissão para que o material fosse rodado de forma sigilosa. O caminho estava aberto para o PCB em Sergipe. Além de possuir ampla admiração e respeito por WM, Stênio tinha como tio se sangue, o socialista Jaime Andrade, que, apesar de compor uma família de empresários, naquele instante também era membro do Centro Operário, defensor das causas sociais e trabalhistas e ligado ao Partidão. Diante do aval, era preciso definir uma estratégia que não gerasse o vazamento de informações privilegiadas ao Exército. ‘Bala’, funcionário antigo na empresa e da mais ampla confiança da família, foi o responsável por coordenar a produção realizada sempre no turno da noite quando apenas o próprio servidor, Wellington e não mais que dois companheiros da composição PCB/SE, ocupavam o prédio. Todo o sigilo necessitava ser preservado já que na década anterior o empreendimento já havia registrado um cerco federal promovido pela Força Federal após ser apontado como reduto de comunistas. O governo militar desconfiado da conduta socialista da gráfica havia determinado que uma vistoria minuciosa fosse promovida em cada departamento administrativo e operacional. Se todo o cuidado sempre foi pouco, com a aproximação do fim do golpe era mais que necessário triplicar as ações de cautela a fim de não gerar retrocessos para todo o sistema. Assim foi feito, e Val Carvalho recebeu 20 mil cópias do material pleiteado sem nenhum contratempo, muito pelo contrário! O material chegou com o máximo de qualidade e antes mesmo da data prevista. A conta foi paga pelo próprio Partidão, através de Wellington

Mangueira e Rosalvo Alexandre.

“Estávamos em pleno vapor do processo de Diretas Já; qualquer deslize poderíamos enfrentar novas derrotas em Brasília, quando alguns deputados e senadores que antes não apoiavam o movimento popular, e já haviam votado pela não redemocratização do país, enfim começavam a mudar de lado. Como Rio e São Paulo eram os centro das atenções dos investigadores, seguido de Minas Gerais, Paraná e Brasília, essa extensa demanda veio para Aracaju e eu fiquei responsável por dar andamento. Muitos companheiros somente ficaram sabendo desse produto quando ele já estava pronto, prestes a ser despachado para Val. Não que eu não confiasse em meus amigos, mas era preciso trabalhar em reduzido número de companheiros. Felizmente, Stênio nos deu mais um voto de confiança, permitiu que atuássemos no final da noite e assim seguisse pela madrugada. O trabalho foi realizado praticamente por três ou quatro pessoas, isso já contando comigo. Talvez por este motivo conseguimos êxito e seguíamos fortalecidos na batalha pela legalização do partido”. Durante este período de Diretas, WM, mesmo com o sentimento partido, optou por ficar na linha oposta ao projetado por Prestes. Além de Mangueira, essa corrente dividida contou, entre outros sergipanos, com o apoio integral de companheiros como: Célio e Cláudio Nunes, Gilberto Burguesia, Ofenísia Freire, Cerivaldo Pereira, Jackson Figueiredo, Carivaldo Lima, Faustino Menezes, Gilvan Manoel, Climeres – esposa de Jackson Figueiredo, Edith, Laurinha, Marenice, Janete e Asclepiades. Nas galerias do Cotinguiba as reuniões extraordinárias destinadas às mobilizações a favor das Diretas contavam com a presença ilustre e frequente de Chico Varella, Jackson Barreto, Benedito Figueiredo, Marcélio Bomfim, João Augusto Gama, Rosalvo Alexandre, Guido Azevedo, Marcelo Déda e Gregório Bezerra. Apesar dos esforços multiplicados naquele instante, articulações nacionais, sobretudo nos corredores do executivo federal, em Brasília, trabalhavam

noite e dia para derrubar os interesses da população. Eleito pelo PMDB em 1982 e empossado em 1º de fevereiro de 1983, o deputado federal Dante de Oliveira empenhou-se em coletar as assinaturas para apresentar o projeto de emenda constitucional que estabelecia eleições diretas (170 assinaturas de deputados e 23 de senadores). No dia 2 de março de 1983 finalmente apresentou a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) nº 5.

Em 25 de abril de 1984 sob grande expectativa dos brasileiros a emenda das eleições diretas foi votada, obtendo 298 votos a favor, 65 contra e três abstenções. Devido a uma manobra de políticos aliados ao regime, não compareceram 112 deputados ao plenário da Câmara dos Deputados no dia da votação. A emenda foi rejeitada por não alcançar o número mínimo de votos para a sua aprovação. Consciente de que o retrocesso democrático voltava a se tornar realidade no país, o advogado pernambucano e promotor de Justiça, Paulo Cavalcante, ingressou com uma ação junto ao Superior Tribunal Federal (STF) com a proposta de reivindicar junto à Corte Jurídica intervenção no caso. A ideia era constatar a manobra e barrá-la em caráter imediato. Seja lá qual foi o real motivo, a história está viva para contar que o colegiado optou por arquivar o pedido e seguir favorável aos resultados das Câmaras Legislativas. O pensamento do advogado pecebista não estava sozinho. Inconformados com a negativa parlamentar, milhões de brasileiros voltaram a se reunir em mobilizações unificadas para pedir a validação da votação. Em Aracaju, no dia 26 de fevereiro de 1984, cerca de 30 mil militantes se reuniram em praça pública a fim de apoiar o movimento. Nunca, jamais na história da capital sergipana se viu um movimento unificado que contou com a participação de milhares de militantes de vários partidos políticos com linhas ideológicas diferentes. Evidentemente preocupado com ao fortaleciemnto dos protestos e disposto a reprimir as séries de manifestações populares, durante o mês de abril o então presidente João Figueiredo aumentou a censura sob a imprensa, movimentos

culturais e ordenou prisões com violência policial caso preciso fosse. Mais um ato de tortura para um período obscuro da nação. Essas manifestações no início dos anos 1980 contaram com a participação de personalidades como: Heráclito Fontoura Sobral Pinto, o jogador Sócrates, a até hoje atuante em movimentos sociais - atriz Christiane Torloni, Mário Lago, Gianfrancesco Guarnieri, Fafá de Belém, Gilberto Gil, Chico Buarque, Martinho da Vila, Osmar Santos, e Juca Kfourir.



Em 8 de janeiro de 1973, as manchetes de todos os jornais pernambucanos anunciaram: “seis terroristas mortos em tiroteio”. Foram seis homicídios, todos unidos e simplificados em um aparelho da Chácara São Bento, um sítio na região metropolitana do Recife. Todos, pelo anúncio dos jornais, perigosos terroristas, que resistiram à bala ao cerco das forças da ordem. Mas só depois de mortos se fez a maquiagem nos jovens socialistas: com tiros, para melhor coerência do suplício com o papel dos jornais. Foram eles: Pauline Reichstul, José Manuel, Soledad Barrett, Evaldo Ferreira, Jarbas Pereira e Eudaldo Gomes. Assim como foi possível se deparar com professores deixando o discurso

progressista de lado e se coligando às Forças Armadas logo após o golpe de 64, muitos veículos de comunicação também buscaram alinhar a respectiva editoria aos olhos e interesses do governantes federais. Brasileiros defensores da democracia nacional deixaram de ser militantes sociais, e, para alguns jornais impressos, por exemplo, começaram a ser apontados como: terroristas.

“A tese do PCB era que deveríamos esgotar todas as formas legais de luta. Para isso teríamos que fazer com que a base do adversário se desestruturasse; foi aí que ficou acordado que José Sarney seria o grande mentor disso porque ele tinha ambição e ao mesmo tempo divergências com alguns setores militares. Enquanto isso, na Bahia, o ‘Toinho Malvadeza’, que era o Antônio Carlos Magalhães, se transformou em ‘Toinho Ternura’ pelo fato dele ter coragem. Esse apelido surgiu por causa de situações antigas e pela força que ele tinha desenvolvido no poder, vinculado à OAS e também pela postura dele sempre à favor dos generais. Em determinado momento ele optou por desafiar os generais e isso mostra que foi íntegro, ao menos naquele instante. Como dificilmente seria diferente, aquilo acabou gerando uma bomba no Governo Militar porque ACM acabou dividindo setores militares e atraindo para o lado da eleição de Tancredo Neves uma quantidade razoável de políticos. Foi assim que conquistamos mais uma vitória no Congresso Nacional. Parte daqueles que apoiaram a ditadura se desprenderam dela como sempre acontece e passaram para o lado daquela corrente defendida pelo povo, as quais possuía maiores chances de ganhar uma postura ascendente, uma eleição”.

Apesar da ascensão popular em caráter mais representativo, apenas na primeira etapa da década de 1960, ao contrário do que muitos imaginam, o Partido Comunista Brasileiro foi fundado em 25 de março de 1922, tendo como nome inicial: Partido Comunista do Brasil. Este fato ocorreu na cidade de Niterói, então capital do Estado do Rio de Janeiro,

diante do apoio tímido de exatos 73 militantes. A retirada do ‘do’, em meio à sigla ocorreu posteriormente, momentos antes do Golpe Militar ter sido implantado no país. Sempre baseado nos princípios do Partido Comunista Soviético, a meta do Partidão era encontrar brechas legítimas as quais permitissem que o proletariado pudesse participar de forma direta em todas as discussões sobre a conjuntura política do Brasil. No esforço de criar no país uma cultura socialista e um modo proletário de fazer política, o partido logo nos primeiros anos traduziu e divulgou o “Manifesto do Partido Comunista”, e lançou o jornal “A Classe Operária”. Com presença no movimento sindical, criou uma perspectiva classista independente, inserindo-o no cenário da política institucional por meio da criação do Bloco Operário Camponês, que chegou a disputar eleições entre 1928 e 1930 em vários estados, mas que também foi fortemente reprimido e acabou dissolvido. Foi justamente neste período que Alvarim Mangueira Marques foi perseguido e preso. Ali estava marcado para a história o primeiro caso de opressão vivenciada pela família de Wellington Mangueira.

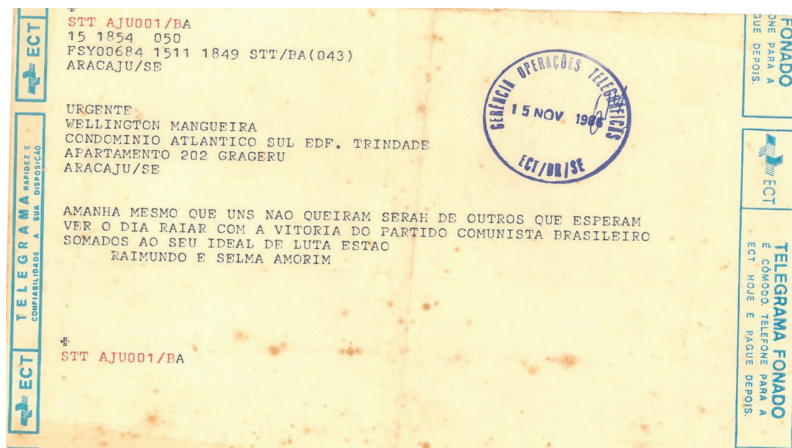


Fundadores do PCB

Enquanto o discurso ideológico e propostas marxistas do PCB atraíam representantes da intelectualidade e da cultura nacional, como os escritores Graciliano Ramos, Jorge Amado, o arquiteto Oscar Niemeyer, o pintor Cândido Portinari e o físico Mário Schenberg por outro lado fomentava a fúria da base elitista de direita atuante no país. Agregar nomes de extrema representatividade social feria na alma dos conservadores e gerava um pânico junto ao setor empresarial que sempre obteve receio do progresso unilateral da classe trabalhadora. As únicas exceções em Sergipe foram os empresários Heráclito Rocha e Joaquim Sabino Ribeiro, defensores do socialismo. O Partidão surgiu, cresceu e se desenvolveu com essa linha missionária. Com a base estabelecida, a primeira grande tentativa de revolução impulsionada pelo partido foi a chamada Insurreição (ou Levante) Comunista, chamada tradicionalmente de Intentona Comunista, em 1935, comandada por Luiz Carlos Prestes, conhecido como: 'o Cavaleiro da Esperança'. Sua mulher, a judia alemã Olga Benário, grávida, foi presa e entregue a Hitler por Getúlio Vargas, vindo a morrer em um campo de concentração na Alemanha. Ainda sobre a fundação e desenvolvimento do PCB, o partido esteve presente nos principais movimentos políticos do país, mesmo no período em que ficou na clandestinidade, como na Revolução de 1930, que pôs fim à República Velha, levando ao poder Getúlio Vargas. No período da ditadura de Vargas durante o Estado Novo (1937-1945), os comunistas foram fortemente perseguidos. Porém, ao fim de seu governo, numa tentativa de continuar no poder, Vargas anistiou os presos políticos e permitiu a reorganização de partidos e a legalização do PCB. De forma inédita, nas eleições para a Assembleia Constituinte de 1946, o PCB conseguiu eleger uma bancada com 14 deputados, entre eles, Claudino José da Silva, único parlamentar negro, eleito pelo Estado do Rio de Janeiro. Nesse período conquistou

também uma inédita cadeira no Senado, com Prestes, escolhido pelos eleitores cariocas. Com um salto mais que representativo, em 1947 a legenda começava a se polarizar, deixou a casa dos 100 filiados e conseguiu atrair para os seus quadros mais de 200 mil seguidores. Com esse impulso extraordinário, ele começou a ser chamado carinhosamente de ‘Partidão’. No entanto, com a chegada do general Eurico Gaspar Dutra (1946-1951), o partido foi novamente colocado na clandestinidade em 7 de maio de 1947, quando o Tribunal Superior Eleitoral cancelou seu registro. Oito meses depois, o governo cassou o mandato de seus representantes no Congresso Nacional.

“A permissão, tão esperada por nós para a legalização do PCB, surtiu efeito mundial. Isso ocorreu pelo simples fato de que nós, militantes sociais, lutávamos juntos por uma ideologia que a alma é imortal ao ponto de se dar à luta na proposta de construir um mundo justo; uma convivência unificada onde não se exista nem fome, nem miséria e desavenças entre os povos. O foco do partido – ao contrário do que as Forças Armadas tentavam passar para os brasileiros, seguia em busca de um mundo em que todos fossem iguais, sem ter ninguém tentando passar a frente do outro para se favorecer de forma ilícita. É possível e importante que pensamentos diferentes existam, mas que essa linha de raciocínio oposta não atinja o limite da crueldade. Infelizmente foi isso que sofremos muito neste país durante a ditadura militar. Infelizmente nossas vozes por décadas foram caladas de forma violenta. Não concordar com o pensamento do próximo faz parte da democracia, mas chegar ao ponto de submeter os grupos de pensamento adversos a detenções repletas de imposições físicas e psicológicas aí já não se trata mais de conflito de pensamentos, e sim, arbitrariedade desumana. Foi exatamente isso o que vivenciamos entre 1964 e 1985. Diante da atitude desesperada, e posteriormente fracassada de Vargas, conseguimos legalizar o PCB e reconquistar a democracia nacional”.



Momento em que o país vivenciou a legalização do Partido Comunista Brasileiro / essa foto foi registrada após o diretor do Grupo Votorantim, Marcelo Aguiar, ter financiado um repórter fotográfico para registrar este momento histórico

Passado o período longo de instabilidade e perseguições cruciais, já no início da redemocratização, em 25 de março de 1986,

pontualmente no dia em que comemorava o seu 64º aniversário, o PCB exibiu o seu primeiro programa na TV, em rede nacional, exaltando sua história e trajetória, com a proposta de mostrar ao povo brasileiro que o partido havia vencido a luta pela legalidade, tinha como base o respeito ao Estado Democrático de Direito, e estava vivo à serviço do povo, sobretudo, dos direitos trabalhistas e às garantias dos Direitos Humanos estabelecidos não apenas no país do samba e do futebol, mas também ao redor do mundo.



Oitavo congresso extraordinário do PCB em 19 de julho de 1987, em Brasília



Congresso Nacional da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) / Wellington ao lado da advogada Aida Campos

ELEIÇÃO DE 1986

Depois de longo período distante das urnas, milhões de brasileiros, enfim, voltavam a se preparar para escolher os respectivos representantes dos poderes Executivo e Legislativo. Em meio à euforia causada pelo Plano Cruzado, que se resume em um conjunto de medidas econômicas, lançado pelo governo brasileiro em 28 de fevereiro de 1986, com base no decreto-lei nº 2.283, de 27 de fevereiro de 1986, a perspectiva era que o Brasil pudesse de imediato restaurar a honra do seu povo e buscar avanços reais que ficaram estagnados durante os 21 anos de opressão e sangue. Diante do primeiro plano econômico nacional, em larga escala desde o término da ditadura militar, a população esperava que as promessas de congelamento de preços de bens e serviços nos níveis do dia 27 de fevereiro; sustentação da Taxa de Câmbio por um ano em 13,84 Cruzados = 1 Dólar; reforma monetária, com alteração da unidade do sistema monetário, - que passou a denominar-se cruzado (Cz\$), cujo valor correspondia a mil unidades de cruzeiro; e substituição da Obrigação Reajustável do Tesouro Nacional ORTN, título da dívida pública instituído em 1964, pela Obrigação do Tesouro Nacional (OTN), cujo valor foi fixada em Cz\$106,40 e congelado por um ano, tudo isso e mais uma penca de medidas imediatistas realmente saíssem dos papéis, das lábias dos gestores nacionais, e comesçassem a fazer parte da realidade. De alma lavada, Wellington Mangueira, após reuniões com Laurinha e pouquíssimos familiares, decidiu então deixar a Assessoria Jurídica do Grupo Votorantim e se lançar candidato a deputado estadual.

Apesar do amor fraterno que impulsiona, e sempre impulsionou a relação do jovem comunista ao até então maior grupo capitalista do país, permanecer no cargo enquanto buscava a multiplicação de voto lhe renderia uma ação contraditória. Em

rápida análise era difícil entender como um comunista, na classe social e ideológica de WM, poderia buscar abranger a ideia de um mundo igualitário para todos, enquanto este mesmo requerente a cargo público permanecia defendendo os interesses de um setor empresarial. Se tivesse que ficar entre manter a linha de raciocínio do Partidão e assegurar o bom – para não dizer: excelente cargo desenvolvido há anos, certamente Wellington optaria por buscar melhores condições humanas para todos. Assim ele fez, e, sem nenhum rastro de dúvida, ao longo das últimas duas décadas o faria novamente quantas vezes fossem necessárias. Quem bem conhece a alma de Wellington sabe o quão é firme o seu laço de admiração pelo Votorantim, mas em 1986, com foco e mira exclusiva às eleições diretas e gerais, pleitear um espaço no Poder Legislativo, depois de tanto sofrimento e encontro com o ápice da dor, te enchiam mais os olhos.

Batido o martelo, ainda no primeiro semestre daquele ano, Mangueira saiu do Votorantim e deu início às reuniões a fim de definir para qual cargo iria pleitear durante as eleições realizadas no dia 15 de novembro. Amigos de WM, a exemplo de Marcelo Déda, Rosalvo Alexandre e Marcélio Bomfim – figuras importantes e fortes defendiam que ele saísse candidato a deputado federal. A perspectiva era que, com isso, todos os seus companheiros do PCB, membros da Ordem dos Advogados do Brasil e da educação sergipana, por exemplo, pudessem se unir em uma só corrente a fim de eleger-lo a um cargo federal. Já naquele período as pesquisas de intenção de voto eram produzidas de forma interna pelos partidos políticos. Na cúpula central do Partido Comunista Brasileiro, em Sergipe, WM surgia como um dos mais promissores candidatos em todo o território local. O indício de vitória nas urnas estava ali, diante dele, mas por decisão exclusivamente pessoal, a opção por em conquistar uma vaga na Assembleia Legislativa de Sergipe (Alese), foi decretada.

A opção foi definida novamente com o apoio de Laurinha e comunicada aos dirigentes do partido durante uma nova rodada de reuniões realizada na sede do Cotinguiaba. A história está viva para mostrar que, talvez, se por ventura ele realmente seguisse as orientações dos companheiros e se apresentasse como candidato a legislador na Câmara dos Deputados, em Brasília, a partir de 01 de janeiro de 1987 ele estaria dividindo espaço no Congresso Nacional com tantos outros parlamentares dispostos a mudar o rumo do país; se bem que naquele instante de queda do Regime Militar um grupo extenso de oportunistas de plantão formado por delegados, militares e gestores fascistas também se candidatou e acabou obtendo êxito nas urnas. O rumo foi outro; uma aposta que resultou em derrota no âmbito estadual. Mesmo compondo a ala do PCB, Mangueira conquistou voto expressivo e concluiu o processo como o 20º candidato mais votado no estado. O que chama a atenção é que WM alcançou voto suficiente para ocupar o mandato, inclusive quantidade superior a cinco deputados eleitos; para a respectiva lamentação, por questões de legenda partidária ele não foi empossado.

Finalizado o processo de votação e contagem das cédulas, ficou constatado que em Sergipe 292.339 mil eleitores – os quais representavam 53% dos votantes, proporcionaram a vitória do governador Antônio Carlos Valadares, do vice-governador Benedito de Figueiredo. O apoio do PCB à candidatura de Valadares contribuiu diretamente para o sucesso nas urnas, e o hoje senador reconhece aquele apoio. A eleição resultou ainda na vitória dos senadores Lourival Batista e Francisco Rollemberg; de oito deputados federais e vinte e quatro estaduais na última eleição para governador em que não existiam os dois turnos em eleições majoritárias. Três nomes disputaram o governo, mas a vitória coube a Antônio Carlos Valadares, candidato apoiado pelo então governador João Alves Filho. Foi a única vitória

do PFL nas eleições para governador naquele ano. José Carlos Teixeira (PMDB) ficou em segundo lugar com 240.221 mil votos (43,55%); e Tânia Magno da Silva (PT), em terceiro, conquistou 18.997 mil votos, o que representou 3,45% da população apta para participar do processo. Na suplência de senadores ficaram: Viana de Assis (PFL [hoje DEM]), Seixas Dória (PMDB), e Luiz Alberto dos Santos (PT). Os deputados federais eleitos foram: Antônio Carlos Franco (PMDB), Cleonânio Fonseca (PFL), Messias Góis (PFL), Acival Gomes (PMDB), José Queiroz (PFL), João Machado Rollemberg (PFL), Bosco França (PMDB), e Djenal Gonçalves (PDS). Com os cargos devidamente ocupados, restava aos sergipanos cobrar dos seus representantes o cumprimento integral do Plano Cruzado que prometia, ainda, o congelamento dos salários pela média de seu valor dos últimos seis meses e do salário mínimo em Cz\$ 804,00, instituição de uma tabela de conversão para transformar as dívidas contraídas numa economia com inflação muito alta em dívidas contraídas em uma economia de inflação praticamente nula; criação de uma espécie de seguro-desemprego para aqueles que fossem dispensados sem justa causa ou em virtude do fechamento de empresas; e promoção dos reajustes salariais que passaram a ser realizados por um dispositivo chamado “gatilho salarial” ou “seguro-inflação”, que estabelecia o reajuste automático dos salários sempre que a inflação alcançasse 20%.

“No primeiro momento, assim que o partido se tornou legalizado pelo Tribunal Superior Eleitoral e as eleições já batiam na porta, nós tentamos nos unir ao Partido dos Trabalhadores (PT) por entender que esta sigla além de possuir interesses socialistas com base no Marxismo, ainda contava em seu quadro de militantes pessoas como Milton Alves, Marcelo Déda e José Eduardo Dutra. Não tenham dúvidas que se tivéssemos conseguido agrupar forças naquele momento tanto o PCB,

como também o PT saíam da eleição com um numero maior de candidatos eleitos, inclusive eu; a legenda estaria fortalecida e o nosso agrupamento comunista também. O fato é que por questões ideológicas da unidade petista nacional, o partido não estava permitido para fazer alianças com ninguém, mesmo que apresentasse uma linha de raciocínio semelhante a deles”. O que chama a atenção nesta etapa da história política partidária no Brasil é que o próprio Partido dos Trabalhadores, de início, não contava com o apoio do coirmão Partido Comunista do Brasil (PCdoB). Para aqueles que se interessam pelo setor administrativo da nossa política, chega a soar estranho o próprio PCdoB rejeitar a coligação ao PT. Em Sergipe, na segunda metade da década de 1980 líderes comunistas declaravam: ‘Para quê PT, para quê PT, se tem o PCdoB’. Por ironia do destino ou qualquer outro fundamento que o valha, instantes depois da redemocratização do país pudemos perceber que o próprio PCdoB optou por recuar à antipatia e buscou o apoio da sigla coordenada por Luís Inácio Lula da Silva; desde então busca defender os ideais do irmão mais representativo – se é que podemos assim definir.

Sem querer avançar bastante na história, mas a conjuntura nos força a isso, hoje, depois de poucos ônus e inúmeros bônus conquistados por intermédio do PT – em especial nos anos 2000 e até a primeira metade desta década, o PCdoB deseja desvincular sua imagem da do Partido dos Trabalhadores. Composições formadas por líderes nacionais da sigla alegam que o partido é visto pejorativamente como uma espécie de ‘puxadinho do PT’, e pretende mudar essa ideia lançando candidato próprio já nas próximas duas eleições. Isso inclui candidatos a presidente e senadores da república, governadores e prefeitos. Como assistimos neste ano de 2018 o ensaio de Manuela d’Ávila, candidata ao Palácio da Alvorada pela sigla. Resultado: acabou sendo candidata à vice, do vice; uma chapa que teve inicialmente Luís Inácio Lula da Silva

presidente, Fernando Haddad vice, e Manuela vice de Haddad. Algo nunca visto na política nacional. Se essa postura agora individualista trata-se de blefe por parte da sombra PCdoB, daqui a alguns anos a história ficará responsável por desvendar. O certo mesmo é que políticos em um passado nada distante, apontados como: ‘golpistas’, ‘bandidos’, ‘líderes de organizações criminosas’, ‘traidores dos direitos trabalhistas’ e ‘fascistas’, hoje são apontados como: ‘amigos do povo’, fonte de renda junto ao governo federal. Com direito até a foto de rosto semicolado e sorriso estampado nos quatro cantos da face. Creio que não é necessário dar nome aos bois.



WM durante a passagem pela Ouvidoria Geral da Prefeitura de Aracaju após receber convite do líder petista Marcelo Déda Chagas / Na foto: Augusto Gama, Zé Eduardo Dutra, Déda e Edvaldo Nogueira

“Não entramos em disputa antiética com ninguém. O ideal do PCB segue firme e até hoje não só eu, como também minha esposa Laurinha e mais alguns parentes que prefiro preservar a identidade, contribuímos com o partido que sempre defendemos. Enquanto o PCdoB rejeitava aliança com o PT, nós desejávamos compor a chapa.

Isso, como já destaquei, acabou não se firmando naquele momento, mas já nas eleições de 1988, quando saí candidato a vereador, vários municípios já registravam essa ligação PT/PCB. Apesar dos erros graves que foram cometidos e confirmados pelo Poder Judiciário, ninguém pode negar a conduta humanista dos partidos de esquerda que sempre buscaram trabalhar pelo bem coletivo. Antes que alguém siga multiplicando os discursos de ódio que ainda ouvimos muito neste país, é preciso deixar claro que foi justamente a base de esquerda que invadiu as ruas, praças e avenidas para dar a cara para bater, firmes que um dia conquistaríamos o Brasil de volta. Se hoje temos democracia, isso se deve à persistência de enfrentar os generais e todo o seu exército. Se membros de qualquer que seja o partido se envolveu em atos de corrupção, então que a Justiça prove e os punam com o máximo do rigor da lei. Sem querer defender, o que não se pode é negar a importância do PT para a queda da ditadura militar. O PCB é grato a tudo de bom que conseguiu construir para o Brasil ao fazer aliança com o PT”.



II Congresso Nacional de Advogados Pró-constituinte, em Brasília; 16 de outubro de 1985.

Com o fim declarado do Golpe Militar, se aproximava o momento de reorganizar a casa. Diante da necessidade de atualizar de forma democrática todos os poderes: Executivo, Legislativo e Judiciário, em 22 de setembro de 1988 o regimento supremo do Brasil foi aprovado pela Assembleia Nacional Constituinte e promulgada em 05 de outubro de 1988. Desde então, esta declaração - considerada a sétima ou a oitava constituição do Brasil (dependendo de se considerar ou não a Emenda Constitucional nº 1 como um tem servindo de parâmetro de validade a todas as demais espécies normativas, situando-se no topo do ordenamento jurídico), tem servindo de parâmetro de validade a todas as demais espécies normativas, situando-se no topo do ordenamento jurídico. Com a constituição sancionada, exatos 23 dias depois os brasileiros voltaram às urnas para definir os novos prefeitos e vereadores. Este foi o último pleito sem a aplicação da regra de eleição em dois turnos municipais, a terceira eleição sob o amparo da Nova República (criada com o fim do Regime Militar) e a penúltima das quatro realizadas no governo José Sarney. Conforme previamente destacado pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), todos os eleitos administrariam as cidades entre 1º de janeiro de 1989 e 31 de dezembro de 1992. Para encerrar a década de 1980, com a cereja do bolo, finalmente depois de 27 anos, milhões de brasileiros estavam novamente liberados para eleger representantes a serem empossados no poder executivo federal. Carente de novos ares governistas, a eleição extraordinária promovida em 15 de novembro de 1989 envolveu a população e os partidos políticos de uma forma tão sublime que resultou na inscrição inédita de 22 candidatos à presidente da república. O PCB fez parte deste grupo.

O que para muitos não passavam de suposições fantasiosas, paulatinamente o Partido Comunista Brasileiro conseguiu derrubar todos os enigmas que grupos comandados pela ala direitista, conservadora do país, tentaram por década aplicar

contra os esquerdistas, lutadores por um mundo justo, igualitário e democrático para todos. A partir da queda do período obsoleto, o qual recriminava milhões de brasileiros contrários aos interesses dos supremos governistas, o Brasil começava a respirar novos ares; a democracia ressuscitou e permitiu que negros, homossexuais, músicos, escritores, artistas e estudantes pudessem apresentar seus pontos de raciocínio sem medo de serem abordados por militares, presos e consequentemente torturados insanamente. “Nessa candidatura de 1989 nós bem que tínhamos representatividade e conhecimento geral no país. Justamente pela nossa luta ao longo da Ditadura Militar, o PCB se tornou ainda mais visto e popular ao ponto de elegermos Roberto Freire para pleitear o executivo nacional. Ao contrário do que muitos sequer se esforçavam para imaginar, dispparamos nas intenções de voto até o momento em que, durante entrevistas e debates, Roberto cometeu o pecado de dizer que não acreditava em Deus e Jesus Cristo. Uma afirmação dessa, por mais que seja verdadeira aos olhos de quem fala, não se deve ser citada, principalmente por parte de um homem público residente num país como o Brasil. Isso fez com que ele começasse a despencar e não conseguir, sequer, ficar entre os cinco melhores votados. Se por ventura ele tivesse dito que não acredita em apenas um Deus, mas sim em correntes do bem as quais nos conduzem a lutar pela prosperidade coletiva, em forças espirituais que nos levam a primar pela harmonia, paz e amor entre os povos, certamente ele poderia até perder eleitores ligados às igrejas, mas não de forma brusca como ocorreu. Essa situação de Roberto Freire serviu de lição para muita gente, inclusive aqui no Estado de Sergipe. A cada nova eleição eu vejo alguns candidatos até a cargo grande na esfera municipal que se benze toda hora quando tem uma câmera ligada e voltada para eles, ou mesmo quando estão próximos do povo, mas que na realidade não possuem essas crenças todas, ou mesmo são adeptos fieis da ideologia incrédula”.

Roberto Freire, que teve como vice-presidente o médico

sanitarista filiado também ao PCB, Antônio Sérgio da Silva Arouca, concluiu o pleito daquele ano em oitavo lugar com apenas 1,13%, o que representa 769.123 votos depositados. Entre erros e acertos, não se pode negar que a década de 1980 chegava ao fim para o Partido Comunista com sucessivos aspectos positivos conquistados. A derrota de Roberto Freire para Fernando Collor (PRN), Luiz Inácio Lula da Silva (PT), Leonel Brizola (PDT), Mário Covas (PSDB), Paulo Maluf (PDS), Guilherme Afif Domingos (PL) e Ulysses Guimarães (PMDB), era mínima se comparada à conquista da legalização da sigla e permissão para disputar cargos de extrema importância para a nação.

PCB E A OCUPAÇÃO DE CARGOS ESTADUAIS

Já no início da década de 1990, Roberto Freire, e o secretário-geral do partido, Salomão Malina, apresentaram como proposta alterar o nome do partido, o símbolo (a foice e o martelo), bem como pela abolição do vermelho nas bandeiras. Depois de um ano e meio de sucessivas discussões nacionais, em março de 1992 surgiu uma nova legenda: o Partido Populista Socialista (PPS). Até hoje essa alteração segue contrariando ex-integrantes, militantes fiéis do Partido Humanista (PH) e do Partido Verde (PV). Os comunistas opositores à mudança, como Horácio Macedo, Wellington Manguiera, Marcélio Bomfim, Chico Varella e Laurinha Manguiera, por exemplo, disseram que lutariam pela permanência da identidade tradicional da legenda, mas que disciplinadamente aceitariam a mudança. Atualmente – talvez pelo racha lamentável ocorrido em 1992, tanto o PPS quanto o PCB têm pouca representatividade política no cenário nacional. No Congresso, na gestão 2014-2018, o PPS conta com nove deputados federais, enquanto o PCB, mesmo organizado em Sergipe e mais 19 estados brasileiros, não possui um nome sequer, mesmo com o Poder Legislativo sendo composto hoje por 513 deputados federais e mais 81 senadores, totalizando 594 parlamentares.

Com o partido rachado em Sergipe, Eurico Amado, José Silvério Leite Fontes, Isabel Dória e Luís Antônio Barreto coordenaram a recriação do popular Jornal do Partidão. O folhetim, inicialmente mensal, tinha como proposta unir forças que pudessem agregar novos avanços positivos à sigla, bem como contribuir para que todos os filiados permanecessem não apenas incluídos no quadro de contribuintes, mas também gerassem algum tipo de incentivo, ânimo para que aquecessem a

militância comunista. Paralelo ao jornal, a tentativa de conquista de território em várias regiões sergipanas seguia firme. No meio acadêmico, Iracy Mangueira foi eleita presidente do Diretório de Direito Silvio Romero DCE / Universidade Federal de Sergipe (UFS), e posteriormente substituída pelo então namorado Márcio Macedo, hoje vice-presidente nacional do Partido dos Trabalhadores. Enquanto isso, no cenário trabalhista, outro grupo de heróis da resistência seguia estreitando os laços com profissionais das mais variadas áreas funcionais, criando e fortalecendo sindicatos dispostos a lutar pelos direitos dos trabalhadores, e, conseqüentemente, contribuir com o processo de revigoração do PCB.



Movimento popular: Caras-pintadas / Folha de São Paulo

À nível nacional, o partido seguia no rumo do progresso interno e participou ativamente do primeiro processo de impeachment do Brasil, e, conseqüentemente da América Latina. A unificação das forças resultou no afastamento definitivo do presidente Fernando Collor de Mello do cargo de presidente da República. Três meses depois da posse de Fernando Collor, em

junho de 1990, surgiram as primeiras denúncias de corrupção no governo, atingindo, naquele momento, apenas o segundo escalão. Em outubro, as acusações passaram a envolver pessoas próximas ao presidente, como PC Farias, o ex-tesoureiro da campanha de Collor, que agiria como intermediário de negócios entre o empresariado e o governo. A partir daí, os escândalos e as denúncias se sucederam e, a cada mês, novos nomes eram apontados. No dia 24 de maio de 1992 as denúncias atingiram diretamente o presidente da República. Numa entrevista à revista *Veja*, Pedro Collor acusou o irmão de manter uma sociedade com PC Farias, que seria seu testa-de-ferro nos negócios. O procurador-geral da República, Aristides Junqueira, pediu a abertura de inquérito para a apuração de crimes contra a administração pública federal, atribuídos ao presidente Fernando Collor, à ex-ministra Zélia Cardoso de Melo, a PC Farias e ao piloto de avião Jorge Bandeira de Melo, acusado de intermediar a liberação de verbas no Ministério da Ação Social. Naquele dia, o presidente divulgou uma carta à nação na qual se dizia profundamente chocado com as declarações “insensatas e falsas” do irmão Pedro Collor.

IMPEACHMENT DE FERNANDO COLLOR

Diante da pressão atribuída, antes mesmo de ser aprovado no Senado Federal, o alagoano optou por renunciar ao cargo em 29 de dezembro de 1992, deixando a cadeira presidencial para o então vice, Itamar Franco. Apesar da postura um tanto espantosa naquele momento, as investigações e tramites no Congresso Nacional continuaram e, durante debates em plenários, os parlamentares decidiram que o presidente não poderia evitar o processo de cassação pela apresentação tardia da carta de renúncia. Collor ficou inelegível por oito anos. Nessa conjuntura, o Diretório Acadêmico do curso de Direito da UFS teve participação ativa na criação dos ‘caras-pintadas’, o qual ficou conhecido o movimento estudantil brasileiro do ano de 1992 que teve, como objetivo principal, o impeachment de Fernando Collor. “Foi um período ímpar na nossa história e que felizmente podemos destacar a participação forte do PCB e da grandiosa maioria dos estudantes secundaristas e universitários. Mais uma vez, os companheiros então matriculados na Universidade Federal pintaram os rostos e foram às praças públicas para protestar contra um governo sanguessuga, fascista que trabalhava na calada da noite para retirar os direitos trabalhistas. O Partido Comunista, sem medo de represálias comandadas pelo Exército, pressionou o governo firmemente assim como acontece agora, com o governo Michel Temer. A nossa participação integral fez com que o PCB continuasse com representatividade política social, apesar do rompimento interno. Não sei o que o PPS faz, ou fazia, nem tenho interesse em saber; o que me deixa satisfeito é saber que os companheiros comunistas do velho Partidão não se renderam às ilegalidades e mantivemos a nossa base marxista. O impeachment de Collor se deu, também, graças à interlocução socialista do Partido Comunista do Brasil. Um fato que não posso esquecer nunca de lembrar foi o presente que Cássio Barreto, companheiro do Cotinguiba, deu a minha filha. Ciente

da participação resistente de Iracizinha no Diretório Central dos Estudantes, ele comprou um megafone e lhe deu para que pudesse ampliar a sua voz. A queda de Collor se deu em virtude desse tipo de atitude; estávamos cansados de tanta falcaturia e o povo nas ruas derrubou aquela governo”.



Início da votação do pedido de impeachment do ex-presidente Fernando Collor / Folha de São Paulo

A visibilidade do partido surtiu efeito. Diante da representatividade entre os sindicatos, a sigla foi convidada para participar da gestão municipal de Aracaju, naquele instante administrada por Wellington da Mota Paixão, o qual havia vencido a eleição municipal de 1988, e o professor Jorge Carvalho do Nascimento, candidato apoiado por WM e toda a militância do PCB. Empossado para atuar na área de proteção ao meio ambiente e valorização das riquezas naturais de Aracaju, Mangueira convidou antigos companheiros para estudar medidas a médio e longo prazo, as quais pudessem contribuir por uma cidade mais arborizada. Fizeram parte desse núcleo pessoas como: Rosângela

Hermes, Margarida Azevedo, Batatinha e Iracy Mangueira. A fim de fortalecer a tradição aracajuana, WM se reuniu com o prefeito e apresentou a proposta de plantar dezenas de mudas de cajueiros pela cidade. Poucos sabem, mas a grande maioria dos cajueiros hoje presente nas avenidas Francisco Porto, Nova Saneamento, Hermes Fontes, Adélia Franco e Beira Mar foram plantadas, cultivadas e regadas por este grupo. Assim como os lotes de terras localizados na região do Distrito Industrial de Aracaju (D.I.A.), fonte de desejo das elites naquele momento. Faltando menos de seis meses para passar a faixa de prefeito da capital para Jackson Barreto de Lima, que assumiu o mandato em 1º de janeiro de 1993 pelo Partido Democrático Trabalhista (PDT), Wellington Mangueira foi informado que grandes empresários e políticos trabalhavam para se apossar dos terrenos públicos e transformá-los em chácaras particulares. Com o aval do prefeito, apoio fiscalizatório do Tribunal de Justiça e da Ordem dos Advogados do Brasil, o grupo coordenado pelo comunista contribuiu para que estes espaços. Sem sequer imaginar, essa postura rendia à Wellington Mangueira uma admiração multipolarizada, e, adesão de novos filiados tanto para o Cotinguiba, como também para o PCB.

Destaque para Nivaldo Fernandes que mobilizou o Sindicato Servidores Públicos Municipais de Aracaju (Sepuma), bem como para profissionais ligados ao Sindicato dos Profissionais do Ensino do Município de Aracaju (Sindipema), Sindicato dos Trabalhadores Têxteis de Sergipe (Sinditextil) e Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST). Com uma postura administrativa diferenciada, por mais que a imagem comunista ainda não houvesse superado a barreira do preconceito por parte da população, WM começava naquele instante a se destacar na figura de gestor público. Sempre atuando conforme exige a ética democrática de direito e, claro, sem esquecer a base educacional herdada do berço familiar, o comunista estava prestes

a comandar, ou coordenar – expressão esta mais leve e que não remete à supremacia da Ditadura Militar – um momento épico no Partidão em Sergipe. Proporcionalmente, os três primeiros anos da década de 1990 marcaram a menor unidade federativa do país como uma das mais representativas em questão de novas adesões e consequente ampliação do quadro militante. Diante da atuação exemplar de WM ao lado de Wellington Paixão, e da evidente fidelidade histórica de companheiros do PCB, o partido, em menos de dez anos de legalização construiu bases firmes na Região Metropolitana e demais municípios do estado, e, já na eleição de 1992, conseguiu eleger mais de 20 candidatos entre vereadores e vice-prefeitos. Com a significativa expressão de votos, além de conquistar notoriedade no cenário político de Sergipe, chegou o momento de o PCB, antes perseguido impiedosamente por vários setores da sociedade, ser convidado para participar de grandes alianças destinadas às administrações governamentais e aos pleitos eleitorais que se aproximavam. Os convites coerentes foram aceitos não apenas como forma de fortalecer o comunismo em Sergipe, mas, não menos importante, para mostrar aos que resistiram o racha no PCB, o qual resultou na criação do Partido Popular Socialista, não resultaria na missa de sétimo do Partidão. O PPS foi criado frente a uma nova ordem internacional, após a queda dos antigos modelos comunistas a exemplo do fim da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas e da Guerra Fria. Naquele momento, cabeças pensantes e experientes do PCB não se mostravam preocupados com a criação da nova sigla. No fundo, previam que em menos de dez anos ela seria esfacelada proporcional ou integralmente. Eles erraram por um ano. Isso porque em 17 de abril de 2013, a Executiva Nacional do partido anunciou a fusão com Partido da Mobilização Nacional (PMN) para formar a Mobilização Democrática (MD). Dois meses depois, em 29 de junho de 2013 a executiva nacional do PMN rejeitou a proposta, anulando o processo de fusão.



Após a legalidade do partido com direito a broche e quadro do PCB ao fundo

Não ficou por aí. Há poucos anos, em meados de 2014, o PPS esteve envolvido noutro processo de incorporação, dessa vez com o Partido Socialista Brasileiro (PSB), com possibilidades de participação do Partido Humanista da Solidariedade (PHS) e do Partido Ecológico Nacional (PEN), cujas negociações foram suspensas em 2015 com expectativa de retomada após as eleições municipais de 2016. “Fazíamos a nossa tarefa de casa. Enquanto uns decidiam deixar o partido com a perspectiva de fundar outro, mais forte e representativo, nós buscávamos honrar com as nossas atribuições delegadas e isso foi feito com maestria, ao ponto de transformar aquele final de 1992 em uma fase bastante positiva e feliz para o PCB, aqui em Sergipe, transformado em PPS (Partido Popular Socialista). Conseguimos conquistar o apoio de sindicalistas, ícones da luta a favor dos direitos trabalhistas; multiplicamos a adesão de sergipanos residentes nas mais diversas regiões. Elegemos vereadores, vice-prefeitos, conquistamos vagas

para secretariado e diretorias importantes. Tudo prestado contas com lealdade. Em Aracaju, o nosso trabalho foi representativo ao ponto de, após a saída de Wellington Paixão, o companheiro Jackson Barreto, assim que assumiu o segundo mandato como prefeito, solicitou o apoio do agora PPS para administrar a cidade. Ao contrário do que alguns dizem por aí, inclusive já li muito sobre essa fantasiosa versão, nós do Partido Comunista Brasileiro estávamos sim, tristes, e lamentando a perda de companheiros de sigla, mas em momento algum preocupado com o futuro do velho PCB, agora denominado PPS. Os resultados positivos nos conduziam a acreditar que estávamos no caminho correto e assim seguimos. As representativas alianças firmadas, fizeram com que nosso grupo continuasse contribuindo diretamente com o progresso da nossa nação e isso era o que mais nos importava. Queiram os opositores, ou não, felizmente a história está aí, viva para destacar o quanto o PCB - PPS se fez necessário e importante para a vida de milhões de brasileiros”.

No contexto local, o grupo municipal coordenado pelo Partidão desenvolveu ações destinadas ao trade turístico, onde, em caravana, seguiu circulando por feiras culturais, realizadas em diversos estados brasileiros a fim de promover as inúmeras qualidades ofertadas pelas belezas sergipanas. Com o slogan: ‘Oxente, Sergipe está presente!’, Wellington Mangueira retornava a estados onde há pouco tempo havia sido torturado, para defender, mais uma vez, o interesse do povo. Jackson Barreto ‘comprou’ a ideia, Luís Eduardo Costa conseguiu a liberação de ônibus, e o grupo seguiu viagem. A ação foi promovida nos estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, além dos vizinhos: Bahia, Pernambuco, Alagoas e Rio Grande do Norte. O resultado de todo esse esforço não poderia ser diferente; em curto prazo hotéis e pousadas começaram a multiplicar o índice de reservas. Bares e restaurantes viram o lucro permitir a ampliação dos estabelecimentos e abertura

de novas unidades, bem como as agências de viagens – antes acostumadas a alta procura apenas no período de Carnaval e festejos juninos, passaram a intensificar vendas de pacotes para turismo interno em todas as épocas do ano.

COMBATE AO GRUPO "A MISSÃO"

Com uma base extremamente bem elaborada e posta em atividade, ainda no final da primeira etapa da década de 1990, Mangueira foi convidado pelo então governador João Alves Filho para assumir a Secretaria de Estado da Justiça e acabar com o grupo denominado 'A Missão' – formado por policiais homicidas, os quais desrespeitavam intolerantemente a legislação brasileira. O comunista com o prestígio que possuía junto aos grupos de defesa dos Direitos Humanos, foi convidado para tentar minimizar a enxurrada de críticas que o Governo do Estado recebia, inclusive nacionalmente da OAB, quanto à série de carnificina promovida por grupos de militares impiedosos da época. No popular, malandro bobeava, pisava fora do que era tido como certo, o resultado não poderia ser outro a não ser descarregamento de aço, - bala cravada no corpo daqueles que optavam pela marginalidade. Sendo assim, para não sair com a imagem de governo promovedor de extermínio, nomear uma pessoa com perfil democrático e defensor dos Direitos Humanos seria a melhor saída para jogar panos frios nas pressões jurídicas. Isso não quer dizer que a administração pública deixou de massacrar e passou a ser coiteira; não! Ninguém alisou a cabeça de pessoas em conflito com a lei, apenas passou a exigir que os errados pagassem conforme determina o Código Penal Brasileiro. WM assumiu a pasta por sete meses.



O prestígio junto à Ordem dos Advogados do Brasil seguia no encalço de WM em virtude da sua incansável dedicação para com a sigla. Ainda na década de 80 ele buscava conquistar novos imóveis destinados à ampliação operacional / administrativa da OAB/SE. O registro acima ocorreu em uma dessas reuniões. Na sequência, da esquerda para a direita, estão: Edson Ulisses, W Mangueira, Francisco Dantas, Silvério Leite Fontes, Carlos Alberto Menezes, Antônio Jacintho Filho, Lúcio Fontes Lima, Carlos Ayres de Freitas Britto e Clóvis Barboza de Melo.

Naquele momento, Wellington decidiu seguir na contramão da tradição e optou por exonerar todos os diretores de unidades prisionais que possuíam ligação militar. Entendeu que a presença de agentes militares nestes quadros administrativos resultaria, por consequência, em medidas mais duras, comum para uma gestão composta por homens e mulheres que tiveram como berço a metodologia rigorosa da força militar. Se a ideia das penitenciárias mundo à fora é ressocializar os internos e qualificar a sociedade no contexto geral, manter militares na condução dessas casas era permanecer no erro. Saíram os praças, assumiram os professores. Com o tempo,

as tomfas deram lugar aos livros e à educacional metodologia da presença. Apesar das críticas enxurradas por parte da sociedade conservadora, que, inclusive, era administrada por um governador membro do Partido da Frente Liberal – o qual possuía o conservadorismo como ideologia base, no contexto geral João Alves acertou ao convidar Manguiera para o cargo. Com essas mudanças impostas, a OAB e os grupos defensores dos Direitos Humanos minimizaram as intervenções jurídicas e passaram a contribuir para a qualificação da Secretaria de Estado da Segurança Pública e Justiça de Sergipe. A imagem antes negativa foi superada e a então gestão de João Alves conseguiu reestabelecer a interligação harmoniosa junto à seccional Sergipe e ao respeito nacional.

Assim como ocorreu na mudança de prefeitos (WP/JB), diante dos resultados positivos, ao assumir o Governo do Estado, Albano do Prado Franco - também conservador ligado ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), optou por convidar Wellington Manguiera para seguir na gestão pública e assumir a SSP. Para quem dava início a uma nova gestão pública, nada melhor que já começar com votos de congratulações pela escolha do secretariado. Isso ocorreu já na primeira quinzena de janeiro de 1995, quando a cúpula da OAB se reuniu com o governador para, em visita de cortesia, parabenizá-lo pela escolha de WM. Estava mais que evidente que Albano Franco quis mostrar para o mundo que Sergipe não teria mais espaço para reintegrar grupos de extermínio. Se com João Alves a polícia que matava e feria as normativas dos Direitos Humanos já havia sido extinta, Albano Franco e José Carlos Machado (vice-governador) necessitavam manter o ritmo do progresso nessa pasta. Com prestígio junto à OAB e com carta branca para formar o quadro diretivo, Wellington convidou o companheiro Marcélio Bomfim para auxiliá-lo na

assessoria direta, e o então capitão – hoje coronel reformado da Polícia Militar do Estado de Sergipe e atual secretário municipal da Defesa Social, Luís Fernando Silveira de Almeida e o doutor Paulo Ferreira, ligado ao Partido dos Trabalhadores, para a Superintendência da Polícia Civil, para comporem a Executiva da SSP. Democrático e sempre pondo em prática as visões marxistas, foi possível estabelecer um relacionamento mais que harmonioso junto aos grupos de extrema esquerda, como o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra. A forma de conduzir o barco fez de Wellington, talvez, um dos únicos gestores públicos do Brasil a conseguir amenizar as pressões impostas pelo movimento rural contra uma gestão liderada por um partido [o PSDB] criado em 1988 pelo então líder popular Mário Covas. A multiplicação de apoios importantes não parou no MST. A postura socialista de WM – rejeitada de nariz empinado por parte dos auxiliares de Albano Franco, resultou ainda na adesão de sindicatos ligados à Central Única dos Trabalhadores (CUT), do recém fundado Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU), evidentemente do Partido Comunista do Brasil, e do Partido dos Trabalhadores, por intermédio do deputado Francisco Gualberto. É bem verdade que a adesão não era firme e íntegra como era com outros partidos de aliança tradicional, mas o fato é que muitas emendas de interesse do governo acabaram sendo aprovadas sem muita dificuldade no pleno da Assembleia Legislativa de Sergipe.

“Desde o primeiro momento quando fomos nomeados e com publicação no Diário Oficial, buscamos aposentar os escudos e as tonfas para buscar soluções para os problemas com base no diálogo progressista. Tínhamos nossas diferenças de pensamento de mundo, mas sempre conversando imaginávamos que seria melhor para todos; e foi. Até mesmo nos momentos mais críticos, quando, por exemplo, nos deparamos com uma

greve intensa liderada por petroleiros, não foi necessário impor a opressão militar. A força era utilizada sempre no limite das ações. Na mais derradeira das argumentações se fazia necessário sacar uma arma de efeito moral com balas de borracha e atirar para o alto. Não me importava, e não me importo até hoje, em seguir para a zona de conflito em busca de estabelecer a ordem. Ou a gente resolve na base do diálogo, da conversa entre seres humanos pensantes, ou seria no mínimo difícil e demorado vencer o pleito por intermédio de outras instâncias. Foi dessa forma que juntos conseguimos fixar olho a olho do servidor e apertar a mão de cada cidadão sem o receio de sofrer retaliações por parte da classe trabalhadora. Esse respeito múltiplo foi oriundo de provas regadas a companheirismo que renderam bons resultados ao governo em meados dos anos 1990, e para mim rendem reconhecimento em inúmeros locais por onde passo nesse estado. Receber continência, ou mesmo um abraço seja em Aracaju ou no interior de Sergipe é imensamente gratificante”.

Até chegar a esse patamar foi difícil. Uma jornada regada a inúmeras e incansáveis demonstrações de harmonia, respeito e ética humana. Todos sabemos que para alcançar o mais alto patamar da confiabilidade é mais que necessário não somente promover ações de lealdade para com o próximo, mas também demonstra-las perante o público que se deseja atingir. Em um desses eventos memoráveis e plenamente vivo na consciência de WM, está o segundo semestre de 1995 – precisamente o dia 07 de setembro, por volta das 11h30. Dividindo o palanque erguido na Avenida Barão de Maruim, centro de Aracaju, com Albano Franco, José Carlos Marchado e o Arcebispo Dom Lessa e outros gestores públicos estaduais, Mangueira seguia acompanhando o tradicional desfile cívico quando,

ao decorrer da solenidade patriótica, percebia paulatina evacuação por parte dos ‘grandolas’ elitistas. Nada de cansaço ou desculpas do calor local; em período de campanha política todos enfrentam as mais adversidades naturais na caça pela multiplicação dos votos. Isso sem falar que esses palanques costumam disponibilizar água mineral, salgadinhos, frutas, água de coco. Enfim, o que ocorrera naquele instante era a mais pura demonstração de repugnância e receio em permanecer plantado em um palanque prestes a se deparar com centenas de trabalhadores presentes no Grito dos Excluídos.

Um movimento democrático e sempre coordenado por centrais sindicais, movimentos estudantis, comunidades religiosas e ramificações sociais. Após a passagem marcante da Colégio Atheneu Sergipense – sempre o último a desfilar, aproximava-se a massa vestida de vermelho, amarelo e branco. No palanque era possível avistar, do lado esquerdo, o coronel Luís Fernando; ao lado direito, Dom José Palmeira Lessa; alguns poucos políticos ligados à esquerda, funcionários terceirizados trabalhando no serviço interno do palanque, dois ou três seguranças patrimoniais, e mais ninguém. Permanecer ali foi mais uma daquelas demonstrações de igualdade entre um momentâneo gestor e classe trabalhadora. Independentemente de a figura de Wellington até então ser desconhecida para alguns manifestantes, aguardar a passagem dos Excluídos para saudá-los, mais que uma ação respeitosa, era, e é, uma forma a mais de se somar ao pleito dos sergipanos, por mais adversa que a situação econômica esteja aos cofres públicos. Ao contrário do que alguns pudessem imaginar, sem sofrer ofensas, ou qualquer outra imposição verbal emitida pelos autofalantes dos trios elétricos, os tímidos (em número) representantes do governo e Igreja Católica foram saudados

pelos militantes. A grande maioria, evidentemente. Agradar a todos nem Jesus Cristo foi capaz.

Para Wellington estar diante daquele grupo era o mesmo que estar no quintal de casa com companheiros conversando sobre política social, a paixão pelo Cotinguiba, o Fluminense, a inclusão dos negros no Clube de Regatas Vasco da Gama ou qualquer outro assunto. Sempre se mostrando respeitoso às ideologias sociais do grupo, Mangueira também se somava à luta pela reforma agrária e isso o tornou amigo do MST. Essa admiração partia também de líderes, a exemplo do hoje deputado federal pelo Estado de Sergipe e Partido dos Trabalhadores, João Daniel, e do líder social Esmeraldo Leal. O parlamentar é filho de pequenos agricultores, onde desde cedo compreendeu o valor da terra para o povo do campo e a necessidade de ampliar as conquistas dos trabalhadores. A significância dele dentro do movimento acabou sendo refletido em WM. Em uma dessas circunstâncias memoráveis da vida está presente o conflito protagonizado entre setor empresarial e membros do MST, assentados no município sergipano de Capela. Ciente do real risco de vulnerabilidade coletiva, devidamente acompanhado por agentes técnicos e operacionais das polícias Civil e Militar, Wellington seguiu para a cidade, 67 quilômetros de distância da capital, na tentativa de minimizar os desentendimentos. Ao descer da viatura oficial, o então secretário percebeu que as famílias rurais ergueram barracos utilizando em sua grande maioria pedaços de ripas e plásticos no acostamento da rodovia estadual, cerca de 400 metros de distância da Usina Santa Clara.

Segundo os administradores da empresa, o receio quanto à possibilidade de invasão por parte dos trabalhadores sem terra forçou o grupo a intensificar a segurança patrimonial

e anunciar rajadas de tiros contra qualquer pessoa que tentasse invadir o território e erguer barracos. Em contraponto a toda essa onda de ameaças sangrentas, os assentados disseram a Wellington e sua comitiva, que o assentamento estava repleto de crianças ainda de colo, outras com idade de até 10 anos, alguns poucos com necessidades especiais, e mais de 30 idosos. Mesmo que houvesse um motivo para a ocupação da área particular, a manutenção da integridade física de todos seria mantida. Após ouvir a comunidade – e mesmo ciente que os capangas dos empresários estavam fortemente armados, WM se dirigiu a pé até a entrada principal da usina. A proposta era promover um diálogo e que resultasse no fim dos embates até então apenas verbais. Sem pretensão nenhuma de publicitar a ação conciliadora orquestrada pela SSP, até porque não se tratava de uma ação que agregasse tamanha valorização à imagem do governo, o fato é que o ocorrido acabou dominando as principais manchetes dos jornais sergipanos no dia posterior. Isso porque, ao seguir em direção à Usina, dezenas de assentados se armaram com facões e foices, e seguiram atrás do secretário; numa espécie de guardiões. Uma foto da *Gazeta de Sergipe* passou a impressão de que Wellington estava comandando a ação do MST; os fatos mostram que não foi bem isso o que aconteceu. Se a primeira impressão é a que geralmente fica, aquele registro contribuiu para que a relação entre WM e o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra estreitassem um pouco mais.

“Eu sabia que eles estavam armados até os dentes. Eu conhecia e percebi que era calibre pesado mesmo. Medo eu não senti porque já havia passado por situações muito mais preocupantes na minha vida, então não era medo; na realidade o que sentia era preocupação com todo aquele

cenário. Se qualquer cidadão sacasse a arma e desse um disparo para cima possivelmente teríamos um confronto sério onde muitos poderiam morrer e outros tantos ficariam feridos. Ao me aproximar do grupo me identifiquei como secretário, mostrei que estava na companhia do MST – mesmo sem precisar porque estava evidente, informei que estava ali para intermediar o diálogo e garantir que esse não era do nosso interesse o confronto, mas se fosse o caso de retaliações, iríamos usar as forças civis e militares, para conter o ânimo beligerante do usineiro. Felizmente não chegamos a este extremo, mesmo com discussões calorosas. Conseguimos manter um diálogo com o mínimo de coerência. Ouvi as duas partes e de volta a Aracaju fui até a sede do Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe. Não me recordo pontualmente se no mesmo dia, e lá expus a situação para o Doutor Manuel Pascoal Nabuco D'Ávila e Doutor José Nolasco de Carvalho. Isso ocorreu entre 1995 e 1996 quando até a Ordem dos Advogados do Brasil, seccional Sergipe, também foi acionada e colaborou democraticamente com o diálogo. Confesso que sempre tive paixão pelas minorias, ou os menos favorecidos. Atuar naquela circunstância a favor da vida dos assentados do MST foi prazeroso; sempre me identifiquei com o movimento e certamente por isso que a minha relação com eles em todo o país foi sempre de respeito múltiplo. Ressalto a importância do então capitão PM - SE Luiz Fernando Almeida, mestre na arte de administrar conflitos".

Comradia Wellington,
Espero que continues
sempre dando exemplo
de dignidade e coerência,
nessa nossa longa luta
pelo mudanças sociais, e
pela libertação de nosso povo.
Cumprimentos pelo teu
trabalho; por uma organização
pública, democrática.
com um abraço,
João Pedro
18/12/96

Movimento Social dos Trabalhadores Sem Terra (MST) / devido a histórica base esquerdista e de fortalecimento aos Direitos Humanos, Wellington é considerado amigo do MST. Uma comprovação desta relação amigável está presente em um bilhete preenchida à punhos por João Pedro Agustini Stedile, um economista, ativista e escritor brasileiro, figura de representação nacional junto ao MST.

Muitas vezes contra tudo e contra quase todos, a favor das classes menos favorecidas, Wellington vestia camisas de campanhas (não necessariamente eleitoreiras) um tanto incompreensíveis para a segunda metade da década de 1990. Em meados de 1997, o comunista, com uma visão macro de futuro e valorização aos direitos humanos, decidiu intensificar as ações de proteção aos grupos que constantemente sofriam atos de discriminação e

violência por parte da insistente família conservadora do Brasil. Vejam vocês: se no mundo contemporâneo observar um casal de homossexuais de mãos dadas passeando pelos calçadões da Passarela do Caranguejo ainda provoca certa atração aos olhares preconceituosos de centenas de milhares de pessoas, isso antes da virada do milênio era incompreensível. Tema que pouco se debatia e raros eram os políticos, gestores públicos ou órgãos de fiscalização que tratavam do assunto de interesse da comunidade Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transgêneros e Intersexos (LGBTTI).

DELEGACIA PARA GRUPOS VULNERÁVEIS

Disposto a mudar esse cenário de miserável preconceito, a Secretaria de Estado da Segurança Pública inaugurou a primeira Delegacia de Apoio aos Direitos e Proteção de Grupos Vulneráveis. Com nomenclatura diferenciada da hoje Delegacia de Atendimento a Grupos Vulneráveis (DAGV), este departamento focava na assistência aos homossexuais, aos negros e às mulheres que sofriam violências domésticas e até então não eram estimuladas, e/ou não encontravam formas de denunciar os agressores. Até implantar de fato este departamento, paralelo às críticas, Mangueira necessitou trabalhar o popular jogo de cintura para que a Assembleia Legislativa do Estado de Sergipe apoiasse a iniciativa. Muitos deputados até que se simpatizavam com a proposta, mas os interesses multilaterais impediam que o projeto fosse aprovado pelos parlamentares. O clamor dos inúmeros cabos eleitorais contrários à iniciativa forçava os deputados – cabresteados a votos nas eleições, a se posicionarem a favor da medida. Além desses covardes, existia ainda a ala dos parlamentares com ideologia e postura liberal de direita. Em conversas de corredores alguns tinham receio que, votando a favor, fossem apontados como homossexuais ou mesmo acabassem perdendo votos no processo eleitoral de 1998. Vale ressaltar que a igualdade entre mulheres e homens é uma questão de direitos humanos e uma condição de justiça social, sendo um requisito necessário e fundamental para a respeitabilidade, o desenvolvimento e a paz. A igualdade de gênero exige que, numa sociedade, homens, mulheres, Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transgêneros e Intersexos gozem das mesmas oportunidades, rendimentos, direitos e obrigações em todas as áreas. Devem beneficiar das mesmas condições: no acesso à educação, nas oportunidades ao

trabalho e na carreira profissional, no acesso à saúde e no acesso, inclusive, ao poder.



Atual sede da Delegacia de Atendimento a Grupos Vulneráveis (DAGV), em Aracaju.

Depois de discursos e conversas com os deputados dispostos ao veto do projeto, enfim WM conseguiu recolher, sem precisar da votação, ampliando por portaria, as atribuições das já existentes delegacias da mulher. Houve novas rodadas de críticas de conservadores, mas o fato é que a primeira delegacia de vulneráveis acabara de ser criada em Sergipe sob a ideologia progressista de Mangueira. Para compor o primeiro quadro de gestores foram escalados: Paulo Ferreira e o coronel do exército Pedro Paulo. Pessoas, com amplo pensamento de futuro e valorização à vida. Diante das atenções voltadas à SSP, acertar

na escolha dos primeiros gestores diretos era imprescindível. De nada adiantaria multiplicar as ações objetivadas para a delegacia se a mesma fosse composta por pessoas sem algum tipo de ligação com as causas. Além de acreditar no resultado positivo das atribuições, era essencial mostrar que os administradores tinham amplo conhecimento técnico e que iriam contribuir diretamente para o desenvolvimento humano de todos. Com o passar dos meses, visivelmente multiplicando resultados cada vez mais positivos, a delegacia começou a realizar parcerias também de sucesso futuro junto ao departamento de Direitos Humanos da OAB, com o Ministério Público Estadual, Defensoria Pública, Tribunal de Justiça do Estado, associações e grupos LGBTTi. Entre erros e acertos, - normais em qualquer administração pública ou particular, a última década do primeiro milênio Depois de Cristo serviu essencialmente para mostrar que mágoas do passado continuavam presente na lembrança de Wellington Mangueira, mas não no coração. O desejo de acolher as pessoas do bem e perdoar os que cometeram atos desumanos estava presente no seu dia-a-dia. Após vencer o trauma das torturas e enfrentar a incógnita ao assumir uma pasta da Justiça e Segurança Pública, em um governo oposto às suas origens, WM deixou a lição que, independentemente de onde nós estivermos, é preciso manter a ética profissional e respeitar os ensinamentos trazidos do berço familiar; sempre respeitando o próximo e nunca, jamais, se aproveitando de recursos públicos para promoção de bem pessoal ou de terceiros. A passagem de Wellington pelo Governo do Estado em 1990 não simboliza uma coadjuvante atuação pública, mas sim um verdadeiro marco social na vida de milhares de sergipanos. “Em determinado momento da minha passagem pela Secretaria

de Segurança me deparei algumas vezes com Isabel ‘Pereira’ – uma pessoa que gostava muito, falecida recentemente, e que, por respeito ímpar à sua passagem e aos que nesse campo espiritual permanecem, prefiro revelar unicamente o primeiro nome, mas deixar fictício o sobrenome -, a qual vivia dizendo que a polícia não foi criada para passar a mão na cabeça de maconheiro nenhum; que era para prender os usuários da droga e receber na cadeia a educação que supostamente não tiveram em casa. Chegou ao ponto de me pedir para que se um dia um filho ou sobrinho próximo a ela fosse flagrado fumando maconha era pra fazer valer o rigor da postura militar; ‘baculejo’ seguido de armazenamento nas malas dos camburões. E não é que a vida nos pregou mais uma peça daquelas?! Recordo-me perfeitamente como se isso tivesse ocorrido na noite de ontem: estava dormindo quando o telefone despertou. No susto, corri para a sala – já que a bateria do celular tinha descarregado e ao atender demorei um pouco para saber quem estava do outro lado da linha. Aos poucos, com o impacto passando, decifrei que se tratava da mesma conhecida dizendo que o filho dela havia sido flagrado justamente em uma esquina fazendo o quê? Fumando maconha. De imediato, assim como fiz com tantas outras mães, disse a ela que ficasse tranquila que nenhum ato de tortura seria sofrido por ele e pelos colegas. Vesti uma roupa às pressas e fui até a delegacia para acompanhar o desenrolar dos fatos. Essa situação fica até hoje na minha memória por compreender que muitas vezes as pessoas costumam apontar para os erros dos outros, exigem rigorosidade das leis, mas quando enfrentam cenário semelhante são as primeiras a ‘queimar a língua’ e desfazer toda postura conservadora a qual havia apresentado anteriormente”.



Polêmica Reunião Nacional de Secretários e Gestores da Segurança Pública em maio de 1996 / Neste evento Wellington Mangueira gerou clima desconfortável aos militares presentes por solicitar o direito ao pronunciamento e protestar contra a postura violenta adotada pelas forças / Ele defendia uma Polícia assistencialista e comunitária / A crítica foi direcionada ao então ministro da justiça, Íris Resende Machado, que propunha ação repressiva contra o MST.

SENSACIONALISMO EM DESFAVOR DA COMUNICAÇÃO

A vida apresenta o seu lado de amargura e nem tudo o que ocorre ao nosso redor são repletas das flores mais lindas, sem um espinho sequer, inevitavelmente o final dos anos 1990 ficou marcado ainda pela configuração antiética presente na condução, momentânea ou não, do radialista Gilmar Carvalho. Se é que podemos começar pelo fim, desde já é preciso ressaltar que atualmente os embates do passado já foram sanados e não mais restam ressentimentos por ambas as partes. O que ocorreu foi que, ao ser convidado para assumir a administração da SSP/SE, Wellington Mangueira tinha como primeira medida reajustar operacionalmente todas as atribuições realizadas pelo Grupo Missão. Apesar de ter sido desenvolvido para combater os roubos de gado no interior sergipano, a Corregedoria da Segurança Pública começou a receber denúncias de que o grupo havia se tornado em um bando de militares dispostos a protagonizar cenas de carnificina junto aos acusados de crimes hediondos. Diante do problema, ao assumir a pasta, WM deu início a um processo lento de trabalho unificado entre o Estado, população e os próprios familiares dos suspeitos. A mudança de postura, paralelo ao aumento da confiabilidade social, contribuiu para que a máxima da displicência humana, a qual induz que: ‘bandido bom é bandido morto’, passava a não ser mais utilizado e isso contrariava o então seleto círculo de pessoas [inclusive comunicadores com posição sensacionalista] que persistia em defender a tortura e a morte de supostos homicidas e estupradores, por exemplo. Para conquistar esse apoio unificado, o Governo do Estado, por intermédio da própria SSP, criou um documento implicando normativamente que o cidadão

detido teria o direito de ligar para um familiar comunicando a situação, bem como informar onde estava custodiado naquele instante. Sem tortura ou ações que o forçasse a seguir o idealismo dos militares, o suspeito ainda assinava um termo em que garantia não ter sofrido nenhum tipo de espancamento durante a abordagem. Em casos de reação negativa à ordem de prisão, ou mesmo conflito corporal junto aos agentes policiais, peritos do Instituto Médico Legal realizariam exames de corpo de delito. Na delegacia, policiais civis ficariam responsáveis por analisar visualmente o estado físico do detido. De frente com essas mudanças, os familiares e amigos, preocupados com a integridade física dos entes, começaram a indicar o paradeiro de pessoas procuradas e, em muitos casos, pais começaram a convencer e levar os suspeitos às delegacias. Semelhante a um divisor de águas na administração pública de Sergipe, nesse momento foi firmado um trabalho cidadão; o cenário era outro; as execuções contra suspeitos começaram a diminuir; os órgãos internacionais em defesa dos Direitos Humanos começaram a parabenizar o Governo de Sergipe e isso incomodou, e muito, a ala sensacionalista. O radialista Gilmar Carvalho em seu programa diário deu início à acusações de que a Secretaria de Estado da Segurança Pública, perante total aval do governador, estaria pondo em prática essas mudanças como forma de ‘passar a mão na cabeça de bandido’. Uma tentativa despiedada de mobilizar a população e os órgãos como o Ministério Público Estadual (MPE) e o Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe contra as reformas articuladas pela cúpula da SSP. Se é para dar a ‘César’ o que é de ‘César’, verdade seja dita: os governantes não simpatizavam por nenhum suspeito de cometer ato infracional; sempre um problema para a segurança pública.

“O problema é que deu nitidamente a entender que o radialista não aceitava que o Estado fornecesse uma visita de cortesia promovida por um advogado pago pelo governo. Um

direito legal da ampla defesa; a Defensoria Pública, inclusive, serve para proporcionar assistência a todos, independentemente da natureza dos fatos. Nós disponibilizávamos uma lista de defensores e advogados aptos para atuar nestas causas e assumir o caso para defender o réu. Isso sem sombra de dúvidas resultou na ira do midiático. A Vila do Sossego, canção de Zé Ramalho que diz:

‘Oh eu não sei se eram os antigos que diziam

Em seus papiros, Papillon já me dizia

Que nas torturas toda carne se trai

E normalmente, comumente, fatalmente, felizmente

Displicentemente o nervo se contrai

Oh oh oh oh com precisão’,

Se encaixava perfeitamente para aquela circunstância em que eu vivenciava; enquanto Gilmar Carvalho me elogiava em dois consecutivos minutos, ao ponto de começar a acreditar na mudança de postura frente ao microfone, por uma hora e meia posterior me criticava, e rejeitava o lema da SSP que era: ‘segurança, cidadania e direitos humanos’. No auge do que acredito ter sido um descontrole emocional, ele começou a dizer que Wellington Mangueira não se tratava mais de um homem honrado e sério porque eu estava inibindo a polícia de agir com dureza. Houve um excesso nas palavras publicamente transmitidas para milhares de ouvintes; conteúdos ofensivos o qual não me restaram alternativas a não ser buscar o caminho legal do Poder Judiciário. Confesso que relutei para que essa atitude não fosse necessária, mas o limite da tolerância já havia ultrapassado; um leve empurrão me fez agir dentro do que prevê

nossa constituição”.

Esse impulso partiu de dentro de casa. Mesmo adoentado, o sr. Alvarim Mangueira Marques encontrava forças para chamar o filho e impor aquele significativo puxão de orelha, independentemente da idade que ele a tenha. Profissão ou cargo em que ocupava, muito menos. Inclusive, foi bem nesse sentido que partiu a pressão familiar. Para o patriarca, era inadmissível que diante da função pública em que exercia, em meio à alta responsabilidade para com a vida de milhares de sergipanos, Wellington seguisse com postura pacífica aceitando calado às provocações do radialista. Sempre defensor da ordem, sem desrespeitar a base dos Direitos Humanos dos acusados, o secretário deixava claro e evidente que em um confronto protagonizado violentamente por polícia e ladrão ele torcia para que o agente militar voltasse para casa com vida; mesmo assim o radialista dava a entender que, apesar dessas declarações, ainda não eram suficientes para cessar as críticas sem fundamento. Com a paciência saturada e atento à orientação do seu pai, Wellington saiu da defensiva fleumática e aceitou interpelar Gilmar Carvalho requerendo para o réu punição por danos morais. Iracy Mangueira acabara de ser indicada a advogada do secretário. De ordem pessoal, apesar das acusações infundadas apresentadas por Gilmar, Wellington Mangueira nunca se deparou com problemas adversos a essa situação que definiu como ‘delicada’ e ‘chata’. O problema não estava na pressão imposta pelo comunicador – até porque todos os gestores públicos estão sujeitos a esse tipo de ação democrática aplicada por jornalistas na sua mais essencial atuação profissional, o que intrigou WM, ao ponto de aceitar a orientação do pai foi, de fato, a acusação de amenizar o procedimento operacional das polícias contra os suspeitos.

“Nunca passei a mão na cabeça de nenhum filho meu, quando em erro, tampouco em cidadãos que por ventura estivessem sendo acusados de crimes dos mais diversos possíveis.

Entendo que essa foi uma fala lamentável, infeliz, mas nada que me obrigasse a multiplicar o sentimento de ódio contra Gilmar Carvalho. Creio que essa informação até seja nova para ele, mas venho a público revelar que durante o trâmite judicial alguns militares chegaram a me propor resolver este assunto de outra forma; entendi aquilo como um ataque homicida. Para proteger Gilmar eu disse que não era para ninguém tomar as minhas dores e agir com violência. Se alguém ousasse em desrespeitar as minhas ordens eu seria o primeiro a mandar prender e entregar às bases da Polícia Civil. Esses contatos, sugerindo uma espécie de cala boca, sempre foram realizados por telefone. Não sei se com receio de conversar pessoalmente comigo, o fato é que optei pelo blefe; nessas investidas desses militares eu disse que meu telefone era grampeado, possuía bina [identificador de chamada], e se algo acontecesse contra a integridade física de Gilmar, ou qualquer pessoa ligada diretamente a ele, eu seria o primeiro a depor contra os servidores. Esse caso sempre foi para ser resolvido na Justiça e não com selvageria humana. Para a minha agradável sensação nada ocorreu com ele; vencemos o processo na Justiça como almejávamos, e depois dos conflitos Gilmar Carvalho me pediu desculpas; não de imediato após a sentença, mas posteriormente recebi de bom grado e desde então não me deparei com nenhuma inconsistência comunicativa social com o radialista”.

NOVO MILÊNIO E MISSÕES DE WM

Com a chegada do novo milênio, diante das reformulações administrativas no Poder Executivo Estadual, Wellington Mangueira decidiu rejeitar propostas não atraentes ao seu modo de gestão. Por entender que a sua imagem poderia estar atrelada ao desejo político em minimizar conflitos com os mais diversos órgãos de segurança, fiscalização e Direitos Humanos, a melhor opção para aquele momento foi se resguardar no contexto público administrativo, mas voltar a praticar o amor pela advocacia, escrever artigos e publicá-los nos principais meios de comunicação e acompanhar mais de perto o dia-a-dia do Cotinguiba. Sempre se debruçando nos ensinamentos herdados pelo alemão Karl Marx, a custo zero, WM começou a multiplicar palestras em escolas da rede pública, desportistas e grupos de formação de praças da Polícia Militar com o único objetivo de fazer valer o direito constitucional de todos os brasileiros perante à educação. Em seu discurso sempre havia espaço representativo para a obra intitulada ‘O Capital’. Escrita no longo período de 16 anos, a obra é a mais conhecida do intelectual e revolucionário alemão; trata-se de um minucioso exercício investigativo do autor acerca do funcionamento das relações econômicas, desde as mais obscuras origens até os dias atuais, procurando desvendar os conceitos universais que estão por trás da atividade econômica. Conforme WM ressalta em rodadas de diálogos entre companheiros, ou mesmo nas instituições de educação infantil, o alcance do conteúdo marxista é incomensurável, o qual se pode citar a Revolução Russa como um dos eventos relacionados ao impacto de sua obra. Seu nome está invariavelmente associado às teorias sobre comunismo, socialismo e revolução. Depois de sucessivos

anos à frente de uma das pastas administrativas mais importantes do Estado de Sergipe, desfrutar do contato frequente com jovens e adolescentes transformou-se em uma ação de purificação da alma. Evidentemente nada se compara à necessidade da reestruturação psíquica na década de 1970 após inúmeras opressões sofridas de agentes do Governo (golpista) Militar, mas o momento sereno vivenciado no primeiro terço dos anos 2000, foi fundamental para recarregar as energias e se preparar para os novos desafios – desta vez com propostas agradáveis.

Diante do excelente relacionamento profissional firmado desde a sua chegada à Secretaria de Estado da Segurança Pública com a doutora Venúzia Rodrigues Franco, em 2003, assim que José Franco Sobrinho (Zé Franco) tomou posse como prefeito da cidade de Nossa Senhora do Socorro, WM foi convidado para compor o grupo de gestores do primeiro escalão. O convite foi feito após a primeira dama do Poder Executivo Municipal ter avaliado com bons olhos todos os métodos desenvolvidos pela SSP durante a gestão do socialista. A princípio, uma composição administrativa foi rejeitada por Wellington, que, em seguida não conseguiu negar o convite para assumir a Secretaria Municipal de Cultura.

“Nós tínhamos uma cumplicidade positiva, uma amizade profunda, adquirimos muito respeito um pelo outro e graça a isto ela me vendo triste com algumas situações as quais prefiro deixar cravadas no passado, optei por não assumir uma posição que me foi oferecida. Como o jogo era amplamente aberto, não tinha receio em esconder nada a ela. Foi então que a doutora Venúzia Franco perguntou se eu não queria ser secretário de Cultura de Nossa Senhora do Socorro. Zé Franco, apesar de sempre ter admirado o trabalho comunitário que ele desenvolvia – e não é à toa que é bastante bem visto até hoje, eu não o conhecia ao ponto de assumir uma pasta de tamanha representatividade. Fiquei feliz, satisfeito por ter sido lembrado e havia chegado o momento de

fazer história na segunda cidade mais importante para a economia do nosso Estado. Estava de casa nova, cercado de amigos de longas datas e companheiros novos, profissionais determinados a contribuir diretamente com o progresso cultural da cidade. Para que os nossos planos fossem conquistados com o mais absoluto sucesso, precisávamos unicamente da carta branca do prefeito e esse pedido inicial foi atribuído sem nenhuma recomendação. Ele também confiava em nosso poder de transformação cultural de forma unificada. Erguemos as mangas das camisas e pluralizamos as ações”.

Apesar do cargo de confiabilidade fornecido, e dos desejos partidários que tradicionalmente envolvem o campo da política em composições administrativas, Wellington Manguiera entende que aquele convite foi integralmente mediado por Venúzia. Pouco ele conhecia sobre a figura de Zé Franco. Com exceção das matérias publicadas em jornais e revistas entre o final dos anos 1990 e início de 2000, as raras informações que possuía sobre o novo prefeito de Socorro tratavam-se do gosto dele pelos carnavais do Cotinguiba. Sempre com fisionomia amigável, ao entrar pela portaria principal do clube mais antigo do Estado de Sergipe, Franco tinha por costume sair cumprimentando a todos enquanto curti a festividade do momo acompanhado de amigos como o sargento Delfino, Jairo e Gildo Belém. Fora esse contato geralmente deparado em fevereiro, ou trimestre pré-outubro eleitoral, o rápido diálogo com Zé Franco era nenhum. Surpreso com o convite? Wellington costuma dizer que sim, mas não deixa de destacar o carinho e a admiração que o cativou com toda a família do ex-prefeito. Em um período áureo da sua passagem pública administrativa – será fácil entender o porque Nossa Senhora do Socorro se transformou em um dos amores de WM. Ciente e grato por toda a aprendizagem colhida enquanto gestor da SSP e da Secretaria de Estado da Justiça na década anterior, WM não se esquivava de possíveis ciúmes alheios e

garante que a sua passagem por Socorro, na gestão de Zé Franco e Fábio Henrique, pode ser considerada a melhor de sua vida governamental. Durante dois anos em que assumiu a Secretaria Municipal de Cultura promoveu atividades educacionais jamais realizadas no município. Mesmo diante das verbas sempre abaixo do necessário para uma estruturação de base em todos os bairros e conjuntos, desenvolveu uma multipolaridade cultural de acordo com as regiões, épocas do ano e desejo dos moradores. As organizações folclóricas foram se somando à gestão municipal e gerando novas oportunidades de participação, conhecimento e integração entre gestão pública e contribuintes. Em fase de sucessivos testes, as ações começaram a ser realizadas em espaços consideravelmente pequenos como salas de aulas e auditórios de escolas; com o sucesso de público, em seguida os eventos saíram do confinamento de quatro paredes e passaram a ocupar ruas, avenidas, ginásios e praças públicas.

“Pela primeira vez nos organizamos e promovermos o I Fórum de Debate Afro Sergipano em Socorro. Modéstia à parte, não posso negar que foi lindo! Superlotou o auditório, convidamos e vieram aqueles grupos organizados e repletos de essência da sergipanidade que são os músicos de Laranjeiras; os de Socorro eram os anfitriões e tanto abriam o evento, como também participavam das solenidades de encerramento. Recordo-me perfeitamente do Sr. Magno, que tinha um grupo muito interessante. Conteí muito com Magno, Gizelda e Givaldo e do grande intelectual Severo Darcelino e de todos os seus agrupamentos, que eram de João Afro os seus orixás; tudo muito bem organizado, um talento e cuidado ímpar. Essa passagem teve o apoio de Givaldo, hoje professor da rede pública municipal de Socorro, e sobretudo uma pessoa da raça, ligada às causas da consciência negra. Foi um momento marcante. Com o passar das atividades começamos a recepcionar turistas de vários estados vizinhos, como da Bahia, Alagoas e Pernambuco.

De Sergipe compareciam pessoas dos mais variados municípios. Da Grande Aracaju a participação era incrivelmente em massa. Durante dois dias discutia-se a questão da igualdade racial, ações de combate à violência contra negros, multiplicação da diversidade de etnias religiosas, respeito acima de tudo para com o livre arbítrio do próximo, bem como buscávamos estimular a lavagem das escadarias da Igreja Matriz de Nossa Senhora do Socorro. Eram inúmeras pessoas participando desses atos, a exemplo também do companheiro Severo D’Arcelino, que sempre foi uma espécie de anjo da guarda para mim, nessa questão. Sempre me orientando, sugerindo, contando com meu apoio, e eu com o dele; dessa forma, nessa sintonia as coisas sempre andaram. Claro que impasses e discussões mais intensas existiam, mas tudo direcionado ao desejo de promover arte e cultura para todos. A mãe de santo Marizete, e aquela mãe de santo que é, ou foi professora da universidade Pio Décimo, Doutora Angélica, nos ajudaram a firmar umas parcerias bastante progressistas. Todo esse esforço resultou em uma ampla autoestima da população, sobre tudo na população negra e mestiça; valorizamos a Igreja do Amparo que era uma igreja dedicada aos pretos e pardos onde eu me incluo. Descobrimos que ela era azul e branco, as cores do Cotinguiba. O Rio Cotinguiba banha a cidade; lembramo-nos disso e descobrimos por meio de rodadas de diálogos que a cidade de Nossa Senhora do Socorro, lá nos seus primórdios se chamou Cotinguiba. Para quem não sabe, assim como nós há pouco mais de dez anos também não tínhamos o conhecimento, a cidade foi fundada como: Nossa Senhora do Perpétuo Socorro do Tomar da Cotinguiba. Regatamos essa história procurando saber as datas históricas. Nesses eventos culturais descobrimos e publicitamos ainda que a cidade não possui apenas uma padroeira; cada comunidade tem um padroeiro, coisa inédita no Brasil”.

Paralelo ao apoio de Venúzia e Zé Franco, Maria Franco – fruto do primeiro casamento de Zé Franco com a jornalista

Luzia Santana – também se apresentou como peça fundamental para que a transformação de todo o trabalho teórico desenvolvido de forma coletiva e democrática fosse finalmente posto em prática e os resultados deixassem o campo abstrato. Desportista por natureza, é coerente afirmar que, como se estivesse em uma partida de poker, com o aval administrativo ofertado pelo chefe do executivo municipal, Wellington Mangueira estava diante das cartas devidamente distribuídas, com dois pares de ‘ÁS’ na mão, e mais um par na mesa aberto logo no flop; uma quadra da maior carta possível estava diante dos seus olhos e cuidados, restava-lhe trabalhar conforme o andamento natural do jogo e despertar a atenção de todos. É gostoso atuar já prevendo o sucesso da jogada. A pasta da Cultura municipal não estava dependendo de um blefe bem dado, mas sim da concretização dos fatos para alcançar os respectivos objetivos. Nessa jogada, a participação ativa de Maria Franco contribuiu diretamente na qualificação dos serviços públicos. Além de se tratar de uma pessoa do jornalismo, muito bem relacionada com o mundo publicitário, ela contribuiu para que a realização de algumas edições do Forró Siri, por exemplo, fossem realizadas com participação integral dos grupos locais, tivesse mídia amplificada e o evento começasse a receptionar um número maior de turistas. Sucesso de público. A partir daquele momento o Forró Siri deixou de ser uma festa tímida, com foco na alegria dos socorrenses, e passou a protagonizar o calendário festivo do Estado de Sergipe. Graças ao apoio do prefeito e da primeira dama, evidentemente sem esquecer do dom comunicativo e da inteligência de Maria Franco, foi possível agregar valor cultural ao evento e fomentar a economia local. Em prática, além dos músicos e grupos folclóricos de danças, comerciantes, donos de hotéis e pousadas, taxistas e o sistema público de transporte coletivo também começaram a sentir o boom financeiro. Buscando sempre o anonimato perante à mídia, WM entendia e defendia que os gestores com representatividade

acima ao seu poder administrativo fossem responsáveis por atender a imprensa e explicar cada progresso contabilizado culturalmente pela Prefeitura de Socorro. Zé Franco batia o pé e fazia questão que o comunista concedesse entrevista e explicasse todos os pontos.

“Nunca fugi de entrevistas, muito pelo contrário, sempre me dei muitíssimo bem com toda a categoria de jornalistas, radialistas e publicitários. Olho sempre nos olhos e respondo tudo o que me for perguntado, principalmente sobre assuntos que gosto tanto de falar como as que envolve cultura, esporte, direitos humanos e história. A questão é que preferia deixar o prefeito, o secretário de comunicação ou mesmo a própria Maria Franco falar. Me preocupava em gerenciar as ações; o bônus optava por deixar para os meus superiores, mas Zé Franco não aceitava isso e eu era a principal fonte de informação. Por conseguir colocar em prática todos os nossos objetivos, não posso afirmar outra coisa que não seja a certeza do quanto eu fui bastante feliz enquanto secretário de Cultura. Realizamos parcerias excepcionais com dezenas de grupos com essência cultural, instituições educacionais e a comunidade. Modéstia à parte, assim que deixei o cargo de secretário, tenho a mais absoluta convicção que lá também deixei o papel cumprido. O primeiro contato administrativo com Zé Franco foi excelente ao ponto de ser convidado para assumir

outra pasta. Uma nova missão me foi designada”.

RIGOR FISCALIZATÓRIO

Comprovada a sua ética profissional – não que Zé Franco duvidasse da respectiva conduta, mas foi bom Wellington passar pela Cultura para mostrar ainda mais a sua competência -, o comunista foi então convidado para assumir a Secretaria Municipal de Obras e Serviços. Na mais sincera das afirmações, o fato é que o prefeito sentia carência de um nome com postura respeitosa, a qual não fosse hipnotizado pelas arapucas presentes no campo da gestão pública. Franco seguia na incansável busca por uma pessoa com perfil respeitoso e leal a fim de evitar surpresas desagradáveis com os órgãos públicos de fiscalização. A ideia era única: nomear um profissional que atuasse com rigor nos controles das demandas financeiras. Em seu raio X funcional do primeiro escalão, WM foi apontado como portador desse perfil e foi convidado para qualificar mais uma secretaria de Socorro. Empossado, começou a formar a sua equipe operacional com a participação do engenheiro Luciano, torcedor do Botafogo. Tratava-se de um profissional bastante equilibrado, capaz de coordenar um grupo extenso de funcionários; moderando os conflitos com inteligência e sem deixar propagar as diferenças ideológicas presentes em qualquer ambiente de trabalho. Com a equipe formada desde o primeiro dia de trabalho na nova casa, foi possível perceber que a secretaria começava a desenvolver um trabalho sério, produtivo e dentro do almejado pelo prefeito. A rotina de obras começou a fluir em melhor escala; novos campos de trabalho foram surgindo e resultando na diminuição considerável de homens e mulheres desempregadas. A relação entre setor público/privado no seguimento de obras municipais começou a multiplicar benefícios para os moradores da cidade, mas no

fundo, apesar de tudo isso, Mangueira não se sentia satisfeito em comandar aquele setor. O desgaste diário com os serviços operacionais, atrelado à luta pela manutenção das regularidades administrativas, fez com que WM solicitasse uma reunião com Zé Franco e anunciasse o seu desligamento amigável da Secretaria de Obras. Quem bem conhece a sua postura profissional sabe que para chegar a este patamar, o limite da consciência funcional já havia se esgotado.

“Fui muito bem recebido, fiquei lisonjeado com o convite e por saber que a confiança entre nós estava reinando, mas não posso negar que ali não era minha praia, apesar de gostar de serviços assim de obras e manutenções. Gosto, mas algo mais pessoal; em minha casa com os meus familiares ou no Cotinguiba que também tenho como uma residência. Tinha ao meu lado pessoas maravilhosas. Profissionais escolhidos a dedos que me ajudaram no desenvolvimento dos serviços exigidos pela população, mas definitivamente era preciso dar um passo pra trás para que outra pessoa, mais habilidosa que eu naquela função, pudesse promover mais progressos e que também se encaixasse no perfil profissional desejado por Zé Franco. Pedi um espaço na agenda dele – o qual me foi concedido, não me recordo se horas ou dias depois, mas foi com brevidade; expliquei a situação e pedi para deixar o órgão. Disse que estaria disposto a seguir trabalhando com ele em outra função, ou, caso não houvesse espaço em outro local, que eu me desligasse por completo da Prefeitura de Socorro. Sem apresentar qualquer resquício de mágoa diante da minha explanação, foi então que ele rejeitou a possibilidade de inviabilizar minha permanência em seu grupo de gestores, e optou por me nomear dias depois como secretário de assuntos políticos; uma espécie de assessor direto dele que trabalhava todo dia no gabinete do prefeito. Ao lado da companheira Núbia Guimarães comecei a estudar formas de como acabar, em curto prazo, com problemas antigos a exemplo do lixão de Nossa Senhora do Socorro. Uma

promessa de campanha que, além de compor o comprometimento político perante aos eleitores e sociedade no contexto geral, também se tratava de uma ação de melhoria na qualidade de vida das pessoas. Sem saber, ou perceber nitidamente, estava cada vez mais próximo do prefeito e do povo socorrense. Alguns, inclusive, defendiam que eu deveria ser candidato a vereador da cidade, mas essa possibilidade não me passava pela cabeça. O que eu queria mesmo – e estava bastante concentrado, era em colaborar com o sucesso da administração de Zé Franco. Hoje se você for ao município, muitos vão falar que apesar de algumas promessas não terem sido cumpridas – natural em qualquer gestão pública, ele (Zé Franco) foi um dos melhores prefeitos que já passaram pelo poder executivo municipal de Socorro”.

Concluídos os quatro primeiros anos de mandato, em 2004, novamente lançado pelo Partido Popular Socialista, o prefeito foi reeleito com diferença suficiente para comprovar que a sua forma de conduzir a Prefeitura de atender a vontade

da população.

CONVITE PARA A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Com mais de 70% da primeira década dos anos 2000 dedicadas à qualificação da cidade, Wellington Manguiera se destacou ao ponto de receber a proposta que o fez, em gênero, grau e número, se sentir à vontade em administrar. Em 2008, com a saída de Zé Franco, o então prefeito eleito radialista Fábio Henrique começou a formar a equipe ainda no mês de novembro quando decidiu, coletivamente, convidar o comunista para assumir a Secretaria Municipal de Educação. Nos próximos quatro anos, ininterruptos, as ações educacionais da cidade passavam pelos cuidados de Wellington. Marxista, havia chegado o momento de proporcionar o desenvolvimento histórico tendo como base a visão dialética de transformação social. Base fixa do modo comunista de agir; acreditar na melhoria unificada de um povo com o fortalecimento primordial da educação pública era o primeiro passo a ser dado pelo novo secretário. Como se faz isso? Convocando o Sindicato dos Trabalhadores em Educação no Estado de Sergipe (Sintese) para dialogar os pleitos da classe profissional mais importante da humanidade; recepcionando grupos de diretores e coordenadores de instituições de ensino; indo às unidades para conversar com os pais dos alunos, estudantes e funcionários como: copeiras, vigilantes, e auxiliares de limpeza. A fórmula não é composta por um lendário bicho de sete cabeças; basta querer e poder. Nesse aspecto, Fábio Henrique era brilhante. Assim como Zé Franco, permitiu que WM agisse conforme desejasse. De forma paralela, com um jeito ímpar de proporcionar bom relacionamento com os demais companheiros de gestão, foi possível integrar a Secretaria de Educação com a de Cultura, Esporte e Lazer, Ação Social e Saúde. Uma espécie

de rede interligada do bem que não poderia resultar em outra consequência a não ser o triunfo.

“A minha passagem foi marcante. Preparamos as bases para uma ação progressista em tempo integral, ao ponto que logo no início, já nos dois primeiros meses, começamos a perceber que algumas escolas, com muito esforço e empenho pessoal, começaram a promover mudanças de forma tão fenomenal que contagiou positivamente todo o universo de professores e alunos. O que antes era tabu, passou a se tornar realidade com os votos de estímulos dos pais ou responsáveis pelas milhares de crianças e adolescentes em sala de aula. Nós fizemos o segundo tempo; o aluno ia pela manhã, voltava para sua casa, almoçava, vinha pra escola, tinha sua merenda e participava de atividades repletas de informação, cultura e esporte. Era preciso transformar aquele tempo extra dos estudantes em um momento de mais aprendizado misturado com lazer. Não adiantava confinar os alunos em sala de aula, assim como no turno da manhã, apenas para teoria. A prática com esse mix de medidas atrativas foi fundamental para que conseguíssemos multiplicar cada vez mais o número de estudantes em turno integral. Socorro saiu na frente nessa nossa gestão, inclusive ganhando prêmios como melhor secretário, melhor professor, estudante destaque estadual e melhor redação. No esporte estudantil nós também passamos a obter maior destaque. Nesse período tenho a honra de dizer que a relação com os professores era tão boa que não fizeram greve hora nenhuma. Em Socorro, não sei agora, mas eles ganhavam mais do que um professor do estado; confesso que fui chato com o prefeito, mas conseguimos fazer com que o cidadão educador recebesse bem melhor que antes. Ninguém deixou de receber menos do que o piso. É preciso destacar que essa mudança para melhor começou ainda com Zé Franco. Através da então secretaria Marinuzia, foi

possível estimular os professores a fazerem curso pós superior para que eles mudassem de nível, e, conseqüentemente, abrir possibilidades para que passassem a receber melhor mensalmente”.

Assim que assumiu a pasta, a meta de Wellington Mangueira era valorizar os pontos de excelência conquistados pela gestão anterior e promover mais investimentos em outras ramificações pública educacional. Com o estatuto debaixo do braço, - o qual favorecia a quem estudava, a ideia, que todos nós já sabemos que deu certo, era promover o aperfeiçoamento daqueles professores que buscavam participar de cursos profissionalizantes. Uma forma de se reciclar como educador, conhecer novos conteúdos e gerar contrapontos suficientes para reivindicar melhoria salarial e qualidade nas condições de trabalho. De forma oposta ao que muitos imaginavam, a Prefeitura de Socorro somou bons resultados. Economicamente, de fato, pior para as finanças do município, mas o pensamento macro sobressaía às dores de cabeça dos gestores da Secretaria Municipal da Fazenda. Tudo minuciosamente dentro do esquematizado no melhor estilo La Casa de Papel - série espanhola de amplo sucesso. Muitos desses cursos destinados aos docentes eram pagos pela própria prefeitura. Com o apoio importantíssimo do Síntese, Wellington Mangueira e Fábio Henrique perceberam que Nossa Senhora do Socorro passava a possuir uma rede de professores mais qualificada. Nesse quadro, existiam professores que haviam passado com louvor na Universidade Federal de Sergipe; professores que já eram pós-graduados e mestres, e estavam dando aula para o ensino fundamental. Nesse grupo é possível citar Marieta Barbosa, que já era mestra e seguia estudando para ser doutora. É imprescindível destacar que a dobradinha entre Zé Franco e Fábio Henrique foi fundamental para o povo socorrense. Zé Franco, sobretudo com um caráter humano muito profundo, fez com que todos

alcançassem a oportunidade de ensinar em qualquer escola do Estado de Sergipe, quando antes os professores só possuíam a permissão de ensinar junto ao antigo primário ou o fundamental I. O fato é que a prefeitura gerou inúmeras oportunidades. Este aperfeiçoamento superior contribuiu para que muitos passassem a possuir uma capacidade fenomenal de ensinar com excelência. Bom para Socorro; melhor para o alunado matriculado em uma instituição pública.

“Foram quatro anos seguidos lá e ainda tinham professores que queriam que eu continuasse como secretário da Educação. Mas não quis! Insisti nisso e disse que só aceitaria se estivesse um Departamento Administrativo Financeiro (DAF) próprio. Eu não queria ser comandado exclusivamente pela Secretaria da Fazenda. Prefiro não me alongar muito nessa questão, mas posso garantir que ações paralelas estavam comprometendo o nosso trabalho na Educação. O que posso dizer é que era uma coisa meio complicada; no fundo eu percebi que era forçado a trabalhar sem o pleno controle sob as regras que envolviam as utilizações das verbas. Com essa concepção eu achei que era muito vulnerável permanecer à frente de uma pasta tão importante para o município sendo que precisava seguir amarrado a outra. Tentei convencer o prefeito a criar o nosso DAF exclusivo, onde responderíamos integralmente pelos nossos investimentos, mas não fui atendido. Recordo-me que cheguei a argumentar que todos os fóruns nacionais diziam que as secretarias de educação deveriam possuir sua estrutura própria para que na hora de responder qualquer notificação do Ministério Público Estadual, do Tribunal de Contas do Estado ou do Tribunal de Justiça de Sergipe, a gente possuísse os elementos comprobatórios de forma rápida e com o máximo de compreensão. Ao contrário das metrópoles, em

Socorro tudo ficava na mão da Secretaria da Fazenda; era uma coisa meio complicada. Apesar desses empecilhos, optei por pegar a briga e acabei perdendo na luta de braço. Não posso negar que durante décadas de gestão pública, a passagem pela Educação de Socorro foi meu melhor momento. Um momento que me senti mais feliz porque eu sabia que estava produzindo muito. Eu sabia que nós estávamos estimulando o cidadão a fazer ginástica, praticar esporte, recitar uma poesia, e ler. A evasão de jovens era considerada bem abaixo da média estadual justamente porque já havíamos pensado nisso antes e tínhamos elaborado ações que atraísse o alunado a querer ir à escola. Não de forma inédita no Brasil, mas com a inteligência e participação coletiva conseguimos ministrar, de forma crítica, conhecimento geral nas crianças e adolescentes, de maneira versátil e eficiente”.

Semelhante ao fato ocorrido com Zé Franco, Wellington Mangueira também não foi descartado do seletor grupo de Fábio Henrique e, após exoneração do cargo de secretário municipal de Educação, foi convidado para assumir a Secretaria Municipal de Assuntos Jurídicos, onde atuava como uma espécie de Defensoria Pública de Nossa Senhora do Socorro. Nada a desqualificar a Defensoria Pública do Estado de Sergipe. O prefeito, na solenidade de posse, justificou a medida: o órgão estadual não possuía quantitativo suficiente para atender a demanda e a necessidade do povo do Estado de Sergipe tão rapidamente. Os profissionais eram qualificados, empenhados em suas atribuições diárias, mas o quadro efetivo inviabilizava na prática a agilidade dos processos. Destinada apenas aos moradores da cidade, e respeitando o limite prudencial superior, a nova pasta chegava para ajudar na divisão dessas tarefas e promoção da agilidade dos processos. Dentro da sua missão administrativa, a ideia era acolher todos aqueles que não

tinham dinheiro para custear um advogado; Socorro precisava dar mais esse salto social e acolher o grupo de contribuintes através da Secretária de Assistência Judiciária.

No campo do desenvolvimento administrativo tudo seguia conforme previamente planejado por WM e Fábio Henrique. As pessoas começaram a se sentir prestigiadas e perceber que os impostos pagos mensalmente estavam sendo revertidos ao interesse dos moradores. Se nesse sentido os objetivos seguiam multiplicando avanços, no pessoal o cenário não era tão favorável. Com a aproximação do período eleitoral e Fábio Henrique apresentando indícios de inclinação ao grupo opositor ao então governador Jackson Barreto, a consciência de base falou mais alto e depois de 14 anos dedicados à gestão pública de Nossa Senhora do Socorro, WM, enfim, optou por pedir exoneração, sem volta. Em conversa a portas fechadas ele ouviu do prefeito que nada mudaria no relacionamento profissional, por mais que estivessem ocupando palanques diferentes. A permanência de Wellington no primeiro escalão de Fábio serviria, inclusive, para reforçar a tese de que o gestor possuía caráter democrático apurado ao ponto de aceitar seus auxiliares pedindo voto ao ‘15’ do Partido do Movimento Democrático Brasileiro; o PMDB de Jackson Barreto de Lima, e não ao gradual, em termo eleitoral, PSC de Eduardo Amorim – hoje migrado para o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). Na paz, sem deixar sequer o mínimo de indícios de ingratidão, Mangueira agradeceu todas as oportunidades, fez um relato detalhado de sua memorável passagem por Nossa Senhora do Socorro, e pediu pra sair. O derradeiro trabalho desenvolvido à frente da Secretaria Municipal de Assuntos Jurídicos durou dois anos. Este abandono de Fábio Henrique à base de Jackson Barreto novamente ocorreu na

eleição de 2018, quando o líder do PDT optou por deixar a base governista administrada por Belivaldo Chagas (PSD), e indicou Silva Fontes, sua esposa, como vice na chapa encabeçada pelo socialista Valadares Filho (PSB) derrotado nas urnas.

“Gosto de política social e partidária. Isso é nítido. De olho no movimento eleitoreiro daquela fase – entre fevereiro e junho de 2014, comecei a pensar que Fábio Henrique não fosse apoiar Jackson Barreto. Tudo iria de encontro para que ele apoiasse o grupo opositor a um amigo de longas datas. Me sentei com Fábio, expliquei os motivos do meu pedido de desligamento, e ouvi do próprio prefeito que eu poderia continuar; educadamente disse que o pedido era oficial e que não iria continuar. O pedido foi aceito, conversamos bastante ainda sobre gestão do município e perspectivas de futuro para o Estado. De alma lavada e com a consciência de que minha missão havia chegado ao fim, deixei o gabinete sem mais nenhum vínculo administrativo com a cidade. Tempos depois fui recebido por Jackson, expliquei a situação e que eu e minha família estávamos votando nele. Foi quando me convidou para ser secretário adjunto da Secretaria de Estado da Cultura, auxiliando a então secretária Eloísa Galdino. Foi nessa época que ele me deu toda liberdade de ação. Passou a eleição, chegou janeiro de 2015 e pouco tempo depois estava prestes a assumir a Empresa Sergipana de Tecnologia da Informação (EMGETIS). De início eu acetei porque não sabia o que era Emgetis, mas em curtíssimo tempo desisti. Tinha aceitado sem saber da parafernália técnica que eu teria que dominar. Até hoje quebro a cabeça com meu celular, imagine na Emgetis. Confesso que meu neto tem mais habilidade para essas tecnologias do que eu. Quando estou no ambiente de trabalho e me deparo com uma dessas dificuldades em acessar aplicativos, por exemplo, muitas vezes quem me dá um suporte é a companheira

Resôncela (Hermes)”



WM secretário estadual adjunto da Cultura

A indecisão de seu paradeiro futuro fez com que insinuações começassem a surgir de vários setores administrativos. Em conta rápida é possível citar a cotação de WM para assumir a Secretaria de Cultura como titular – em virtude de seu conhecimento prático em Socorro e como adjunto da própria pasta; secretário de Estado da Segurança Pública – devido a sua passagem na década de 1990 mesmo durante o governo conservador de Albano Franco; Secretaria de Turismo; do Esporte e Lazer; da Justiça; da Secretaria de Estado da Educação, inclusive, com apoio de parte do Sintese; e do Diário Oficial / Serviços Gráficos de Sergipe (Segrase). “Meu outro grande companheiro, o Jornalista Milton Alves, estava na torcida para que eu fosse para Segrase trabalhar com ele. A expectativa foi posta em escanteio depois que percebemos que a primeira rodada de indicação, ainda na fase preliminar da

formação do primeiro escalão, era pra ser secretário de Educação do Estado. Foi quando o professor Jorge Carvalho que possui mais desenvoltura nessa área de educação, e já trabalhou na secretaria municipal com Jackson prefeito, foi o escolhido pelo grupo. Jorge se preparou pra ser um grande professor; fez vários cursos aqui e no estrangeiro. Assim sendo, Jackson preferiu que fosse ele. Na realidade eu nunca disputei o cargo, apenas o povo lá estava querendo que eu fosse o secretário; os professores, inclusive de setores muito importantes do Sintese. Depois achavam que poderia dirigir a SSP, desta vez no governo liberal de esquerda. A gente sabe que depois da contagem dos votos, rapidamente começam as suposições. Muitas vezes as apostas de quem vai assumir tal secretaria ou demais órgãos públicos não passam nem pela imaginação do futuro chefe do executivo recém eleito. Assim ocorreu mais uma vez em meados de novembro. Após rejeitar a Emgetis ele (Jackson) me chamou para uma conversa e perguntou se eu topava um desafio. Como sempre fui instigado por trabalhar em novas projeções humanitárias, fui convidado para assumir a Fundação Renascer do Estado de Sergipe com a missão de tentar qualificar ao máximo as ações de medidas socioeducativas em nosso Estado. Em crise assistencial e no que se refere ao não cumprimento dos Direitos Humanos, - algo semelhante aos problemas enfrentados lá atrás com João Alves Filho e o grupo 'A Missão', aceitei a proposta e fui escalado mesmo sem sequer saber do salário que receberia e quantos profissionais comigo poderiam ser nomeados. O que não me restavam dúvidas era que, por dentro, tinha pra mim que estava pronto para atender aos apelos do governador”.

FUNDAÇÃO RENASCER

Se lá atrás a ideia do Governo do Estado de Sergipe – por intermédio de Jackson Barreto e Belivaldo Chagas, era qualificar as estruturas administrativas e operacionais das medidas socioeducativas, elas - ao menos até os 45 minutos do segundo tempo deste mandato 2015/2018, mostram avanços possivelmente além do imaginado. Para entender essa qualificação adquirida pelo Estado é necessário dividir as ramificações em lacunas, a começar pelas crises existenciais. Ao assumir a pasta, ligada à Secretaria de Estado da Mulher, Inclusão, Assistência Social, do Trabalho e dos Direitos Humanos (SEIDH), a Fundação Renascer enfrentava uma série de rebeliões, evasões em larga escala e conflito generalizado entre os adolescentes e agentes socioeducadores. Conforme dados oficiais apresentados pela Secretaria de Estado da Segurança Pública, em média, a Polícia Militar – através da Rádio Patrulha e Tropa de Choque, era acionada entre duas e três vezes a cada dez dias com a missão de amenizar a fúria dos adolescentes. Diante daquela situação, Wellington Manguiera recorreu ao amigo, Coronel Luís Fernando para que buscassem juntos medidas emergenciais que pudessem modificar o cenário. Assim como ocorreu com o próprio WM com Zé Franco na década anterior, o humanista Antônio Carlos Viana de Azevedo, baiano da cidade de Jequié, foi convidado para assumir a Diretoria Operacional da FR. Com mais de 15 anos de experiência diária no ramo administrativo e presencial com adolescentes que cumprem medidas, em 2014 o novo diretor já havia desembarcado na capital sergipana para ministrar uma palestra sobre socioeducação brasileira, Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), e Sistema Nacional de Atendimento

Socioeducativo (Sinase).

Com ele ainda foram nomeados os socioeducadores: Júlio Reis para assumir a direção do Centro de Atendimento ao Menor (Cenam) e Aidil Vaz para assumir da Unidade Socioeducativa de Internação Provisória (Usip). Sem o apoio de grande parte dos agentes – mordidos pela prisão decretada pelo Tribunal de Justiça de Sergipe em 09 de janeiro de 2015 contra nove servidores em virtude de atos de tortura contra adolescentes acolhidos, bem como diante da tamanha pressão imposta pelo próprio TJ/SE e Ministério Público Estadual; algo semelhante à década de 1990 quando assumiu a Secretaria de Estado da Justiça, a primeira imposição decretada por WM foi recolher tonfas (cassetetes), escudos e capacetes, armazená-los em uma sala reservada para possíveis momentos de crise, e iniciar a incansável e até hoje ininterrupta rodada de diálogos com os socioeducandos e familiares. Antes de qualquer mudança física estrutural, era de fundamental importância mostrar aos acolhidos que a realidade passava a ser outra. A intolerância rude fazia parte do passado. A partir daquele momento a meta era mostrar ao mundo que Sergipe encarava uma nova realidade onde o esporte, cultura, religião, e novas reais oportunidades de mundo melhor estariam à disposição em tempo integral dos jovens. Assim segue sendo procedido dia e noite. Evidentemente essa mudança de postura não foi consolidada em um simples estalar de dedos. Nos primeiros três meses de gestão as rebeliões seguidas de evasões continuaram, porém, paulatinamente em menor escala.

As ações seguem sendo intensificadas, desta vez já com o apoio de grande parte dos agentes socioeducadores. Em dados, para se ter ideia básica de todo esse progresso contabilizado, o Cenam – alvo de críticas severas por parte da grande mídia e sociedade, está desde o dia 16 de outubro de 2015 sem sequer uma evasão e rebelião. Os conflitos ocorrem, mas minimamente

semelhante ao passado recente. Hoje os adolescentes participam e apresentam shows teatrais e de percussão em locais antes nunca disponibilizados para o sistema, a exemplo do salão nobre do TJ e o plenário da Assembleia Legislativa do Estado de Sergipe. Visitas a museus, competições desportivas em praias e no Cotinguiba têm se tornado cada vez mais frequentes. Observe-se: sem o uso de algemas ou quaisquer objetos que impeçam os adolescentes a tentarem evadir. É nítido e evidente que a concepção de mundo hoje é outra por parte de cada garoto. Universidades como a Unit e a Maurício de Nassau se somam ao projeto e frequentemente abrem as portas para as apresentações

culturais desses adolescentes.

MILITARES PRESTAM CONTINÊNCIA AO COMUNISTA

No que se refere ao fim das crises, no dia 15 de junho de 2015, durante solenidade de encerramento do 5º Estágio de Operações de Choque – promovido pela Polícia Militar do Estado de Sergipe, através do Batalhão de Polícia de Choque (BPChq), a corporação reconheceu os esforços adotados pela Fundação Renascer para o sucesso das atividades educacionais aplicadas junto aos novos agentes inseridos no batalhão após concurso público realizado em 2014 pelo Governo do Estado na gestão do então governador Jackson Barreto. Durante a solenidade o tenente-coronel Carlos Rolemberg, em discurso, destacou os avanços conquistados pela Fundação Renascer após WM ter assumido a presidência do órgão. Entre os anos de 2013 e 2014 o Batalhão de Choque chegou a instalar uma base nas mediações do Cenam e Usip em virtude das consecutivas idas para mediar os conflitos. Em virtude do avanço e da parceria humana firmada entre as pastas, o coronel solicitou que todo o batalhão entrasse em forma e prestasse continência ao ex-torturado. Este fato, até hoje, contribui para Wellington Mangueira encher os olhos de lágrima. Uma vez perseguido, naquele instante o comunista estava mais uma vez sendo reverenciado por centenas de militares.



Admirador da história humanista e política de Wellington Mangueira, o nobre ilustrador sergipano Edilson Silva se interessou por esta biografia e contribuiu com sua arte. Na imagem é possível se deparar com WM sendo ‘continenciado’ por dezenas de militares e imaginando que, há pouco mais de cinco décadas, começava a ser perseguido e torturado das formas mais insanas pelos colegas de farda desses que hoje o reverenciam.

“No início nos deparamos com uma dificuldade tremenda quando percebemos que os nossos profissionais concursados não aceitavam a presença de colaboradores vindos do Estado da Bahia. Foi difícil, mas aos poucos começamos a mostrar para todos que esses especialistas aqui chegaram para agregar valor às nossas medidas. O próprio MPE, através da reverenciada doutora Miriam Teresa, por exemplo, em uma das inúmeras audiências que participamos, chegou a citar que estava feliz por perceber que as crises estavam reduzindo e que a diretora da Usip continuava a mesma. Ela nos relatou que antes o gestor daquela unidade

não costumava passar mais de três meses. Isso mostra como a valorização dos direitos humanos de forma coletiva mudou cenário e segue os passos do que foi determinado no início dessa gestão. A Usip, por ser provisória, apresentava instabilidade social de forma densa; hoje nós temos a ampla satisfação em informar que há mais de dois anos não temos rebeliões naquela unidade. Reitero que a diminuição de rebeliões e evasões não quer dizer tudo, mas faz parte de uma nova forma de atuação administrativa nas sete casas que a Renascer coordena. Tenho o maior orgulho em dizer que hoje possuímos vários jovens empregados em inúmeros setores trabalhistas, e, inclusive, na própria fundação. Eles servem de exemplo para todos. Somos uma família que discutimos, queimamos neurônios, enfrentamos crise financeira, mas que no final das contas estamos nos destacando para todo o Brasil, como assim ocorreu durante o Fórum Nacional de Dirigentes Governamentais de Entidades Executoras da Política de Promoção e Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente (Fonacriad), realizado no mês de março de 2018 no Estado de Santa Catarina, e em junho aqui em Aracaju”.

Indiscutivelmente, Wellington Mangueira ao enaltecer o fim deflagrado das crises conflitantes protagonizadas pelos adolescentes, apresenta preocupação com o fator colateral deste avanço. A matemática, atrelada à lógica, é simples; qualquer comunicador nato que não apresenta um pingô de envolvimento amoroso com o mundo dos números consegue decifrar. Se no início do ano de 2015 o Estado possuía um cartel de 110 agentes de medidas socioeducativas - disponíveis para acompanhar a rotina de não mais que 200 socioeducandos em todo o sistema -, como em 2018, sem crise, sem evasões e com as casas ultrapassando o índice de 350 adolescentes o Estado consegue manter a ordem? A conta evidentemente não fecha. Isso sem falar na redução no quadro de agentes socioeducadores que, alguns por motivos diversos,

optaram por abrir mão da estabilidade celetista. Agravando ainda mais, paralelamente à redução de agentes concursados, a crise financeira enfrentada não somente por Sergipe, forçou a Fundação Renascer a diminuir contrato destinado a vigilantes que antes atuavam nas salas de monitoramento, guaritas e portarias, bem como de motoristas que prestavam suporte operacional às casas. Se essa conta não se encaixa, como WM conseguiu transformar o cenário turbulento em uma situação pacífica e de respeito recíproco? Simples: intensificando as ações educativas, culturais de esporte e do lazer. Não basta acreditar somente na pedagogia da presença sem que a faça ser implantada diariamente nos ambientes em que se deseja transformar. Ou se apostava na renovação ideológica da Renascer, ou a mídia e a sociedade continuariam divulgando semanalmente novos casos de torturas, evasões, depredação do patrimônio público e desrespeito integral ao que solicitam as leis internacionais dos Direitos Humanos. Na mídia, com exceções da TV Aperipê e TV Alese, ambas públicas, dos portais de notícias da FR e da Agência Sergipe, bem como do Jornal do Dia, pouco espaço foi concedido para falar sobre os progressos contabilizados paulatinamente pela fundação ao longo dos últimos anos. Adolescente aprovado em concurso de poesia e literatura pela Ordem dos Advogados do Brasil não rende Ibope. Já a evasão de um adolescente é motivo de destaque por uma semana, ou mais.

“Confesso que ao ser convidado por Jackson e Belivaldo para assumir este cargo não tinha a menor convicção da dor de cabeça que me resultaria. Não estou lamentando o posto, muito pelo contrário, conheci pessoas com altíssimo grau de inteligência e dispostas a colaborar por um reviravolta positiva na vida de cada adolescente, dos seus familiares e da sociedade em geral. A questão que pega é que possuímos um investimento baixo e uma folha mensal de demandas altíssimas. Para se ter ideia, não temos

evasões há mais de três anos - os dados estão aí para não nos deixar mentir. A população nas unidades é grande; a despesa somente com alimentação atinge facilmente a casa dos 230 mil mensais. É puxado, mas o que nos deixa felizes é saber que Sergipe hoje é destaque nacional. Mesmo com baixo efetivo em todas as áreas, conseguimos aposentar as tonfas e escudos, e partimos para cima dos garotos com a missão de injetar educação. Nesse processo de implantação da confiabilidade muitas vezes nos deparamos com tentativas frustradas de rebelião. Demos as mãos e recebemos punhaladas de chunchos. Não era o que desejávamos, mas é natural por fazer parte da transformação, da mudança de cultura. Hoje a gente entra nas alas, levamos para audiências e atividades esportivas sem algemas e posso dizer que vivemos uma outra realidade. Gostaria muito de dizer aqui que está tudo perfeito, mas não está. Os problemas que persistem em continuar, estamos trabalhando para resolvê-los da melhor forma possível. Sobre a mídia - com exceção dessas citadas, não tenham dúvidas: quando um garoto desse voltar a deixar a unidade sem a permissão da Justiça, ou mesmo danifiquem algum patrimônio público, podem ter certeza, ela voltará com manchetes do tipo: 'mais uma fuga no Cenam', 'adolescentes da Usip realizam rebelião', 'servidores em greve param o monitoramento da Fundação Renascer'. Infelizmente passa a impressão que unicamente a coisa ruim é a que desperta o interesse coletivo. Cansamos de convidar a imprensa para visitar as instalações das unidades e dialogar com os adolescentes para mostrar justamente esse avanço da medida socioeducativa de Sergipe, mas somente a Aperipê costuma nos visitar com frequência”.

No que se refere aos adolescentes acolhidos por intermédio do programa de egressos, hoje centenas deles estão trabalhando com carteira de trabalho devidamente assinada, ou trabalhando como jovem aprendiz em secretarias de estado, prefeituras, unidades filantrópicas e empresas do seguimento da

construção civil. Na Fundação Renascer, como forma inclusive de servir de exemplo, dois adolescentes que passaram pelo sistema foram contratados. Apesar da ação negativa de alguns servidores da própria instituição, receosos talvez com possíveis recaídas por parte dos novos profissionais convidados a compor o quadro funcional da FR, os resultados apresentados por eles são de extrema representatividade. Jovens com certa limitação administrativa – em virtude do respectivo nível educacional, mas que realizam as atribuições diárias dentro do previsto. Paralelamente às demandas trabalhistas, os egressos possuem excelente relação pessoal com os demais servidores e ainda colaboram com a atividade fim dentro do contexto das medidas socioeducativas do Estado de Sergipe. Fora do campo administrativo estadual, os adolescentes os quais desejaram participar do programa de egressos atuam em todo o Sistema S: Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai), Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac), e Serviço Social da Indústria (Sesi), no Serviço Social do Comércio (Sesc). Já no contexto público, atualmente a Seidh, a Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão do Estado de Sergipe (Seplag), Secretaria de Estado da Educação (SEED), o Banco do Estado de Sergipe (Banese), e o Serviço Gráfico do Estado de Sergipe (Segrase / Diário Oficial), são alguns dos exemplos de acolhimento destes adolescentes. Colaboram ainda com esse progresso o Ministério Público Estadual (MPE), o Tribunal de Contas do Estado de Sergipe (TCE/SE), o Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe (TJ/SE), a Defensoria Pública Estadual, e a

Ordem dos Advogados do Brasil (OAB / Seccional Sergipe).
UNIDADE SOCIOEDUCATIVA EM SOCORRO

Se no campo educacional os avanços são extremamente perceptíveis, na busca por qualificação estrutural a situação não é diferente. Com investimentos na ordem de R\$ 14.934.000,00 oriundos do Governo Federal por meio da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, o Governo do Estado, através da Fundação Renascer, conclui as obras da nova unidade de medida socioeducativa. Ela está situada na Avenida Perimetral B, ao lado do novo centro profissionalizante no Conjunto Marcos Freire I, município de Nossa Senhora do Socorro, ocupando uma área total de 21.000 m², dos quais 7.000 m² correspondem à sua edificação, ladeada por um alambrado de quatro metros e muro de alvenaria de cinco metros de altura. A unidade é dividida em seis blocos (acesso, técnico administrativo, alojamento e saúde, auditório e centro ecumênico, refeitório e serviços, salas de aulas e oficinas), oito alojamentos (12 quartos individuais e 36 duplos) e quadra poliesportiva coberta com arquibancada, sendo todos eles interligados por uma passarela de concreto coberta. A iluminação interna está composta por luminárias modernas e a externa por 33 postes de 16 metros com quatro pétalas. Completando a estrutura, o espaço de ressocialização também dispõe de quatro guaritas elevadas, dois chalés para visitas íntimas, espaço de convivência com três pergolados, uma sala de informática, biblioteca, casas de lixo, gás e gerador, reservatório de água elevado e subterrâneo, almoxarifado, vestiários, cozinha, monitoramento e lavanderia. Todo o ambiente respeita as exigências impostas pelo Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase), bem como o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Uma obra que foi

idealizada ainda no início da segunda gestão do ex-governador Marcelo Déda Chagas, através da secretária estadual Eliane Aquino, e recebeu todo o amparo administrativo com a passagem imprescindível de Jackson Barreto de Lima, e, agora mais recente, de Belivaldo Chagas. Excluindo a imagem de chefe, mas se apresentando como líder, Wellington Manguiera periodicamente visita o canteiro de obras e acompanha esse processo evolutivo desde o início de 2015 quando o local não passava de uma região repleta de mato e inúmeras poças d'água.



Visita do ex-governador Jackson Barreto de Lima, Wellington Manguiera e membros do Ministério do Desenvolvimento Social, à nova unidade socioeducativa erguida no município sergipano de Nossa Senhora do Socorro, região metropolitana de Aracaju.

“Essa é mais uma conquista da Família Renascer, de todos os companheiros gestores públicos estaduais, de órgãos de fiscalização e segurança que acreditam em um mundo melhor

através do investimento na educação e na reeducação para as crianças e adolescentes. Apesar das nossas dificuldades financeiras – o que não se trata de uma situação vivenciada apenas por nós, conseguimos reorganizar a metodologia de gestão da pasta atraindo a família e os adolescentes para a nossa forma de agir. Confesso que se saíssemos do governo com essa meta alcançada, já seria um ponto para marcar na história, mas isso não era tudo. Percebemos que necessitávamos quebrar a burocracia e dar seguimento à construção da nova unidade em Socorro. Uma edificação rejeitada pela população no início, mas que, com o passar dos meses e a realização de palestras, inclusive na Câmara Municipal de Socorro, as pessoas começaram a perceber que ali não se trata de uma ‘prisão para menores’, mas sim um ambiente socioeducacional. Se hoje eu optasse por encerrar a minha passagem pela gestão pública, tenha certeza que o sorriso de cada mãe, colhido no momento em que nos agradecia por ter contribuído para a mudança comportamental do seu filho, já valeria a pena todo o esforço. Se na minha primeira visita cheguei ao ponto de me deparar com rebeliões, evasões e garotos com até 24 horas sem beber água e cinco dias trancafiados em ambientes insalubres, agora o cenário é diferente. Tenho a plena convicção que a estrutura hoje fornecida não é exemplar e poderia ser muito melhor, mas também não podemos negar que os avanços estruturais também foram muitos. No sistema humanista temos a honra de contar com profissionais qualificados como por exemplo os diretores Júlio Reis do Cenam, Aidil Vaz da Usip, Antônio Milton do Case I, Rodrigo de Oliveira do Case II, Sílvia Resnati da Unifem, e Ariosvaldo Pereira do posto de saúde. Na realidade atual os adolescentes estão em busca do conhecimento educacional, famílias presentes no dia-a-dia das ações do governo e uma unidade nova, modelo internacional com a marca do foco do Governo do Estado que é cuidar bem das pessoas. Há cerca

de 500 a.C., Pitágoras, pai do conceito de Justiça, norteadora do Direito, declarou: “educai as crianças e não será preciso punir os homens”; assim procedemos em tempo integral e esperamos que as próximas gerações de gestores socioeducacionais de Sergipe não deixem esse legado ser esquecido”.



Parceria firmada entre a FR e a Segrase / Doação de livros escritos por sergipanos e revista Cumbuca, destinados ao sistema de socioeducação estadual. Na foto com o companheiro Jornalista Milton Alves.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ouvir por horas, dias, meses, que sejam, os inúmeros relatos de vida de Wellington Mangueira não se trata de uma difícil missão. É prazeroso. Sem sequer imaginar, consumimos um rico conhecimento ao trocar singelas palavras em curtíssimo tempo. Com um dom impecável da palavra, WM nas palestras que já ministrou por Sergipe conseguiu, e consegue, prender a atenção inclusive das pessoas as quais não possuem o mínimo de interesse por História do Brasil. Ao longo dos últimos dois anos, enquanto desenvolvíamos essa obra, saboroso foram os goles de café enquanto ouvíamos, entre sorrisos e sentimentos de repúdio, as intensas situações de vida vivenciadas por WM. Se fizemos uma pesquisa tipo pente fino no vocabulário brasileiro, entre as mais de 90 mil palavras o termo ‘gratidão’ que se destaca e representa a importância de Wellington Dantas Mangueira Marques para a nossa sergipanidade. Um nobre cidadão aracajuano que, como podemos conferir, contribuiu bastante para a redemocratização do nosso país e atuou com brilhantismo na gestão direta, ou indireta, dos últimos cinco governadores de Sergipe. Se neste ano de 2018 Wellington se mostra feliz ao comemorar os cem anos do primeiro campeonato sergipano de futebol conquistado pelo Cotinguiba Esporte Clube, bem como a viajar no tempo ao assistir jogos da Copa do Mundo de Futebol, realizados na Rússia, por outro é perceptível a angústia que sente ao vivenciar a detenção histórica do ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva, líder dos partidos de esquerda no Brasil.

O que tira o seu sossego não é acompanhar o passo a passo da ação judicial protagonizada pelo juiz Sérgio Fernando Moro, mas sim o crescimento exacerbado dos cortes de direitos trabalhistas, liderados desde meados de 2016 pelo presidente (golpista) Michel

Temer, e do discurso extremista de direita do deputado federal Jair Messias Bolsonaro (PSL-Rio de Janeiro), um capitão da reserva do Exército, eleito presidente da República no dia 28 de outubro de 2018 com 57.797.456 milhões de votos - um mandato previsto para ocorrer entre 1º de janeiro de 2019 até 31 de dezembro de 2022. Incrivelmente os pedidos isolados de retomada da ditadura militar, durante as mobilizações em prol do impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff, ganharam força e têm ameaçado a democracia nacional. Dando ênfase a esse desejo militarista de retomar a posse governamental da Nação, no início do ano – mais precisamente no dia 16 de fevereiro de 2018, uma intervenção federal no Rio de Janeiro foi decretada pelo próprio Governo Federal do Brasil como forma de intervir na autonomia do Estado. Essa foi a primeira aplicação do art. 34 da Constituição Federal de 1988. O objetivo era amenizar a situação da (in)segurança pública interna a ser promovida até o dia 31 de dezembro de 2018, com probabilidade de ser prorrogada. A decisão foi instituída por meio do Decreto n.º 9.288, outorgado pelo Presidente da República, com publicação no Diário Oficial da União no mesmo dia.



Juventude do PCB contra o processo de impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff

Pelo que se pode perceber, ao menos até a atual conjuntura,

o objetivo operacional não tem resultado em benefícios para a população carioca. A presença dos homens das Forças Armadas no Rio de Janeiro não está inibindo a bandidagem de permanecer atuando no mundo do crime; pelo contrário. Estudos realizados pela Secretaria de Estado da Segurança Pública mostram que o número de homicídios, fortalecimento das milícias e roubos de cargas segue em expansão. Policiais militares continuam sendo alvejados, deixando centenas de famílias órfãs; os lamentáveis arrastões em praias repletas de cidadãos cariocas e turistas não foram inibidos com a presença reforçada, e, para completar, a vereadora Marielle Franco e o seu motorista, Anderson Pedro Gomes, foram barbaramente mortos a tiros dentro de um carro na Rua Joaquim Palhares, no bairro do Estácio, na Região Central do Rio. A parlamentar lutava em defesa dos Direitos Humanos, das mulheres, da população negra, LGBT e das favelas. Uma brasileira, comunista, que, apesar de ter sido eleita pela população Fluminense com mais de 46 mil votos, juntamente com Anderson e assessores, na realidade representava as minorias de todo o Brasil. É triste perceber que, apesar do fracasso desta operação, pouco ou nada diminui o pedido de intervenção geral no país.

Enquanto milhões de brasileiros seguem com a goela seca de tanto enaltecer que ‘DITADURA NUNCA MAIS’, o discurso de ódio permanece por parte daqueles que, ou tomaram um caprichado chá de amnésia, ou são jovens, nasceram após a década de 1980 e sequer se interessaram pela história nua e crua vivenciada pelo Brasil entre 1964 e 1985. Nessa fase recente do país foi possível se deparar com militares da velha guarda, muitos deles na reserva, que expuseram publicamente o desejo em desrespeitar a democracia soberana do país e aticar o desejo de alguns em novamente tomar a democracia. Esses depoimentos chegaram aos ouvidos dos ministros do Superior Tribunal Federal que durante inúmeras sessões plenárias e entrevistas criticaram duramente os argumentos militaristas considerados pelos

juristas como irresponsáveis e antidemocráticas, os quais ferem a alma da democracia brasileira. Respeitando as declarações, os ensinamentos de Wellington Manguera nos fazem driblar argumentos inapropriados. Em respeito à história de WM, todo e qualquer discurso com teor de imposição ditatorial não teve, e não terá, sequer uma simples linha de prestígio.

É difícil relatar todos os momentos representativos ao longo dos 73 anos de vida de Wellington Manguera. A cada instante uma nova passagem importante da sua vida; um companheiro de luta perdido na memória, o qual surge semelhantemente aos primeiros raios do sol a cada amanhecer. Tudo isso carregado com um extenso conjunto de acontecimentos. Nesta obra foi possível publicar parte dos fatos os quais seguem vivos na memória; as principais, eu diria. Parte do que foi esquecido será lembrado em depoimentos de familiares e companheiros. Wellington Dantas Manguera Marques é uma pessoa que nos atrai pela inacabável fonte de conhecimento. Um cidadão que nos faz a cada instante acreditar em um mundo melhor para todos. Todas as honrarias para este mestre humanista que tão bem representa a nossa sergipanidade. Obrigado, Dr. Wellington! Sergipe, o Brasil e o mundo têm muito que agradecer à sua trajetória de vida.



DEPOIMENTOS



LAURA MARQUES

Eu comecei a me aproximar do Wellington com 18 anos de idade em 1965, ele tinha 20. Na época do colegial, no Atheneu Sergipense. Nesse período ele era presidente do grêmio, mas eu não tinha relacionamento tão próximo. A partir do momento em que foi expulso do Atheneu e levou uma facada no movimento estudantil em Lagarto, foi que nós nos tornamos amigos. Em comum da gente existia a amizade com Estela Santana. Coisa de adolescente, nós éramos colegas de escola e Wellington tinha um amigo chamado Silvio; ao mesmo tempo, Silvio paquerava Estela, e a partir daí começamos a estreitar mais os laços e a sair juntos. A amizade foi tão grande que todo mundo começou a mexer com a gente. Até Luiz Antônio Barreto ficava falando que o Wellington estava gostando de mim; com tantas vibrações positivas nesse sentido resultou que começamos a namorar e oficializamos para todo mundo. Pra vocês terem ideia, a gente se acostumou tanto um com o outro que ele ia para a minha casa todo dia e tomava um cafezinho com a minha mãe. Para não se perder na cronologia, tudo isso começou a ocorrer em dezembro de 1965, depois do golpe, ele já tinha sido expulso do Atheneu em 1964.

A minha entrada no partido em 21 de agosto de 1967 foi uma coisa muito marcante porque era uma coisa muito arriscada; o Wellington chegou a pensar que eu queria entrar no Partidão por causa dele, mas não foi bem isso. Eu e o companheiro

Jackson Barreto de Lima nos ‘filiamos’ juntos, justamente no dia em que Wellington completava aniversário. Impossível esquecer aquele momento. Ele estava se preparando para ir a Maceió; no momento em que a gente foi levar ele na rodoviária, o convite para entrar definitivamente no PCB finalmente foi feito para mim e para o Jackson. Aquilo foi emocionante porque eu não imaginava que ele fosse me chamar. Ele era uma das figuras que mais representava o partido aqui em Sergipe - partido clandestino, vale lembrar. Certamente em virtude dessa clandestinidade e dos riscos reais foi que o convite demorou a surgir. No fundo ele já imaginava que dias perversos estariam por vir. Sou feliz por ter ficado ao lado dele na grande maioria dos momentos difíceis; juntos conseguimos sustentar a força ideológica. No Congresso de Ibiúna foi quando o Exército nos prendeu. Essa foi a minha primeira prisão; Wellington já havia sofrido outras conduções coordenadas pelo Governo Militar. No sentido contrário do que os torturadores achavam, em momento algum a gente se abateu, todos do grupo de Sergipe reagiram bem. Eu e Wellington já começamos no relacionamento neste contexto de luta; algo sério, firme! A gente não teve a fase da empolgação.

A nossa história começou dentro de uma seriedade no movimento que a gente participava. Vencemos as dificuldades, conseguimos fortalecer a luta popular, ajudamos a multiplicar o desejo de redemocratização do Brasil e felizmente derrotamos o governo impopular, antidemocrático e golpista. O país voltou a ser do povo, e muito me orgulha dizer que o meu marido, amigo, pai dos nossos lindos filhos, coordenou a militância do Estado de Sergipe durante um processo ferrenho que durou 21 anos. Já na década de 1990, quando começou a assumir cargos importantes na gestão pública, conseguiu exercer na Secretária de Estado da Segurança Pública um papel exemplar ao ponto de resultar em destaque de projeção internacional. Era uma ação consistente tanto no administrativo como no operacional e isso fez com

que as pessoas começassem a elogiar frequentemente o trabalho promovido em conjunto. Os números positivos fizeram com que ele chegasse a receber uma medalha no Estado do Rio de Janeiro pelo trabalho da Polícia Comunitária. Quem – com mais de 30 anos não se lembra do alto índice de violência que predominava no bairro América, na zona Norte de Aracaju? Sem dúvidas era o mais violento da cidade e depois da Polícia Comunitária se tornou em um bairro sem crime, sem roubo; um trabalho que contou com a parceria da igreja. Antes da SSP ele já havia assumido a Secretaria de Estado da Justiça, onde decidiu retirar todos os diretores de unidades prisionais que não eram especializados em educação, e nomeou os companheiros Lizandro, João Emílio Dantas, Robério da Silva e Tito Aleixo, este último marido de Rosânia, que eram professores. Wellington é um companheiro leal desde o primeiro dia em que nos conhecemos, se não fosse, a gente não estaria juntos.



Medalha Pedro Ernesto / recebida na Câmara Municipal do Rio de Janeiro (RJ)

A gente sempre se respeitou, buscamos valorizar dia e noite a história que nos envolve e desde a adolescência nos uniu. Com diálogo – mesmo pouquíssimas vezes discordando um do outro, no final das contas sempre tem dado certo, mesmo com a idade já avançada e com os filhos e netos. Idosos, mas com a cabeça fresca melhor que a de muitos meninos de vinte e poucos anos. Sonho em voltar à Rússia; quando a gente foi éramos bem novinhos e nosso objetivo era estudar; explorar o turismo era uma ação secundária. A Rússia é outra realidade agora e eu quero ver como ficou o regime capitalista e como ficou a sociedade, eu fico curiosa de ver. Durante a copa a gente reviveu muita coisa. Wellington é um cidadão de alma pura. Uma pessoa que até hoje é minha referência de como devemos agir em prol do bem coletivo. Exemplo de pai, de filho e de marido que antes de qualquer coisa dá a vida, o sangue pela família. Sou grata a todos os companheiros de escola que lá na década de 1960 contribuíram para que nós passássemos a nos conhecer melhor e posteriormente oficializasse a união.



IRACY MANGUEIRA

Meu nascimento já surge dentro de uma perspectiva que meus pais já tinham essa militância política. Eu já surgi nesse contexto, nessa vivência de uma criança gerada, a qual talvez não nascesse no país de origem; por pouco minha nacionalidade não era chilena. Isso não aconteceu porque meus pais foram pegos na fronteira. Eu me lembro da minha infância colocada em uma situação de conhecimento do que estava acontecendo, então no meu processo de educação eu sempre soube que meus pais eram socialistas do Partido Comunista Brasileiro. O que me deixa sempre cada vez mais apaixonada por meus pais é que tudo era conversado, não existia aquela coisa você é criança, você não toma parte dessas questões; eu tinha conhecimento de mundo. Eu me lembro que tinha os companheiros de partido do meu pai que sempre frequentavam a nossa casa - nessa época a gente morava na Augusto Maynard na casa dos meus avós. Muitas vezes lá os amigos eram recebidos; lembro muito de Rosalvo Alexandre, companheiro de luta que era de outro Estado e a gente hospedava lá; lembro também de Lessa que era de dentro da estrutura do PCB; recebemos Gregório Bezerra que era uma figura histórica mundialmente conhecida. Acredito que por ser criança, algumas coisas não me eram relatadas e isso me fazia sentir um certo receio porque percebia que minha tia Wilda não tinha muita segurança de me deixar sozinha com meus pais. Ela sempre foi aquela figura protetora.

Com essa liberdade de expressão eu me sentia acolhida fraternamente pela família e muito imponderada no ambiente que eu vivia. Me recordo das inúmeras vezes em que meu pai me levava até a banca de revistas do Careca, uma figura importante na minha infância, porque era um dia que eu comia doce... (risos). Na casa dos meus avós, meu pai e minha mãe adotavam isso que criança não podia chupar pirulito e mascar chiclete para não estragar os dentes e lá na banca era o dia de estragar meus dentes; quando eu chegava na banca do Careca ele me enchia de doces. Mas depois eu passo a compreender que aquelas visitas tinham um objetivo que era pegar o Jornal Voz da Unidade. Meu pai era um dos responsáveis por encontrar com os integrantes do PCB e promover a distribuição desse periódico. Me recordo muito bem também de algumas reuniões que aconteciam na casa da minha avó materna que morava no conjunto Médici, coincidentemente ficava quase fundo com a casa de Marcelo Bomfim; era um meio estratégico porque meu pai se reunia com Marcélio, Clodoaldo, Rosalvo, Milton... eu me lembro muito dessas figuras... Jackson Figueiredo, Barreto nessa época era deputado, Chico também é uma figura emblemática da minha infância; Sr. Faustino que é de Itabaiana, também. Anselmo estava no Rio, dele eu me lembro que meu pai sofreu um acidente e quebrou a clavícula, aí ele foi fazer a cirurgia no Rio e ficou na casa de Anselmo, também era final de ano. Quando chegava a época de natal o pessoal retornava a Aracaju para ver sua família, aí eu me lembro de Anselmo que vinha sempre com Tina.

Tinha Jackson Barreto que tinha uma ligação muito forte com a minha família. No Cotinguiba quando meu pai não estava preso, ele se dedicava ao clube. Não posso esquecer de Cássio, amigo de meus pais. Aos 12 anos eu dei início à minha militância. Sempre espelhada em meu pai, defendia os direitos dos estudantes e dos professores durante as manifestações de classe. Me tornei presidente do Grêmio Clodomir Silva

do Atheneu, acredito que justamente em virtude da minha compreensão diferenciada da realidade humana. Meu pai sempre foi uma pessoa super preocupada com a formação dos filhos, netos e sobrinhos, sobretudo naquilo que se refere diretamente à ética e intelectualidade. Meu pai foi um pai que me colocou na escola pública. Meus pais sempre foram muito parceiros tanto nos momentos difíceis, como também nos momentos de ampla felicidade. As coisas lá em casa eram feitas em conjunto, não existia essa coisa que só mulher pode arrumar a casa, sempre houve essa preocupação e, sobretudo sobre a formação ética e humanística.

Como Marxistas que somos a gente tinha que unir a teoria à prática. Meu pai sempre gostou de ler e de se orgulhar muito da biblioteca; o orgulho da gente era de ter uma biblioteca e lá em casa os livros eram pra ser manuseados e lidos. Hoje na minha percepção de uma pessoa adulta eu percebo que toda a educação era voltada a construção de valores a essa percepção de um mundo que precisava de reparos. A gente podia ter esse reparo a partir do momento que nós tivéssemos essa formação enquanto filho de Wellington e de Laurinha. Meu pai é uma pessoa comunista de alma, é uma pessoa que ninguém vai ver jamais agindo em desacordo do que ele professa, isso que fica desse legado. Sou fã dos meus pais; sou feliz por ser filha de Wellington e Laurinha. Educação e respeito para com o próximo sempre foram as palavras de ordem, e isso era respeitado religiosamente. Amo incondicionalmente esse casal que, além de ser meus pais, sempre foram meus melhores professores, meus ícones que levarei no coração e na alma pela eternidade.



IGOR MANGUEIRA

O meu pai é meu símbolo de resistência, de amor para com o próximo e de responsabilidade social. Um cidadão que orgulha o povo sergipano por tanto ter doado o seu sangue pelo avanço do nosso Estado. Impossível olhar para a figura dele e não reverenciá-lo por cada ato adotado desde o início dos anos 1960 quando ingressou nos movimentos estudantis, quanto à sua fase difícil durante a ditadura cruel e sanguenta militar, como também a doação profissional em todas as secretarias e demais órgãos públicos em que assumiu ao longo das últimas duas décadas. Ouvi, e ouço muita gente me dizer que as vezes, justamente por possuir um coração nobre, que acredita no lado humanista de todas as pessoas, ele acaba se prejudicando; traído por cidadãos transvestidos de cordeiro.

As vezes ele tem uma coisa impulsiva que eu acabei não herdando. Nesse aspecto eu acredito que puxei mais à minha mãe que é uma coisa mais calma; espero a coisa acalmar pra falar de papéis que mudam alguma circunstância. Reconheço que as vezes eu crio dramas bobos porque quero fazer uma revolução, eu quero ser importante que nem eles e as vezes eu travo essa luta contra essa história. É difícil competir com a história do meu pai e da minha mãe! Em alguns detalhes a gente ver a influência, a percepção do meu pai e da minha mãe. A minha família é muito unida! Independentemente das discussões sempre progressistas,

porém com pontos de análise diferenciados, o respeito sempre se prevaleceu. Assim como a minha irmã destacou, desde criança fomos educados a dividir o mesmo espaço com os adultos, ouvir quase que 100% do conteúdo debatido, e ter a liberdade em nos expressar. Isso se chama: respeito à opinião do próximo, democracia e liberdade extrema de expressão.

A força da nossa família sempre esteve no diálogo pedagógico. Compartilho com a ideia de que falar do meu pai é difícil não citar minha mãe. Eu não teria outra coisa a destacar a não ser o meu agradecimento por eles terem me dado essa oportunidade de estar aqui, ao lado deles e diariamente aprendendo cada vez mais. Mesmo sem saber, eu tenho aula com dois excelentes professores a cada instante quando estou ao lado deles. Valeu por abrir os olhos, por me fazer pensar. Agradeço não apenas por existir, mas sim por ser filho de dois pais excepcionais que nunca utilizou da violência para nos ensinar os caminhos corretos da vida. O livro, a orientação pedagógica e a inclusão de cultura sempre nos fizeram compreender mais facilmente os caminhos certos a serem trilhados em nosso livre arbítrio. Obrigado pai! Amor puro e agradecimento por tudo são os sentimentos fortes que pulsam no meu coração quando me refiro ao senhor.



WILDA MANGUEIRA MARQUES

Muito estudioso, muito ‘amiguelo’. Ele era uma pessoa muito extrovertida que todos gostavam dele. No colégio a mesma coisa, ele era respeitoso. Ele sempre teve relacionamento bom com as pessoas e os vizinhos. Onde ele estivesse estava tudo bom. Na Avenida Augusto Maynard, onde a gente morava, ele era referência de jovem que defendia respeito para com o próximo. Quando ele começou na adolescência a militar na política, confesso que foi um mix de atitude positiva, preocupação e de tristeza. Nos deixou preocupados porque sabíamos que ele poderia sofrer muito porque ele era muito sincero com as coisas que ele tinha a responder. Ele não deixava para depois, ou esquecia; ele falava o que ele achava. Teve a sorte que tantas outras pessoas da mesma época não tiveram; muitas estão mortas em virtude da crueldade daquele poder antidemocrático. Graças a Deus, tanto ele como Laurinha e os grandes companheiros estão vivos.

Ele sempre teve apoio de todos da família, das minhas tias que não estão mais nesse campo espiritual. Sem sombra de dúvidas foram pessoas maravilhosas. Dentro de casa nossos pais sempre estiveram ao nosso lado, nos educando com coerência e sempre nos apoiando nas ações que compartilhávamos do mesmo ideal. Como irmã, fui uma que mais esteve junto porque sempre fomos apegados um ao outro. Quem o acompanhou a vida toda,

as parcelas das viagens e das prisões foi eu. Fui uma das militantes que seguia a forma de pensar de meu irmão. Me emociono bastante somente de lembrar que ele sofreu muito. Uma crueldade sem tamanho. Militares com espírito de barbaridade, ‘fantocheados’ pelo Governo Federal da época. Quando Iracyzinha nasceu ele ficava no Cotinguiba com Cássio Barreto - um nobre companheiro que sempre nos ajudou bastante, enquanto eu ficava com Iracy... (lágrimas) uma das vezes a gente (Wilda e Iracy) tínhamos que ficar escondidas porque a polícia chegava no clube para perguntar a Bernado, que trabalhava no Cotinguiba, se havia movimentação comunista ou qualquer outra que seguisse na contramão do que ordenava o governo. Esse dia foi horrível! Tivemos que ficar encolhidas, segurando o coração que disparava e as lágrimas que não paravam de cair. Nosso medo era de o governo pegar Iracy como forma de mexer com o sentimento de Wellington e forçá-lo a falar coisas que eram segredo do Partido.

Teve a passagem que em Salvador tinha um capitão ou coronel que estava torturando os companheiros presos. Esse militar dizia para confiar nele. Ele falava baixinho para mim que, apesar de estar trabalhando para o poder federal acreditava no que Wellington falava e pensava. Disse ainda que quando meu irmão saísse não era pra se preocupar porque a amizade da gente não iria acabar. Colocava o Wellington lá em cima para a gente ver que ele estava bem. Em uma dessas vezes meu irmão não respeitou as ordens e gritou que eles estavam torturando. Que aquela cena era falsa. De longe deu para perceber seus braços machucados. Aquela fala mansa do coronel era pra ver se eu soltava alguma coisa.

Eles tinham ordenado ao Wellington que não era pra ele demonstrar que estava torturado, mas o Wellington foi muito esperto e Deus o orientou que ele colocou os braços para cima. Aí eu vi, chocou pra caramba. Graças a Deus passou essa fase e depois disso ele foi solto. Com medo de novas prisões

programamos com os companheiros pra levar ele e Laurinha para o Chile. Fui pessoalmente para o Rio de Janeiro fazer essa ponte. Aqui em Aracaju minha irmã comprou um Fusca verde só pra levar eles. Ninguém poderia saber, mas tinha um danado do vizinho que já morreu que transmitia tudo pra polícia. Com a mesma roupa do corpo sem tomar banho, fui e voltei do Rio. Apesar do incrível esforço físico, a gente tinha a consciência que estávamos fazendo a coisa em benefício da redemocratização do país. O que foi mais chocante era que a gente não comia nem tomava banho; não escovava os dentes e parava rapidamente no local que estivesse caminhoneiro. Imaginem vocês seis dias nessa situação! Três dias para ir e mais três para voltar. Foi literalmente bate e volta. Acho que se fiquei no Rio descansando da viagem foi coisas de poucas horas. Essa foi a minha parte mais marcante. Teve outra fase que juntaram os dois que estavam presos. Passaram dias no mesmo espaço o fez com que ele pensasse que seriam soltos ou mortos. Pensando bem, mais mortos do que outra coisa.

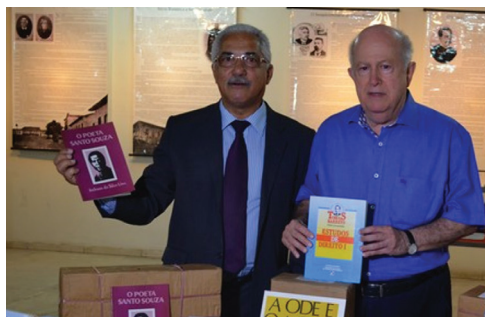
Deram banquetes pra eles comerem na prisão. Isso foi durante as festas de final de ano. No outro dia os bichinhos ficaram trancados novamente. Foi muita crueldade, mas ao mesmo tempo pudemos perceber que ainda assim os militares tiveram lá uma dose de compaixão. Deixaram eles aproveitar um pouco do tempo juntos e confraternizar a chegada do novo ano. Acompanho-o desde quando ele era estudante do Atheneu e começou a luta. Levava comidas pra eles e certa vez levei uma queda que até hoje tenho uma cicatriz. Impossível falar de Wellington e não citar Laurinha. São as pessoas que para mim são incríveis e super-heróis. Eu amo demais! Jamais esquecerei o que eles passaram, e enquanto estiver viva estarei pronta sempre para ajudar eles no que precisarem. Amo meu irmão e minha cunhada e pode ter a plena certeza que faria tudo isso e muito mais por eles novamente. Deus esteja sempre com eles.

**BELIVALDO CHAGAS**

Trata-se de uma figura de bem e que trabalha incansavelmente ao longo de toda a sua vida para promover exclusivamente o bem. Um nobre cidadão de sangue sergipano que possui um coração humano de tamanho que fica difícil de mensurar. Estamos diante de uma bela e justa homenagem destinada à uma pessoa que deu tudo de si para fazer com que vivêssemos a democracia que estamos desfrutando hoje. Um homem que foi preso político, sofreu com as ignorâncias desumanas provocadas por militares compromissados com um governo ilegítimo e que perseguia e fazia derramar o sangue daqueles que porventura não compartilhavam das ordens emitidas pelo alto colegiado de gestores do Governo Federal. Compreendo que não foi fácil enfrentar tudo isso, mas ainda assim Wellington Mangueira conseguiu superar. Das oportunidades que eu conversei com o Wellington Mangueira sobre estes assuntos, eu pude ouvir um pouco do seu relato e do que foi aquela prisão, do que ele sofreu em pau de arara, das medicações que eram prescritas para que ele pudesse suportar aqueles dias e ele enfrentou até rejeitando a medicação para não se tornar depois um dependente.

Ele lutou à favor da democracia, ele lutou para poder sobreviver e para continuar sendo a figura que ele é. Um grande pai,

um grande homem, um grande gestor, está fazendo um grande trabalho à frente da Fundação Renascer. Está aí o resultado que a gente ver hoje em relação ao Centro de Atendimento ao Menor (CENAM), e da Unidade de Medida Provisória (USIP). Muito nos chama a atenção que por onde ele passou, pelos setores públicos que administrou, a exemplo da Secretaria da Educação na prefeitura de Nossa Senhora do Socorro, secretário de Estado da Justiça, Cultura, Segurança Pública, deixou um legado impressionante de desenvolvimento múltiplo. Ele é uma pessoa que quando abraça um projeto, ele abraça como um todo, eu tenho uma verdadeira admiração pela pessoa Wellington exatamente por tudo isso que ele representa. Eu tenho certeza se a gente pudesse escolher nomes para poder fixar na memória do sergipano, no selo de figuras importantes que contribuíram tanto para o desenvolvimento de Sergipe, como também para o país, sem medo de errar Wellington Manguiera estaria presente; um dos ícones! Líder de uma geração e orgulho de todo um povo. Eu tenho um prazer de dizer que conto muito com a sua amizade e com a sua convivência. Quero desejar muito sucesso para que ele continue colaborando para com o Brasil e para o nosso amado Estado de Sergipe.



ALBANO DO PRADO FRANCO

Em toda a minha trajetória de vida empresarial e política pública busquei trabalhar cercado nem sempre por amigos de infância, porém pessoas que a vida me fez o favor de apresentar. Sempre quis trabalhar com os melhores porque sabia que daquela nomeação poderiam surgir, e surtem até hoje, frutos do excelente resultado desde o seu primeiro dia de trabalho. Esse é o caso do Dr. Wellington Manguiera. Um nobre cidadão sergipano que merece esse e inúmeras outras homenagens pelo legado que tem deixado em todas as pastas públicas em que assumiu e ajudou diretamente no desenvolvimento social, educacional, cultural e, agora, socioeducativo do Estado de Sergipe.

Eu tenho a honra de tê-lo como nosso secretário de Estado da Segurança Pública em um período em que Sergipe era apontado a nível até internacional como uma das unidades federativas com altos índices de criminalidade e desrespeito aos Direitos Humanos. Wellington foi empossado com o apoio da sociedade, dos movimentos rurais e da Ordem dos Advogados do Brasil. Um ser que consegue – não na unanimidade, claro, mas em grande parte receber o apoio dessas três correntes merece todo o respeito e admiração. Não posso deixar de destacar que este cidadão além de conseguir promover um trabalho comunitário

espetacular, de tabela ainda deixou a sua equipe mais inteligente. Com um dom nato de conquistar a atenção de todos com discursos ricos e com embasamento histórico, as pessoas ficaram mais ligadas à história não somente de Sergipe e do Brasil, mas também de fatos mundiais.

Sergipe possui o dever de sempre reverenciar cidadão que pulsam no coração o amor por sua terra natal e Wellington é um desses que a gente olha e se depara de cara com a sergipanidade nos olhos. A este importantíssimo cotinguibense, humanista, exemplo de pai, e comunista que segue na luta por um mundo mais justo e igualitário para todos, o meu respeito e a minha admiração eterna.



JOSÉ FRANCO

Não tem coisa melhor no mundo do que falar em Wellington Mangueira. Sei que ele vai discordar, mas pra mim e para a minha família, trata-se de um ícone da nossa sergipanidade, com nenhum aspecto de imperfeição. O Wellington além de tudo é um grande homem, um caráter excepcional, é uma pessoa que sofreu muito no dia a dia da vida, mas é um ser humano que nos ensina muito. Eu tive o prazer de conhecê-lo como homem, como colega de trabalho, como um pai de coração, com um respeito extraordinário porque o Wellington é uma coisa singular; volto a dizer: sem defeitos! Sublime com a família, ele e dona Laurinha; os filhos, tem uma filha muito inteligente que é juíza hoje; tem um filho extraordinário que toca música, faz poesia, é uma cultura extraordinária. Neste governo foi convocado para trabalhar na Fundação Renascer, que administra o Centro de Atendimento ao Menor. Vocês sabem bem que o CENAM é uma coisa muito complicada psicologicamente falando, porque você tem que ter muito carinho com os jovens em conflito com a lei.

Muitos deles tiveram algumas falhas e que precisam psicologicamente inverter para o bem pessoal e coletivo. O Wellington Mangueira fez com uma fidalguia! A gente só via nos jornais nas páginas policias, rebelião toda semana. Com a forma humanista e educacional de ser se tiveram dois momentos de conflito neste período foram muitas. Ele possui como essência

promover a psicologia de unificação da paz e do amor. E é esse o Wellington Manguiera que Sergipe e o Brasil conhecem e admiram. Me chama a atenção até hoje é que, no momento de maior dificuldade enfrentada por ele e Laurinha, onde tiveram inclusive que morar na Rússia, ele só mandava amor para todos nós. Eu não tive essa oportunidade de conhecer na época porque eu era uma criança, mas apesar da pouca idade eu já observava todo esse processo. Então, se tivesse aquele programa do Raul Gil aqui em Sergipe, eu tiraria todos os chapéus para ele. O Wellington é um professor da democracia. Eu tive o prazer por intermédio da minha mulher Venúzia - que foram colegas na administração pública, ele na Secretária de Segurança Pública e ela na pasta da administração, de convidá-lo para ser meu secretário quando assumi a prefeitura de Nossa Senhora do Socorro. Foi uma beleza, meu irmão!

O Wellington foi tudo lá; ele dava sugestões, conselhos, dava tudo de bom para que Socorro evoluísse como desejávamos. Ele fez parte dos oito anos em que estive à frente da gestão municipal. Eu tenho Wellington como se fosse um pai do coração pra mim. Faz parte da minha família, e todos os meus filhos têm respeito ao Wellington Manguiera como pai. Ele me ensinou diariamente a ser um gestor cada vez melhor para o nosso povo. Confesso que tenho uma mulher muito inteligente por ter me dado esse presente; não só pra mim, mas para todos os socorrenses. Ele é fantástico! Eu nunca vi na minha vida o Wellington magoar um ser humano. Isso tudo é o que dá a conotação do grande homem que é o Wellington Manguiera.



JACKSON BARRETO DE LIMA

Conheci o Wellington Manguiera no Colégio Estadual Atheneu Sergipense na luta estudantil. Indiscutivelmente sempre foi uma pessoa que exerceu uma influência muito grande com as pessoas que viveram ao seu redor. Isso ocorreu em virtude de sua seriedade, inteligência. Uma pessoa capaz de fazer de forma exemplar um análise política que traduz a realidade. Um homem muito rico na literatura e no conhecimento geral capaz de discutir e aprofundar temas; com o dom da oratória despertava um interesse muito grande dos colegas. Apesar de ser um desportista por excelência, quase não teve tempo de aproveitar a sua mocidade, o lazer, em virtude de sua vida ter sido dedicada a construir algo novo para sociedade. A sua formação política desde seu tempo de secundarista no famoso Congresso da USES, em Lagarto, e a sua atuação no Grêmio Clodomir Silva no Atheneu Sergipense também me chamava a atenção. O Wellington marcou muito a geração por onde passou, onde de forma fascinante conseguia trazer em volta de si várias pessoas que acreditava no seu idealismo e na sua consciência política, na sua abordagem.

O que até hoje me chama a atenção é que se tratava de uma pessoa tão jovem não viver uma fase onde o mundo vivia, experiência do rock roll; da fase hap e da tropicália. Essas coisas todas o Wellington Manguiera conviveu mas não viveu porque seu tempo era dedicado para fazer política, era para escrever um jornal. Entre um tema e outro, uma discussão ou outra,

sempre levava em conta o sonho de mudança e transformação da sociedade, na busca de um mundo mais justo e igualitário para todos. As pessoas que viviam ao seu redor tinham nele um ícone da nossa geração. Com isso, seu nome se alastrou e ele passou a ser uma referência no Nordeste brasileiro. Na época que ele foi perseguido, após o golpe de 64, que deixou o Atheneu, foi concluir o curso no Arquidiocesano e quando passou para a universidade ele continuava sendo aquela referência para todos nós. Mesmo distante, WM continuava influenciando as novas gerações do Atheneu.

Em 1972 comecei a minha vida política sempre com apoio do Partidão e com a participação do Wellington Mangueira. Lembro que Chico Varela e Bosco Rollemberg também eram grandes líderes; todos com filiação clandestina ao partidão. Para se ter ideia da grandiosidade desse companheiro, não posso deixar de lembrar que a sua influência foi tão grande que criou um grupo do 3º 'C' do Atheneu Sergipense que era muito ligado a todos nós. Mudamos a vida secundarista de muitos jovens por muito tempo da época da ditadura. Nesse período passei a receber as tarefas do partido através de Wellington; buscava respeitar as orientações para que pudéssemos manter o sonho vivo de nos alimentar pelas discursões políticas, pela filosofia e o respeito para com o próximo. Precisávamos reconstruir nossa democracia e por isso queria mostrar que era um bom tarefeiro. Por ser este homem puro, sério, honrado, honesto, se tornou em uma marca registrada e inconfundível antes e depois da sua luta no exterior. Na Rússia ele ainda conseguiu formar grandes quadros para o Partido Comunista em todas as áreas; ele tinha um poder de persuasão impressionante para formar quadros e sabia qual era a hora de fazer o convite. Na Faculdade de Direito ele foi candidato ao diretório, eu fui o vice. Quando ele foi preso durante o Congresso de Ibiúna, a Polícia Federal chegou até mim e me ameaçou de demissão dos Correios caso eu assumisse o diretório.

Não pude ir para o congresso por conta dos Correios, mas fiz campanha de finanças aqui no estado coordenado no período em que havia uma disputa sadia no cenário nacional para ver quem mandava mais delegados para Ibiúna. Conseguimos mandar uma delegação imensa; foi a maior do Partidão.

O resultado de todo esse esforço, toda essa dedicação, não poderia ser outra. No dia 21 de agosto de 1967, Wellington convidou a mim e a Laurinha para integralmente compor o grupo de camaradas do PCB. Já existia a convivência, a confiança e acima de tudo, a formação política e a credibilidade daquilo que todos nós pregávamos. Da existência da ditadura, da condição política que o Brasil vivia. No geral, indiscutivelmente, a minha primeira grandiosa tarefa clandestina - com medo terrível, mas me sai bem, vale ressaltar, foi levar um documento para o partido em Alagoas; eu fui de ônibus, não conhecia Maceió. Só sei que me deram o ponto onde eu tinha que saltar e que alguém iria me chegar. Eu tinha que entregar esse documento a esse rapaz que nunca havia visto na vida. Havia uma queda de quadros do partido, jovem aqui no Nordeste, e eu tinha que levar essa correspondência para poder informar o que estava acontecendo. Assim que cheguei, pouquíssimos minutos depois, passou uma pessoa por mim o qual tinha uma senha como: 'o céu está bonito, muito estrelado'.

Mesmo sabendo que aquela senha era muito restrita, meu medo era que naquela hora eu estivesse conversando com algum policial que estava no lugar do flagrante; nunca poderíamos desconfiar da qualidade técnica da inteligência do governo golpista. Tudo ocorreu na mais perfeita ordem e foi uma das maiores experiências da minha vida. Mais que um prazer ter convivido nessa época com Wellington Manguiera. Até hoje para onde ele vai, ele leva competência, seriedade, honestidade. Bonito perceber que ele não é apenas um sonhador, ele é um homem que trabalha para transformar o sonho em realidade, eu vejo isso

em Wellington Mangueira. Os grandes líderes estavam sempre ao lado dele e quando ele estava no exterior clandestinamente eu era uma espécie de socorro vermelho; estava sempre com a família dele, com a mãe dele, com o pai trazendo informações. Além disso, muitas vezes ajudei a tirar alguns companheiros daqui. Me lembro com certa emoção do companheiro Lourival Carvalho que recentemente veio lançar o livro 'Couro Curtido'.

A gente ia para a casa do Val, que morava na Rua de Itabaianinha em frente a uma loja de tecidos; a gente pegava aqueles tubos de tecido que enrolava a seda. Vedávamos o fundo, corria de vermelho e preto pra fazer pichamentos nas cidades. Até reclamei de Wellington Mangueira que disse que Lourival se saía bem nas tarefas e esqueceu de dizer que Jackson Barreto comandava essas tarefas. (risos) Ele tem um discurso muito bom, envolvente de profundo conhecimento. Eu dizia sempre assim: "Wellington Mangueira você precisa nos discursos ser menos prolixo". Meu amigo, quando o 'Boquinha' vai falar parece que as vezes ele pegou o vício de Fidel Castro e demora muito. Você pode muito bem falar sobre um fato com menos tempo. Mas sempre foi assim, o discurso do Wellington sempre teve começo, meio e fim e ele transformava o discurso em uma forma de ganhar pessoas. Nesse quesito como ele existem pouquíssimos. Marcelo Déda era assim também. Um dom incrível de respeitabilidade em todas as áreas; professores gostavam dele, uma figura humana extraordinária na relação dele com servidores, professores e com os colegas. Esse livro traduz a história de um homem que sempre acreditou no amanhã e sempre foi um homem que aposta no futuro fraterno. No ponto de vista da formação de toda geração, ao menos para mim, ele atuou como nunca ninguém fez. No diretório acadêmico prestigiava os companheiros. Lembro da festa que nós fizemos para lançar o livro poesias de Mário Jorge, "Revolução".

O fundo musical era um LP de Caetano Veloso, 'Alegria,

Alegria'. A gente terminou a festa, todo mundo abraçado em uma só voz cantando: 'caminhando contra o vento, sem lenço, sem documento, No sol de quase dezembro, eu vou...'. Foi uma época muito rica. Eu acho que essa forma de ser do Wellington Mangueira acabou contribuindo para que conseguíssemos, juntos, criar no Brasil uma geração que teve consciência e força para enfrentar a ditadura das mais diversas formas. Ele continua até hoje - apesar de não ter essa vida de partido, porque o partido chegou aonde chegou -, um cidadão sonhador. Um exemplo de pai de família muito respeitável; um companheiro daqueles que representa fielmente o significado da palavra 'amigo'. Wellington é uma pessoa do bem e Sergipe inteiro tem consciência disso.



ANA LÚCIA VIEIRA

Defender Direitos Humanos, sobretudo no contexto em que estamos imersos, é tarefa desafiadora. Exige firmeza na concepção, disciplina militante e fé nas pessoas e na transformação social. Pela sua trajetória, Wellington Dantas Mangueira Marques se tornou sinônimo da luta em defesa dos direitos humanos em Sergipe. Desde a sua juventude, ele figurou, ao lado de meu irmão Mario Jorge Vieira e de tantos outros jovens sonhadores, como liderança estudantil secundarista, tendo sido presidente do Grêmio Estudantil Clodomir Silva, do Colégio Estadual Atheneu Sergipense. A militância estudantil foi a ponte para um projeto maior, o que levou Wellington a se filiar ao PCB, a convite do Poeta Mário Jorge.

Defensor veemente dos valores democráticos, quando foi secretário de estado da Segurança Pública, Wellington defendeu uma política de segurança que ia muito além da repressão, compreendendo a necessidade de articulação das políticas e de participação social. Um dos projetos implementados por ele neste período foi a Polícia Comunitária. O projeto piloto, desenvolvido no Bairro América, trouxe frutos: De dominada pelo tráfico e com um dos maiores índices de homicídio da capital, a região passou mais de 500 dias sem mortes violentas. Seja na condição de homem público, seja na sua vida pessoal, a ética e a retidão de caráter são marcas de Wellington Mangueira. Mesmo tendo ocupado diversos cargos públicos e transitado por espaços da política, ele não se deixou corromper aceitando as “benesses do poder”. Certa vez, quando ocupava cargo público

de prestígio social, lhe foi sugerido que o poder público oferecesse uma moradia mais “condizente com sua posição social”, num apartamento de luxo, num bairro nobre de Aracaju. “O que vou dizer aos meus filhos?” questionou Wellington, ao negar veementemente a proposta, com ar de ofensa.

Este é Wellington. Socialista na concepção e na vivência, conseguiu exercer verdadeiramente o conceito de práxis de Marx. Sua vida pessoal foi e é reflexo daquilo que acredita: sem luxos e deslumbres diante do apelo do consumo. Das vestes, à casa, dos lugares que frequenta à educação oferecida aos seus filhos, Wellington não se deixou cair nas armadilhas da sociedade competitiva, individualista e consumista. Pela sua trajetória de vida, Wellington recebeu diversas homenagens, entre elas o Grau de Oficial da Ordem do Mérito Serigy, Conferido pela Prefeitura de Aracaju/SE; Galardão de Comendador da “Ordem do Mérito Aperipê”, concedido pelo Governo do Estado de Sergipe; a Medalha Pedro Ernesto, concedida pela Câmara Municipal do Rio de Janeiro em 1997; e a Medalha Dom Helder Câmara de Direitos Humanos concedida pelo Senado Federal em 2015.



Cerimônia de Medalha Dom Helder Câmara de Direitos Humanos / Agência Senado

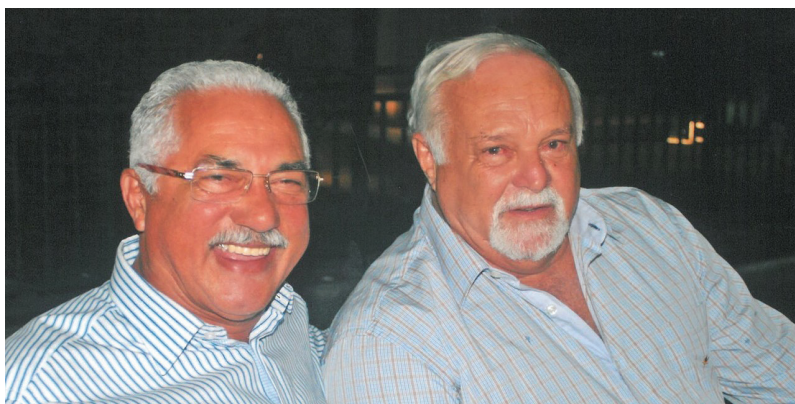


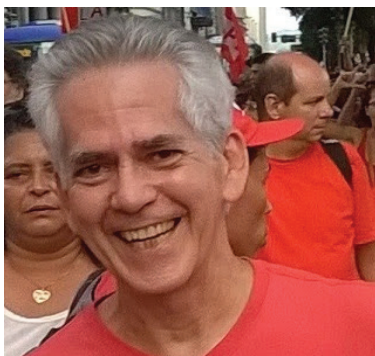
CHICO VARELLA

Eu conheço o Wellington através da política estudantil, a gente começa por lados opostos. Eu universitário - sou um ano mais velho do que Wellington. Estava cursando o científico e ele no ginásio. Quando eu passo para estudar na faculdade de filosofia, o Wellington ainda estudava no colégio Atheneu e atuava brilhantemente como diretor do grêmio. Com o Wellington vem à safra, que é Gama, Mário Jorge, Clodoaldo, Val, Jackson Barreto e Paulo Afonso. Esse time de garotos entra quase que ao mesmo tempo de Mário Jorge. Quando o Wellington entra em Direito, quase que concomitante, ele também passa a acessar o partido em 1966. Aí a gente leva esses dois anos 1967 e 1968 militando na política e uma frente estudantil de esquerda imbatível. Porque a gente tinha uma extrema direita comandada por Luciano Duarte. Eu e o Wellington batíamos de frente com a oposição de Luciano Duarte. O Wellington liderava antes de ser universitário uma ala no ginásio com Gama e Jorge. Nós tínhamos uma militância tão boa que Gama foi o primeiro presidente do DCE. Eu era representante da base do conselho universitário. Eu me formo em 1968 e a partir daqui eu não dou notícia, porque eu era o único preso de 1964. Entre 1964 e 1968 eu fui preso umas doze vezes.

O AI5 é no dia treze de dezembro de 1968, me lembro que me formei em um dia e fui pra festa; quando cheguei pela manhã os rapazes me levaram para a secretaria e depois para o 28 BC. Ao longo

do dia foi chegando o Wellington, Gama, Benedito... Essa foi a primeira prisão com o Wellington no mesmo local. Quando a gente sai da cana isso era mais ou menos véspera de Carnaval, eu passei as festividades na casa dos meus familiares porque estava proibido de sair de Aracaju. Como eu sempre respeitei as decisões de permanecer em meu Estado, quando os milicos menos esperaram eu parti para o Rio de Janeiro enquanto os militares achavam que eu seguia morando em Aracaju. Eles mandavam um telegrama para minha casa mandando comparecer na Auditoria Militar, minha mãe me comunicava e no dia eu estava lá. Nesse período eu tinha uma ligação com a pessoa de Wellington sim, mas o Wellington como militante do partido não. Porque uma das tarefas do partido era pra me afastar de tudo. O Wellington nos ajudou muito na anistia, inclusive eu fui com o Wellington no Arquivo Nacional onde todos os processos os PMS do Brasil estão lá guardados. E eu estive lá com Wellington e acho que fomos uns dos poucos que assinamos um documento lá do Arquivo Nacional permitindo que quaisquer pessoas tenham acesso aos nossos dados. O Wellington teve uma brilhante luta durante esse período que me afastei. Eu sempre tive um vínculo muito próximo dele. Somos muito amigos! O Wellington é um dos caras que se fosse necessário elencar uma lista de cinco amigos, não tenha dúvidas que o Wellington constaria nessa relação, bem como o Gama.





VAL CARVALHO

Conheci o Wellington Manguiera, participando do Movimento Estudantil de Sergipe-Aracaju, em 1968. Eu era secundarista, ele era Universitário, mas todos secundaristas sabiam da existência do Wellington Manguiera, como o apelido de Boquinha; assim ele era conhecido. Então eu participando do movimento estudantil lá pelo Ateneu - não era ainda comunista, mas era bastante agitado, e através da professora Guadalupe, de Português, que também era do Partido Comunista, tudo isso na época era camufladíssimo. A professora viu que eu era uma pessoa seria que queria realmente participar da Esquerda e me convidou para conhecer o verdadeiro mito do PCB, o grande líder que era o Wellington Manguiera. Foi aí que a gente bateu a primeira conversa e podemos dizer que isso foi amor à primeira vista. A gente se entendeu bastante e ele gosta de trabalhar com gente bastante ideológica. Eu já estava escrevendo, preparado para fazer formação política, escrevia para o jornal; tudo era ele que encaminhava, eu era secundarista eu escrevia para o jornal 'A Verdade', da Faculdade de Direito. Com a multiplicação da confiança, ele foi abrindo esses espaços até o momento em que passei ter um respeito muito grande pelo Wellington;

passei a vê-lo como uma pessoa indispensável. Certa vez ele me colocou em contato com Marcélio Bonfim e me propôs viajar para Moscou para fazer o curso de quadro no Partido da União Soviética. Aceitei e nunca mais voltei para Aracaju. Comecei a atuar fora, quando em 1974, morando no Rio de Janeiro e trabalhando para o Comitê Central da Executiva Nacional do Partidão, recebi a comunicação que o Wellington havia sido preso mais uma vez.

Eu o reencontrei no Rio umas duas horas antes ‘do ponto’ -, que na época significava encontro com o membro executivo nacional. Andando pela rua com medo de ser reconhecido pelo DOI-CODE. Isso ocorreu justamente no momento em que ele e Laurinha tentavam seguir para o Chile. Não sei porquê, mas eu senti que aquele investimento não iria dar certo. Achava melhor ele buscar as vias legais, mas eles seguiram tentando a clandestinidade do país quando pegaram o ônibus em Porto Alegre e posteriormente foram presos pelo DOPS. A situação realmente era inusitada. Infelizmente eles acabaram sendo super torturados e mais pra frente o DOI-CODE jogou eles na sarjeta, já que eles estavam muito debilitados. Foi a última vez que soube do Wellington. Com o passar dos anos e a queda deste período lamentável da história do nosso país, em conversas paralelas e estudos de fatos ficou mais uma vez comprovada a força ética, moral e humanista de Wellington. A história prova que ele nunca falou nada; não abriu o jogo para os torturadores, mesmo diante de atos tão cruéis. Também senti um orgulho muito grande do Wellington quando ele recebeu a medalha no Rio de Janeiro pelo Movimento Sem Terra, sendo ele secretário de Segurança Pública de governo tucano. Ele mostra que com isso ele tem identidade. Wellington é uma pessoa exemplar de coração grande. Consegue manter uma relação excelente com todos. Sou grato à vida por ter a oportunidade de conhecê-lo e dividir histórias de luta pela redemocratização do Brasil.



MÍLTON ALVES

Os anos 1960 conjugam a eclosão de manifestações e protestos no mundo por direitos civis e liberdades, sustentada pelas ideias revolucionárias marxistas, tornando-se ingredientes da efervescência política. Não foi uma década de flores. Em 1964 o Brasil assistiu a um golpe militar que impôs uma ditadura responsável pela maior caçada política da História brasileira com prisões, mortes e desaparecidos. A nódoa daquele período ainda é sentida.

A resistência a tanta crueldade praticada nos porões dos quartéis militares e órgãos de segurança se fez voz ativa nas ruas e em outras trincheiras. O recrudescimento político fez o mundo estudantil brasileiro explodir, com a morte do estudante Edson Luís, em 28 de março de 1968, no Restaurante do Calabouço – Rio de Janeiro. No país inteiro houve manifestações e protestos. 100 mil pessoas foram às ruas do Rio de Janeiro em passeata.

2 de abril de 1968, os estudantes sergipanos convocados pela União Nacional dos Estudantes (UNE) e pela União Secundarista dos Estudantes de Sergipe (USES) saíram da Praça Camerino em direção à Catedral Metropolitana em passeata. Um percurso marcado por muita tensão. Entre os líderes estudantis, se destacava Wellington Mangueira, então aluno do curso de Direito. Foi ele a ponte para secundaristas se aproximarem do Partido Comunista Brasileiro.

Eu, Agamenon, Fernando Santana, Jorge Maia, alunos do Atheneu Sergipense, formávamos o grupo próximo a Wellington Manguiera. Dele, o primeiro livro que recebi para ler – nunca esquecida a cena: *A Mãe*, do escritor russo Máximo Gorki. O dia-a-dia nos aproximava alimentando o sonho da conquista de direitos civis e liberdade. Foram dias e noites de medo e de terror, mas havia sempre uma palavra de força para seguirmos na resistência. Valeu!

Wellington Manguiera é a imagem do respeito, da resistência, da consistência política e de uma estrada revolucionária sem fim, sedimentada pela utopia e dialética. Tê-lo próximo é reviver o combate em trincheiras de lutas contra as barbáries praticadas enquanto durou a Ditadura Militar. Prisões e maus tratos não o intimidaram, não o fizeram recuar, ainda sonha, quer transformações sociais e políticas... é a História do camarada das lições nunca esquecidas.



ILMA FONTES

Wellington gravou a sua imagem no Cotinguiba desde o tempo de adolescência, lembro porque eu tinha uma ligação desde sempre com Mário Jorge. O Wellington desde menino é líder, tinha essa vontade de liderança, muito conversador, tinha e tem o dom da palavra. Ele guardou na memória uma situação que eu nem me recordava mais. O que ocorre é que a gente usava as escadinhas da Rollemberg para tomar banho de rio. Eu achava o Wellington muito representativo e promissor porque ele tinha um olhar diferenciado para o mundo. Participamos ativamente da política estudantil, sem esquecer da preparatória para o Congresso de Ibiúna. Antes disso havíamos participado do congresso que ocorreu em Salvador, fechado no convento do Carmo, porque quando a gente tentou fazer aberto teve a explosão na Faculdade de Filosofia, e aí a gente se recolheu e fomos obrigados a realizar o congresso fechado. As coisas não andavam; as discursões não andavam. Pessoas insuportáveis que dominavam a palavra até o momento em que Wellington começou a se destacar nacionalmente enquanto apresentava uma prestação de conta do movimento estudantil em Sergipe. Nossa situação naquele então era atípica dos outros estados. Com exceção do nosso Estado, o movimento universitário puxava o movimento secundarista e aqui os secundaristas puxavam os

universitários. O fato é que tínhamos um quantitativo maior de cabeças pensando no movimento secundarista do que no universitário e isso influenciou muito apesar das desavenças.

Enquanto Wellington se destacava, eu e Jorge divergimos ao ponto de sair do congresso. Mais tarde percebemos que, de certa forma, aquela discussão acabou nos livrando da prisão em Ibiúna. Os anos passaram e as coisas apertaram muito; em determinado momento Wellington pediu para eu guardar na minha casa um pacote que não tinha conhecimento sobre o conteúdo, mas ele me disse que ali estava a resolução do sexto congresso comunista que aconteceu em São Paulo. O intrigante de toda essa história é que meu pai sempre foi da extrema direita e se ele imaginasse que na casa dele tinha um conteúdo comunista, certeza que ele tinha me expulsado de casa porque, na visão amplamente retrograda, eu estaria comprometendo o nome dele. Hoje, em 2018, o que eu tenho pelo Wellington é um carinho quase de família. Este nobre cidadão sergipano faz parte da minha infância, adolescência, juventude e maturidade. Já depois da queda da Ditadura Militar, tive a doce oportunidade de trabalhar com ele na Prefeitura de Aracaju quando o prefeito era Paixão (Wellington). Juntos sonhamos em desenvolver algumas qualificações públicas para a capital sergipana, mas que ficaram apenas nos rabiscos. Hoje o Wellington é uma grata presença, eu me sinto muito feliz em sermos amigos. Quando a gente se olha no rosto enxergamos o grau de parentesco que possuímos. Como se não bastasse esse envolvimento fraterno, ele é casado com Laurinha. Uma pessoa queridíssima; junto com Laurinha a gente fundou a Federação das Mulheres de Sergipe desde tempo de política estudantil. Laurinha é uma pessoa muito digna, me ajudou bastante quando estudava na Faculdade de Medicina. Sou apaixonada por toda a Família Mangureira e esse livro contribui bastante para que nunca Sergipe esqueça da importância de Wellington para a nossa história.



CÁSSIO BARRETO

Wellington Mangueira morava na Avenida Augusto Maynard, eu morava na Rua Duques de Caxias. Por morarmos bem próximos, desde criança já havia laços de amizade familiar. O nosso amor pelo Cotinguiba começa bem cedo quando toda a minha família: Cláudio, Cleandro, eu... éramos atletas inclusive do juvenil, e nos encontrávamos bastante com o Wellington justamente por nossas famílias fazerem parte da história do clube. Recordo-me que certa vez eu me lancei candidato a gestor do clube quando neste mesmo tempo Raimundo Luiz da Silva passava a presidência do Cotinguiba para Jonas Aguiar - engenheiro eletricista da Energisa. Eu fui candidato a vice-presidente na chapa encabeçada por José Rosa, um jornalista muito conhecido, uma têmpera fora do normal, um homem muito rico de conhecimentos. Ganhamos, mas em seguida, em curto período ele optou por renunciar diante da situação da época do Cotinguiba. Eu também renunciei com a proposta de compor uma nova chapa, e foi aí que busquei Wellington Mangueira - que estava vindo de um processo revolucionário em que ele foi torturado, subjugado e sendo companheiro de infância, laços familiares, eu via nele a têmpera do clube.

Sendo assim convidei para pleitear o cargo de

superintendente. Não posso negar que esse dinamismo de Wellington advém de toda essa caminhada dele; possuíamos uma linha de pensamento bastante semelhante e por este motivo nós passamos aqui dez anos, eu na presidência e ele como superintendente. Recordo-me que ele iniciou como funcionário do clube, porque naquela época ele, apesar de ser advogado brilhante, estudioso, professor, a revolução não deixava ele trabalhar. Wellington Manguiera era uma pessoa perseguida pela Polícia Federal, e por isso eu era chamado com frequência para depor. Na grandiosa maioria das vezes era para saber do Wellington. Na nossa gestão conseguimos proporcionar mais avanços para o nosso clube do coração. Um fato a se destacar dessa nossa dobradinha é que o ginásio de esportes foi construído com apoio da Secretaria de Estado da Educação. Everaldo Aragão me conheceu já quando respondia como presidente do Cotinguiba, ele nem me conhecia, mas me faz um convite falando que estava precisando de um diretor. Naquela época, o Ministério da Educação e Cultura realizava convênios escola/clube. A gente tinha que ceder o local para o Estado durante cinco anos ininterruptos e depois esse patrimônio passaria definitivamente para o Cotinguiba.

Durante todo este processo, Wellington esteve inserido, acompanhando os trâmites a fim de garantir a legalidade dos atos e qualificação do nosso clube. Um fato curioso, e gostoso de se recordar, trata-se do processo judicial que corria no Tribunal de Justiça a respeito da Federação Sergipana de Desporto. De um lado, Barreto Mota - um homem temido, e, do outro, o sempre polêmico Motinha, então presidente do Sergipe. Em certo momento chegamos a ir até o Estádio João Hora onde conseguimos, com mandato de segurança, parar um jogo do Sergipe. Primeira vez no estado que uma partida era interrompida por decisão judicial. Fizemos a revolução transformando a Federação Sergipana de Desporto para especializada, como ela é hoje, de futebol. Nós fomos pra Brasília. Wellington era quem

me dava toda a condução, toda a orientação jurídica; Wellington Mangueira ao lado, sempre foi assim. O pai dele foi presidente, um grande presidente diga-se de passagem, o qual sempre teve o clube como a casa de sua família. Tratava do clube como se fosse sua propriedade particular. Nosso Cotinguiba é berço de famílias que amam isso aqui. Enquanto os outros clubes perderam suas sedes, Aracaju só consta hoje com o Cotinguiba e com o Iate Clube. Acredito que o fechamento dos clubes faz parte da herança deixada pela revolução.

Uma revolução bastante draconiana de não querer formar comunidade. Não somente os clubes, como também a igreja, se deparou com dificuldades. Para se ter uma ideia, antigamente os casamentos eram feitos dentro dos clubes, mas passou a não se ter essa celebração porque a força repressora não deixava proporcionar aglomeração. Mesmo diante das dificuldades financeiras e administrativas, sempre achei que Wellington foi uma dádiva de Deus. Nosso nobre companheiro deu, e dá a vida a isso aqui. Ele é uma pessoa com uma sensibilidade muito forte que soube ter no coração o perdão; se o pai dele foi uma pessoa extraordinária, o Wellington representa para o Cotinguiba tão quanto aqueles que fundaram o clube no início do século passado. O clube está bem estruturado mesmo enfrentando dia após dia uma realidade financeira complicada. Já na década de 1990, quando assumiu a Secretária de Estado da Segurança Pública, ele me convidou para trabalhar ao seu lado. Em determinado momento houve um conflito interno com uma pessoa ainda hoje influente na Polícia Civil. Me aborreci e me afastei da secretaria. Foi um conflito administrativo, eu renunciei e me recolhi.

Houve uma agressão física por parte deste agente Civil e pedi ao companheiro secretário que exonerasse-o por estar em estado probatório. Ele não seguiu ao meu pedido e passamos a não ter mais uma relação como tinha anteriormente. Assistindo a esse desentendimento, o professor e reitor da Universidade

Tiradentes – outro sergipano de coração exemplar, passou a frequentar minha residência aos domingos tentando promover a reconciliação. Assim foi feito. Sou grato a Deus por permitir a minha família a conhecer Wellington e ao Uchoa por trabalhar como um anjo que reatou o nó da nossa amizade. O Wellington é uma pessoa que deverá sempre ser homenageada; um símbolo do jovem desbravador, estudioso, inteligente, o qual possui uma família extraordinária com coração puro e fraterno. Confesso que gostaria muito de ser a metade do cristão que ele é. Essa biografia apresenta para o mundo a história de uma pessoa que tem o coração fora do comum, uma pessoa que perdoa. Eu amo o Wellington como eu amo meus filhos. És um irmão meu.



JOUBERTO UCHÔA DE MENDONÇA

Falar de Wellington Mangureira é procurar exatamente conhecer um cidadão que fez história na sua vida com tremenda humildade; honesto, trabalhador, um exemplo de chefe de família. O que também me encanta em Wellington Mangureira é a competência. Ele foi meu contemporâneo na Faculdade de Direito; era mais adiantado do que eu, mas em todas as suas ações ele era um amigo simples com os colegas, respeitador e eu quero dizer que minha terra tem uma dívida com ele. Wellington Mangureira é um cidadão que pela sua competência, pelo seu passado, deveria ser um representante do nosso Estado no Congresso Nacional porque ele escreveu páginas belíssimas de suas atitudes, não foi um marginal; não comprometeu a sua vida, teve fase em que foi perseguido, mas nunca se revoltou com ninguém. Na minha visão, Wellington Mangureira é um cidadão que deveria estar na relação dos sergipanos, não pode ser esquecido pela juventude. Minha terra tem um defeito muito grande que é não preservar a memória dos grandes valores que passaram por aqui. Ele é um cidadão que, sem muita procura, vamos encontrar os valores que precisam ser preservados e mostrados para a juventude como exemplo para que os jovens possam se espelhar no homem que dignifica o Estado, dignifica a família e os amigos.



Eu concluo dizendo que Wellington Manguiera é uma pessoa que o Estado deve reverenciar sempre pelo seu valor moral, intelectual e histórico. Durante a revolução da ditadura teve posições; posturas as quais não era de agressivas, não era de punir ninguém, ele tinha um convencimento de que deveria continuar na democracia. Sempre defendendo o país de acordo com o apelo popular, aqueles que vinham das ruas. Apesar de se tratar de uma pessoa excepcional, chegou a ser preso, mas nunca perdeu a serenidade, nunca perdeu o gesto de bondade com as pessoas e com as autoridades. É preciso que se sigam as homenagens com ele em vida, porque eu sou contra encontrar o valor do cidadão depois que morre. Depois que morre todo mundo é bom, é santo. Eu quero que vejam o valor dele em vida e que se dê a ele o reconhecimento, o tributo de gratidão pela vida que ele viveu aqui nesse Estado. O Wellington até hoje continua sendo um homem sério, competente e um fiel defensor da legalidade, defensor da honestidade, do trabalho, da família. Então, como sergipano nato que sou, e que busco diariamente mostrar a imensa admiração pelos exemplos da nossa terra, agradeço a Wellington Manguiera por tudo que fez para mim, bem como para os milhões de sergipanos.



ROSÂNGELA HERMES

Conheci Wellington Mangueira em 1989, através de sua filha Iracy Mangueira (hoje Juíza de Direito). Na época, Iracy era Presidente do Grêmio Estudantil Clodomir Silva, do Colégio Estadual Atheneu Sergipense, e logo me convidou a frequentar o Grêmio, e, tempos depois o Partido Comunista Brasileiro (PCB). 1989, foi o ano da primeira eleição direta para Presidente da República, e o PCB lançou Roberto Freire para Presidente (candidato de meu pai), então, como Iracy já havia me convidado a frequentar as reuniões da Juventude Comunista, passei a frequentar a sede do PCB, e me apaixonei pelas ideias de um mundo mais justo, humano, equânime e fraterno. Quando conclui o primeiro grau no Atheneu fui estudar o segundo grau (Pedagógico), na Escola José Antônio da Costa Melo, e lá fundei o Grêmio Estudantil, com o apoio da militância da União da Juventude Comunista (UJC), que tinha Iracy Mangueira e Raimundo Nonato como líderes.

Enquanto Presidente do Grêmio, convidei Wellington Mangueira para dar uma palestra sobre o Movimento Estudantil na Ditadura Militar e fiquei encantada. Logo, logo se transformou no meu herói real. Se transformou em meu ídolo. Os Adolescentes da minha época tinham Superman, Batman, Mulher Maravilha como heróis, eu tinha Wellington Mangueira, Luís Carlos Prestes

e Che Guevara! No ano de 1992, fui trabalhar com ele, na Secretaria Municipal de Administração de Aracaju, de lá para cá estamos trabalhando juntos desde então. Wellington Mangueira além de um grande líder, é um excelente gestor. Por onde passou, não roubou, não se locupletou, não responde a nenhum processo de improbidade administrativa. E olhe que já foi secretário de grandes pastas, como a Secretaria de Segurança Pública do Estado, Secretário de Justiça, Secretário de Educação de Nossa Senhora do Socorro, e atualmente Presidente da Fundação Renascer.

Por onde passou só deixou exemplos de excelência no trabalho. Quem não lembra do Bairro América em Aracaju, que era tido como o Bairro mais violento da Capital Sergipana? Quando Wellington Mangueira foi Secretário de Estado da Segurança Pública implantou naquele Bairro, a Polícia Comunitária e o Bairro América depois disso passou até 500 (quinhentos) dias, sem nenhum assassinato. Na Secretaria da Educação de Nossa Senhora do Socorro implementou o Programa Mais Educação, e isso possibilitou que o Índice de Educação Básica (IDEB), passasse a ser um dos mais alto do Estado, perdendo apenas para Carmópolis, por um décimo. Na Fundação Renascer construiu, junto com especialistas da Bahia, a Pedagogia da Presença, dando mais humanidade aos adolescentes em cumprimento de Medida Socioeducativa. Nesta, antes de Wellington Mangueira, existia muitas denúncias de violência física contra os adolescentes, e, em virtude disto existia muitas fugas e rebeliões, chegando ao ponto do Pelotão de Choque ir ao CENAM, duas vezes por semana. Com a administração de Wellington Mangueira, já se passaram três anos sem evasões.

Wellington Mangueira é para mim, não apenas um chefe, é um amigo, um pai, um líder, um herói. Sua história de vida, é um exemplo a ser seguido, pois apesar de todo sofrimento pelo qual passou, sempre tem uma palavra de otimismo, solidariedade, carinho. É o significado real e humano da palavra

SOLIDARIEDADE! É tão raro hoje em dia uma pessoa com a alma tão boa, com tanta fé na humanidade, que chega a ser surreal. Com ele, aprendi mais do que matérias, assuntos e diálogos: aprendi sobre a vida! Aprendi sobre amor ao próximo, a amar o Cotinguiba, política, a viver com dignidade e humildade. Doutor Wellington Manguiera é o meu mestre da vida!

Aprendi também a amar o Direito, a vida acadêmica, porém, por falta de condições, adiei esse sonho por muitos anos. Me formei em Letras, mas, com o Direito na mente e no coração, e Wellington sempre me incentivando, me encorajando, e foi assim quando passei no vestibular, durante a faculdade, quando me formei e passei na OAB, e tem sido assim até hoje, meu referencial e fonte de inspiração e ajuda. Isso se estende a minha família, que acabou se unificando com a dele, depois de tantos anos de convivência e amizade. Mesmo sem obrigação nenhuma, estende a mão para ajudar até mesmo quem não pede. O mundo merecia ter um pouco de Wellington Manguiera em cada ser humano. A ele, não bastaria, apenas um obrigada, gratidão é uma palavra muito pequena para tudo o que eu sinto, mas ainda assim, palavras me faltam para expressar tamanho sentimento e emoção por ter acompanhado boa parte de sua trajetória.



NEIDE NASCIMENTO

Depois de viver quase meio século, tive a oportunidade de conhecer um ser humano incrível, jamais imaginei construir uma relação de amizade tão intensa com alguém que no primeiro encontro sentiu-se desafiado apenas com meu olhar e meu silêncio estarrecedor. Incomodado com meu comportamento, ele sendo “chefe” - o que de fato nunca foi, poderia desistir de mim e eu perderia a chance de vivenciar experiências de solidariedade, fidelidade e companheirismo que ele transmite todos os milésimo de segundo da sua existência humana.

O que muito me enche os olhos é que Wellington Mangueira, um homem com tantos títulos, naquele instante começava a encarar o desafio de conquistar a admiração e o respeito de mim. Percebi que estava rendida de ternura e admiração ao mestre sábio que transformou-me em sua discípula em dois tempos.

Em um determinado momento da vida o mestre procurou a aprendiz e com a humildade de um menino disse: “eu preciso de você, preciso da sua sabedoria e humildade, da sua força e ternura, da sua experiência e inocência”. Eu que não sabia que

possuía tantas qualidades, disse ‘SIM’, e mergulhei no projeto de vida do homem mais generoso, fiel, amável e sábio que tive a sorte de conhecer e conviver.

Nobre companheiro Wellington, a tua generosidade tão idêntica aos cuidados de um pai conquistou meu coração. Doutor Wellington Manguiera, terás minha eterna admiração, respeito e gratidão. Com o senhor aprendi a ser melhor... pessoa, filha, irmã, mãe, amiga, mulher... Já te disse, e aproveito mais esta oportunidade para enaltecer que a sua alma tem cheiro de Deus! Eu bem sei, e sinto isso. Feliz daquele que um dia tiveram a oportunidade de te conhecer.



DIDA ARAÚJO

Sr. Wellington Manguiera é uma figura que todas as vezes que eu editava uma reportagem que ele falava, eu sempre fiquei admirado com a forma dele transmitir a mensagem. As palavras bem encaixadas, bem explicadas, e sempre falando coisas que tinham relevâncias. Era visível a emoção dele quando o assunto era o Cotinguiba, ele contava as histórias das grandes orquestras que iam tocar no Cotinguiba. As que Wellington contratava para o Tubarão da Praia sobressaíam se comparado às do Vasco, Associação Atlética, Iate Clube. Isso ocorria porque ele sempre tinha os melhores músicos participando dos carnavais dele. Outra situação que muito me chama a atenção é quando ele fala sobre o encontro do Cotinguiba com o Iate Clube de Aracaju, que eles faziam um conagraçamento na região da Treze de Julho. Ele fala isso com muito orgulho; é muito bonito ouvi-lo falar sobre isso. Ele também marcou como um grande apoiador dos desfiles de Fantasias de Carnaval de Aracaju, onde o saudoso cabeleireiro Lisboa promovia o Baile dos Artistas e das Atrizes e aí o Cotinguiba ficava pequeno pra tanta gente. Em uma época que a ditadura liberava e o clube quebrava essas barreiras e abria

espaço para as turmas se divertirem.

O interessante era que a sociedade prestigiava porque eram bailes maravilhosos. Vinham fantasias de outros estados e todos se reuniam em uma grande confraternização de Carnaval, um negócio maravilhoso e o orgulho dele era muito visível por ele saber que um clube da classe operária abria as portas para receber também a sociedade grã-fina. Wellington tem esse lado de entusiasta, muito humano. Com relação ao futebol, um fato muito interessante é quando ele fala que o pai dele pediu para não deixar o clube se acabar, com toda dificuldade que eles passaram e o clube hoje não tá mais participando do campeonato oficial (primeira divisão), mas ele ainda tinha esse sonho de reviver os grandes clássicos do rio Sergipe (os azulinos da fundição e o Clube Sportivo de Sergipe) que na verdade são irmãos e nasceram um do lado do outro. Fernando foi um grande goleador do Sergipe, que também jogou no Cotinguiba. Ele se emociona muito quando fala do primeiro campeonato de futebol em 1918. Eu fui procurá-lo para ver se ele tinha o troféu de 100 anos atrás e ele disse que tinha. Eu fui procurar pensando que o troféu era parecido com caneco, mas na verdade era obra de arte que foi doada por uma família inglesa que morava em Aracaju e essa peça ela foi exposta no Museu de Belas Artes em Paris. Ele fala isso com muito orgulho que o pai dele contava as histórias e a luta para esse time chegar a essa situação que era disputando com outros times fortes e ele consagrou-se campeão. Um fato histórico muito marcante para o Cotinguiba. Wellington é uma pessoa que se eu pudesse gravar todo dia com ele seria um privilégio. É muito bom falar de qualquer assunto, falar dessas coisas históricas, aí que você vai ver saindo do fundo da alma dele aquele relato sincero.

Quando ele fala do Cotinguiba é uma coisa apaixonante. Eu não entendo porque a gente sente isso. Eu sou apaixonado por um time, mas é difícil entender essa paixão. É uma paixão muito forte e esse clube que passou por tanta dificuldade e ainda se

mantem vivo, muito bem cuidado, abrigando várias modalidades esportivas como o Karatê, futebol de salão, futebol de mesa, ginástica rítmica... Isso tudo é graça o apoio dele e o incentivo pra não deixar que suma um clube tão tradicional e representativo. Essa resistência faz parte da vida dele! Quando ele fala do Cotinguiba é fácil de notar o carinho e o respeito. Nunca vou cansar de agradecer a esta figura ímpar na nossa sociedade! Um exemplo de homem perseverante e lutador! Ele e o Cotinguiba; um se confunde com o outro.



ANTÔNIO CARLOS VIANA DE AZEVEDO

Em 2015 após pedir demissão da Fundação da Criança e do Adolescente (Fundac/Bahia), tive a ideia de enviar um currículo para o Estado de Sergipe onde para minha surpresa fui chamado para uma entrevista. Mesmo no primeiro momento sem pestanejar, de imediato aceitei o convite para assumir a Diretoria Operacional da Fundação Renascer. Na verdade confesso que ainda não conhecia a figura do camarada presidente Dr. Wellington Manguiera, mesmo assim me prontifiquei a fazer parte da sua equipe. Assim que cheguei me encontrei com o também companheiro coronel Luís Fernando que me fez o favor de me apresentar a ele.

Logo percebi que com ele o aprendizado seria grande; e assim segue sendo. Enquanto analisava os antigos e novos problemas vivenciados dentro das unidades, obtinha a oportunidade de conhecer cada vez mais a figura ilustre do Dr. Wellington. Evidentemente em virtude da sua história, percebi logo o quão seria importante para mim essa convivência; o quanto me traria de aprendizado. Modéstia à parte, de um empolgado em medida socioeducativa, passei a ser o professor como ele (WM) mesmo costuma até hoje me rotular. Satisfação múltipla para mim e para os companheiros que comigo chegaram à Sergipe, pois, como grande historiador e conhecedor da cultura

de seu estado, Wellington já sabia os caminhos que tínhamos que percorrer junto ao ambiente que iríamos juntos travar uma grande batalha.

Gostaria de aqui publicamente reconhecer que na verdade eu nunca passei de um protagonista coadjuvante; o nobre e importante professor sempre foi ele que nos permitiu com clareza das ações encontrar os caminhos; um maestro. Sempre indo e voltando com uma humildade inerente aos verdadeiros comunistas. Neste contexto tão complicado que é a socioeducação sofremos muito, e até nos estranhamos algumas vezes, natural em qualquer ambiente público administrativo. Independentemente das discussões mais calorosas, o meu respeito àquele comunista crescia, e cresce, cada dia mais.

Nem as críticas técnicas que me soltavam a alma, eram capazes de diminuir o respeito e admiração ao Dr. Wellington Manguiera; um homem que a cada reunião nos permite aprender com a sua história de vida. Dr. Wellington é muito mais que um ser humano que optou por lutar por um mundo mais justo e igualitário para todos; ele é a história viva pela luta dos bons sentimentos humanos. Como gostamos muito de poesia, decidi criar este texto que traduz um pouco da figura deste camarada.

O velho comuna

Na Velha Rússia
Ele respirava a alma de seu país
Sonhava com um Brasil mais justo
Duramente extraditado por sonhar
Para que seus sonhos de liberdade
Fossem evaporados
Resistiu à frieza Russa
Na beleza fria dos prédios do Kremlin
Visualizava a beleza do poder humano
Este mesmo ser, que tem uma imensa capacidade de construir
Como tem de destruir
Mas o velho comunista vive de utopias
E desistir é a morte
Volta ao Brasil, volta ao Cotinguiba e revive-se em sonhos comuns
Ao lado de sua companheira, continuam a sonhar
A acreditar que o mundo pode mudar
Mesmo que outros humanos só queiram matar
Ele vivem de sonhos, de utopia e de realização
Pois realiza-se, em atos, todos os dias
Provando a todos, que podemos sim
Dar uma alma aberta ao mundo
Para amar a todos
Sem ódio, sem dor,
Sem rancor e no coração muito amor.

Antônio Carlos Viana de Azevedo



Sindicato dos Jornalistas do Estado de Sergipe

Ele é sinônimo de ética na política, compromisso com os direitos humanos e um bravo defensor das liberdades de imprensa e de expressão. Um homem que enfrentou a ditadura para defender a liberdade de manifestação e os direitos dos cidadãos, em especial daqueles que são prisioneiros de um estado opressor.

Um cidadão que sempre se relacionou muito bem com a imprensa, sabendo respeitá-la em todos os momentos, principalmente nas horas em que as críticas jornalísticas se fizeram e se fazem necessárias para a construção de uma sociedade mais consciente dos seus direitos. Por ser esta pessoa compreensível e respeitosa, se tornou um grande amigo dos jornalistas sergipanos, de quem detém enorme apreço e admiração.

Portanto, um homem que muito honra a sociedade sergipana, especialmente a classe jornalística, pelo compromisso que tem com as políticas sociais e libertárias. Um homem de fé, visionário e, acima de tudo, sonhador de um mundo melhor para todos nós. Parabéns a este ser humano que já nasceu grande e permanecerá vivo em nossa memória: Wellington Mangueira.



Wellington Manguiera e o jornalista Cleomar Grande



Wellington Manguiera e um grupo de jornalistas



Feliz do Colégio de Ciências Pura e Aplicada que em sua história consta a passagem do mestre professor Wellington Mangueira. Particularmente, representando neste momento a figura de todos os ex-estudantes, eu tive a satisfatória oportunidade de ser aluno deste docente ícone educacional no início da década de 80, nos meus últimos tempos de ginásio, hoje ensino médio. Lembro bem que, com a sua oratória brilhante, ele transformava as suas aulas em uma verdadeira viagem pelo conhecimento da História, Sociologia, Filosofia e da Organização Política do Brasil (OSPB).

Recordo-me perfeitamente do professor Marcos Pinheiro, diretor e fundador do CCPA, que costumava dizer que na época chegou a ser considerado um louco ao contratar um membro do Partido Comunista para dar aulas de OSPB, em pleno período do regime militar, mesmo que já tivesse em andamento um processo de redemocratização do país. Pinheiro, como sempre coerente com as ações impostas, nunca se arrependeu desse convite e nós agradecemos pela ideia brilhante. Posso dizer, como aluno, que em nenhum momento, o professor Wellington Mangueira utilizou-se de suas aulas para fazer propaganda ideológica ou alusão a acontecimentos presentes ou passados da sua vida pessoal.

Também não se notava nas suas palavras ou ações, sentimentos de mágoa ou vitimização por tudo que, hoje sabemos, passou. O professor sempre foi pontual e responsável com seus compromissos. Conversando com D. Vanda, fundadora

do CCPA e filha de Marcos Pinheiro, ela lembrou um episódio em que o professor Wellington, ao encontrar a escola ainda fechada, deu aula aos alunos ali mesmo, na porta, até o porteiro chegar. Imaginem só o cenário. Para ele, todo e qualquer local era possível sugar conhecimento e repassar para os jovens. Incredivelmente todos os alunos ficaram atentos aos ensinamento repassados ali mesmo, na calçada. Essa postura mostra um pouco do que significa o cidadão Wellington Mangueira para o CCPA e para todo o Estado de Sergipe.

Foi um orgulho conhecer Wellington Mangueira e tê-lo como professor. Uma grande personalidade do nosso Estado e que jamais deverá cair no esquecimento num país tão descuidado com a sua memória.

Marcus Vinicius Almeida Barreto
Vice-Diretor

Tiragem	600 exemplares
Formato	15x21cm
Tipologia	Adobe Garamond Pro, 12 Euphemia, 12
Papel	Pólen Soft 80g/m ² (miolo) Cartão Triplex 250g/m ² (capa)



Jornalista graduado pela Universidade Tiradentes do Estado de Sergipe; estudou na Omnicom School of Languages, Toronto - Canadá, onde se especializou em comunicação corporativa; atuou como repórter textual do Jornal 'Brasil News Canada'; atuou na equipe de marketing do Brazilian Day 2010; repórter do Jornal da Cidade/SE; membro da Coordenadoria de Comunicação do Tribunal de Contas do Estado de Sergipe (TCE/SE); e coordenador de jornalismo da TV Aperipê. Desde 2012 é repórter do diário Jornal do Dia/SE; Assessor de comunicação da Fundação Renascer do Estado de Sergipe; titular do Conselho de Registro e Fiscalização do Exercício Profissional do Sindijor/SE e membro da Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ).

